

anp

Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

**Relatório
de
Gestão
2006**

Março de 2007



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Diretor-Geral

Haroldo Borges Rodrigues Lima

Diretores

Nelson Narciso Filho

Newton Reis Monteiro

Victor de Souza Martins

Relatório de Gestão 2006

Coordenação

Luís Fernando Panelli César

Secretário Executivo

Coordenação Executiva

Antônio Carlos Felipe Dias

Eduardo Marcelo Vianna de Menezes

Leandro de Souza Corrêa

Murilo Mota Filho

Apresentação

O Relatório de Gestão de qualquer instituição pública representa não apenas um balanço das atividades desenvolvidas ao longo de determinado ano-calendário, mas sobretudo deve sinalizar para a cidadania a qualidade, a transparência e a seriedade do que é feito por seus funcionários.

A ANP é, por muitos aspectos, a mais complexa agência reguladora do País. Responde por um setor que alcança hoje mais de 10% do PIB nacional; é responsável pela qualidade e o abastecimento de um dos produtos de maior penetração nos lares brasileiros: o gás de cozinha; regula e fiscaliza a complexa atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos, um setor cada vez mais coroadado de êxitos, como demonstra o balanço das principais empresas em operação no Brasil; responde pela regulação do parque de refino, da movimentação de produtos em toda a nação; monitora preços, com vistas a evitar práticas anticompetitivas; realiza estudos geológicos e geofísicos, essenciais para futuras licitações de blocos exploratórios, o que assegurará a manutenção de nossa auto-suficiência; cuida do abastecimento nacional e sua fiscalização, uma tarefa simplesmente hercúlea, dado o número de agentes econômicos envolvidos.

Mais do que isso, responde hoje pela formação de um grande número de quadros para a indústria do petróleo e passou a tratar da questão candente e atualíssima dos biocombustíveis. A lista, evidentemente, não é exaustiva, mas dá uma idéia do espectro de atuação desta Instituição.

O Relatório de Gestão procura mostrar o quanto fizemos em 2006, apesar de imensas limitações orçamentárias e de recursos humanos, os quais têm, infelizmente, se desligado da ANP em números cada vez mais expressivos, tendo em vista a defasagem salarial que existe entre um setor produtivo superaquecido e o padrão de remuneração do serviço público, sempre muito abaixo do mercado, neste caso.

Uma coisa é certa: os funcionários que aqui trabalham empenham-se no que fazem e sua eficiência é uma decorrência direta do respeito que demonstram pela coisa pública. O cidadão brasileiro pode estar certo de que a ANP trabalha para a proteção de seus interesses, como poucos outros órgãos da administração. Não por acaso, temos obtido uma excelente imagem na imprensa nacional.

Competência e seriedade são nossas metas permanentes. O relatório da gestão de 2006 da ANP é uma mostra condensada disso. Além de uma prestação de contas à administração e à cidadania, o relatório traduz claramente o compromisso da casa com sua missão institucional. Em especial, ele evidencia a determinação de todo o seu corpo funcional em fazer da melhoria do nosso desempenho um desafio permanente.

Boa leitura.

Luís Fernando Panelli César
Secretário Executivo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), CNPJ nº 02.313673/0002-08, é uma entidade integrante da administração federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Tem sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SGAN quadra 603, módulo 1, 3º andar, cep 70830-903, e Escritório Central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na avenida Rio Branco, 65, do 12º ao 22º andares, cep 20090-004, telefone (21) 2112.8100 e fac-símile (21) 2112.8129. Seu endereço na internet é www.anp.gov.br. No SIAFI, a ANP está registrada como Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, UG 323030; Escritório Central da ANP UG 323031; e gestão 32205: ANP. O regimento interno da Agência foi aprovado pela Portaria ANP nº 160, de 2 de agosto de 2004, publicado na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004 e entrou em vigor no dia 31 do mesmo mês e ano.

1. A INSTITUIÇÃO	3
1.1. Introdução	3
1.2. A Criação da Agência.....	4
2. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO.....	7
2.1. Regulamentação das Atividades da Indústria	13
2.2. Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural.....	17
2.2.1. Projetos	18
2.2.2. Quadro Técnico	18
2.2.3. Novos Equipamentos.....	19
2.2.4. Estudos internos da ANP	19
2.2.5. Estudos externos.....	19
2.2.6. Aerolevantamentos – Aquisição de Dados Aerogeofísicos	20
2.2.7. Levantamentos Geoquímicos.....	21
2.2.8. Outros Serviços	21
2.2.9. Conclusão.....	21
2.3. Gestão do Acervo de Informações das Bacias Sedimentares Brasileiras	24
2.4. Promoção de Licitações.....	28
2.4.1. Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais ..	29
2.4.2. Oitava Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios	37
2.4.3. Promoção das Rodadas	45
2.4.4. Aprimoramento dos Processos das Rodadas.....	46
2.5. Contratos de Concessão	51
2.5.1. Exploração.....	51
2.5.2. Desenvolvimento e Produção.....	54
2.5.3. Fiscalização da Produção	58
2.5.4. Segurança Operacional.....	61
2.6. Participações Governamentais	65
2.7. Tecnologia e formação de recursos humanos	68
2.7.1. Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás – PRH-ANP ...	70
2.7.2. Gestão da Cláusula de Investimentos em P&D.....	74
2.7.3. Ações Gerais em 2006	81
2.8. Refino e Processamento.....	83
2.8.1. Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo.....	85
2.8.2. Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo	86
2.9. Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	89
2.9.1. Autorizações Concedidas.....	89

2.9.2. Inspeções Técnicas Realizadas.....	91
2.9.3. Atividades que Visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural.....	92
2.9.4. Processo de Revisão de Normas	104
2.9.5. Atividades Realizadas com outras Superintendências e/ou Instituições	104
2.10. Do Abastecimento	105
2.11. Qualidade de Produtos	112
2.11.1. Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC).....	113
2.11.2. Qualidade de Produtos.....	115
2.11.3. Autorizações de Novos Combustíveis	117
2.11.4. Biodiesel	118
2.11.5. Marcação de Biodiesel	120
2.11.6. Marcação de Solventes.....	121
2.11.7. Atividades do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT).....	123
2.11.8. Programa de Monitoramento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis	126
2.12. Da fiscalização do abastecimento.....	128
2.13. Do Centro de Relações com o Consumidor	134
2.14. Da Defesa da Concorrência.....	136
3 GESTÃO INTERNA.....	142
3.1. Centro de Documentação e Informação - CDI	147
3.2. Ações na Área de Informática.....	152
3.3. Gestão Orçamentária	158
3.4. Gestão de Pessoas	163
3.5. Gestão Administrativa e Financeira	183
3.5.1. Gestão de Suprimentos.....	183
3.5.2. Administrativo.....	187
3.5.3. Economicidade e Habilidade	187
3.5.4. Comissão Permanente de Licitação (CPL)	188
3.5.5. Economicidade e Proficiência nas Aquisições.....	189
3.6. Corregedoria.....	190
3.7. Ações de Planejamento e Pesquisa	191
3.7.1. Coordenadoria do Meio Ambiente (CMA).....	194
3.8. Da Divulgação	196
ANEXO 1 - Valores de royalties e participação especial creditados em 2006	198
Tabela A – Royalties Creditados aos Estados	198
Tabela B – Royalties Creditados aos Municípios	198
Tabela C- PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	220

1. A INSTITUIÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

Os benefícios gerados para a sociedade pela indústria do petróleo são imensos e tendem a crescer, estimulados por ações cuja responsabilidade recai sobre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Essa responsabilidade fica mais clara ao se desfiarem as múltiplas ações que a agência, organizada sob a forma de uma autarquia especial, desenvolve na sua tarefa diária de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e biocombustíveis: a realização de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a outorga de concessões de exploração e produção de petróleo e gás natural, as ações de fiscalização das instalações de produção, refino, armazenamento e transporte, distribuição e revenda, a outorga de autorização para a entrada de novos agentes no mercado e a regulamentação desse mercado.

A ANP administra o acervo gerado pelas atividades exploratórias e pelos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural; zela, por meio das concessões outorgadas, pelo cumprimento dos contratos, com especial atenção aos aspectos ambientais e de segurança operacional; incumbe-se do controle, cálculo e pagamento de participações governamentais, em particular, *royalties* e participações especiais pagas a Estados, Municípios e União.

Numa atividade diretamente relacionada à defesa dos interesses dos consumidores, a Agência fiscaliza o mercado, monitora a qualidade e o preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis, mantém canais de comunicação com agentes econômicos e consumidores e promove a formação de recursos humanos de nível técnico e superior para atuar na indústria do petróleo.

Tão importante quanto o marco legal que fundamenta a ação da ANP são as dimensões do mercado que ela tem por atribuição regular. A medida dessa importância pode ser avaliada pela participação do setor no PIB, que em 1997 era de 2,75% e atingiu, em 2004, 9,05%. O setor vem firmando-se não só como um importante recolhedor de tributos diretos (em 2004, foram cerca de R\$ 48 bilhões), como também um importante gerador de recursos para Estados e Municípios, com a distribuição de *royalties* e da participação especial sobre a produção, que em 2006 somaram R\$16,5 bilhões, e atingiram a uma dezena de Estados e 823 Municípios.

Este relatório mostra como a ANP, superando todas as dificuldades institucionais e orçamentárias, se organizou e atuou no ano de 2006 para responder perante a sociedade, o mercado e a administração do País pela parcela de responsabilidade que lhe cabe na tarefa de regular, contratar e fiscalizar as atividades econômicas desse enorme mercado de petróleo, gás natural e agora biocombustíveis. A riqueza de informação aqui contida, para a qual a Agência pede a atenção do leitor, traduz a clara percepção que tem a ANP da relevância do papel que procura desempenhar no âmbito do Estado brasileiro, voltado para a garantia de suprimentos e para a proteção dos interesses dos consumidores de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

1.2. A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA

A Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, dispôs sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e instituiu a Agência Nacional do Petróleo, com a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

Posteriormente, no dia 13 de janeiro de 2005, a Lei nº 11.097 alterou a Lei do Petróleo, com o objetivo de introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira, ampliando as atribuições da Agência, para nelas incluir os biocombustíveis. É assim que o art. 8º da lei passou a vigorar com a seguinte redação: “A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis (...).” A própria denominação da autarquia foi alterada para Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Manteve-se a sigla ANP.

A mesma lei redefiniu algumas atribuições da agência. Na sua essência, coube à ANP, a partir de janeiro de 2005, “implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional (...), com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta de produtos;”

A forma de organização da Agência está definida no artigo 5º do Decreto n.º 2.455, de 14 de janeiro de 1998, que estabeleceu a seguinte estrutura organizacional para a ANP:

Diretoria;

Procuradoria-Geral;

Superintendências de Processos Organizacionais.

O artigo 12 desse mesmo decreto relacionou os processos organizacionais que foram associados às Superintendências:

Gestão de Informações e Dados Técnicos;

Definição de Blocos;

Promoção de Licitações;

Exploração;

Desenvolvimento e Produção;

Controle das Participações Governamentais;

Relações Institucionais;

Refino e Processamento de Gás Natural;

Transporte de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural;

Importação e Exportação de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural;

Desenvolvimento de Infra-estrutura de Abastecimento;

Abastecimento;

Qualidade de Produtos;

Gestão de Recursos Humanos;

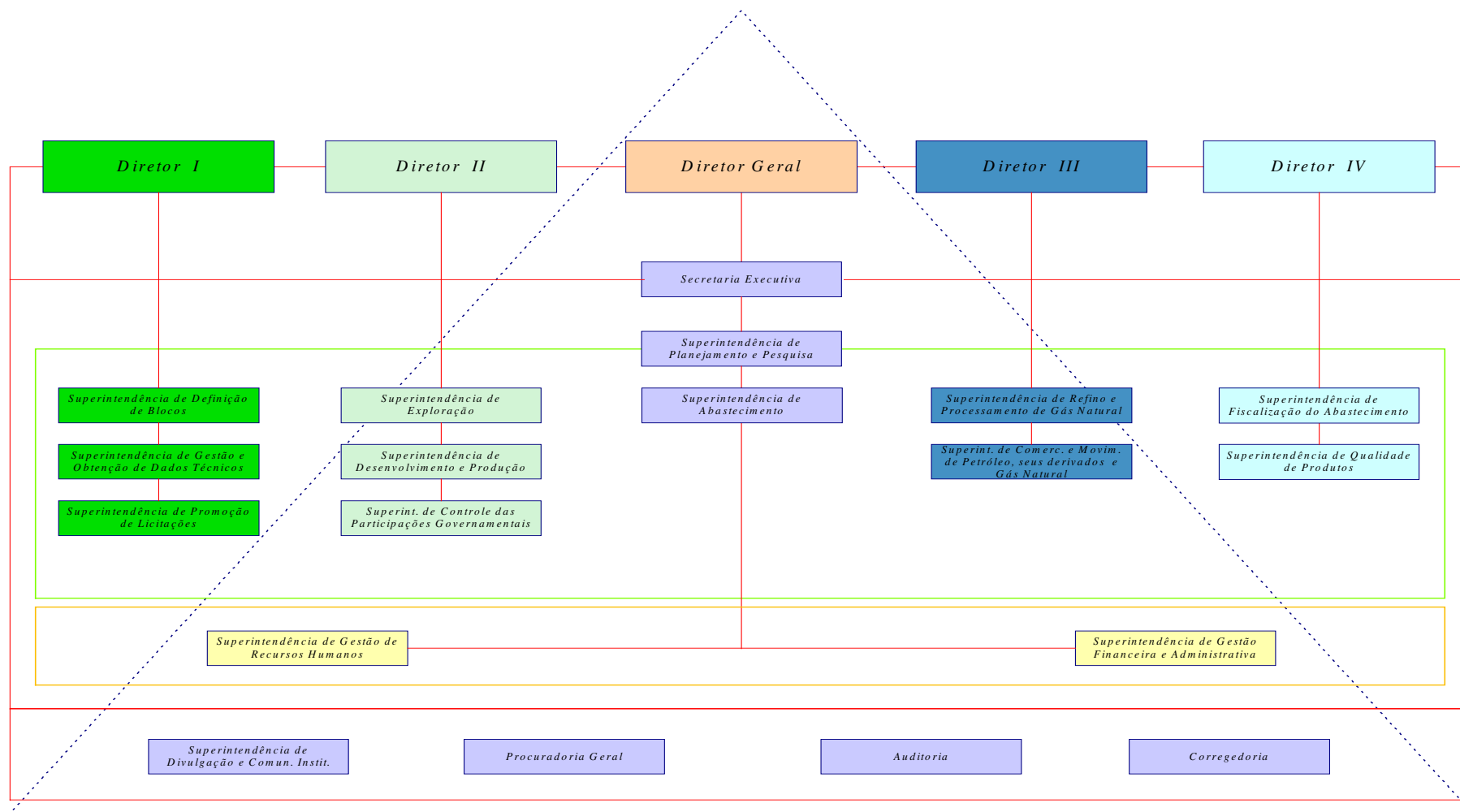
Gestão Financeira e Administrativa;

Gestão Interna.

Cabe à Diretoria colegiada decidir pela forma de vinculação das Superintendências aos Diretores, bem como a periodicidade desse processo de vinculação alternada. O Regimento Interno (Portaria n.º 215, de 1998, do Ministério de Minas Energia), por sua vez, definiu as atribuições comuns e específicas das Superintendências de Processos Organizacionais. As sub-unidades em que se desdobram as Superintendências e outras unidades em linha hierárquica assemelhada estão definidas - em termos de estrutura, vinculações e atribuições - em documento aprovado pelo colegiado e denominado Estrutura Organizacional da ANP.

Todos os textos legais e documentos aqui mencionados estão disponíveis, na sua integridade, no sítio da Agência na rede mundial de computadores.

Figura 1 – Organograma da ANP em 2006.



2. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

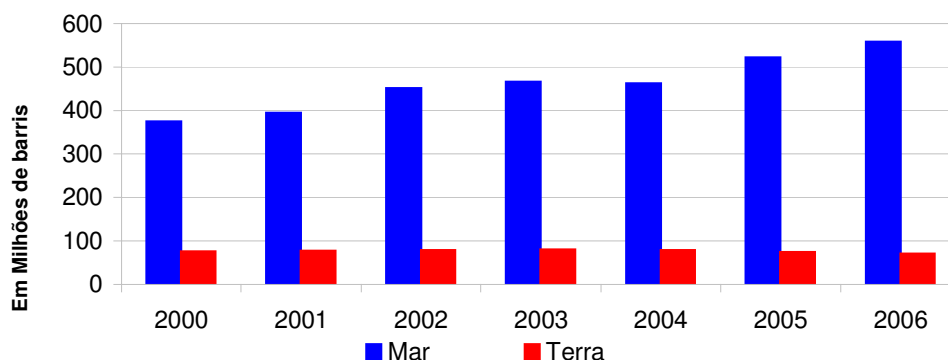
As atividades da Agência estão organizadas em três grandes grupos, que são o upstream, com a exploração de áreas, o desenvolvimento de campos e produção de petróleo cru e gás; o midstream, que inclui o transporte de cru, o refino e o processamento de gás; e o downstream, que compreende o abastecimento (vendas a atacado e varejo de derivados, ou seja, a distribuição e a revenda), e a respectiva fiscalização.

Análise de Mercado

As reservas provadas de petróleo alcançaram 12.182 milhões de barris, em 2006, ultrapassando em 3,5% o total de 2005, enquanto as de gás natural passaram de 306.394,90 milhões de metros cúbicos para 347.903,01 MMm³, aumentando 13,5%.

A produção de petróleo nacional no ano de 2006 foi de 628,79 milhões de barris, o que representa um aumento de 5,45 % em relação a 2005 (617,22 milhões).

Gráfico 1: Produção de Petróleo por localização 2000-2006

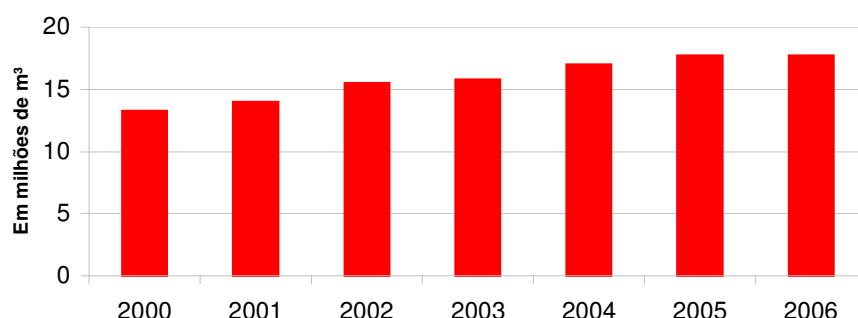


Fonte: ANP

A produção de gás natural aumentou 0,4 %, passando de 17,69 milhões de m³ (2005) para 17,70 milhões de m³ (2006), o que demonstrou neste ano expansão do consumo deste produto, cuja oferta líquida¹ diária cresceu 1,16 %, em 2006.

¹ Descontados o consumo próprio, a reinjeção, queima e perdas e somada à importação.

Gráfico 2: Produção Nacional de Gás Natural 2000-2006

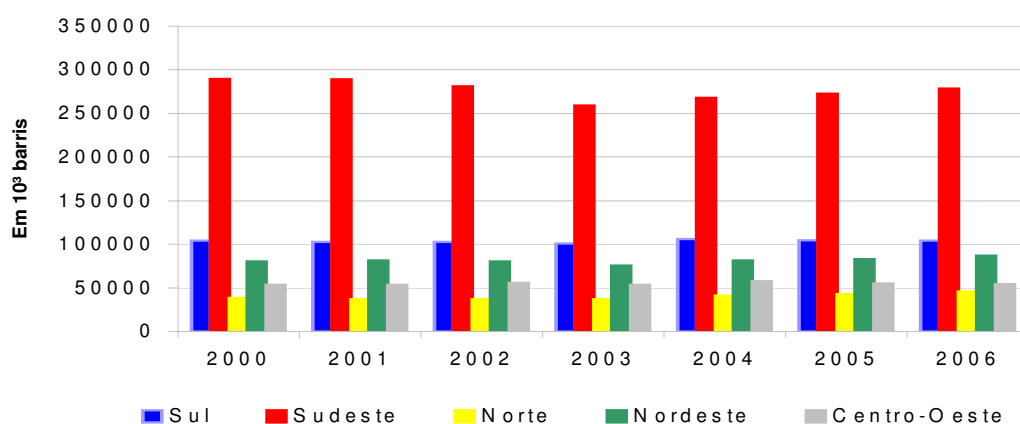


Fonte: ANP

O consumo dos combustíveis derivados de petróleo cresceu 1,9% no País, em decorrência do aumento da atividade econômica em 2006. As vendas pelas distribuidoras dos derivados de petróleo foram maiores nas regiões Norte (5,9%), Nordeste (4,48%) e Sudeste (2,16%), e menores nas regiões Centro-Oeste (-1,37%) e no Sul (-0,8%).

As vendas de gasolina de aviação, óleo combustível, querosene iluminante e de óleo diesel diminuíram no período, enquanto as de gasolina comum e GLP cresceram. O óleo combustível e a querosene iluminante vêm apresentando queda nas vendas, nos últimos anos, em função do deslocamento do consumo em direção ao gás natural e à diminuição do uso do querosene de iluminação como solvente para adulteração da gasolina.

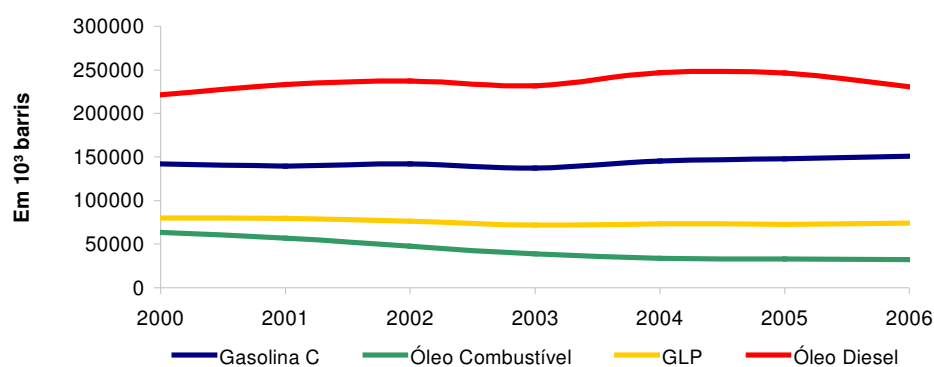
Gráfico 3: Vendas de Derivados pelas Distribuidoras 2000-2006



Fonte: ANP

Entre 2006, as vendas de óleo diesel decresceram 0,47%, enquanto a de GLP foi maior em 1,47%. Nas vendas de gasolina C houve incremento de 1,85%, e decréscimo de 2,12% nas de óleo combustível. Considerando-se o valor total das vendas desses derivados, em barris, o resultado foi de alta de 1,89% neste período. Adicionalmente, o aumento de 0,11% do volume de petróleo nacional refinado, que passou de 488,45 milhões de barris em 2005 para 488,95 milhões de barris em 2006, está associado a um aumento de 0,14% do refino de petróleo importado, que subiu de 133,13 (2005) para 133,32 milhões de barris (2006).

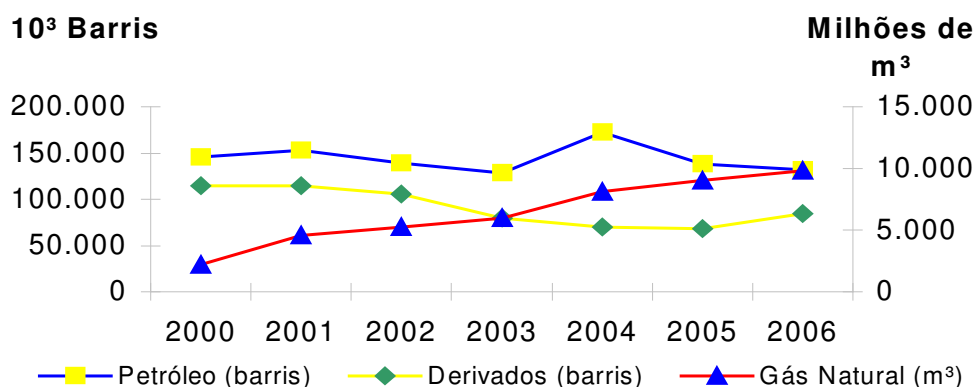
Gráfico 4: Vendas de Derivados pelas Distribuidoras 2000-2006



Fonte: ANP

No mesmo período, houve uma diminuição de 4,71% do volume de petróleo importado, que ficou em 131,94 milhões de barris em 2006, mantendo a tendência de queda desde 2001. A importação de gás natural teve um aumento de 8,79% em 2006, em decorrência da expansão do consumo registrada nos últimos anos. A importação de derivados de petróleo foi de 84,37 milhões de barris em 2006, tendo apresentado 23,51% de incremento em relação a 2005.

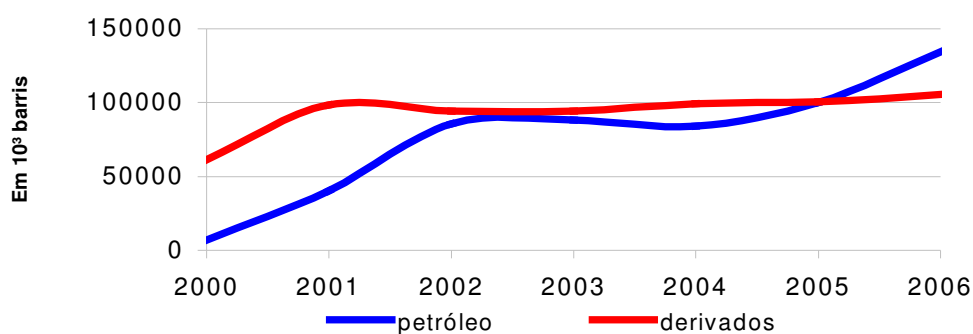
Gráfico 5: Importação 2000-2006



Fonte: ANP

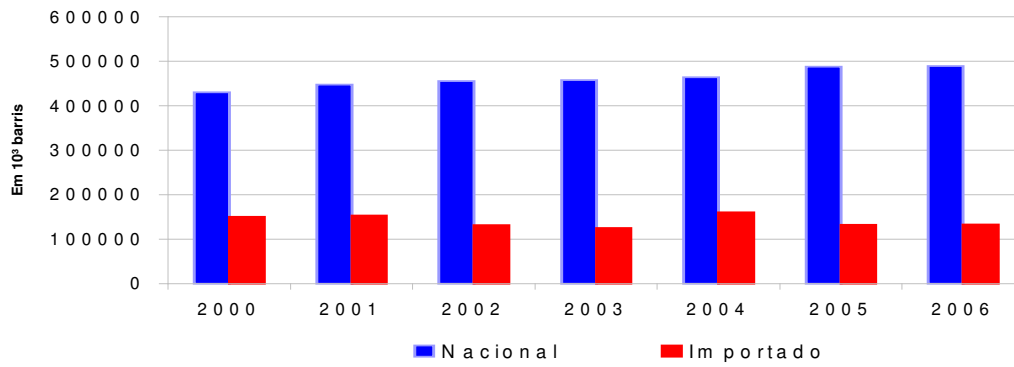
Com o incremento da exportação do petróleo nacional de 34,08%, em 2006, houve um aumento da receita de 65,55% (em 2006, esta receita foi US\$ 6,89 bilhões, valores FOB), elevada também em função da cotação do preço internacional, que ficou em US\$ 69,14 (valor médio), com aumento de 22,81% em relação à média do ano anterior. A exportação de derivados, em 2006, foi de 134,33 milhões de barris, um incremento de 34,08% em relação a 2005. A receita de exportação de derivados de petróleo foi de US\$ 6,41 bilhões, tendo apresentado incremento de 22,3% em relação a 2005.

Gráfico 6: Exportação 2000-2006



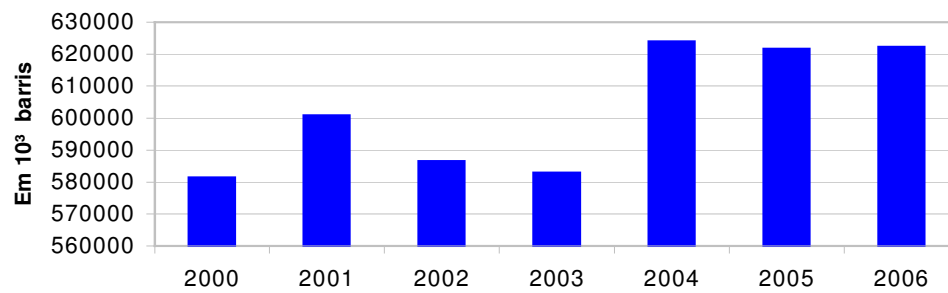
Fonte: ANP

Gráfico 7: Volume de Petróleo Refinado por Origem 2000-2006



Fonte: ANP

Gráfico 8: Volume de Petróleo Refinado no Brasil 2000-2006



Fonte: ANP

Tabela 1: Resumo Setorial

ITEM	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	% 06/05
Produção de Petróleo – Mar	374.309.854	394.692.221	451.902.351	466.342.101	462.084.935	521.292.441	557.956.514	7,0
Produção de Petróleo – Terra	76.316.262	77.170.017	78.952.161	79.738.378	78.632.103	74.962.183	70.840.894	-5,5
Produção de Gás Natural	13.282.877	13.998.798	15.525.153	15.792.064	16.971.156	17.699.201	17.706.161	0,0
Produção de derivados	583.981.883	611.482.965	596.279.043	594.888.096	628.352.927	636.046.691	641.873.178	0,9
Produção de Derivados – Manguinhos	4.692.986	5.578.079	5.192.992	6.081.273	5.909.473	2.877.339	1.054.421	-65,3
Produção de Derivados – Ipiranga	5.077.424	5.250.677	4.711.286	5.952.807	4.287.190	1.989.957	2.651.052	33,6
Refino de Petróleo Nacional	430.738.765	447.176.153	454.989.987	457.650.003	464.157.686	488.454.345	488.954.871	0,2
Refino de Petróleo Importado	150.676.087	153.679.817	131.563.073	125.354.501	159.946.870	133.135.804	133.323.762	0,9
Importação de Petróleo	145.350.297	152.481.041	138.884.803	128.212.680	172.508.129	138.467.523	131.941.850	-4,7
Preço médio do barril de petróleo importado (US\$ FOB)	29,72	26,08	24,48	30,52	40,15	55,86	68,61	22,8
Importação de Gás Natural	2.210.571	4.603.015	5.269.274	5.946.859	8.086.095	8.997.552	9.788.751	8,8
Importação de Derivados de Petróleo	114.655.435	114.499.756	105.540.404	79.897.536	70.060.705	68.309.168	84.374.028	24,1
Exportação de Petróleo	7.190.692	42.427.247	89.817.091	92.891.969	88.686.960	105.464.796	141.408.071	34,1
Exportação de Derivados de Petróleo	61.343.460	98.535.128	94.430.531	94.403.261	99.355.524	100.580.534	105.510.297	66,2
Consumo Aparente (de petróleo e derivados)	1.226,079	1.209,363	1.187,3111	1.161,783	1.223,596	1.233,032	1.240,068	0,57
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Diesel	221.095.210	232.880.066	236.927.217	231.800.421	246.678.506	246.167.073	230.789.394	-6,7
Vendas, pelas distribuidoras – GLP	80.198.953	79.732.031	76.303.726	71.745.589	73.472.317	73.028.429	74.102.713	1,5
Vendas, pelas distribuidoras - Gasolina C	142.339.892	139.703.257	142.214.502	137.059.336	145.703.879	148.073.725	150.821.634	1,4
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Combustível	63.439.776	57.192.665	47.557.322	38.999.138	34.042.606	32.941.214	32.239.732	-2,6

Obs: Dados sobre petróleo e derivados, em barris; dados de consumo aparente, em milhões de barris; dados sobre gás natural, em milhares de m³.

Fonte: ANP

2.1. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA

Em 2006 foram publicadas 34 resoluções sendo que, desse total, 15 se referem à determinação de preços mínimos de petróleo para efeito de cálculo das participações governamentais previstas na Lei nº 9.478, de 1997. Outras 19 resoluções tratam de temas variados e serão apresentadas sumariamente a seguir. Outros comentários serão abordados nas seções correspondentes às demais unidades organizacionais proponentes.

Resoluções nº 2 (25/01/06), nº 6 (16/02/06), nº 7 (10/03/06), nº 10 (23/06/06), nº 11 (26/06/06), nº 12 (26/06/06), nº 16 (21/07/06), nº 20 (10/08/06), nº 21 (22/08/06), nº 22 (22/08/06), nº 23 (22/08/06), nº 25 (19/09/06), nº 26 (10/10/06), nº 31 (23/11/06), e nº 33 (18/12/06)

Estabelecem os preços mínimos dos petróleos produzidos nos meses em que foram publicadas, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais.

Resolução nº 1 (25/01/06)

Estabelece, considerando a necessidade de ampliar os prazos para atendimento aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP nº 15, de 18 de maio de 2005, que regula o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), os prazos para atendimento aos requisitos estipulados em seus art. 36, inciso III e 37. Altera, ainda, a redação do art. 38 da referida Resolução.

Resolução nº 3 (25/01/06)

Estabelece a especificação para comercialização do querosene de aviação, destinado exclusivamente ao consumo em turbinas de aeronaves, em todo o território nacional e define obrigações dos agentes econômicos sobre o controle de qualidade do produto.

Resolução nº 4 (08/02/06)

Estabelece os requisitos necessários à outorga da autorização para o exercício da atividade de posto revendedor escola por distribuidor de combustíveis automotivos e a sua regulamentação.

Resolução nº 5 (13/02/06)

Estabelece os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de álcool etílico combustível para fins automotivos.

Resolução nº 8 (31/03/06)

Altera o Inciso "I" e inclui parágrafo único no art. 7º da Portaria ANP nº 243, de 18 de outubro de 2000, que regulamenta as atividades de distribuição e comercialização de gás natural comprimido (GNC) a granel e a construção, ampliação e operação de Unidades de Compressão e Distribuição de GNC.

Resolução nº 9 (26/06/06)

Altera o inciso II do art. 9º da Resolução ANP nº 5, de 13 de fevereiro de 2006, que estabelece os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de álcool etílico combustível para fins automotivos.

Resolução nº 13 (28/06/06)

Prorroga até 28 de fevereiro de 2007 o período de transição mencionado no § 2º do art. 6º da Resolução ANP nº 17, de 1º de setembro de 2004, a partir do qual dados deverão ser encaminhados à ANP exclusivamente por meio do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP).

Resolução nº 14 (06/07/06)

Aprimora e atualiza dispositivos constantes da Resolução ANP nº 15, de 15 de maio de 2005, que regula os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), e da Portaria ANP nº 242, que regulamenta os procedimentos para a inutilização de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo - GLP com capacidade de 13 kg, estabelece, ainda, os critérios e os procedimentos necessários para a implementação da prática de preço diferenciado para gás liquefeito de petróleo (GLP), destinado a uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13kg, considerando o disposto no art. 4º da Resolução CNPE nº 4, de 24 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Política Energética.

Resolução nº 15 (17/07/06)

Estabelece as especificações de óleo diesel e mistura óleo diesel/biodiesel – B2 de uso rodoviário, para comercialização em todo o território nacional, e define obrigações dos agentes econômicos sobre o controle da qualidade do produto.

Resolução nº 17 (27/07/06)

Regula o exercício da atividade de distribuição de combustíveis de aviação.

Resolução nº 18 (27/07/06)

Regula o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação.

Resolução nº 19 (10/09/06)

Altera as alíneas b e c do inciso VIII, art. 10 da Portaria ANP nº 116, de 6 de julho de 2000, que regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo.

Resolução nº 24 (06/09/06)

Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de solventes e a sua regulamentação.

Resolução nº 27 (18/10/06)

Aprova o Regulamento Técnico que define os procedimentos a serem adotados na Desativação de Instalações e especifica condições para Devolução de Áreas de Concessão na Fase de Produção.

Resolução nº 28 (18/10/06)

Estabelece os procedimentos referentes à alienação e reversão de bens pertencentes a Sistemas de Produção e à Devolução de Áreas de Concessão na Fase de Produção, conforme disposto no art. 28 §§ 1º e 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no Contrato de Concessão.

Resolução nº 29 (26/10/06)

Regulamenta o Programa Nacional do Monitoramento de Qualidade de Combustíveis – PMQC em todo o território nacional.

Resolução nº 30 (26/10/06)

Adota, considerando a necessidade de atualizar a norma técnica utilizada pela ANP quando da concessão de Autorização de Construção (AC) ou Autorização de Operação (AO), bem como quando da ampliação ou regularização das instalações destinadas ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis, a Norma NBR 17505 – Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis – e suas atualizações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a concessão de Autorização de Construção (AC) ou Autorização de Operação (AO), bem como quando da ampliação ou regularização das instalações destinadas ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis.

Resolução nº 32 (04/12/06)

Altera o art. 33 da Resolução ANP nº 15, de 18 de março de 2005, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e a sua regulamentação.

Resolução nº 34 (22/12/06)

Altera o inciso III, art. 14 da Portaria ANP nº 32, de 6 de março de 2001, que Regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de Gás Natural Veicular - GNV em posto revendedor que comercialize exclusivamente este combustível.

Upstream

As atividades que compõem o chamado *upstream* são as de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. No âmbito da ANP, seis superintendências tratam diretamente da promoção de licitações e da gestão das concessões outorgadas.

O primeiro grupo compreende a Superintendência de Definição de Blocos (SDB), a Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT) e a Superintendência de Promoção de Licitações (SPL). Basicamente, essas unidades, trabalhando de forma complementar, realizam a definição do que potencialmente pode ser licitado, promovendo estudos sobre as bacias sedimentares, realizando a gestão dos dados produzidos a partir de estudos contratados pela própria Agência e por concessionárias e promovendo as chamadas Rodadas de Licitação de Blocos, com o objetivo de permitir a entrada de agentes econômicos nas atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos.

O segundo grupo de unidades organizacionais envolvidas neste segmento do mercado é integrado pela Superintendência de Exploração (SEP), Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) e Superintendência de Participações Governamentais (SPG). Essas unidades trabalham na gestão das concessões outorgadas nas diferentes fases (exploração, desenvolvimento e produção), zelando pelo cumprimento dos contratos e fiscalizando as atividades envolvidas. Além disso, este segmento procede à apuração dos valores devidos pelas concessionárias a título de participações governamentais.

2.2. ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.

Em 2006, a Superintendência de Definição de Blocos (SDB) esteve dedicada às seguintes frentes de trabalho: os preparativos para a oitava e nona rodadas de licitações, a aquisição de novos dados, informações e a realização de estudos de geologia e geofísica necessários para viabilizar a continuidade do processo de outorga de concessões a curto, médio e longo prazos, pois, para o sucesso das rodadas de licitações é preciso que os blocos oferecidos representem oportunidades atrativas de investimento no competitivo mercado mundial de áreas exploratórias.

Mais de 50% do território brasileiro (em terra) não tem seu potencial petrolífero devidamente avaliado em virtude da à escassez de dados, o que inviabiliza a atração de novos investimentos. A aquisição de novos dados, nesses casos, permitirá que estudos revelem informações mais detalhadas sobre os potenciais sistemas petrolíferos de diversas bacias sedimentares. Informações essas que, ajudando a desvendar o potencial exploratório de vastas áreas do território brasileiro, poderão permitir inclusão de novos blocos nas futuras rodadas de licitações.

A renovação do conhecimento de bacias sedimentares brasileiras e a abertura de novas fronteiras exploratórias são as chaves para a descoberta de novas acumulações que irão repor/incrementar as reservas de petróleo e gás natural.

Para fazer frente a esse desafio, estão sendo realizados trabalhos de planejamento relacionados ao Plano Plurianual de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica, com o intuito de organizar a seqüência dos serviços a serem executados, de modo a garantir recursos e a continuidade dos projetos voltados para a inserção das bacias sedimentares terrestres no cenário petrolífero brasileiro.

2.2.1. Projetos

Apesar de aporte de recursos provenientes do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) representar um avanço na previsibilidade e disponibilidade de recursos para a execução dos projetos, o montante disponibilizado está longe de representar um volume suficiente para manter um adequado fluxo de levantamentos de dados e estudos que vise futuras rodadas, o que poderá impactar a manutenção da auto-suficiência do Brasil em produção de petróleo. Será então necessária, em 2007, uma vigorosa ação que permita a intensificação dos projetos, de modo a se adquirirem novos dados e informações acerca das características geológicas e propensão à exploração petrolífera das bacias sedimentares brasileiras, com especial interesse nas bacias terrestres, consideradas novas fronteiras exploratórias.

2.2.2. Quadro Técnico

O ano de 2006 foi marcado por intensa movimentação no que tange ao quadro técnico de profissionais de geologia e geofísica. Dos servidores com mais tempo de ANP apenas um permanece nos quadros atuais, refletindo a completa renovação dos especialistas da

SDB. No início e em meados do ano foram contratados 17 geólogos e três geofísicos, dos quais apenas um com experiência em geologia de petróleo. Adicionalmente, a demanda do mercado e a crescente valorização dos profissionais desse ramo ocasionaram a saída de 50% do quadro de geólogos e de 100% do quadro de geofísicos da SDB, impactando diretamente os estudos internamente realizados. Com isso, foi necessário dar prioridade aos estudos diretamente relacionados às rodadas.

2.2.3. Novos Equipamentos

No final do ano de 2006, foi realizada licitação para a aquisição de oito estações de trabalho e uma impressora do tipo plotter, a serem entregues no início de 2007. Esses equipamentos são necessários para viabilizar o trabalho interno da SDB, pois os equipamentos até então disponíveis se encontram demasiadamente obsoletos.

2.2.4. Estudos internos da ANP

Os estudos realizados internamente no decorrer de 2006 visaram à elaboração do Plano Plurianual de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica (2007-2011), a definição dos blocos oferecidos na Oitava Rodada de Licitações e os estudos iniciais para a definição de blocos para a Nona Rodada, a ser realizada em 2007. Incluíram, ainda, a interpretação de dados de poços e dados geofísicos de todos os setores oferecidos, bem como de setores de bacias ainda pouco exploradas.

É importante destacar a utilização dos resultados de projetos concluídos nas bacias Pernambuco-Paraíba e Parnaíba, na determinação da atratividade exploratória de blocos delimitados nessas áreas para a Nona Rodada de Licitações.

Os resultados alcançados atendem às diversas demandas de órgãos governamentais, entre os quais a própria ANP, o MME, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), em relação às necessidades de planejamento e transparência do processo licitatório.

2.2.5. Estudos externos

A ANP promove junto a universidades brasileiras estudos dos sistemas petrolíferos das bacias sedimentares brasileiras, para reinterpretar conhecimentos à luz dos mais novos conceitos. Os estudos junto às universidades são muito importantes para acelerar e otimi-

zar os trabalhos conduzidos internamente na Agência, criando uma base para a construção de novos conhecimentos. São também essenciais para criar um ambiente competitivo mais equilibrado nas rodadas de licitações.

Em 2006, foram concluídos os estudos “Revisão e Reavaliação dos Sistemas Petrolíferos da bacia de Sergipe-Alagoas”, o “Estudo sobre a Transição entre as Bacias de Alagoas e Pernambuco-Paraíba” como também a “Interpretação e Mapeamento dos Sistemas Petrolíferos da Bacia de Campos”. Também foi dada continuidade aos “Estudos de Sistemas Petrolíferos de Rochas Carbonáticas”, ao “Estudo de Sistemas Petrolíferos - Bacia do Espírito Santo e Cumuruxatiba” e foram iniciados os trabalhos referentes aos “Estudos de Sistemas Petrolíferos da Bacia do Recôncavo” e “Estudo de Sistemas Petrolíferos - Bacia de Pelotas” contratados em dezembro de 2005.

2.2.6. Aerolevantamentos – Aquisição de Dados Aerogeofísicos

Os serviços aerogeofísicos são de suma importância no processo de aquisição de dados geológicos de bacias inexploradas ou com pouca informação disponível, como é o caso das bacias terrestres brasileiras, uma vez que permitem uma primeira análise dos aspectos relevantes para a exploração, bem como balizam a seleção de novas áreas para o desenvolvimento de estudos de maior precisão e custo mais elevado.

A SDB concluiu a 1ª etapa do convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para a transferência de tecnologias e a capacitação técnica nacional no campo da geofísica aplicada, com ênfase em geofísica aérea. O convênio tem por objetivo a aplicação de dados de métodos potenciais (gravimetria e magnetometria) para a identificação de áreas de ocorrência potencial de hidrocarbonetos na bacia do Parnaíba, incluindo aquisição, processamento, interpretação e análise geofísica e geológica dos dados coletados e implementação de mecanismos que assegurem a transferência, a absorção, o desenvolvimento de tecnologias e a capacitação de mão-de-obra.

Em 2006, o convênio operou cinco aeronaves, três equipadas com sensores magnetométricos e gamaespectrométricos e duas com sensores gravimétricos e magnetométricos. A fase de aquisição de dados, iniciada em 2004, completou toda a cobertura prevista na bacia do Parnaíba, tendo seus trabalhos concluídos em novembro.

Considerando que os resultados do convênio foram positivos e importantes no processo de avaliação da bacia do Parnaíba, foi firmado novo convênio com a USP no sentido de dar continuidade aos trabalhos ora realizados, estendendo a área de cobertura sobre as bacias de São Luis, Bragança-Vizeu, Marajó e Amazonas, permitindo a análise de grande parte das bacias setentrionais, bem como a integração com a área levantada.

Em termos de contrato, entre 6 de abril de 2006 e 27 de agosto de 2006, foi realizado o Levantamento Aeromagnetométrico e Gamaespectrométrico na Bacia do São Francisco. O levantamento cobriu 81.237,12 km com perfis de alta resolução que foram processados e então apresentados e entregues à ANP em setembro de 2006.

2.2.7. Levantamentos Geoquímicos

No final de 2006, foi licitado e contratado o Levantamento Geoquímico do Assoalho Oceânico da Bacia de Pelotas, que tem por objetivo determinar a eventual presença de hidrocarbonetos na bacia.

2.2.8. Outros Serviços

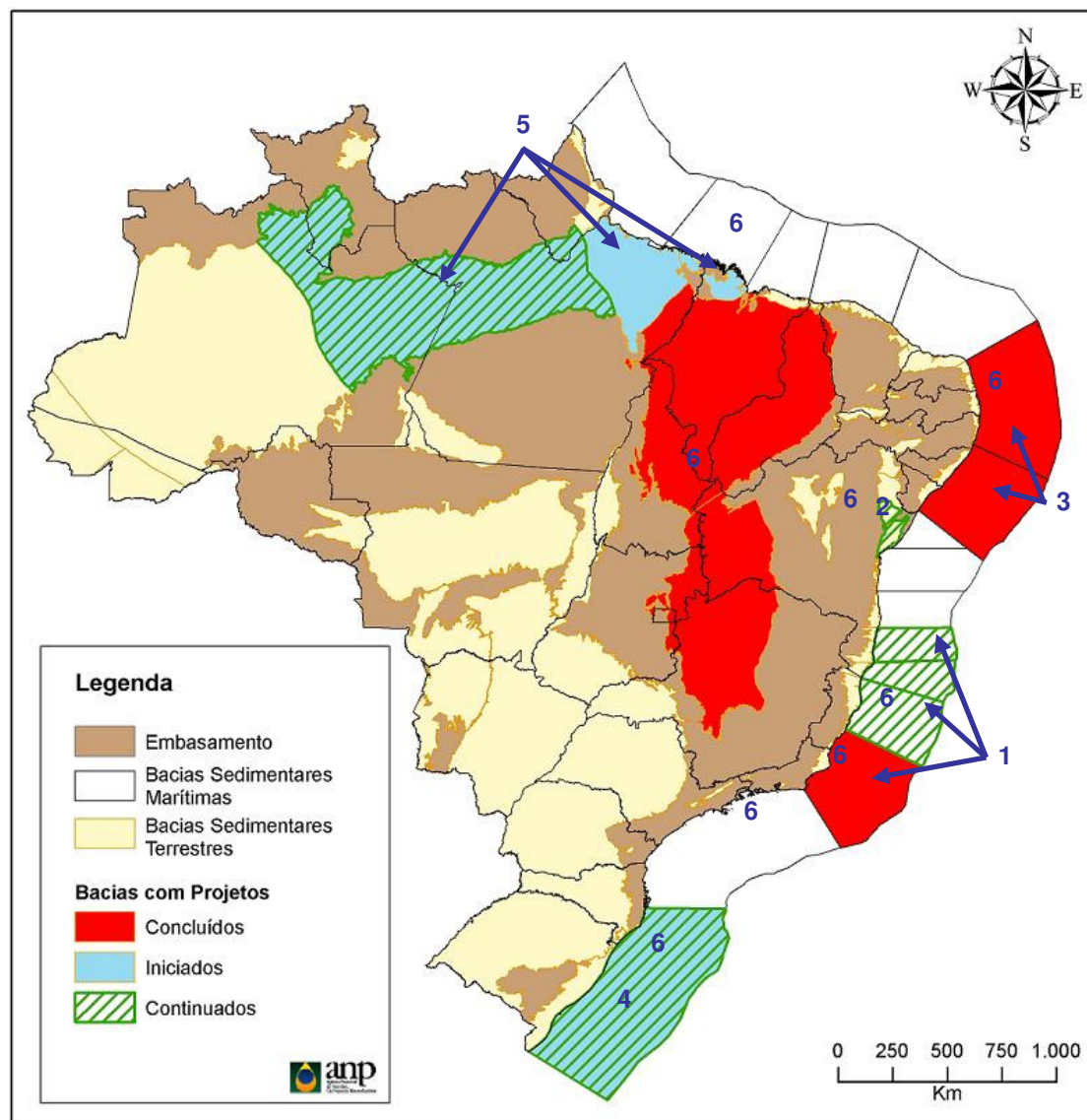
Além dos levantamentos de aquisição de dados geológicos supracitados, foi dada continuidade ao serviço de processamento de dados sísmicos da Bacia de Sergipe-Alagoas em terra, processamento esse que foi finalizado em outubro de 2006. Esse projeto teve por objetivo a utilização de novas tecnologias de processamento sísmico, a fim de melhorar a qualidade de registros existentes, proporcionando melhor qualidade e facilidade de interpretação dos perfis obtidos. Bons resultados de processamento podem evitar a repetição de uma dispendiosa aquisição sísmica em área já levantada. Foi também contratado o processamento de dados sísmicos nas bacias do Recôncavo e do Amazonas tendo seu término previsto para o início de 2007.

2.2.9. Conclusão

Em 2006, foram concluídos vários projetos (Figura 1) concretizando a abordagem inicial prevista no Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica da ANP. Esses projetos, somados aos que estão em andamento e aos que se estão iniciando, permitem alocar melhor o recurso proveniente do PPI em projetos que demandam maior aporte de verba, projetos estes que aumentarão sensivelmente o conhecimento das bacias petrolíferas

brasileiras e permitirão a inclusão de bacias sedimentares pouco exploradas no cenário petrolífero de novas descobertas de óleo e gás, garantindo, assim, maior durabilidade à auto-suficiência na produção de petróleo e redução da dependência externa em gás natural. A disponibilidade dos recursos do PPI para estudos de geologia e geofísica é fundamental para a continuidade dos trabalhos e a expansão das reservas de óleo e gás.

Figura 1 – Mapa da Distribuição dos Estudos de Geologia e Geofísica



Fonte: SDB

(1) Sistemas petrolíferos da Bacia de Campos, Espírito Santo e Cumuruxatiba; (2) Sistemas petrolíferos das bacias do Recôncavo e Tucano-Sul; (3) Sistemas Petrolíferos da Bacia de Sergipe-Alagoas e Pernambuco-Paraíba; (4) Dados geoquímicos da bacia de Pelotas; (5) Dados aerogeofísicos da bacia do São Luís, Bragança-Vizeu, Marajó e Amazonas e (6) Estudos para a Nona Rodada de Licitações.

2.3. GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

Com a mudança na legislação brasileira sobre a indústria petrolífera a partir da aprovação da Lei 9.478, de 1997 – Lei do Petróleo, quase todos os dados e as informações disponíveis em meio digital, referentes a poços e levantamentos geofísicos, que foram coletados durante o exercício do monopólio conferido a Petrobras pela Lei nº 2004, foram transferidos para a ANP.

Até 1998, quando foram assinados os primeiros contratos de concessão, a Petrobras coletou 1.155.188 km de dados sísmicos 2D – 165.591 km adquiridos pelas companhias que assinaram contratos de risco – e 45.535 km² de dados sísmicos 3D. Esses levantamentos incluem dados de campo, dados empilhados ou migrados, com várias versões de processamento. Além disso, foram perfurados 5.319 poços exploratórios e 13.165 poços de desenvolvimento, para injeção de água e especiais, excluídos aqueles perfurados durante a fase de existência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

Para receber e organizar o acervo de dados e informações transferidos, a Agência, por intermédio da sua Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos, implantou, em maio de 2000, o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP). Na sua primeira etapa de viabilização, instalou-se nesse Banco de Dados o Centro de Sísmica e Poços, cuja concepção e modelo foram discutidos com a indústria do petróleo, através de um comitê de gerenciamento coordenado pela ANP. Desse comitê participaram empresas de petróleo, de consultoria e de serviços, além de várias instituições universitárias.

Até dezembro de 2006, o acervo de dados geofísicos carregados no Sistema PetroBank do BDEP era constituído por 289 fitas contendo dados sísmicos pós-empilhamento, correspondentes a 12,51 Terabytes, 191.343 fitas com dados pré-empilhamento correspondentes a 1,8247 Petabytes, 22.541 dados de poços carregados, sendo 20.132 poços com perfis; 3.442 com perfis compostos, 17.484 pastas de poços e 246 programas de métodos potenciais (geofísicos terrestres e aéreos). Nesses totais, estão incluídos dados de poços e dados sísmicos adquiridos por empresas de serviços e companhias concessionárias. A evolução do acervo pode ser observada na tabela a seguir.

TABELA 2: Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2006.

	Até 12/2005	Até 12/2006	Acréscimo %
Sísmica pós-"stack"-Terabytes	11,67	12,51	7,20%
Sísmica pré-"stack"-Petabytes	1,705	1,825	6,43%
Poços com perfis	19.810	20.132	1,62%
Perfis compostos	3.442	4.809	39,71%
Métodos potenciais- programas	245	246	< 1,00 %

Fonte: Relatórios BDEP jan-dez/2006

Deve-se destacar os acréscimos de dados sísmicos pós-*stack*: 7,20% , e de perfis compostos, 39,71%, o que permitiu melhor atendimento aos usuários do BDEP. Ressalte-se que o atendimento às metas traçadas no PPA depende da realização de levantamentos geofísicos pelas empresas de aquisição de dados, que têm diminuído nos últimos anos.

Durante o ano de 2006, foram recebidos 17 relatórios não-exclusivos (de levantamentos geofísicos, de reprocessamento de dados sísmicos, de estudos geológicos ou geoquímicos), cinco relatórios referentes a dados exclusivos e oito relatórios de estudos geológicos realizados por iniciativa da ANP.

No que se refere às autorizações, foram outorgadas oito para levantamentos de dados geofísicos não-exclusivos, oito para reprocessamento de dados sísmicos 2D e 3D, uma para interpretação de dados sísmicos 3D e uma para estudos geológicos.

A evolução dos dados não-exclusivos carregados no Banco de Dados de Exploração e Produção pode ser observada na tabela seguinte:

TABELA 3: Dados não-exclusivos carregados no Banco de Dados de Exploração e Produção

ANO	Gravimetria Km	Km2	Magnetometria Km	Sísmica 2D Km	Sísmica 3D Km2
1999	36.968,72	346,22	106.048,02	53.193,79	16.300,50
2000	58.972,81	5.778,87	114.332,47	84.620,63	54.974,30
2001	202.179,83	14.632,55	298.071,30	179.740,61	33.841,47
2002	29.233,93	16.794,57	515.986,62	568,38	35.830,45
2003	9.538,33	5.714,82	299.986,08	565,85	18.362,30
2004			102.658,76	20,00	9.449,04
2005			61.939,00		6.864,94
2006	21.745,00		1.015.054,00	-	20.548,34
TOTAL	358.638,62	43.267,03	2.514.076,25	318.709,26	196.171,68

Fonte: SDT

Entre os destaques da Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT) no decorrer do ano está a elaboração dos pacotes de dados para a 8ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios e a recuperação de dados fornecidos para usuários e para a ANP, que foram os seguintes:

TABELA 4: Dados recuperados para atendimento a usuários e à ANP

No. de Perfis-poços	2.915
Sísmica pós- "stack"- em Gb	570,7883
No. de Pastas de poços	2.704
No. de Perfis compostos	2.968
Sísmica pré- "stack"- em Gb	25.197,9472
Nº de Perfis Integrados	89
Curvas Básicas em LAS	854
Projeto Gravimetria	47
Projeto Magnetometria	38

Fonte: Relatórios e Arquivos BDEP

Outra importante atividade da Superintendência é o atendimento a consultas do acervo do Arquivo Técnico, onde estão todos os documentos relativos aos contratos de concessão e relatórios referentes aos poços perfurados, levantamentos geofísicos e estudos geológicos.

A evolução das consultas pode ser vista na próxima tabela:

TABELA 5: Consultas ao Arquivo Técnico de Junho de 2002 a Dezembro de 2006

ANO	UNIDADES ADMINISTRATIVAS										TOTAL
	PRG	SDB	SDP	SDT	SEP	SPG	SPL	SPP	BDEP	DIR	
2002	11	34	198	41	688	39	133			21	1165
2003	11	235	288	94	692	658	43			2	2023
2004		182	465	179	747	9	71	2	1	12	1668
2005	3	391	59	188	194	12	65				912
2006	1	565	142	464	724	47	64				2007
TOTAL	26	1407	1152	966	3045	765	376	2	1	35	7775

Fonte: SDT

A variação no número de consultas anuais acompanha, de certo modo, a flutuação da locação da ANP. Assim, por exemplo, o maior número de consultas em 2006, em relação a 2005, deveu-se ao aumento de funcionários concursados admitidos a partir de novembro de 2005.

O número de documentos recebidos pelo Arquivo Técnico tem crescido constantemente: em 2004, 3.636 documentos; em 2005, 4.411; e em 2006, 5.468, totalizando 13.515 documentos no período. Devido ao crescimento do acervo, foi necessária a ampliação do espaço para armazenamento

Cabe destacar a realização de investimentos no BDEP, para a modernização do parque tecnológico, sendo destaque a compra de um equipamento *storage*, com capacidade de armazenamento de 48 *Tbytes*, 40 microcomputadores, quatro Drives 3592-E02 (com capacidade de leitura e gravação em fitas de 500 *Gbytes*), 30 computadores com processador Dual Cores 2,4 Ghz, que serão acondicionados em um *rack* de 19 polegadas com 42 U de altura para serem usados como servidores, assim como a compra de um novo *no-break*, para maior segurança nas atividades do Banco de Dados.

Em relação ao Convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) para gestão do BDEP, cabe acrescentar a sua renovação em junho de 2006 e a realização de um novo instrumento em dezembro, com uma vigência de até cinco anos. Foi criado o Comitê Gestor para o BDEP com participação da ANP e da CPRM, sob a presidência do Superintendente Adjunto da SDT, o que tem ajudado na melhor condução dos trabalhos realizados naquele Banco de Dados.

Por orientação da Procuradoria Geral da ANP colocou-se sob gestão direta da Agência o contrato com a Halliburton Serviços Ltda., que antes era gerido pela CPRM no convênio com a ANP e cuja mudança permitiu maior controle sobre a prestadora de serviços. Dentro deste contrato foram realizados diversos cursos de introdução ao Sistema Petrobank para servidores das Superintendências do *upstream* da ANP, conforme previsto em contrato, no item de transferência de tecnologia. O contrato com a IBM também será trazido para gestão direta da ANP, em 2007.

Como ação de fiscalização e capacitação, uma equipe composta por técnicos de diversas áreas da ANP acompanhou o levantamento de sísmica 2D realizado na Bacia do Rio do Peixe pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no mês de dezembro, bem como operações de perfilagem na Bacia do Espírito Santo.

Finalmente, com a entrada e o treinamento dos novos servidores concursados, será possível uma constante e melhor atuação da Superintendência nas suas competências regimentais.

2.4. PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES

Segundo a Lei 9.478, de 1997 – Lei do Petróleo, todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil pertencem a União, cabendo sua administração à ANP. As atividades de exploração e produção efetuadas pelas empresas concessionárias deverão ser exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitações promovidas por esta Agência, por intermédio da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL).

Atualmente os hidrocarbonetos representam aproximadamente metade do consumo total da matriz energética nacional. A auto-suficiência do petróleo foi alcançada no primeiro semestre de 2006; por outro lado, o Brasil ainda é importador de 25 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. A continuidade das atividades exploratórias e a descoberta de novas reservas têm importância estratégica para garantir, no caso do petróleo, a compensação ao declínio da produção dos atuais campos produtores e, no caso do gás natural, a redução da dependência externa.

Diante desse contexto, destaca-se a importância das atividades de planejamento, promoção e execução das rodadas de licitações exercidas pela SPL, as quais se encontram descritas ao longo deste capítulo, particularmente as relativas ao ano de 2006.

2.4.1. Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais

2.4.1.1. Introdução

Conforme previsto na Lei do Petróleo, a Petrobrás teve ratificados os seus direitos sobre cada um dos campos de seu interesse que estavam em efetiva produção na data de início de vigência da Lei. Nesse sentido, em 6 de agosto de 1998, foram celebrados os contratos de concessão referentes a 282 campos em produção ou desenvolvimento. Outros 62 campos que já haviam produzido ou que se encontravam na etapa de desenvolvimento não foram reivindicados pela Petrobrás no prazo previsto naquela lei, estando essas áreas desde então à disposição da ANP. De 1998 até 2006, outros campos também foram devolvidos. Estes campos ficaram conhecidos no mercado como “campos devolvidos” ou “campos marginais da ANP”.

Para dar continuidade às atividades já realizadas nessas áreas, e ao mesmo tempo, estimular a criação de um novo modelo de indústria de exploração e produção de petróleo no Brasil, a ANP decidiu licitar essas áreas, tendo como foco principal as pequenas e médias empresas, com estrutura de custos mais ajustadas para o volume de hidrocarbonetos produzido. Além disso, ao reativar essas áreas, a ANP teve em vista benefícios para a sociedade, estimulando as economias regionais com a geração de renda, recolhimento de impostos, criação de empregos diretos e indiretos e com a redução dos passivos ambientais presentes na existência de poços desativados sem aterramento.

Coube a SPL elaborar um novo modelo de contrato que se diferenciasse do tradicional contrato de licitação de blocos exploratórios e se aproximasse mais das características dessas áreas, ou seja, um contrato de reabilitação e produção. Além disso, foi feito um grande trabalho de divulgação e posteriormente de esclarecimento às empresas interessadas, pois grande parte delas atuavam em outros setores da economia ou haviam sido recém-criadas para participar do processo.

A Primeira Rodada de Licitações de Áreas Inativas Contendo Acumulações Marginais, aconteceu em outubro de 2005, paralelamente à 7ª Rodada. Foram habilitadas para participar do leilão 91 empresas, sendo que 53 apresentaram oferta e 16 sagraram-se vencedoras (14 individuais e duas em consórcio). Do total de 17 áreas ofertadas, 16 foram arrematas no leilão, sendo que 14 contratos foram assinados. Foram ofertados aproximadamente três milhões de reais em bônus de assinatura e 5.250 Unidades de Trabalho em Programa de Trabalho Inicial, permitindo imputar investimentos mínimos para a atividade de Avaliação da ordem de 52 milhões de reais, nos próximos dois anos.

2.4.1.2. Áreas Oferecidas em 2006

Na Segunda Rodada de Licitação de Áreas Inativas Contendo Acumulações Marginais, ocorrida em 2006, foram oferecidas 14 áreas, sendo três na bacia de Barreirinhas, no estado do Maranhão, oito na bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, e três na bacia do Espírito Santo, no estado de mesmo nome.

Inicialmente seriam oferecidas 21 áreas, mas, por restrições ambientais, foram excluídas duas áreas na bacia Potiguar e cinco na bacia do Espírito Santo. Além dessas, as três áreas da bacia de Barreirinhas e uma na bacia Potiguar, que foram licitadas, ainda dependem de reavaliação por parte das autoridades ambientais para a assinatura dos contratos de concessão. A Tabela 6 apresenta o quadro atual, identificando as áreas excluídas e as que ainda dependem de reavaliação.

Tabela 6: Áreas oferecidas na Segunda Rodada de Licitações

Bacia	Áreas	km ²	Situação
Espírito Santo (Espírito Santo)	Conceição da Barra	12,8	Excluída
	Crejoá	6,6	Licitada
	Jaó	5,5	Excluída
	Capela São Pedro	30,4	Excluída
	Rio Ipiranga	42,6	Licitada
	Rio Barra Nova	1,2	Licitada
	Rio São Domingos	1,2	Excluída
	Foz do Rio Doce	1,9	Excluída
Barreirinhas (Maranhão)	Espigão	21,3	Licitada com restrições
	Oeste de Canoas	80,5	Licitada com restrições
	São João	15,8	Licitada com restrições
Potiguar (Rio Grande do Norte)	Carnaubais	7,9	Licitada
	Trapiá	23,4	Licitada
	Riacho Velho	0,9	Licitada
	Rio do Carmo	1,3	Licitada
	São Manoel	17,4	Licitada
	Quixaba	17,2	Licitada
	Diogo Lopes	2,4	Excluída
	Porto do Mangue	6,4	Licitada com restrições
	Riacho da Pedra	2,3	Excluída
	Chauá	4,6	Licitada

Fonte: SPL

2.4.1.3. Empresas Habilitadas

Para a Segunda Rodada foram habilitadas 55 empresas (sendo 29 novas entrantes), das quais 30 fizeram oferta e 10 venceram. É interessante notar que o percentual de empresas habilitadas que fizeram oferta manteve-se praticamente o mesmo nas duas rodadas (58,24% na Primeira Rodada e 54,55% na Segunda Rodada).

Tabela 7: Número de Empresas Participantes

	1ª Rodada (2005)	2ª Rodada (2006)
Manifestaram Interesse	113	61
Empresas Habilitadas	91	55
Apresentaram Oferta	53	30
Vencedoras	16	10

Fonte: SPL

A redução observada no número total de empresas participantes da Primeira para a Segunda Rodada pode ser explicada por alguns fatores, dentre os quais destaca-se o perfil de maior risco das áreas licitadas, a redução do período disponível para as empresas analisarem os pacotes de dados das áreas oferecidas, as indefinições sobre exigências para o licenciamento e a incerteza causada pela necessidade de aprovações das áreas pelos órgãos ambientais.

O perfil das empresas participantes em ambas as rodadas se manteve concentrando principalmente em empresas de engenharia, construção civil e pequenas empresas do setor de petróleo, sendo algumas, inclusive, formadas para participar das licitações. Somados, os três setores mencionados acima responderam por 64% das empresas participantes da Primeira Rodada, percentual esse que se elevou para 78% na Segunda Rodada, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8: Perfil das Empresas Habilitadas por Setor Econômico

Setor Econômico	1ª Rodada (2005)	2ª Rodada (2006)
Engenharia	35%	40%
Petróleo	20%	25%
Construção	9%	13%
Outros	19%	9%
Químico	2%	5%
Investimentos e Participações	9%	4%
Transporte	6%	4%

Fonte: SPL

Pela Tabela 9 podemos observar que a maioria das empresas habilitadas pertence aos estados das regiões sudeste e nordeste. Somadas, estas duas regiões respondem por 89% e 85% das empresas habilitadas na Primeira e Segunda Rodadas, respectivamente. Nota-se que o crescimento da participação das empresas estrangeiras da Primeira para a Segunda Rodada (3% para 9%) e a ausência de empresas da região Sul na Segunda Rodada.

Tabela 9: Perfil das Empresas Habilitadas por Região

Fonte: SPL Região	1ª Rodada (2005)	2ª Rodada (2006)
Nordeste	27%	24%
Sudeste	62%	62%
Sul	6%	0%
Centro-Oeste	2%	5%
Estrangeiras	3%	9%

Com relação ao Patrimônio Líquido das empresas habilitadas (Tabela 10), observa-se que seu valor médio entre as empresas habilitadas para a Segunda Rodada é de R\$ 17,72 milhões (excluindo a Petrobrás, que por ter um Patrimônio Líquido de R\$ 79 bilhões distorce a análise das 54 empresas habilitadas restantes). Na Primeira Rodada, esse valor médio era de R\$ 22,29 milhões (também excluindo a Petrobrás). Adicionalmente observa-se que metade das empresas habilitadas tinha um Patrimônio Líquido de até R\$ 2,52 milhões na Primeira Rodada, e que nesta Segunda Rodada este valor se reduziu para R\$ 1,93 milhões.

Tabela 10: Patrimônio Líquido das Empresas Habilitadas

Patrimônio Líquido em R\$ milhões (excluindo a Petrobrás)	1ª Rodada (2005)	2ª Rodada (2006)
Média	22,29	17,72
Mediana	2,52	1,93

Fonte: SPL

2.4.1.4. Resultados da Rodada

Do total de 14 áreas ofertadas, 11 foram arrematadas (Tabela 11, Gráfico 9 e 10), sendo ofertado um total de R\$ 10.677.058 em bônus de assinatura e 2.400 Unidades de Trabalho (UT) em Programa de Trabalho Inicial (PTI), o que corresponde a um investimento total estimado de R\$ 24 milhões para os próximos dois anos.

Tabela 11: Ofertas Vencedoras da Segunda Rodada de Acumulações Marginais

	Área	Bacia	Empresa / Consórcio	Bônus de Assinatura (R\$)	PTI (UT)	Investimento Esperado (R\$) ¹
1	Rio do Carmo	Potiguar	Proen**	51.100	116	1.160.000
2	Carnaubais	Potiguar	----- Não houve oferta -----			
3	Riacho Velho	Potiguar	Genesis 2000**	500.000	116	1.160.000
4	Chauá	Potiguar	Sóllita**	105.000	116	1.160.000
5	Rio Ipiranga	Espírito Santo	Cheim**	611.000	266	2.660.000
6	Rio Barra Nova	Espírito Santo	----- Não houve oferta -----			
7	Espigão	Barreirinhas	Panergy**	1.115.550	266	2.660.000
8	Crejoá	Espírito Santo	Koch**	144.008	90	900.000
9	São Manoel	Potiguar	Arclima**	150.000	186	1.860.000
10	Trapiá	Potiguar	Proen	150.000	236	2.360.000
11	Oeste de Canoas	Barreirinhas	Engepet (50%)** Perícia (50%)	3.275.200	236	2.360.000
12	Quixaba	Potiguar	----- Não houve oferta -----			
13	Porto do Mangue	Potiguar	Rio Proerg**	337.700	116	1.160.000
14	São João	Barreirinhas	Rio Proerg**	4.237.500	656	6.560.000
Total				10.677.058	2.400	24.000.000

* Cada Unidade de Trabalho (UT) corresponde a R\$ 10.000,00 de investimento mínimo esperado.

** Empresa Operadora.

Fonte: SPL

Gráfico 9: Bônus de Assinatura - 2ª Rodada de Licitação de Áreas com Acumulações Marginais (R\$ mil)

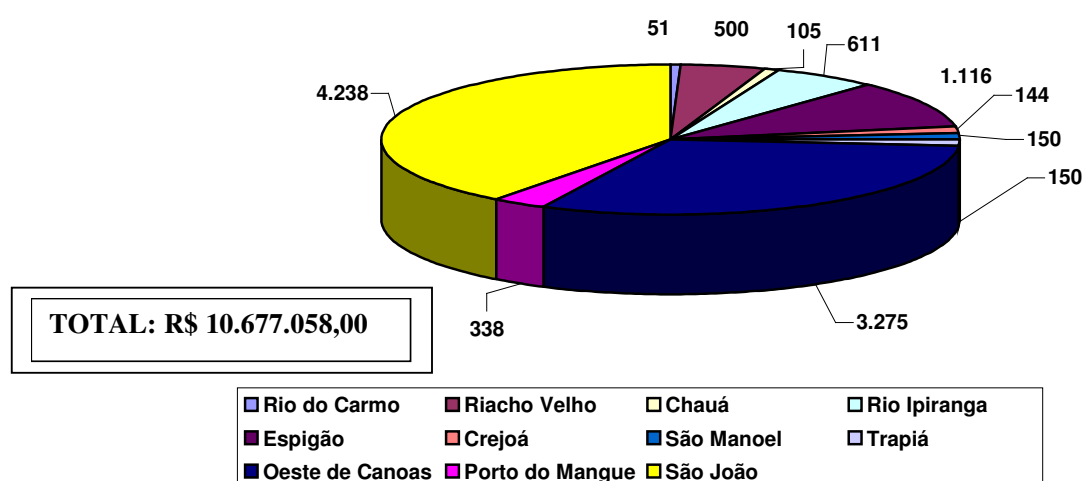
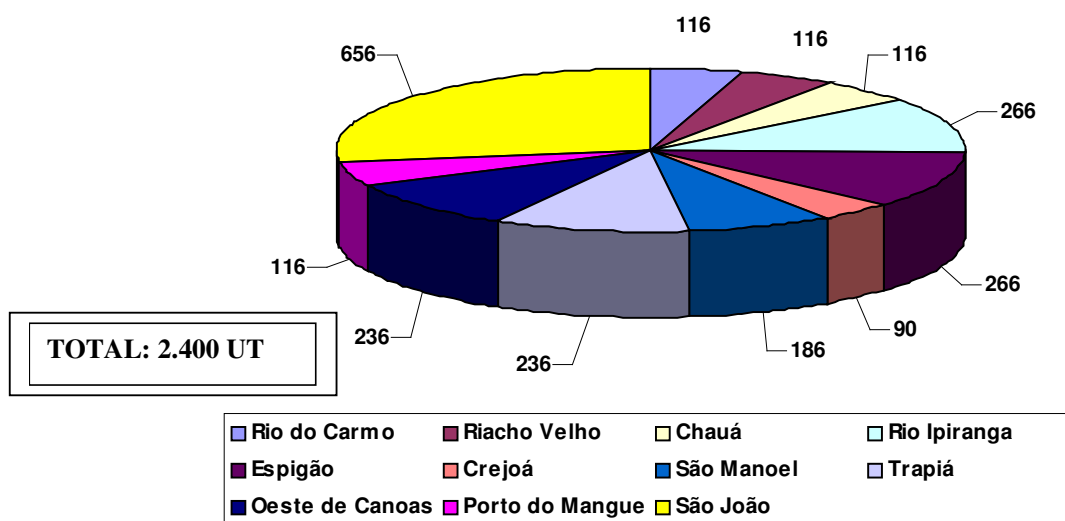


Gráfico 10: Programa de Trabalho Inicial - 2ª Rodada de Licitação de Áreas com Acumulações Marginais (UT)

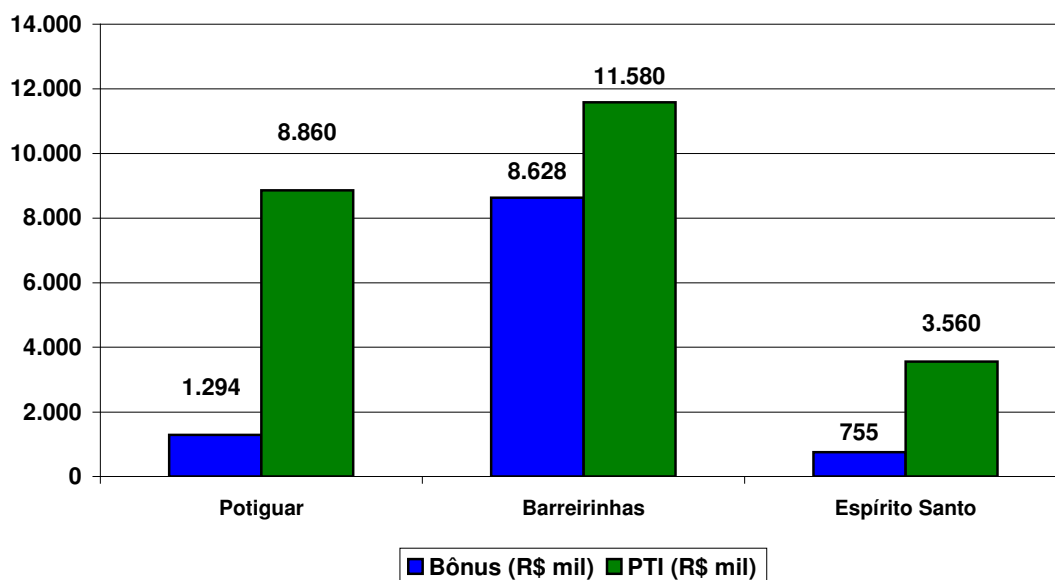


Mesmo dependendo de autorização por parte das autoridades ambientais, as áreas ofertadas na Bacia de Barreirinhas foram as que mais se destacaram pelo número de concorrentes e pelos valores ofertados. As áreas de São João e Oeste de Canoas receberam oito ofertas cada uma, e a área de Espigão recebeu 11 ofertas. Nesta bacia, foi ofertado um total de R\$ 8.628.250 em bônus de assinatura e 1.158 UT em Programa de Trabalho Inicial (PTI).

Outra área de destaque foi Rio Ipiranga, da bacia do Espírito Santo, para a qual nove empresas (ou consórcios) apresentaram ofertas. Para as duas áreas arrematadas dessa bacia (Rio Ipiranga e Crejoá), foi ofertado um total de R\$ 755.008 em bônus de assinatura e 356 UT em PTI.

Na bacia de Potiguar, foram ofertados no total R\$ 1.293.700 em bônus de assinatura e 1.294 UTs de PTI. Das oito áreas oferecidas, foram licitadas seis, com destaque para a área de Riacho Velho, onde foram ofertados R\$ 500.000 em bônus de assinatura e 116 UT em PTI.

Gráfico 11: Oferta de Bônus de Assinatura e Programa de Trabalho Inicial por Bacia



2.4.1.5. Considerações Finais

Como resultado da Segunda Rodada, foram ofertados mais de R\$ 10 milhões em bônus de assinatura e aproximadamente R\$ 24 milhões em investimentos mínimos são esperados para os próximos dois anos. Pode-se observar o interesse de novas empresas de pequeno e médio porte em atuar no ramo de exploração de petróleo no Brasil. Reflexo disso foi o total de 30 empresas apresentando ofertas para as diversas áreas.

Considerando as circunstâncias diante das quais foi realizada a Segunda Rodada de Licitações de Campos Marginais (reduzido período para análise das áreas, indefinições ambientais, maior nível de risco) avaliam-se como positivos os resultados alcançados.

O número de áreas oferecidas diminuiu de uma rodada para outra (dezessete áreas na Primeira e quatorze na Segunda); entretanto, o total de bônus de assinatura ofertado foi 3,5 vezes maior que o ofertado na Primeira Rodada (de R\$ 3.045.804 para R\$ 10.677.058). A comparação entre os valores oferecidos de PTI, por sua vez, fica distorcida na medida em que nesta Segunda Rodada foram estabelecidos limites superiores para sua oferta, o que não torna o PTI um bom parâmetro para avaliação dos resultados de ambas as rodadas.

Até o presente momento, os contratos de seis das 11 áreas que receberam ofertas já foram assinados (Chauá, Crejoá, Rio do Carmo, Rio Ipiranga, Riacho Velho e São Manoel). Outras quatro áreas (Espigão, Oeste de Canoas, Porto do Mangue e São João) dependem de pareceres favoráveis por parte do IBAMA para poderem ter seus contratos de concessão celebrados. Em uma única área (Trapiá), a empresa vencedora (Proen) desistiu de firmar um compromisso e a segunda colocada nesta área (Fuad Rassi) foi convocada.

2.4.2. Oitava Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios

Marcada para os dias 28 e 29 de novembro de 2006, a Oitava Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, evento que vem sendo realizado de forma sistemática com periodicidade anual desde a criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, terminou por ser suspensa em seu primeiro dia, por força de duas medidas liminares judiciais.

As análises expostas abaixo mostram que, não obstante inconclusa, a Oitava Rodada não só atraiu um número expressivo de empresas como também perspectivas de vultosos investimentos em um setor estratégico para o País.

2.4.2.1. Histórico

Em sete rodadas de licitações para blocos exploratórios², o modelo adotado pela ANP de leilões anuais registrou 594 blocos com propostas vencedoras, tendo sido arrecadados aproximadamente R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura. Desse total, houve desistência de oito blocos arrematados na Sétima Rodada. Foram, então, concedidos 586 blocos exploratórios desde o início do processo. A Tabela 12 mostra o interesse e participação efetiva das empresas ao longo das sete rodadas exploratórias.

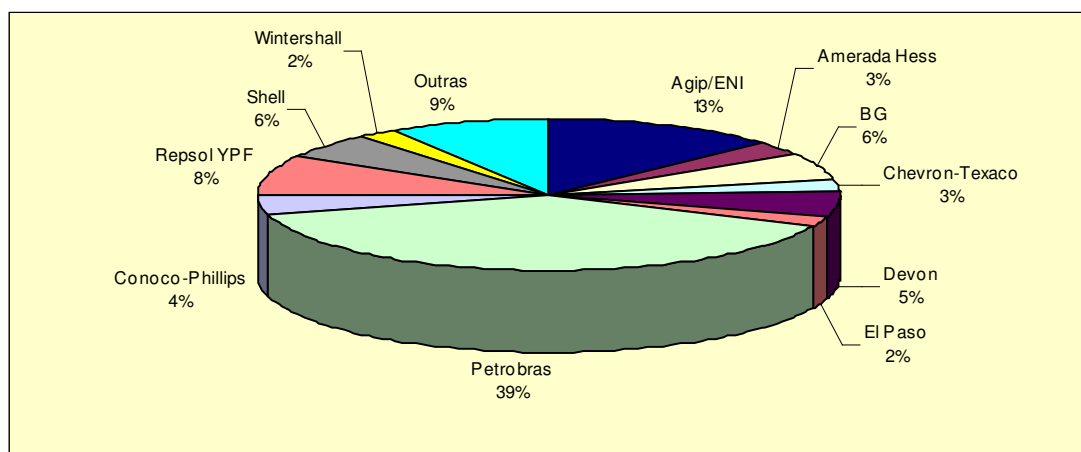
Tabela 12: Número de empresas participantes em rodadas de licitações

	Rodada 1	Rodada 2	Rodada 3	Rodada 4	Rodada 5	Rodada 6	Rodada 7 Blocos
Manifestaram interesse formalmente	58	49	46	35	18	30	53
Pagaram taxa de participação	42	48	44	33	14	27	47
Habilitadas	38	42	42	29	12	24	46
Apresentaram ofertas	14	27	26	17	6	21	32
Vencedoras	11	16	22	14	6	19	30

Mais importante, ainda, são os investimentos previstos, devido aos compromissos assumidos pelas empresas, o denominado Programa Exploratório Mínimo (PEM), sendo esperados investimentos no País de US\$ 2,5 bilhões, até 2012. Quando somados os montantes alocados em atividades de avaliação, por meio das quais são feitas estimativas sobre as reservas e desenvolvimento para viabilizar a produção, pode-se atingir a cifra de US\$ 30,7 bilhões em investimentos até 2012, não contabilizados os recursos para exploração³.

Por meio das rodadas, 177 empresas nacionais e estrangeiras foram habilitadas para a apresentação de ofertas. Atualmente, 55 grupos econômicos, 25 de origem nacional e 30 de 14 outros países (Argentina, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Panamá, Portugal e Reino Unido), estão atuando no Brasil em atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural.

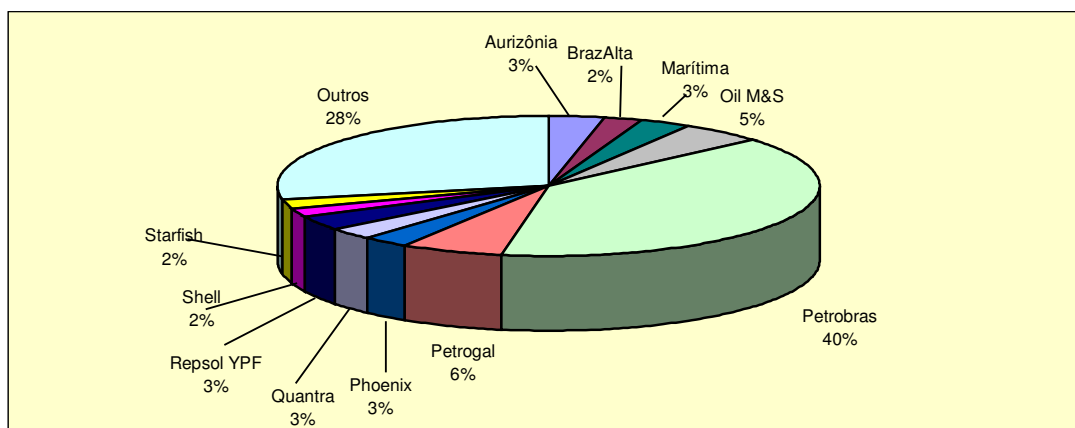
Gráfico 12: Valores Acumulados dos Bônus de Assinatura de Propostas Vencedoras



² São aqui diferenciadas áreas para “exploração” das contendo “blocos com acumulações marginais”. As primeiras são denominadas “blocos exploratórios” e as segundas, “acumulações marginais”.

³ O termo se refere à produção de natureza econômica.

Gráfico 13: Percentual de Blocos Arrematados nas Rodadas, por Grupo Econômico



Os Gráficos 12 e 13 apresentam um sumário do ocorrido nas oito rodadas e nas ofertas de acumulações marginais com os pesos percentuais determinados primeiro pelo valor total dos bônus de assinatura e, em seguida, pelo número de blocos arrematados por cada grupo econômico⁴.

Quando visto sob o ângulo dos valores ofertados em bônus, nota-se uma maior presença das empresas estrangeiras, devido aos maiores valores ofertados nos blocos marítimos onde se concentra seu interesse. No total das rodadas (incluindo as ofertas em acumulações marginais), foram ofertados R\$ 3,85 bilhões em bônus de assinatura nas propostas vitoriosas. Destacaram-se a italiana ENI, por influência de oferta feita na Oitava Rodada, como será mostrado mais adiante, e a Repsol-YPF, com 8,4% (cerca de 322 milhões de reais) do total de bônus vitoriosos.

Já sob o ponto de vista do número de blocos arrematados, cresce a participação das empresas nacionais, por conta do arremate de um maior número de blocos em terra. Seja pelo número de blocos, seja pelo valor ofertado, a presença da Petrobras é massiva, aproximando-se de 40% do total em ambos os casos. A segunda empresa, em número de blocos concedidos, com 6% do total, é a Petrogal, de origem portuguesa.

⁴ Nos casos de bônus da oferta de consórcio vencedor, o valor total foi rateado de acordo com o percentual de participação de cada participante, o que não necessariamente corresponde aos acordos feitos. Buscou-se aglutinar as empresas que pertencem a um mesmo grupo econômico ou que vieram a ser posteriormente incorporadas ou adquiridas. Os valores em reais são correntes. Foram considerados as ofertas vitoriosas nos leilões (arremates) e não os contratos efetivamente assinados.

A exemplo do padrão seguido desde a Quinta Rodada, três modelos exploratórios foram considerados para as áreas propostas: i) áreas exploratórias em Bacias Maduras, voltadas para a participação de pequenas empresas, onde se busca a continuidade e retomada das atividades de exploração e produção; ii) áreas em Bacias de Nova Fronteira, orientadas para a atração de investimentos em locais sem produção, algumas vezes ainda pouco explorados, de modo a elevar o conhecimento geológico disponível e descobrir novas províncias produtoras nacionais; iii) áreas com Elevado Potencial de descoberta, orientadas para atração de médios e grandes investidores nacionais e internacionais.

As ofertas das empresas licitantes são pontuadas segundo três parâmetros: o Bônus de Assinatura, quantia ofertada no ato pela área de interesse, com peso de 40%; o Programa de Exploração Mínimo (PEM), também com peso de 40%, com a proposição de atividades (perfuração, sísmica etc.) a serem desenvolvidas na área. Por fim, com peso de 20% (5% para fase de exploração e 15% para etapa de desenvolvimento), é analisada a proposta de Conteúdo Local (CL), que basicamente reflete a participação das compras de equipamentos e a contratação de mão-de-obra no mercado interno do total de investimentos planejados. Os percentuais de conteúdo local são diferenciados segundo quatro situações: blocos em águas profundas, águas rasas de até 100 metros de profundidade, águas rasas de 100 a 400 metros, e, por fim, os blocos em terra. Com relação a esta última categoria, foi observada a necessidade de aprimoramento da metodologia adotada.

2.4.2.2. Áreas Ofertadas

Em sua forma final, a Oitava Rodada estipulou a oferta de 284 blocos distribuídos por sete bacias sedimentares (Pará-Maranhão, Barreirinhas, Sergipe-Alagoas, Tucano Sul, Espírito Santo, Santos e Pelotas), totalizando uma área aproximada de 101 mil km². Com relação aos modelos exploratórios acima descritos, 1,4% da área ofertada correspondeu à de Bacia Madura, 15,7% à de Elevado Potencial e a maioria expressiva (82,9%) à de Nova Fronteira. Visto sob outro ângulo, 90,2% da área ofertada encontra-se em mar e 9,8% em terra.

Tabela 13: Áreas Ofertadas na Oitava Rodada

Bacia	Local. Setor	Classif. Setor	Área (Mil km2)	Ordem de Oferta	Nº Blocos (2)	Restrição Ofertas (1)	% (1)/(2)
Santos	AP3	NF	4.158	1	6	3	50
	AP3	EP	3.478	2	5	3	60
	AR2	NF	6.304	5	40	6	15
	AR2	EP	3.146	6	18	6	33,3
	AP2	EP	6.457	11	10	5	50
Subtotal Santos			23.543		79	23	29,1
Tucano Sul	T	NF	8.434	3	47	4	8,5
Barreirinhas	AR2	NF	2.307	4	12	4	33,3
	AP1	NF	7.692	7	10	3	30
	AP2	NF	8.459	18	11	3	27,3
Subtotal Barreirinhas			18.458		33	10	30,3
Sergipe-Alagoas	AP1	NF	9.136	8	14	3	21,4
	T2	BM	1.460	13	49	4	8,2
Subtotal Sergipe- Alagoas			10.596		63	7	11,1
Espírito Santo	AP2	NF	2.165	9	3	3	100
	AP2	EP	2.165	10	3	3	100
	AR2	NF	363	16	2	2	100
	AR2	EP	717	17	4	4	100
Subtotal Espírito Santo			5.410		12	12	100
Pará-Maranhão	AP1	NF	9.230	12	12	3	25
	AP2	NF	8.462	15	11	3	27,3
Subtotal Pará-Maranhão			17.692		23		26,1
Pelotas	AP3	NF	17.463	14	27	3	11,1
Total			101.596		284	65	22,9

Nota: AP – Águas profundas; AR – Águas Rasas; T – Terra; NF – Nova Fronteira; EP – Elevado Potencial; BM – Bacias Maduras

Fonte: SPL

Outro aspecto referenciado na Tabela 13 é o da restrição de ofertas vitoriosas, critério previsto no Edital de Licitação com o objetivo de estimular o processo concorrencial, garantir quantitativos eficientes de operação para os padrões da indústria e evitar eventuais descompassos entre blocos arrematados e os efetivamente explorados. Tratou-se, na verdade, de uma adaptação e extensão da previsão de restrição de ofertas em blocos terrestres que vinha sendo empregada desde a Quinta Rodada. A extensão consistiu em incluir o limite também para os setores em mar; a adaptação foi a de estabelecer a restrição ao número de ofertas vitoriosas, e não, como anteriormente, ao número de ofertas por setor. Os percentuais foram estabelecidos diferencialmente conforme o tipo de bloco, tendo em vista as variáveis do modelo acima apresentado.

A bacia com maior restrição (8,5%) foi a de Tucano Sul, sendo admitidas o máximo de quatro ofertas vitoriosas para o total de 47 blocos oferecidos (cf. coluna final da Tabela 13). De outra parte, a bacia do Espírito Santo, em águas profundas e rasas, não passou por qualquer restrição, visto que o máximo possível de ofertas vitoriosas foi estabelecido em equivalência com o número de blocos oferecidos. A bacia de Santos (SS), a maior dentre as oferecidas com quase um quarto da área total, teve maior restrição no subsetor de águas rasas (AR2), caracterizado como Nova Fronteira (NF), com o teto estipulado em seis ofertas vitoriosas, ou 15% dos 40 blocos oferecidos. No setor AP3, em águas profundas, onde houve intensa competição, como se verá a seguir, foram estabelecidos limites de três ofertas, tanto em Nova Fronteira para os seis blocos oferecidos, como no subsetor de Elevado Potencial (EP) para os cinco blocos.

2.4.2.3. Empresas Habilitadas

O escopo das ofertas e o trabalho de promoção desenvolvido pela ANP atingiram sucesso em atrair um número significativo de empresas, desde novas entrantes de reduzido capital, até as grandes transnacionais do setor. Ao final do processo, 43 empresas nacionais e estrangeiras foram habilitadas para participar do leilão. Dois grupos bem distintos de empresas podem ser notados: de um lado, as de grande porte, estrangeiras em sua maior parte, com atividades internacionais e que focam seu interesse nos blocos em mar; de outro, empresas nacionais que buscam explorar áreas em terra, que requerem um comprometimento muito menor de capital e riscos. A Petrobras, um caso à parte, por seu porte e inserção na produção nacional de petróleo e gás, manifestou interesse em todos os setores ofertados.

A Oitava Rodada conseguiu atrair 19 empresas com patrimônio líquido superior a um bilhão de reais em 2005, ou seja, empresas com capacidade financeira para arcar com elevados gastos em exploração e desenvolvimento. Dessas, duas são brasileiras: Petrobras e Odebrecht. Das estrangeiras, mostraram interesse empresas européias, particularmente as com experiência em prospecção no Mar do Norte. Da Turquia e da Índia vieram as companhias que dominam os mercados locais. Na qualidade de não-operador, registrou-se como entrante a Woodside, uma empresa de porte da Austrália. Dos EUA, destacou-se a Devon Corp. que manifestou interesse por 12 dos 14 setores ofertados, ficando atrás apenas da Petrobras. Outra empresa de grande porte de origem americana presente na

rodada foi a Hess Corp. Da Colômbia, ingressou a Ecopetrol (ao lado de outra de menor tamanho, a Hocol), numa estratégia de parcerias com a Petrobras.

A área de interesse dessas grandes empresas foi claramente a bacia de Santos, com interesse expresso por 16 das 19 empresas mencionadas, seguida pela bacia do Espírito Santo.

2.4.2.4. Resultados Preliminares

Quando suspensa, por força de liminar judicial, dois setores da Oitava Rodada já haviam sido licitados: o de águas profundas na bacia de Santos (SSP-AP3), subdividido em Nova Fronteira e Elevado Potencial), e o situado na bacia terrestre de Tucano Sul, no estado da Bahia. Embora pequena a base de resultados mensurados, pode-se vislumbrar o que teria sido a Oitava Rodada em sua inteireza uma vez que os dois setores contêm as características que separam o conjunto de empresas habilitadas, conforme descrito na subseção anterior. Verifica-se, de um lado, o interesse de empresas internacionais com capital e tecnologia para prospecção em águas profundas no setor AP3 de Santos. De outro, Tucano Sul atraiu um grande número de empresas menores, nacionais e estrangeiras, entrantes e outras habilitadas anteriormente.

A rodada encontra-se suspensa no momento, e uma das hipóteses de desfecho é manter-se o resultado parcial dos blocos que foram licitados antes da suspensão.

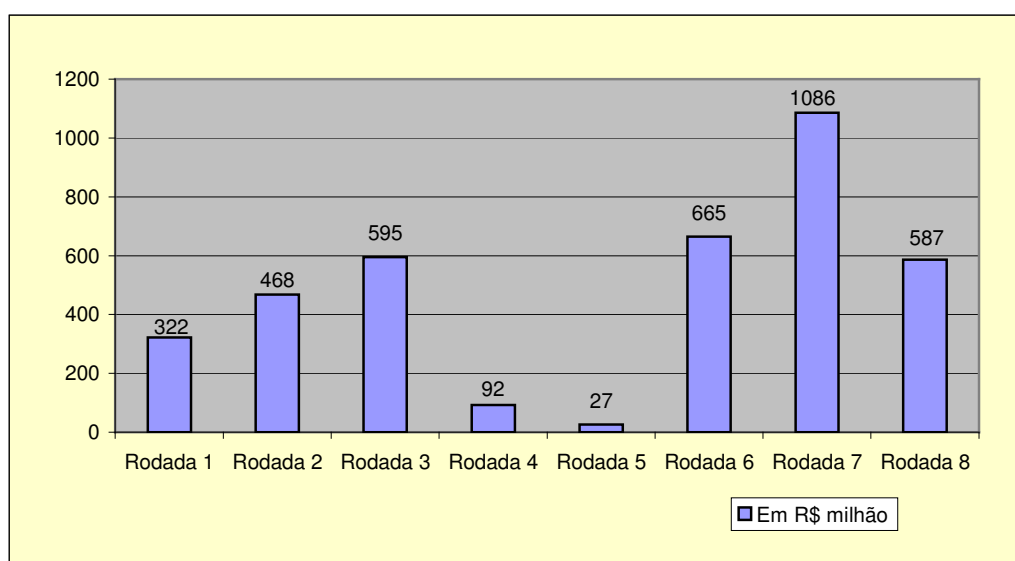
Bônus de Assinatura

Com apenas dois setores arrematados, a Oitava Rodada registrou valor superior a 587 milhões de reais como bônus de assinatura, valor expressivo que ultrapassou o total alcançado em diversas outras rodadas (Figura 7), o que permite inferir que a rodada, se concluída, poderia ter estabelecido um novo recorde em termos de bônus que possui um peso de 40% na formação da nota final dos licitantes. Até a Quarta Rodada, seu peso era de 85%, passando para 30% na Quinta, quando, devido à mudança de metodologia e ao baixo interesse despertado, registrou-se a menor arrecadação de bônus de todas as rodadas.

Na Sexta Rodada, como resultado da oferta de áreas segundo três modelos exploratórios distintos, foi proposta uma metodologia de determinação do bônus mínimo, considerando

itens como atratividade exploratória, variável ambiental, infra-estrutura local e densidade de dados disponíveis. Tal metodologia resultou na determinação de bônus mínimos específicos para cada bloco considerado de elevado potencial (valores de R\$ 250 mil a R\$ 30 milhões), e de valores gerais, para cada bloco em setores localizados em áreas classificadas como de novas fronteiras exploratórias (valores de R\$ 30 mil a R\$ 700 mil). Para os blocos em bacias maduras terrestres, visando estimular a presença de pequenas empresas, foi mantido o valor de R\$ 10 mil.

Gráfico 14: Bônus de assinatura das empresas com lances vencedores, por rodada



Fonte: SPL

Blocos arrematados até a suspensão do leilão

A descrição dos resultados parciais, que se faz a seguir, procura realçar o relevante papel de um leilão de áreas exploratórias de petróleo e gás natural, bem como a importância, para o País, de se garantir a continuidade do processo por meio de rodadas periódicas.

Dos 284 blocos ofertados, 38 foram concedidos até o momento da suspensão, totalizando 11.889,96 km²: 4.949 km² arrematados em Tucano e 6.940,96 Km² arrematados em Santos (13,4% dos blocos e 11,70% da área ofertada (101.598,73 km²), respectivamente). Não obstante, devido às características acima apontadas, 23 empresas (ou 53,5% das 43 habilitadas) alcançaram sucesso em arrematar blocos. A Petrobras foi vencedora em 20 dos 38 blocos efetivamente ofertados, na qualidade de operadora ou de consorciada. Das

23 vencedoras, 11 são estrangeiras e 12 nacionais, sendo de se destacar que sete estiveram presentes pela primeira vez em uma rodada brasileira, o que constitui um bom indicador da atratividade e capacidade de renovação da abordagem implementada pela ANP.

2.4.2.5. Considerações Finais

Com a oferta de apenas 38 dos 284 blocos originalmente previstos, registrou-se nessa rodada um valor recorde para a concessão de um bloco. Mesmo com uma base limitada, o valor do Programa Exploratório Mínimo consolidado ultrapassou o de seis outras rodadas, sendo menor, apenas, que o da Sétima.

Ao lado das grandes transnacionais do setor, que revelaram grande interesse pela Bacia de Santos, todo um novo campo de atividades para empresas brasileiras pode potencialmente ser aberto, como atestam os resultados verificados em Tucano Sul, onde 18 empresas conquistaram blocos, na qualidade de operadoras ou de consorciadas. Mostrando o renovado interesse do mercado no modelo proposto pela ANP, do total de empresas vencedoras, sete não haviam estado em rodadas anteriores.

A insegurança jurídica resultante da suspensão do leilão emite um sinal em tudo contrário ao persistente trabalho de promoção das licitações realizado pela ANP, em especial por sua Superintendência de Promoção de Licitações (SPL). Como visto nos números sumariados neste trabalho, a importância de se ter um mercado aberto e ativo de Exploração e Produção no Brasil é grande demais para sofrer o percalço ocorrido na Oitava Rodada.

2.4.3. Promoção das Rodadas

2.4.3.1. Introdução

As principais estratégias definidas para a promoção da Segunda Rodada de Acumulações Marginais foram a realização dos fóruns regionais e de eventos de divulgação, além da divulgação pelo sítio das rodadas na *internet* e pelos meios de comunicação convencionais. Tais ações visaram atrair o interesse de pequenas e médias empresas nacionais (do setor de petróleo ou não), vistos como os “clientes potenciais” deste “produto” (a Segunda Rodada).

No caso da Oitava Rodada de Blocos Exploratórios, as ações de divulgação tiveram como foco as *majors*, assim como as *independents*, nacionais e internacionais, com ou sem a-

tuação no Brasil. Dessa forma, a participação em grandes eventos do setor de petróleo, assim como a divulgação pelo site na *internet* e pelos jornais comentada no parágrafo anterior, ganharam grande importância como ferramenta de comunicação com o público-alvo das rodadas de blocos exploratórios.

Tabela 14: Participação em Eventos em 2006

Data	Evento
21 a 25 de março	Security and Prosperity Partnership of North America (Houston, EUA)
15 a 17 de março	LARC Regional Conference (Lima, Peru)
23 a 24 de março	Brazil Energy (Flórida, EUA)
28 a 31 de março	Latin Oil & Gas (Rio de Janeiro, Brasil)
9 a 12 de abril	AAPG (Houston, EUA)
09 a 11 de julho	Latin America Forum on Energy & Environment (Rio de Janeiro, Brasil)
11 a 14 de setembro	Rio Oil & Gas 2006

2.4.4. Aprimoramento dos Processos das Rodadas

Diante do quadro de evolução e perspectivas futuras otimistas para o setor de petróleo no Brasil, aliado à participação de um número cada vez maior de empresas nas rodadas de licitações, faz-se necessário que o processo licitatório seja aprimorado constantemente, de forma a acompanhar tais mudanças. Essas melhorias têm por objetivo principal tornar o processo menos rígido e mais focado no que é realmente importante para o sucesso da rodada como um todo.

As modificações foram direcionadas às exigências do edital que não estejam adequadas ao fim para o qual foram criadas, assim como a alguns valores que talvez estejam defasados ou mesmo que possam ser calculados de forma mais precisa.

2.4.4.1. Realizações

Algumas propostas foram apresentadas com o intuito aprimorar o processo das rodadas, tanto do modelo exploratório como das de acumulações marginais, e melhorar os resultados com elas obtidos.

Proposta de Alteração da Planilha de Conteúdo Local

Na Sétima Rodada, foi utilizada uma planilha de oferta de Conteúdo Local (CL) elaborada pelo MME, que detalhava um projeto de E&P em diversos níveis (sistemas, subsistemas,

itens e sub-itens). As empresas ofertavam um valor percentual (superior ao mínimo estabelecido) de conteúdo local para cada item e sub-item do projeto. Muitas dessas empresas, no entanto, vieram à ANP com reclamações referentes à dificuldade de preenchimento da planilha de oferta de Conteúdo Local na Sétima Rodada. Além disso, também reclamam da perda de flexibilidade na gestão de seus empreendimentos e da excessiva exposição da suas respectivas estruturas de custos.

Um grupo multidisciplinar foi criado na ANP para discutir o tema, convergindo para uma proposta que foi encaminhada ao Ministério. Essa proposta consistia basicamente na padronização da planilha com alguns documentos⁵ já entregues atualmente pelos concessionários. A nova planilha não desagregaria o projeto de E&P excessivamente, já que não exigiria compromissos para o nível de sub-itens e ainda reduziria a quantidade de itens que compõe o empreendimento.

Um outro ponto importante da proposta da ANP foi o de o concessionário não efetuar mais a oferta de CL para os itens específicos da planilha. Nesse caso, o concessionário apenas ofertaria o CL global para a Fase de Exploração e outro para a Etapa de Desenvolvimento. Entretanto, mesmo sem ofertar CL para os itens específicos, o concessionário seria obrigado a cumprir percentuais mínimos para esses itens, percentuais esses previamente definidos e divulgados pela ANP no Edital, baseado em estudos do grupo de trabalho.

Em julho de 2006, o grupo esteve em Brasília numa primeira reunião com o MME para a apresentação da proposta elaborada. O Ministério não aceitou as mudanças propostas para a Oitava Rodada e ficou acertado que o estudo do grupo serviria de subsídio para uma eventual mudança para a Nona Rodada.

Numa segunda reunião em Brasília, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) apresentou uma proposta própria, que consiste na eliminação da obrigatoriedade de cumprimento do Conteúdo Local ofertado ao nível de itens e sub-itens. Desse modo, a planilha seria apenas um referencial para justificar o Conteúdo Local global ofertado, que seria o único valor efetivamente sujeito a penalidades. O IBP ainda sugeriu que a Cartilha do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP) fosse simplificada e

⁵ Relatório de Gastos Trimestrais da Portaria Técnica ANP nº 180/2003; Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE) conforme Portaria ANP nº 58/2001 e Planos de Desenvolvimento de Campos (P.D.) definidos na Portaria ANP nº 90 de 31/05/2000.

retirada do contrato de concessão⁶ e solicitou que fossem retirados da planilha os itens “afretamento de plataformas marítimas de perfuração e completação”, “unidades de aquisição de dados geofísicos” e “barcos de apoio”.

Entretanto, o representante do Ministério insistiu em manter os critérios utilizados na Sétima Rodada, embora tenha aceitado estudar a proposta de retirada da Cartilha do PROMINP do contrato de concessão, contemplando-a numa resolução. Também foi aberto um espaço para que o IBP sugerisse novos percentuais para alguns itens, uma vez que a exclusão dos itens sugeridos não foi acatada.

Aprimoramento das atividades contidas no Programa de Trabalho Inicial (PTI)

Este item da oferta foi muito questionado após a realização da 1ª Rodada de Acumulações Marginais. A maior parte dos questionamentos falava sobre uma utilização inadequada das atividades por parte de algumas empresas participantes sem se preocupar com a sua exeqüibilidade, visando à obtenção da maior pontuação possível para arrematar a área.

Com o intuito de mitigar este tipo de questionamento, o grupo de trabalho formado para a 2ª Rodada de Acumulações Marginais fez alterações em algumas atividades, preocupando-se em adequá-las às suas exeqüibilidades, dentro dos ambientes de trabalho. Foram tomadas duas medidas: a) divisão das atividades em dois grupos: atividades individuais para cada poço e atividades executadas para a área de trabalho; b) bloqueio de algumas atividades para os poços classificados, pelo seu antigo operador, como secos sem indícios.

Revisão dos Blocos Exploratórios da Oitava Rodada para apresentação ao CNPE

A proposta inicialmente encaminhada ao MME (final de 2005), para aprovação dos estudos, contemplou 54 setores. Após discussões internas na ANP, e com o MME e órgãos ambientais federais e estaduais, foi encaminhada nova proposta àquele Ministério para apreciação do CNPE (reunião realizada no dia 18 de maio de 2006).

As discussões mencionadas acima envolveram principalmente técnicos da SPL e da SDB, com intuito de fazer uma proposta mais realista para a Oitava Rodada. Nessa nova dis-

⁶ Deste modo, o contrato de concessão faria referência a uma resolução que contemplaria a Cartilha do PROMINP. O IBP entende que esta mudança facilitaria futuros eventuais ajustes na Cartilha.

cussão, chegou-se a conclusão que seriam apresentados ao MME apenas áreas onde a ANP, de alguma, forma tivesse conhecimento geológico, seja através de contratos com universidades ou contratação de estudos junto a empresas de serviço. Outro fator que se levou em consideração foi o recebimento das sugestões de áreas por empresas de petróleo, processo denominado internamente de “nomações”.

Após discussões técnicas, foi apresentada nova proposta, agora com 1.153 blocos, em 40 setores, localizados em 15 bacias sedimentares, totalizando uma área aproximada de 380.000 Km².

Elevação do Patrimônio Líquido Mínimo exigido para habilitação

No início de 2006, foi desenvolvido um estudo visando tornar o Patrimônio Líquido (PL) mínimo exigido para habilitação das empresas compatível com o volume de investimentos necessários a uma área com acumulações marginais. Na Primeira Rodada de Acumulações Marginais, que ocorreu juntamente com a Sétima Rodada, esse valor era de R\$ 10 mil.

A utilização do valor do PL de uma empresa (ou do consórcio, se for o caso) como referencial para avaliar a sua capacidade de cumprir o investimento mínimo exigido é uma prática adotada por empresas do ramo petrolífero e dos mais variados setores da economia, em todo o mundo. Ele representa o quanto de capital a empresa realmente possui, não considerando as dívidas contraídas. Mesmo que se leve em conta a possibilidade de que as empresas adquirirão financiamentos posteriormente à assinatura do contrato, avaliou-se que isso tornaria a sua estrutura de custos mais alavancadas e conseqüentemente os investimentos mais arriscados, sendo assim desaconselhável a habilitação de empresas com PL de R\$ 10 mil para contratos onde os valores mínimos de investimentos necessários eram de R\$ 200 mil.

Propôs-se, inicialmente, a elevação do PL mínimo do consórcio (e não da empresa individual) para R\$ 200 mil, a fim de igualá-lo ao investimento mínimo necessário para a reativação de uma área. A diretoria da ANP fixou, por fim, o valor mínimo de R\$ 50 mil, que passou a ser adotado já para a Segunda Rodada de Acumulações Marginais.

Tais modificações se fazem necessárias principalmente se considerado que o nível de risco associado à exploração de blocos exploratórios é muito maior do que o de áreas marginais, o que implica uma dificuldade maior para as empresas conseguirem financiamentos a custos competitivos para realizarem atividades de exploração e na conseqüente necessidade de elas possuírem capital próprio (PL) numa proporção maior em relação ao capital de terceiros (Passivo) do que as habilitadas às licitações das áreas marginais.

Estudo Comparativo das Regras das Licitações e do Setor de Petróleo em Outros Países

A partir de pesquisas realizadas na *internet* e das informações obtidas nas palestras e nos eventos do setor de petróleo dos quais os funcionários da SPL participaram, iniciou-se um estudo comparativo dos modelos de exploração & produção, concessão e licitação (quando for o caso) adotados em outros países. O objetivo principal com esta ação é a modernização das regras atualmente adotadas e o aprendizado de novos conceitos e idéias que possam ser adotados nas rodadas de licitações brasileiras, como forma de tornar o processo licitatório mais eficiente e capaz de atrair cada vez mais investidores, especialmente os estrangeiros.

Alteração do Bônus de Assinatura

Foi montado um grupo de trabalho com representantes das superintendências de *upstream* para realizar um estudo mais aprofundado de cada bloco a ser licitado. O objetivo principal desse grupo é o estabelecimento de uma metodologia de cálculo do valor do bônus mínimo de assinatura que reflita de forma mais realista o valor esperado de recuperação da área licitada, unindo conceitos geológicos de interpretação de *leads* ou prospectos a conceitos econômico-financeiros, tais como teoria de decisão, VME e fluxo de caixa. Apesar de ainda não haver resultados definitivos sobre esses estudos, alguns aprimoramentos foram já feitos e espera-se que essa metodologia já possa ser aplicada na Nona Rodada, a ser realizada em 2007.

2.5. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Lei n.º 9.478, de 1997, define em seu art. 21 que “todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem a União, cabendo sua administração à ANP”, e explica em seu art. 23 que “as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei.”

Os contratos de concessão, que atenderem aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, deverão prever duas fases: a de exploração e a de produção.

Na fase de exploração, estão incluídas as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade.

A fase de produção incluirá as atividades de desenvolvimento.

2.5.1. Exploração

A Superintendência de Exploração (SEP) é responsável pela gestão dos contratos de concessão, na fase de exploração, das áreas licitadas para exploração de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras. Ao final de 2006, os contratos ativos em fase de exploração contabilizavam três oriundos da primeira concessão à Petrobras – BID0 (reflexo da Lei n.º 9.478/97), quatro oriundos da Primeira Rodada de Licitações, 12 da Segunda, 19 da Terceira, 18 da Quarta, 19 da Quinta (91 blocos), 55 da Sexta (145 blocos), 93 da Sétima (239 blocos), 14 da Primeira Rodada de Áreas Inativas com Acumulações Marginais (realizada junto com a Sétima Rodada) e seis da Segunda, totalizando 243 contratos e 531 blocos a eles associados, além de 20 áreas de acumulações marginais.

Somando-se os ingressos proporcionados pelas cessões de direitos àqueles gerados pelos resultados dos leilões de áreas, 46 empresas estiveram operando contratos de exploração de petróleo no País. Ao final de 2006, dos 243 contratos ativos e assinados, 132 eram operados por empresas que não a Petrobrás.

Em 2006, foram realizadas atividades exploratórias em 94 dos blocos concedidos e em 41 planos de avaliação de descoberta (PA).

Foram perfurados, ainda, 483 poços no País, sendo 108 poços exploratórios, dentre eles 56 pioneiros (categoria 1), 28 poços pioneiros adjacentes (categoria 4), 22 poços de extensão/avaliação (categoria 3) e dois de jazida mais profunda (categoria 6).

Além disso, foram executados 30 programas geofísicos de caráter exclusivo. Esses levantamentos somam 276,74km de linhas sísmicas 2D e 997,95km² de sísmica 3D em blocos exploratórios concedidos. Os dados obtidos por esses levantamentos foram fiscalizados e cadastrados pelos técnicos da SEP. Também foram adquiridos 78,2km de dados gravimétricos e magnetométricos.

Pode-se perceber um declínio na atividade exploratória em relação a anos anteriores, tanto no que diz respeito a poços exploratórios, quanto no que se refere a levantamentos geofísicos. Esse declínio pode ser considerado um contraponto em relação ao comportamento esperado, em vista do patamar atual de preços do petróleo, do aumento na demanda de derivados de hidrocarbonetos e da necessidade da descoberta de novas províncias petrolíferas.

Em 2006, foram recebidas 105 notificações de descoberta de hidrocarbonetos, divididas em 49 diferentes blocos de nove bacias distintas. Como resultado dessas novas descobertas, foram aprovados 14 novos Planos de Avaliação de Descoberta. Esses planos, assim como outros associados a descobertas ocorridas em anos anteriores, foram analisados pela SEP e tecnicamente aprovados (mediante pareceres técnicos). Eles apresentam previsões de encerramento entre 2007 e 2008, a depender do cronograma de atividades e das particularidades operacionais de cada qual, exceto um, com condições especiais de avaliação (reservatório carbonático localizado em camada pré-sal na Bacia de Santos), com prazo maior.

Como resultado de planos de avaliação de descobertas, houve 34 declarações de comercialidade, o que representa um aumento de reservas da ordem de 1,508 bilhão de barris de óleo e 66,708 bilhões de m³ de gás natural (em consolidação). Além disso, houve a incorporação de um volume recuperável de cerca de 570 milhões de barris de óleo ao campo de Marlim Leste.

Foram devolvidos 26 blocos exploratórios, sendo 17 deles integralmente e nove parcialmente.

Ao longo do ano, houve ainda 19 cessões de direito, aprovadas mediante Resoluções de Diretoria (RD). Dessas, seis ocorreram na Bacia de Campos, seis na Bacia de Santos, duas na Bacia de Camamu-Almada, uma na Bacia da Foz do Amazonas, uma na Bacia do Recôncavo, uma na Bacia de Sergipe-Alagoas, uma na Bacia do Espírito Santo e uma na Bacia Potiguar. Em termos de garantias financeiras, em 2006, foram recebidos R\$ 1.206.068.974,93, correspondentes aos compromissos exploratórios (em unidades de trabalho) ofertados para os contratos assinados em 2006 quando do processo licitatório ou, para contratos assinados anteriormente, quando da passagem para períodos exploratórios subseqüentes ao encerrado durante o ano; e foram retirados R\$ 109.802.909,00, após análise pela SEP do cumprimento ou não dos compromissos exploratórios ofertados.

Nas áreas com acumulações marginais, em cinco delas houve operações de reentrada. Em três houve extração de óleo. Dessas, a área de Fazenda São Paulo encontra-se em realização de Teste de Longa Duração, a de Araçás Leste em vias de entrar na fase de testes e a de Foz do Vaza-Barris já com os poços equipados, esperando acordo de venda do óleo para iniciar a produção.

Ao longo do ano, deu-se intenso processo de análise e aprovação de planos de avaliação de descobertas, além de análises técnicas que resultaram em correções de Programas Exploratórios Mínimos (PEM), suspensões de período exploratório (devido a problemas de licenciamento ambiental, dificuldades em perfurações em certas situações, realização de testes de formação em curso, entre outros motivos), aprovações de Declarações de Comercialidade, entre outras ações. As reuniões ocorreram nas dependências da ANP, onde os concessionários apresentaram propostas para a avaliação da comercialidade de diferentes prospectos e onde as discussões abordavam principalmente os compromissos a serem assumidos (firme e contingente) e os cronogramas das atividades. Quanto aos PEM e prazos exploratórios, as solicitações de ajuste foram tecnicamente embasadas pelo corpo técnico da Agência. Foram estabelecidos também procedimentos em relação a cessão de direitos e operações em campos marginais, como forma de orientação aos operadores, no que se refere a estas questões.

Do ponto de vista de suporte, fiscalização e monitoramento de atividades exploratórias, foram realizadas atividades de fiscalização em levantamentos sísmicos e perfuração de

poços, em terra e mar; visitas técnicas a fabricantes de sonda nacionais, a áreas devolvidas a fim de verificar a possibilidade de inclusão em licitações de áreas marginais e a possível existência de passivo ambiental, e ao campo-escola; e reuniões em órgãos governamentais, como IBAMA e MME; além da participação em audiências públicas, envolvendo questões como licenciamento ambiental e as Rodadas de Licitação.

Integrantes da SEP também participaram de congressos técnicos, como o 43º Congresso Brasileiro de Geologia, o Congresso da *Society of Exploration Geophysicists* (SEG), o Rio Oil & Gas e a *Offshore Technology Conference* (OTC) 2006.

Pode-se destacar também a participação de técnicos da SEP em cursos de aperfeiçoamento profissional, abordando temas como Avaliação de Prospectos, Estratigrafia de Sequências, treinamento em utilização de *softwares* específicos, entre outros, além dos cursos sobre Métodos Potenciais, Rochas Carbonáticas, Origem e Evolução das Bacias Sedimentares Brasileiras, Geoquímica do Petróleo, Bacias Paleozóicas e Método Sísmico de Reflexão, promovidos internamente.

Outro evento significativo foi a licitação para aquisição das estações de trabalho, que permitirão a visualização de linhas sísmicas adquiridas pelos operadores, fornecendo um maior embasamento para a análise técnica dos compromissos exploratórios, com o objetivo de aumentar a fiscalização e o retorno à sociedade dos contratos de concessão de áreas situadas nas bacias sedimentares brasileiras.

2.5.2. Desenvolvimento e Produção

As prioridades da Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) ao longo de 2006 foram:

- a) fazer cumprir a regulamentação técnica e as melhores práticas de engenharia relativas às operações de produção de petróleo e gás natural e à preservação ambiental;
- b) analisar o desempenho técnico-operacional dos concessionários, buscando estabelecer referências para o controle da produção, tanto no que se refere aos padrões operacionais quanto aos benefícios resultantes a serem auferidos pela sociedade; e
- c) fomentar mecanismos de estímulo ao aumento da produção de áreas de rentabilidade marginal.

Controle da Produção de Petróleo e Gás Natural

O controle da produção de petróleo e gás natural foi efetuado pelos especialistas da SDP por meio da análise dos Programas Anuais de Trabalho e Produção (PAT/PAP) e dos Boletins Mensais de Produção (BMP). Os especialistas foram responsáveis pela análise desses documentos e também de outros previstos na legislação e no contrato de concessão. Cada especialista foi responsável pelos campos de desenvolvimento e produção localizados em determinada área ou bacia sedimentar.

Em 2006, foi alcançada a meta de auto-suficiência na produção de petróleo no País, tendo sido produzidos 628,80 milhões de barris de petróleo no ano, o que representa um incremento de cerca de 5,5 % em relação a 2005.

A produção de gás natural em 2006 permaneceu praticamente a mesma de 2005, produzindo-se 17,71 bilhões de metros cúbicos. Espera-se uma ampliação substancial da oferta de gás para as regiões Sul e Sudeste até 2008, cujas metas e estratégias estão formuladas no Plano Nacional de Gás Natural (PLANGÁS 2008). A SDP tem participado de reuniões da Sala de Situação do MME e do esforço conjunto com Casa Civil, Petrobrás e Ibama, de modo a acelerar o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de gás. A SDP tem realizado estrito controle dos volumes de queima e perda de gás, a fim de preservar esse recurso energético.

Controle da Queima de Gás Natural

O acompanhamento da queima e consumo do gás natural nos vários campos produtores foi feita pela comparação dos volumes realizados mensalmente com os valores do Programa Anual de Produção (PAP) e autorizações especiais.

Controle de Atividades e Investimentos

O acompanhamento das atividades e dos investimentos a serem realizados nos campos produtores de petróleo e gás natural foi efetuado por meio dos Programas Anuais de Trabalho e Orçamento (PAT) e dos Planos de Desenvolvimento (PD), apresentados pelos concessionários à Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP).

Acompanhamento da situação de licenciamento ambiental de instalações e atividades

No processo de licenciamento ambiental de novos desenvolvimentos, foram atendidas as consultas do IBAMA para análise dos estudos ambientais. A ANP, por intermédio da SDP, participou das respectivas audiências públicas.

Com base em informações solicitadas dos concessionários, foi elaborada base de dados com a situação atualizada de licenciamento de todas as instalações de produção e das atividades previstas nos programas anuais.

Novos Regulamentos

Três novos regulamentos foram editados no exercício, referidos a obrigações legais e provisões contratuais. O primeiro, a Resolução nº 27/2006, publicado em 20/10/2006, estabelece os procedimentos de desativação de instalações de produção apoiados nas melhores práticas e na legislação internacional e brasileira. Na mesma data, foi também publicada a Resolução nº 28/2006, que regulamenta a alienação e reversão de bens alocados às atividades de produção de petróleo e gás natural e a devolução de áreas de concessão na Fase de Produção do Contrato de Concessão. O terceiro instrumento, que institui a obrigatoriedade de comunicação da situação de licenciamento ambiental das atividades e instalações de produção, foi elaborado e submetido a audiência pública em 2006, para ser publicado em 2007.

Campos Marginais

No ano de 2006, a SDP voltou a participar do grupo de trabalho para reanálise dos Campos Marginais devolvidos à ANP, sendo que 10 foram escolhidos para o Projeto Campo-Escola BA e RN, e 14 áreas foram oferecidas na Segunda Rodada de Licitações, das quais 11 foram arrematadas.

Com o intuito de assegurar as boas práticas da indústria do petróleo aos projetos de revitalização das áreas inativas com acumulações marginais arrematadas na Sétima Rodada, a SDP acompanhou as atividades de intervenção que ocorreram em um total de seis Campos ao longo do ano. Duas operadoras já obtiveram sucessos, sendo que o Campo de Foz do Vaza Barris já está pronto para início de produção e o Campo de Fa-

zenda São Paulo, para início de teste de longa duração. Dessa forma, verifica-se que a oferta de Campos Marginais está proporcionando boas oportunidades na área do petróleo para pequenas e médias empresas.

O Projeto Campo-Escola - BA

Durante o ano de 2006, o superintendente e os especialistas que compõem o conselho operacional do Projeto Campo-Escola se reuniram com o propósito de acompanhar várias atividades do Projeto, tais como: elaboração do planejamento técnico-econômico para implementação e a operação do projeto, orientação e acompanhamento da execução das atividades do campo em funcionamento, coordenação da execução das políticas e diretrizes emanadas do Conselho Gestor.

Os especialistas envolvidos no Projeto colaboraram para a confecção da maquete do Projeto Campo Escola, apresentaram trabalhos em eventos como Rio Oil & Gas e Brasil Onshore, e promoveram o Seminário de apresentação do Projeto Campo-Escola, quando ocorreu o lançamento da site do projeto (www.campoescola.ufba.br). Além disso, lançou-se o Edital para Propostas de Projetos, e aprovou-se a implantação do Laboratório de Tecnologia de Petróleo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o desenvolvimento da automação do poço de Quiambina.

A atuação direta da SDP contribuiu para o bom andamento do projeto, com a produção sem interrupção do campo de Quiambina, que totalizou a produção de 3801 bbl no ano (média de 10,41 bbl/dia), e para realização de atividades destinadas a capacitar o Campo de Fazenda Mamoeiro para produção licenciamento ambiental da área, acompanhamento da operação de intervenção e criação da infra-estrutura da área, que incluiu colocação de cercas, placas, obras de construção civil e drenagem.

O Projeto Campo-Escola - RN

As atividades realizadas no ano de 2006 se iniciaram com a aprovação de dois projetos. O Projeto Pesquisa - Processo de Licenciamento Ambiental - objetiva, principalmente, identificar oportunidades de facilitar o processo de licenciamento, para a inserção de pequenos produtores de petróleo. O Projeto Pesquisa - Portal Virtual do Campo-Escola - visa a implantação de um portal na internet para o Projeto Campo-Escola.

Foi realizado processo de licitação pela Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC) para a execução dos serviços de dimensionamento do sistema de elevação, programação de intervenção, projeto básico executivo das instalações de superfície e acompanhamento da intervenção no poço RAL-1-RN.

Houve, ainda, a aprovação do Projeto para Implementação do Laboratório de Análises de Fluidos na Unidade de Ensino Descentralizada (UnED) do CEFET-RN em Mossoró, tendo sido também assinado o Termo de Cooperação entre a Petrobrás e a FUNPEC para suporte técnico e econômico ao projeto.

Recursos Humanos

No ano de 2006, três Especialistas em Regulação de Petróleo e Gás Natural e um Especialista em Geologia e Geofísica de Petróleo e Gás Natural foram incorporados ao quadro funcional da SDP, oriundos do segundo curso de formação do concurso público de 2004, sendo que, no período, houve o mesmo número de desligamentos na SDP. Cabe ressaltar a necessidade de cursos de formação específicos na área de Engenharia do Petróleo para uma qualificação mínima do corpo técnico da SDP para realização de suas atribuições.

2.5.3. Fiscalização da Produção

A ANP, por meio do Núcleo de Fiscalização da Produção (NFP), procura controlar e fiscalizar a medição da produção de petróleo e gás natural que visando, prioritariamente, promover condições ótimas para que a Superintendência de Participações Governamentais (SPG) possa controlar a arrecadação das Participações Governamentais, bem como a preservação dos recursos petrolíferos do País.

O Núcleo, mediante as inspeções das Unidades de Produção para verificação da adequação dos sistemas de medição ao Regulamento Técnico de Medição (RTM), tem conseguido estabelecer maior controle e confiabilidade das informações da produção de petróleo e gás natural.

Em sua constante busca por reduzir a queima de gás, o Núcleo de Fiscalização da Produção, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento de Produção (SDP), vem colaborando ativamente no controle do percentual de queima. De acordo com o Re-

latório de Gestão NFP de 2005, os resultados alcançados pelo Programa de Otimização do Aproveitamento do Gás Natural (POAG), conduzido pela Petrobrás nas instalações da Bacia de Campos, conseguiu excelentes resultados, fazendo baixar a queima do patamar de 6.400 mil m³/d, no início de 2001, para valores médios de 3.622 mil m³/d, realizados em 2005. No ano de 2006, também houve uma redução na queima de gás natural. A Petrobrás queimou, na Bacia de Campos, cerca de 3.386 mil m³/d, o que representa uma redução de aproximadamente 6 % em relação ao ano de 2005.

Quando levado a um horizonte mais amplo, ao nível de todo território brasileiro, a queima foi reduzida em 25%, de um patamar de 6.779 mil m³/d em 2005 para 5.074 mil m³/d em 2006.

Inspeções de Medição

O Núcleo de Fiscalização da Produção deu continuidade ao programa de inspeção dos sistemas de medição de produção de petróleo e gás, que tem como objetivo verificar se esses sistemas estão em conformidade com a portaria conjunta ANP/INMETRO nº 01/2000. De acordo com os novos contratos para apoio às ações de fiscalização da produção, firmados em dezembro de 2005, a atividade de fiscalização da medição foi dividida em três áreas, da seguinte forma:

- Área 1 (AM, CE e RN): CEFET-RN e UFRN;
- Área 2 (BA, SE ,AL): CEFET-SE e UNIFACS;
- Área 3 (RJ, ES, SP, PR): PUC – RJ.

Durante o ano de 2006, as atividades relacionadas com sistema de medição das unidades de produção de petróleo e gás se concentraram em reformas ou modificações das estações de medição, de forma a torná-las adequadas à Portaria Conjunta ANP/INMETRO 1/2000.

Das 255 unidades produtoras, 220 foram adequadas até o final de 2006, o que corresponde a 86% das instalações. Algumas áreas, como Espírito Santo, já estão com praticamente todos os sistemas de medição adequados, enquanto outras áreas como Sergipe/Alagoas estão com 77% das unidades adequadas. A seguir, observa-se uma tabela das unidades adequadas por área:

Tabela 15: Sistemas de Medições Aprovados

	Total Campos / Instalações	Sistemas de Medição Aprovados	% Sistemas Aprovados
AM	3	3	100
RN/CE	63	56	89
SE/AL	30	23	77
BA	82	72	88
ES	35	33	94
RJ/SP/PR	42	34	81
Totais	255	221	86

Fonte:NFP

Durante o ano, foram realizadas diversas reuniões com os responsáveis pelas unidades com pendências, nas quais as dificuldades eram expostas e buscava-se soluções viáveis que pudessem encurtar o cronograma de adequação. Dessa forma, pôde-se agilizar significativamente o processo de adequação. Ainda restam 14% das unidades sem aprovação do sistema de medição, mas isso não significa que estão reprovados, mas sim em processo de aprovação.

Revisão do Regulamento Técnico de Medição (RTM)

Diversas reuniões foram realizadas ao longo de 2006, envolvendo equipes técnicas do INMETRO e da ANP, para a consolidação da revisão do RTM, que já estava em curso desde o ano anterior e havia recebido a contribuição de diversas entidades relacionadas às atividades de produção de petróleo e gás natural. Estima-se que o novo Regulamento entre em vigor no segundo semestre de 2007.

Recursos Humanos

O NFP pôde contar em 2006 com seis profissionais oriundos do concurso público da ANP e um estagiário, o que trouxe maior eficiência às atividades de fiscalização desempenhadas pelo Núcleo.

Ao longo de 2006, a equipe do NFP participou de dois cursos, dois treinamentos e uma viagem ao exterior:

- Curso de Medição por Placa de Orifício, ministrado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) (jul/2006);
- Curso de Estatística e Cálculo da Incerteza de Medição, no INMETRO (nov/2006);
- Unidade de Treinamento e Escape para Aeronave Submersa (mai/2006), ministrado pela Marinha (4 horas/aula);
- Treinamento de Sobrevivência no Mar (jun/2006), ministrado pela MultiLink Assessoria Técnica (8 horas/aula);
- Viagem internacional a Noruega e Escócia (ago/2006) – Missão ao exterior para avaliação da aplicabilidade de medidores multifásicos na medição fiscal de óleo e gás no Brasil.

Cabe relatar que algumas dificuldades enfrentadas em 2005 permaneceram em 2006, tais como o baixo valor da diária, insuficiente para pagamento de locomoção, estada e alimentação durante as viagens e a ausência de identificação específica para as atividades de fiscalização dos servidores do Núcleo, o que dificultou a apresentação e o acesso às unidades visitadas.

2.5.4. Segurança Operacional

Regulamentação

Com o objetivo de regulamentar a segurança operacional das instalações de produção de petróleo e de gás natural operando em águas jurisdicionais brasileiras, em dezembro de 2003 a ANP disponibilizou em consulta pública a resolução que instituirá o Regime de Segurança Operacional para as instalações de produção e estabelecerá as atribuições da Agência nas ações de fiscalização, bem como, as responsabilidades dos concessionários

para garantia da segurança operacional das instalações. A mesma resolução aprovará o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional, que introduz requisitos e diretrizes para implementação e operação de um sistema de gestão que vise à garantia da Segurança Operacional das Instalações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural, a ser aplicado durante todo o ciclo de vida dessas instalações.

O grupo de trabalho formado em 2005 pelos técnicos do Núcleo de Segurança Operacional e representantes do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), concluiu a consolidação dos comentários advindos da primeira consulta pública. Em virtude do grande número de alterações no Regulamento Técnico, será efetuada nova proposta de ação e consequentes consultas e audiências públicas no ano de 2007.

Auditorias e inspeções para garantia da integridade estrutural da planta de processo.

Para efetuar o controle da Segurança Operacional das Instalações de Produção de Petróleo e Gás Natural, terrestres e marítimas, a ANP acompanha o estado da integridade estrutural dessas instalações, mediante execução de inspeções e auditorias periódicas. Com a ajuda de consultoria especializada, foi desenvolvida a metodologia de verificação da integridade estrutural de instalações de produção e seu respectivo manual de procedimentos, que tem como finalidade estabelecer as ações a cumprir antes, durante e após as inspeções e as auditorias, definir critérios para execução dessas atividades, tratar as não-conformidades identificadas pela inspeção, bem como atribuir classificação à instalação através da auditoria. As verificações são realizadas rotineiramente, obedecendo à programação estabelecida de comum acordo entre a ANP e as instituições contratadas para apoio à atividade. Os relatórios emitidos pelas instituições são analisados pela equipe do NOS, antes de serem encaminhados ao concessionário.

Em 2006, foram realizadas 61 inspeções e 12 auditorias, com o apoio das instituições a saber: Instituto Tecnológico da PUC-Rio (PUC/ITUC) para as regiões Sudeste e Sul; Universidade Salvador (UNIFACS) e CEFET-SE para os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe; e CEFET-RN/UFRN para os estados do Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

Convênio com a Marinha para a execução de perícias técnicas.

Para efetuar a verificação da segurança operacional das instalações nos seus aspectos navais e dos sistemas que têm interface com a planta de processo, a ANP firmou um convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de exploração e produção, com a correspondente emissão de Declarações de Conformidade. O controle técnico dessa atividade é executado pela ANP, por meio da análise dos relatórios das perícias e das Declarações de Conformidade emitidas pela Marinha em nome da ANP e da DPC. A Diretoria de Portos e Costas disponibiliza, na sua página na internet, a relação de todas as instalações periciadas, bem como o sistema informatizado de controle das perícias técnicas realizadas.

O novo convênio, firmado em setembro de 2005 e com vigência até dezembro de 2008, elevou em 50% o número mínimo de perícias a serem realizadas mensalmente, em virtude do considerável aumento do número de unidades marítimas em operação.

Em 2006, foram realizadas 547 perícias e emitidas 452 Declarações de Conformidade.

Convênio com a Marinha para o monitoramento do tráfego marítimo

Tendo como principais objetivos o controle de tráfego dos petroleiros nas Bacias do Espírito Santo e Campos, a verificação da presença e abordagem de barcos de pesca dentro da área de segurança das plataformas e a verificação da presença de navios sísmicos operando nas áreas autorizadas, dentro das restrições logísticas e orçamentárias da ANP foi firmado um convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para realização de ações de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Em dezembro de 2005, foi assinado entre a ANP e a DPC um novo convênio, possibilitando a continuidade das ações pertinentes à manutenção do controle do tráfego marítimo nas áreas de interesse da ANP até dezembro de 2008.

A partir de novembro de 2006, o sistema eletrônico de monitoramento de tráfego marítimo foi disponibilizado nas dependências na ANP. Assim, os servidores são capazes de identificar e acompanhar qualquer embarcação que informe a posição geográfica à Marinha do Brasil.

Controle de Acidentes.

As comunicações de acidentes encaminhadas pelos concessionários, em conformidade com a Portaria ANP n.º 03/2003, são analisadas e cadastradas pela Agência. No caso de acidentes com consequências graves, tais como grandes vazamentos, ocorrência de vítimas, interrupção da produção por mais de 48 horas, a ANP acompanha as investigações e a implementação das medidas corretivas decorrentes.

No ano de 2006, foram recebidos e cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) 138 (cento e trinta e oito) incidentes. Todos foram analisados pelo NSO, e os 13 incidentes considerados relevantes sofreram investigação criteriosa e detalhada, com solicitação de documentos, esclarecimentos adicionais e de ações de fiscalização nas instalações.

Recursos Humanos

No ano de 2006, foram realizados dois cursos de qualificação e dois treinamentos, a saber:

- Curso American Petroleum Institute (API) em Investigação de Incidentes e Análise de Causa Raiz para a Indústria do Petróleo e Gás, ministrado pela ABS Consulting e realizado por um Especialista em Regulação (32 horas/aula);
- Curso de Revestimentos, Pintura Industrial e Proteção Catódica, ministrado pelo IBP e realizado por um Técnico em Regulação (24 horas/aula).
- Treinamento e Escape para Aeronave Submersa, ministrado pela Marinha do Brasil e realizado pela equipe do NSO (4 horas/aula).
- Treinamento de Sobrevivência no Mar (IMO), ministrado pela Multilink Assessoria Técnica e realizado pela equipe do NSO (8 horas/aula).

A equipe do NSO participou também do *Protection Offshore* - Feira e Conferência Internacional de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Indústria *Offshore* de Petróleo, Gás e Energia, realizado em Macaé, no mês de junho.

A saída de Dois Especialistas e um Técnico em Regulação, egressos do concurso público, promoveu considerável impacto no acompanhamento e controle das atividades reali-

zadas. Além disso, algumas dificuldades enfrentadas em 2005 permaneceram em 2006, tais como o baixo valor da diária, insuficiente para pagamento de locomoção, estada e alimentação durante as viagens e a ausência de identificação específica para as atividades de fiscalização dos servidores do Núcleo, o que dificultou a apresentação e o acesso às unidades visitadas.

2.6. PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

As participações governamentais (i) bônus de assinatura; (ii) *royalties*; (iii) participação especial e (iv) pagamento pela ocupação ou retenção de área estão previstas no contrato de concessão, ficando a cargo da Superintendência de Controle das Participações Governamentais (SPG), o controle, o cálculo, a fiscalização e a distribuição do pagamento das participações governamentais, o que garante assim o atendimento às leis, portarias e regulamentos vigentes.

Em 2006, a SPG continuou se dedicando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e distribuição das participações governamentais previstas na legislação específica.

Mediante ações efetivas de fiscalização a cargo da superintendência, foram detectadas algumas não-conformidades de procedimentos por parte dos responsáveis pelo recolhimento das participações governamentais relacionadas a tratamentos inadequados sobre recuperação de investimentos, classificação de custos operacionais e provisionamentos indevidos, o que possibilitou a recuperação de cerca de R\$ 459 milhões a título de recolhimentos adicionais de *royalties* e participação especial.

A relevância das participações governamentais tem sido crescente. Em 2006, dados disponíveis na Superintendência de Controle das Participações Governamentais mostram que o total da arrecadação de *royalties*, R\$ 7.703.543.211,34, e da participação especial, R\$ 8.839.990.808,46, cresceu, em comparação ao ano de 2005, cerca de 24,1% e 26,9%, respectivamente.

A elevação acima deveu-se ao aumento da produção de petróleo – média de 1.726.838 barris por dia – no período, como também à elevação dos preços de referência dos petróleos brasileiros – média de R\$ 734,58 por metro cúbico, ao passo que em 2005 essa média foi de R\$ 709,77 por metro cúbico – aumento de aproximadamente 3,5% em função primordialmente da variação positiva nas cotações do Brent Dated.

Em 2006, com base nos mecanismos implantados de fiscalização e controle para a aferição do cumprimento do compromisso contratual referente ao Conteúdo Local de bens e serviços, foi realizada a fiscalização do bloco BT-REC-10. Iniciou-se a fiscalização dos blocos BM-C-5, BM-FZA-1, POT-T-512 e BM-S-14. Além disso, para aprimorar o processo de exigência de Conteúdo Local ao longo das rodadas de licitações, foi criado em 2006 um grupo de trabalho, sob a coordenação do Chefe de Gabinete do Diretor Geral, com a finalidade de equacionar e definir os critérios e a sistemática a ser adotado sobre o tema para a 8ª Rodada de Licitações. O resultado dos trabalhos do grupo foi a elaboração de uma Nota Técnica com todos os procedimentos e critérios para o Conteúdo Local a ser implementado.

Com base nos mecanismos implantados, de fiscalização e controle, foram também realizadas auditorias para a aferição do cumprimento do compromisso contratual referente ao Conteúdo Local de bens e serviços.

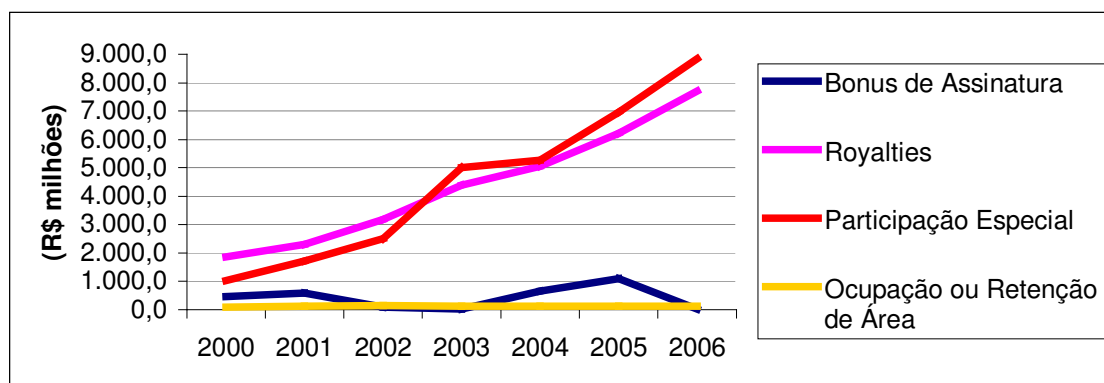
Na tabela seguinte, são apresentados os valores das participações governamentais arrecadadas no período de 2000 a 2006 e no gráfico subsequente a evolução dessas participações:

Tabela 16: Participações Governamentais de 2000 a 2006 - (em R\$ milhões)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bônus de Assinatura	468,3	594,9	92,4	27,4	665,4	1.088,8	11,0
Royalties	1.867,8	2.303,3	3.184,0	4.396,4	5.042,8	6.206,1	7.703,5
Participação Especial	1.038,7	1.722,0	2.510,2	4.997,8	5.272,0	6.967,0	8.839,9
Ocupação/Retenção de Área	91,2	124,7	146,5	126,2	124,3	130,1	134,6

Fonte: SPG

Gráfico 15: Evolução das Participações Governamentais



Fonte: SPG

Em 2006, a arrecadação dos *royalties* foi distribuída a 823 municípios, a 10 estados, além dos outros beneficiários: Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial de Participação (FEP).

O Anexo 1 deste Relatório apresenta os valores dos *royalties* e da participação especial, creditados a municípios brasileiros no exercício de 2006.

A fiscalização da produção de petróleo e gás natural constitui a base para apurações dos *royalties* e das participações especiais eventualmente devidas. Essas fiscalizações visam garantir para a sociedade o justo benefício da lavra, por terceiros, de hidrocarbonetos, de propriedade da União. A restrição de verbas orçamentárias inviabiliza a realização do trabalho essencial, contribuindo para a produção de limitações às tarefas de fiscalização, o que pode implicar perdas de arrecadação.

A Superintendência de Controle das Participações Governamentais realiza continuamente esforços no sentido de implementar os mecanismos de fiscalização e controle dos recolhimentos e distribuição das participações governamentais previstas em lei, além de desempenhar outras atribuições com objetivos de preservar a arrecadação dessas exações.

Todas essas atribuições, consideradas as prioridades da Superintendência, exigem permanentemente o aprimoramento dos seguintes trabalhos, e necessitam de um número razoável de pessoal técnico capacitado:

- desenvolvimento do banco de dados das participações governamentais;

- desenvolvimento de programas que atendam à complexidade no cálculo dos *royalties* e da participação especial;
- estabelecimento de normas e procedimentos de auditoria e fiscalização das participações governamentais;
- acompanhamento e controle dos investimentos realizados pelos concessionários, para fins de dedutibilidades no cálculo da participação especial;
- realização de auditorias permanentes nos recolhimentos da participação especial;
- visitas técnicas necessárias para estudos de enquadramento de municípios, para os efeitos da distribuição dos *royalties* e elaboração dos relatórios técnicos
- emissão de pareceres técnicos destinados aos ministérios, estados e municípios, sobre assuntos relacionados às participações governamentais.

2.7. TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A atuação da Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos (CTC) atende à atribuição legal da ANP, estabelecida na alínea X do art. 8º da Lei 9.478, de 6/08/96 - Lei do Petróleo - qual seja: “estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento .”

Para cumprir suas atribuições, a CTC tem ações organizadas em atividades regulares, que formam seu Plano de Trabalho.

Essas atividades são:

- formação de recursos humanos para o setor de petróleo e gás natural – que é executada por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP para o setor de Petróleo e Gás Natural- PRH-ANP.
- gestão da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, constante dos Contratos de Concessão. Essa atividade, por sua vez, abrange duas outras complementares:

- Fiscalização dos investimentos em P&D realizados pelos concessionários, conforme previstos na Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, e
 - Credenciamento de Instituições de P&D, conforme previsto na Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.
- apoio Técnico ao MCT na gestão do CT-PETRO.

Além dessas três atividades, a CTC atende às demandas das diretorias e superintendências da ANP para a formulação de projetos específicos e ao público externo em assuntos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos especializados para o setor.

A regulamentação da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, constante dos Contratos de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, em novembro de 2005, teve seu efetivo início de aplicação a partir de janeiro de 2006, acarretando aumento significativo das atividades da CTC. As despesas com P&D sujeitas a autorização prévia foram muito além do esperado, o que deveu-se à necessidade de implantar laboratórios de excelência em P&D na área de petróleo e gás natural, como também de modernizar e ampliar as existentes.

Em agosto de 2006, foram outorgadas as primeiras autorizações para 36 projetos referentes à implantação de infra-estrutura laboratorial - Autorização Nº 229/2006. Também foi aprovada a Portaria ANP Nº 181/2006, de delegação de competência ao Chefe da CTC para conceder autorização prévia de admissibilidade de despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, conforme item 8.2 do Regulamento Técnico ANP Nº 5/2005.

A ANP, com o dispositivo de "autorização prévia para infra-estrutura laboratorial", previsto no Regulamento ANP Nº 5/2005, passou a desempenhar papel importante no aumento da capacidade laboratorial do País, o que vai permitir a consolidação das competências técnicas e principalmente propiciar a geração de novas tecnologias e novos processos para o setor de petróleo e gás natural, que é o objetivo da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, constante dos Contratos de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Em 2006, apesar das restrições orçamentárias impostas à Agência, foram logrados os principais resultados apresentados a seguir.

2.7.1. Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás – PRH-ANP

Essa atividade é uma ação social e de desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural. Ela vem ao encontro da política de governo que é de gerar profissionais altamente qualificados, com objetivo de aumentar a empregabilidade do jovem brasileiro e incrementar a capacidade competitiva da indústria nacional.

O Programa, implementado desde 1999, é iniciativa da ANP e abrange duas vertentes: uma de nível técnico e outra de nível superior (graduação, mestrado e doutorado). Seu objetivo é a concessão de:

1. bolsas de estudo a estudantes para os níveis técnico, graduação, mestrado e doutorado;
2. bolsas de pesquisa para coordenadores, um por programa;
3. bolsas para pesquisadores visitantes, sendo um por programa, com o objetivo de desenvolver estudos sobre as demandas profissionais e as tendências tecnológicas e estruturais do mercado.

O PRH-ANP, referente ao nível superior – graduação, mestrado e doutorado - é financiado com recursos do MCT, por intermédio de convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), gestora dos recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO), conhecido como Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural. Como contrapartida, a ANP aloca recursos para a coordenação, gerenciamento e avaliação do Programa.

Nos últimos seis anos, foram investidos mais de R\$ 100 milhões oriundos do CT-PETRO, concedidas mais de 3.800 bolsas de estudo e formados mais de 2.300 profissionais, conforme mostram as Tabelas 17, 18 e 19. Neles estão registrados a evolução do quantitativo de bolsas concedidas, os recursos investidos e o quantitativo dos profissionais formados respectivamente.

Em 2006, foi dada continuidade aos 36 programas do nível superior, implantados em 23 instituições de ensino e pesquisa no País, com a renovação dos convênios e concessão de novas cotas de bolsas, como pode ser verificado no Tabela 17.

No que se refere ao PRH-Técnico, que depende de recursos próprios da ANP, não foi possível retomar as atividades dos oito programas implantados devido às severas restrições orçamentárias que já vinham ocorrendo desde 2002.

É oportuno ressaltar os benefícios sócio-econômicos do Programa. De um lado, permite formar profissionais altamente qualificados, isso é, aumenta a empregabilidade do jovem brasileiro, o que possibilita a colocação desses profissionais no mercado de trabalho e consequentemente contribui para a redução do desemprego. De outro, colabora para o aumento da produção de estudos técnico-científicos, representados por artigos técnicos e trabalhos de final de cursos, que contribuem para a ampliação da base de conhecimentos, promovem o desenvolvimento tecnológico e aumentam a competitividade do setor de petróleo e gás natural no País.

Quanto à gestão do Programa, em 2006 foram realizadas reuniões de avaliação com a participação de técnicos da ANP, convidados do MCT e profissionais das empresas do setor.

Tabela 17: Evolução da Quantidade de Bolsas Concedidas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006	TOTAIS
TEC			672		141			813
GRA	74	179	201	322	322	360	355	1813
MSc	52	101	108	162	162	166	160	911
DSc	18	37	44	57	57	59	57	329
TOTAIS	144	317	1025	541	682	585	572	3866

Tabela 18: PRH-ANP – Investimentos Realizados – 1999-2006

ANO	PRH-ANP/MCT (Superior)	PRH-ANP/MEC Técnico	RECURSOS ANP	RECURSOS CTPETRO	TOTAL
1999	538.777,98		538.777,98		538.777,98
2000	8.325.050,26			8.325.050,26	8.325.050,26
2001	13.031.344,91	3.412.648,80	3.412.658,80	13.031.344,91	16.444.003,71
2002	18.075.749,14	643.360,00	643.360,00	18.075.749,14	18.719.109,14
2003	11.153.738,00	873.840,00	873.840,00	11.153.738,39	12.027.578,39
2004	22.476.978,00	417.340,00	417.340,00	22.476.978,00	22.894.318,00
2005	15.000.000,00			15.000.000,00	15.000.000,00
2006*	24.000.000,00			24.000.000,00	24.000.000,00
2007*	28.000.000,00			28.000.000,00	28.000.000,00
TOTAL GERAL	140.601.638,29	5.349.198,80	5.885.976,78	140.062.860,70	145.948.837,48

* Previsão orçamentária

Tabela 19: Profissionais formados pelo PRH-ANP 1999-2006

Técnico	Graduação	Mestrado	Doutorado	Total
558	1.115	518	101	2.322

Tendo em vista a região Sudeste possuir o maior número de instituições de ensino e pesquisa, ela tem recebido o maior quantitativo de bolsas de estudo, como pode ser observado no gráfico 16, que mostra o quantitativo de bolsas por região geográfica, e no gráfico 17, que apresenta o quantitativo de bolsas concedidas por modalidade.

Gráfico 16: Bolsas concedidas pelas regiões

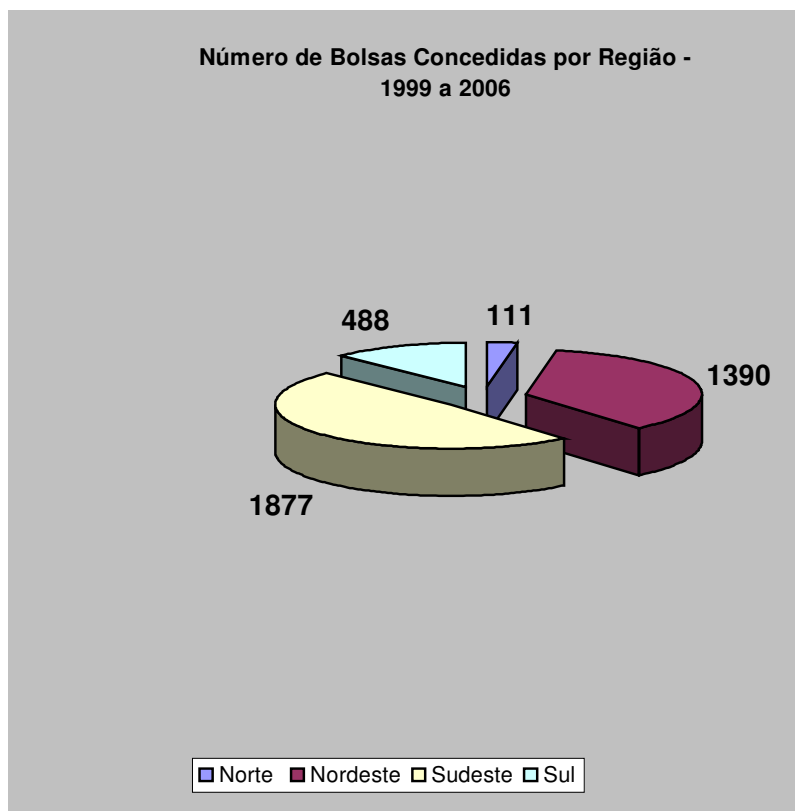
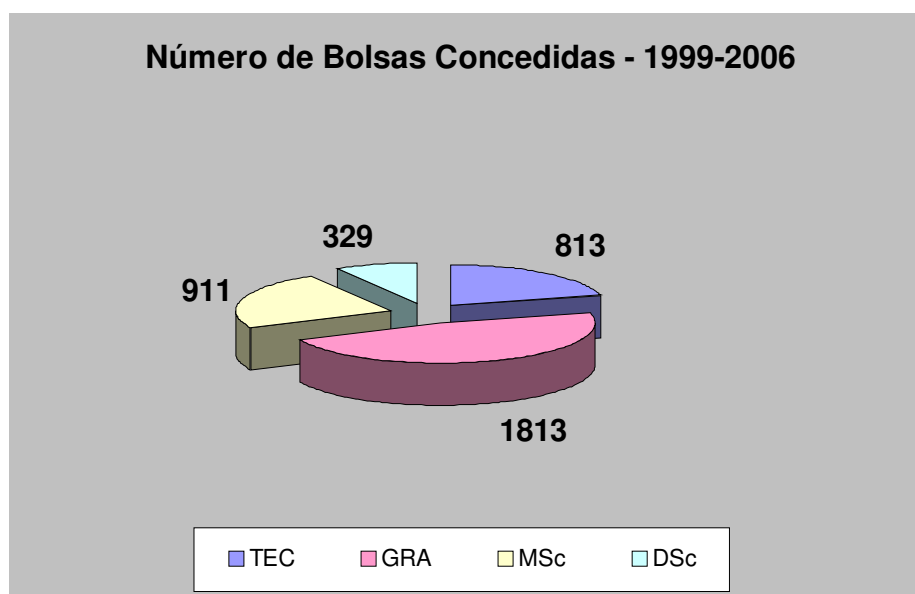


Gráfico 17: Bolsas concedidas por modalidade de bolsas



2.7.2. Gestão da Cláusula de Investimentos em P&D

Com o objetivo maior de contribuir para o aumento da capacitação tecnológica nacional e atender à atribuição legal de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias no setor de petróleo e gás natural, conforme disposto no item X do artigo 8º da Lei nº 9.478, de 1997, Lei do Petróleo, a ANP incluiu nos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural a cláusula sobre “Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento”, a partir de 1998.

As principais disposições da referida Cláusula são:

- os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são obrigatórios para os concessionários e correspondem ao percentual de, no mínimo, 1% (um por cento) da receita bruta proveniente dos campos para os quais a Participação Especial (PE) é devida;
- até 50 % (cinquenta por cento) do valor dos investimentos poderá ser aplicado em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários e, no mínimo, 50% dos recursos devem ser aplicados em Instituições de P&D credenciadas pela ANP para esse fim .

O montante de recursos que corresponde a 1% do valor da produção bruta dos campos que pagam a PE, no período de 1998 a 2004, está estimado em R\$1,2 bilhões, sem a correção prevista na Regulamentação. Tal montante deveria ter sido investido em Pesquisa e Desenvolvimento. A obrigação de investimentos em P&D refere-se à fase de produção, sendo que, até o momento, estão enquadrados nessa obrigatoriedade apenas os concessionários Petrobras, Shell e Repsol.

Para a gestão da Cláusula de Investimentos, a ANP publicou, em novembro de 2005, duas Resoluções e respectivos Regulamentos Técnicos, abrangendo duas sistemáticas complementares e bem estruturadas:

- a) fiscalização do cumprimento da cláusula – Resolução nº 33 e Regulamento Técnico nº 05/2005
- b) credenciamento das instituições – Resolução nº 34 e Regulamento Técnico nº 6/2005

As principais atividades da CTC relacionadas à operacionalização da referida Cláusula e aplicação dos Regulamentos Técnicos ANP nº 5/2005 e nº 6/2005 são:

- Autorização Prévia;
- Fiscalização dos Investimentos realizados; e
- Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

Conseqüentemente, as ações no âmbito da gestão da Cláusula de Investimentos em P&D foram as seguintes:

Autorização Prévia

De acordo com a Resolução ANP nº 33, de 2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5, de 2005, algumas modalidades de despesas que podem ser admitidas como Pesquisa e Desenvolvimento necessitam de autorização prévia da ANP. No entanto, tais despesas precisam ser comprovadas para aceitação pela ANP.

É oportuno esclarecer que a coordenação do processo é realizada pela CTC, cabendo a ela todas as ações e a elaboração de documentos e pareceres. Técnicos de outras áreas participam, analisando e discutindo o processo com a equipe da CTC.

Foi concedida, em março de 2006, Autorização Prévia de Admissibilidade de Despesas qualificadas como P&D, a serem realizadas pelo concessionário Petrobras com o Plano de Qualificação Profissional do PROMINP, no valor estimado de R\$ 158 milhões, para capacitar cerca de 64 mil profissionais para o setor de petróleo e gás natural. Tais despesas poderão ser usadas para fins de dedução dos possíveis saldos existentes, referentes aos valores que deveriam ter sido investidos em Pesquisa e Desenvolvimento, no período de 1998 a 2004. O pedido de autorização foi encaminhado à ANP no final de dezembro de 2005.

De abril até 31 de dezembro de 2006, foram recebidas solicitações de autorização prévia do concessionário Petrobras para 245 projetos de infra-estrutura laboratorial.

Foram publicadas, em 2006, dez autorizações prévias, abrangendo 184 projetos referentes ao item 8.2.3 do referido Regulamento – projetos de infra-estrutura laboratorial – cujo valor total está estimado em mais de R\$ 420 milhões, como pode ser visto na Tabela 21.

Os projetos encaminhados no final de novembro e em dezembro encontravam-se sob análise técnica, como pode ser observado pela Tabela 20.

Como pode ser observado no Tabela 21, foram emitidos cerca de 60 pareceres técnicos relacionados aos 202 projetos analisados. Desses, 184 foram autorizados e 18 foram não enquadrados no escopo do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, envolvendo cerca de 46 entidades de pesquisa e desenvolvimento, em 16 estados do País.

Quanto aos investimentos a serem realizados, a maioria dos projetos tem como objetivo a implantação de novo laboratório ou ampliação de laboratório existente, incluindo desde a construção civil de salas para laboratórios, apoio, biblioteca etc, até a aquisição e montagem de equipamentos de grande porte, instrumentação, computadores e periféricos.

Tabela 20: Situação dos Projetos em 31/12/2006

ORIGEM DOS PROJETOS	SOLICITADOS		CANCELADOS OU NÃO ENQUADRADOS		AUTORIZADOS		EM ANÁLISE	
	Nº	VALOR	QUANT	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Exploração	20	57.380.037	0	0	16	49.693.630	4	8.830.529
Produção	57	152.399.406	1	10.000.000	51	119.900.272	2	5.418.436
Abastecimento	69	145.266.796	4	14.097.032	60	119.646.510	6	9.305.743
Gás, Energia, Desenvolvimento Sustentável	60	65.576.966	10	5.149.859	32	31.451.537	17	29.831.757
Gestão e Inovação	5	8.655.294	2	4.757.387	0	0	3	3.897.906
Núcleos Regionais de Competência (multiáreas)	31	151.701.901	1	29.886.473	24	98.468.797	6	14.997.326
Outros	3	7.138.381			1	3.363.407	2	3.774.974
TOTAIS	245	588.118.780	18	63.890.751	184	422.524.152	40	76.056.672

Gráfico 18: Projetos Solicitados e Autorizados em 2006 pelas Regiões

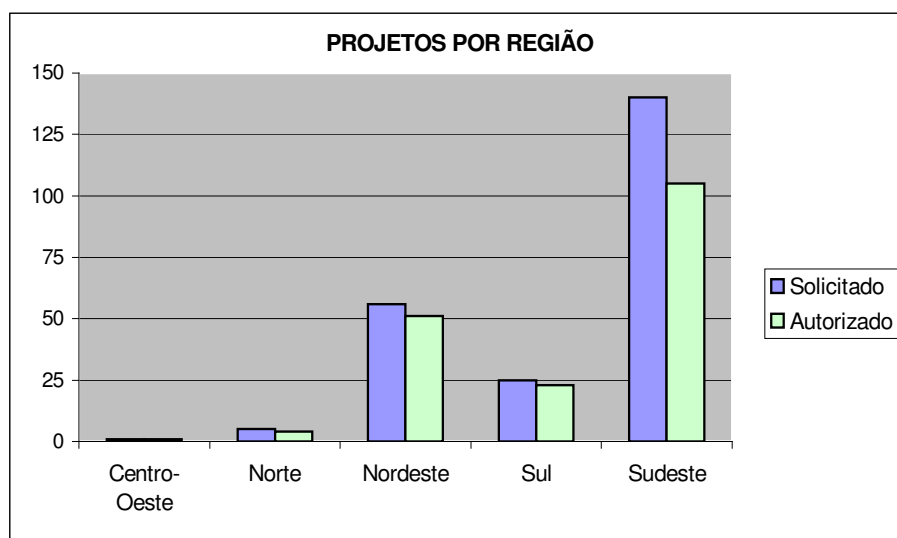


Tabela 21: Resumo Geral

QUADRO GERAL	
Nº de Autorizações	10
Nº de Pareceres Técnicos	60
Nº de Técnicos envolvidos (incluindo da CTC)	26
Nº de Projetos Autorizados	184
Nº de Entidades	46
Nº de Estados	16
Recursos pré-autorizados (R\$)	422.524.152,39

Tabela 22: Projetos Autorizados por Área

Área	NºProjeto	Recursos (R\$)
Exploração	16	49.693.629,65
Produção	51	119.900.271,90
Abastecimento	60	119.646.510,01
Energia, Desenvolvimento Sustentável	32	31.451.537,36
Núcleos Regionais (multiáreas)	24	98.468.796,97
Projetos avulsos (multiáreas)	1	3.363.406,50
TOTAIS	184	422.524.152,39

Tabela 23: Projetos Autorizados pelas Regiões

	Instituições	NºProjeto	Recursos (R\$)
Sudeste	26	105	294.471.020,34
Nordeste	10	51	88.239.582,08
Sul	6	23	34.002.015,14
Norte	3	4	3.773.764,83
Centro-Oeste	1	1	2.037.770,00
TOTAIS	46	184	422.524.152,39

Gráfico 19: Valor Solicitado X Autorizado pelas Regiões

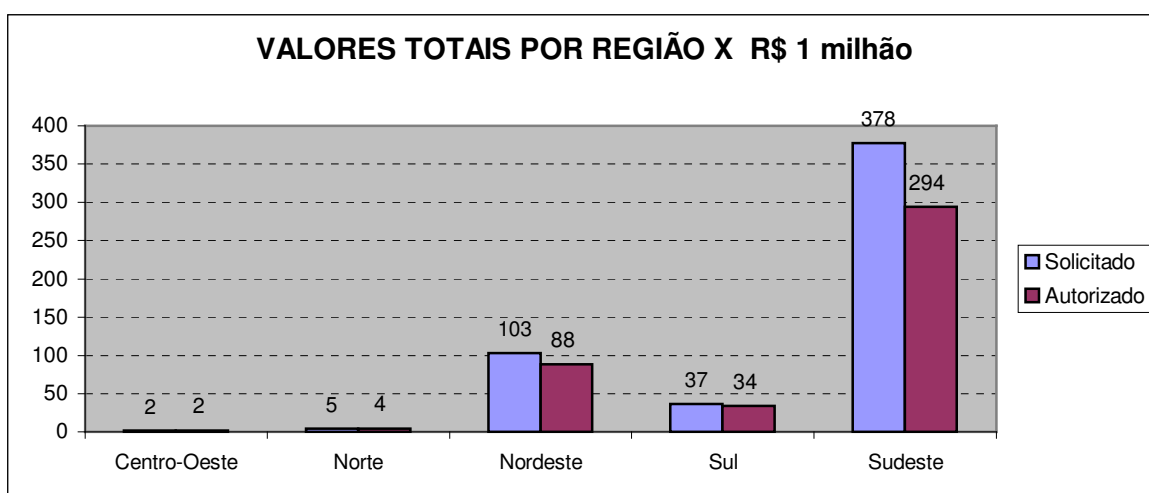


Tabela 24: Projetos Autorizados por Instituição

Instituições com maior número de Projetos Autorizados		
	Nº Proje-	Recursos (R\$)
UFRJ	21	61.664.155,39
UFRN	17	18.366.535,87
UNICAMP	16	19.954.455,72
USP	11	18.470.219,40
UFS	9	27.322.164,16
PUC-Rio	8	48.458.918,85

Cabe mencionar que, para melhor compreensão do pleito do Concessionário, foram realizadas mais de 15 reuniões, além de dois *workshops* com os técnicos pesquisadores do Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes/Petrobras), responsáveis pelos projetos sob análise na ANP.

Fiscalização dos investimentos realizados – 1998 a 2004

1- Foram enviados pela Petrobras, em final de maio, os Relatórios Demonstrativos referentes aos investimentos feitos em Pesquisa e Desenvolvimento de 1998 a 2004 para análise das despesas realizadas, de acordo com o Regulamento Técnico nº 5, de 2005, com o objetivo de comprovar o cumprimento das Cláusulas de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, constantes dos Contratos de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, desde 1998.

Esses Demonstrativos abrangem mais de três mil projetos, que foram pré-analisados para verificação dos aspectos formais do Regulamento e aprovação ou não das despesas realizadas.

Dessa forma, em dezembro, foi encaminhado ofício ao Cenpes/Petrobrás solicitando informações complementares sobre os Relatórios Demonstrativos referentes ao período de 1998 a 2004.

Registra-se que foram realizadas várias reuniões com os técnicos do CENPES sobre os referidos relatórios.

No que se refere ao concessionário SHELL, este enviou uma carta em maio/2005 informando a não realização de despesas entre 1998 a 2004.

Faz-se necessário esclarecer que, tendo em vista a demora da ANP em regulamentar a referida cláusula, foi previsto na Resolução ANP 33/2005 o prazo de 3 anos, a partir da data de sua publicação, para que os concessionários realizassem os valores referentes ao período de 1998 a 2004.

2- Em 30 de setembro de 2006, os concessionários PETROBRAS e Shell encaminharam os relatórios demonstrativos referentes ao ano de 2005 à ANP. Em 31/12/2006, os mesmos encontravam-se em análise.

Credenciamento das Instituições de P&D

O credenciamento das Instituições nacionais de P&D junto à ANP, conforme previsto na Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, é condição para que o concessionário possa nelas investir, o que é objeto da Resolução ANP nº 34, de 2005 e respectivo Regulamento Técnico ANP nº 6, de 2005.

Tendo em vista a limitação dos recursos – financeiros, de informática e humanos –, em 2006 a CTC procurou adequar a infra-estrutura de informática relacionadas com o credenciamento, tais como o levantamento de preço do desenvolvimento de um sistema informatizado para gerenciamento das atividades. O que ocasionou atraso no início do credenciamento.

Por outro lado, como está previsto na Resolução ANP nº 33, de 2005, a condição temporária para a realização das despesas nas instituições de P&D (“até que a ANP tenha um conjunto de Instituições credenciadas, o concessionário poderá realizar despesa com pesquisa e desenvolvimento nas Instituições que receberam recursos do CT-PETRO”), o atraso no credenciamento das instituições não afetou tanto o cumprimento da cláusula pelos concessionários.

Por conta disso, o concessionário Petrobras encaminhou grande número de projetos para os quais foram solicitadas autorizações prévias, conforme Regulamento Técnico ANP nº 5, de 2005. Tal fato também causou retardo no início do Credenciamento das Instituições de P&D, uma vez que a equipe de trabalho no primeiro semestre era composta de apenas três técnicos.

Com a entrada de mais dois servidores concursados, a partir de setembro de 2006, retomou-se a preparação da infra-estrutura de acompanhamento das atividades por um sistema informatizado.

2.7.3. Ações Gerais em 2006

- a) Foi realizado *workshop* interno, em março de 2006, com objetivo de sensibilizar os servidores, divulgar internamente o conteúdo da Cláusula e, ainda, solicitar a participação de técnicos de outras áreas da ANP;
- b) Foi elaborado cadastro dos técnicos da ANP disponibilizados para atuarem como avaliadores dos projetos submetidos à verificação de enquadramento;
- c) Foi criada uma marca específica pela Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional (SCI) para a aplicação da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, usando a expressão "compromisso com investimentos em P&D";
- d) Foi elaborado, com o apoio da Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional SCI, *folder* sobre a aplicação da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento;
- e) Foram realizadas cerca de 20 reuniões com representantes de diversas entidades, por solicitação destas, sobre a aplicação da Cláusula de Investimentos em P&D. Dentre elas podem ser citadas: COPPE, SENAI, CTDUT, Secretaria C&T da Bahia, Comando da Marinha, UNICAMP, IPT, Universidade Federal de Uberlândia, entre outras.

Ações de Treinamento

Na proposta orçamentária constante do Plano de Ações Anual (PAA) de 2006, a CTC solicitou os recursos necessários ao aprimoramento da capacitação técnica de sua equipe. No entanto, devido às restrições orçamentárias e de poder decisório da Diretoria colegiada, até agora a participação dos funcionários somente se deu em eventos tais como seminários e congressos com o caráter de cortesia ou sem ônus para a ANP.

Apesar da falta de recursos para serem treinados, os técnicos da CTC participaram de eventos como palestrantes, com o objetivo de divulgar as ações da ANP relacionadas à Cláusula de Investimentos em P&D, entre eles podem ser citados:

- a) Encontro de Qualidade de Combustível, em março, em Fortaleza
- b) IV Seminário Rio de Metrologia, em abril, no Rio de Janeiro
- c) IX Encontro de Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia, em junho, no do Rio de Janeiro
- d) Rio Oil & Gas, em setembro, no Rio de Janeiro

Atividades Realizadas com apoio das Superintendências

As atividades da CTC, tanto do PRH-ANP, como as referentes à aplicação da Cláusula de investimentos em P&D, possuem interação direta com as superintendências da ANP, por meio da participação efetiva e direta de seus técnicos. Esse trabalho é muito importante para sustentar a posição da Agência perante os concessionários. Os profissionais que interagem com a coordenadoria exercem atividades como:

- avaliação de trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas do PRH-ANP;
- avaliação técnica dos programas;
- em conjunto com os técnicos da CTC, análise técnica dos projetos objetos de solicitação de autorização prévia.

Apoio Técnico ao MCT/CT-PETRO

A Lei nº 9.478, de 1997, Lei do Petróleo, estabelece que parte dos recursos dos *royalties* sejam aplicados no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural, conhecido como CT-PETRO, bem como que seja dado apoio técnico da ANP ao Plano.

A CTC tem o papel de apoiar o representante da ANP no Comitê do CT-PETRO, que atualmente é o Diretor responsável pela Diretoria II.

A CTC participou de duas reuniões do Comitê do CT-PETRO e os seus técnicos tomaram parte em avaliações de pré-enquadramento de projetos nos editais do CT-PETRO, realizados em 2006.

Midlestream

O *midlestream* compreende as atividades de refino e comercialização e movimentação de petróleo e gás natural. No âmbito da ANP, suas unidades organizacionais atuam regulamentando, autorizando e fiscalizando essas atividades. Após a entrada em vigor da Portaria ANP nº 160, de 2004, as unidades organizacionais envolvidas são a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP) e a Superintendência de Comercialização e movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM). As seções a seguir descrevem as ações dessas unidades, no ano de 2006.

2.8. REFINO E PROCESSAMENTO

O ano de 2006 foi caracterizado por uma grande mudança da equipe SRP e de sua cultura organizacional, ocasionada pela entrada dos servidores concursados, a saída, no início de 2006, do Superintendente e de seu Adjunto, e as necessárias novas nomeações para os cargos. Esses fatores contribuíram para o surgimento de uma nova fase na Superintendência. Nela pode-se destacar o empenho na realização de ações para o desenvolvimento do capital intelectual e a revisão das metas para realização de atividades que estavam, anteriormente, prejudicadas pela ausência de recursos humanos. Dentre as atividades revigoradas, destaca-se a de realização de fiscalizações. No ano compreendido por este relatório, foram realizadas mais fiscalizações do que ao longo de todo o ano de 2005: em 2006 foram realizadas 15 ações fiscalizatórias contra sete em 2005.

A SRP realizou, em 2004, uma importante revisão no marco regulatório do setor sob a sua responsabilidade, produzindo minutas de duas novas Resoluções para regular as atividades de Refinarias de Petróleo e de Unidades de Processamento de Frações de Petróleo (UPFP). Quando aprovadas, as duas novas Resoluções irão substituir os demais instrumentos de regulação do setor. As duas minutas das Resoluções, após terem sido submetidas a processo de consulta pública por 30 dias, durante o mês de fevereiro de 2005,

e discutidas em audiência pública, realizada em 9 de março de 2005, foram modificadas, no sentido de acolher as contribuições relevantes do mercado. Em 2006, foi realizado um processo de avaliação final, em conjunto com outras superintendências da ANP, para o recebimento de novos comentários e melhorias, a fim de se obter, principalmente, o alinhamento do marco regulatório às novas situações mercadológicas. Após a consolidação, as minutas serão reencaminhadas à Diretoria da ANP, para deliberação.

A SRP tem participado de grupos coordenados por outras Superintendências e os denominados grupos institucionais, administrados por outros órgãos do governo federal, dando apoio técnico e representando a ANP nas mais diversas discussões do setor de petróleo e gás. Destaca-se, em 2006, a intensa participação em grupos ligados ao meio ambiente, nos quais a SRP esteve presente em aproximadamente 25 reuniões; no apoio à gestão e às avaliações do Programa de Recursos Humanos (PRH) da ANP, a SRP participou das seis RAA (Reunião Anual de Avaliação dos PRH), totalizando as avaliações de 20 PRH, dentre os 36 PRH existentes nas universidades brasileiras, no âmbito do escopo da SRP, refino e processamento de gás natural e biocombustíveis; e, também, no apoio à fiscalização da cláusula contratual dos contratos de concessão, no que diz respeito aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, atividade na qual foram analisados 32 projetos.

No primeiro semestre de 2006, a ANP experimentou um cenário particularmente adverso, com dificuldades de infra-estrutura e orçamento sujeito à restrição. Como consequência, a execução de projetos previstos no Plano de Ação Anual (PAA) da SRP sofreu atraso. Assim, os 3 projetos em andamento na SRP tiveram seus prazos adiados para 2007, a saber:

- Estudo Novas Perspectivas para o Desenvolvimento do Refino de Petróleo no Brasil. O projeto visa atualizar o estudo contratado pela ANP em 2001, denominado “Perspectivas para o Desenvolvimento do Refino de Petróleo no Brasil”, que, desde 2002, se encontra com várias premissas adotadas para sua elaboração superadas pelos acontecimentos, tais como: retração da economia, mudança de tecnologia no mercado de automóveis, retomada do consumo de álcool combustível e a descoberta de gigantescas reservas de gás natural.
- Segurança Operacional das Instalações de Refino e suas Conexões com a Prevenção Ambiental. O projeto visa dar prosseguimento ao aprimoramento dos instrumentos le-

gais específicos de segurança operacional da área de refino e processamento, atendendo também a algumas demandas externas, principalmente as apresentadas nos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU). O trabalho levará em consideração, entre outros documentos, a minuta de regulamento de segurança operacional elaborada por empresa de consultoria, contratada em 2001, pela ANP. A minuta contém prescrições relacionadas à gestão de segurança operacional da área *downstream* como um todo, mas não foi implementada por falta de adaptação a cada área. No momento, a SRP está estudando a possibilidade de desenvolver este projeto com recursos próprios.

- Simulação do Parque de Refino Nacional. Dar continuidade ao projeto, iniciado em 2002, com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), para simulação de todo o parque de refino, por meio de modelo computacional.

2.8.1. Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo

A SRP tem como uma de suas atribuições, de acordo com a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 8º, inciso VII, fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

No ano de 2006, a SRP realizou 15 visitas de fiscalização, direcionadas aos processos de autorização de novas instalações, aos acompanhamentos da segurança operacional das instalações autorizadas por meio do cumprimento dos termos de compromisso, às novas instalações produtoras de biodiesel e vistorias para outorga de autorização.

Tabela 25: Fiscalizações por Ação

	Termo de Compromisso	Autorização	Operação Segura	Incidentes	Outros + Fisc. Biodiesel	TOTAL
2001	0	0	0	1	1	2
2002	6	4	0	4	6	20
2003	13	2	2	2	2	21
2004	10	4	2	1	1	18
2005	2	2	0	3	3	7
2006	8	3	0	4	4	15

Definições:

- ⇒ Termo de Compromisso: documento a ser firmado entre a ANP e a empresa ou consórcio de empresas requerente, como parte integrante da Autorização, estabelecendo prescrições para as atividades de operação, manutenção, inspeção, treinamento de pessoal e desativação de Refinarias de Petróleo e Unidades de Processamento de Gás Natural e exigências quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações vizinhas a estas instalações.
- ⇒ Operação Segura: verificação, *in loco*, de itens de segurança, tais como: análise de risco e o gerenciamento destes; procedimentos operacionais; relacionamento e procedimentos com as contratadas; e plano de emergência e gerenciamento ambiental.

As fiscalizações realizadas em 2006, para verificação do cumprimento dos Termos de Compromisso, também contribuíram significativamente com o treinamento dos funcionários concursados. Utilizando-se a metodologia *on the job training*, foram envolvidos, no mínimo, três servidores em cada fiscalização, dos quais dois concursados e um servidor sênior da SRP, com experiência nesse tipo de atividade.

Quanto às comunicações de incidentes, recebidas conforme a Resolução ANP n.º 003, de 10 de janeiro de 2003, a SRP recebeu 5 (cinco) comunicações, averiguadas e acompanhadas, por meio de informações recebidas, para investigação das causas e análise das recomendações e implementações realizadas pelo agente econômico visando evitar a reincidência de ocorrências de natureza semelhante. Os tipos de incidentes e suas consequências não geraram a necessidade de verificação *in loco* dos eventos.

2.8.2. Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo

Foram outorgadas 24 autorizações, referentes aos processos analisados pela ANP, da área de refino e processamento de gás natural, de produção de solventes, de produção

de biodiesel e de produção de combustíveis por centrais de matérias-primas petroquímicas.

Tabela 26: Autorizações Outorgadas

	Refino e Processam. GN (+ ampl. de capac.)	Const. Planta de Solventes	Produção de Solventes	Produção de Biodiesel (+ ampl. De capac.)	Cont. Planta de Formulação	Formulação de Combustíveis	Prod. Combust. Por Centrais Petroquímicas	Declaração de Utilidade Pública	TOTAL
2001	4	0	0	0	0	0	0	0	4
2002	10	0	0	0	1	0	2	0	13
2003	6	0	0	0	1	1	0	0	8
2004	3	1	1	0	0	0	0	0	5
2005	4	0	1	8	0	0	1	0	14
2006	4	1	2	14	0	0	1	1	23

Em 2005 e 2006, destacam-se as 22 autorizações para produção de biodiesel, incluindo as ampliações de capacidade de plantas industriais e refletindo o impacto do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A capacidade total autorizada é de 2.129.433 de litros por dia, utilizando várias fontes oleaginosas e rotas metílicas e/ou etílicas.

No mapa e tabela a seguir, estão localizadas as plantas de biodiesel autorizadas até o final de 2006 e os pedidos de autorização em análise na SRP:

Figura 2 – Mapa de localização de Plantas de Biodiesel

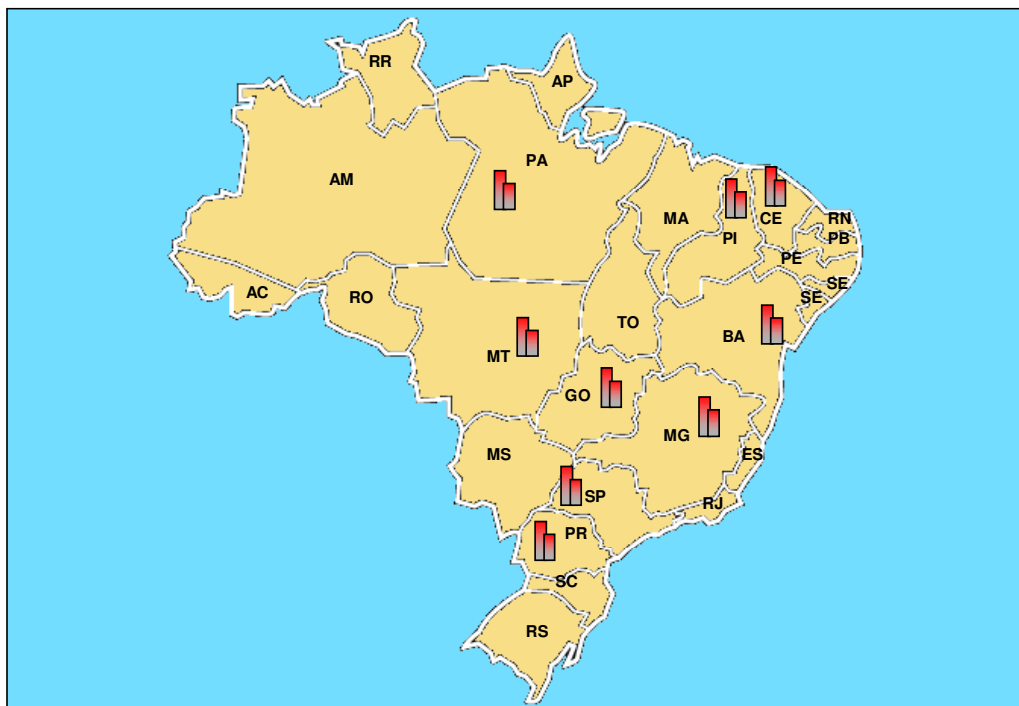


Tabela 27: Localização de Plantas de Biodiesel

Estados	Nº de Plantas Industriais Autorizadas	Nº de Pedidos de Autorização em Análise
Bahia - BA	2	1
Ceará - CE	2	0
Goiás - GO	2	2
Maranhão - MA	0	2
Mato Grosso - MT	2	8
Minas Gerais - MG	2	0
Pará - PA	1	0
Paraná - PR	1	1
Piauí - PI	2	1
Rio de Janeiro - RJ	0	2
Rio Grande do Sul - RS	0	3
São Paulo - SP	5	11
Tocantins - TO	0	1
TOTAL	19	32

Dados SRP - dezembro/2006

2.9. COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

A Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural (SCM) foi criada em 2004, a partir da fusão da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados - SCP com a Superintendência Comercialização e Movimentação de Gás Natural - SCG.

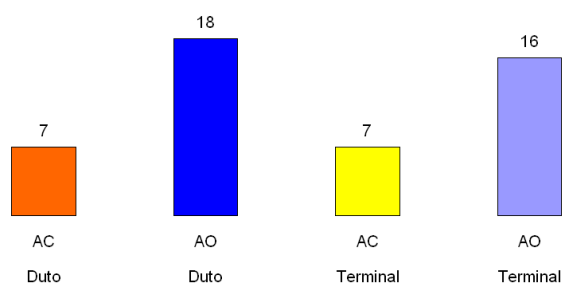
A SCM, conforme consta na Portaria ANP n.º 160/2004, tem por finalidade realizar estudos visando viabilizar a ampliação da participação do gás natural na matriz energética brasileira, gerir as atividades relacionadas com a importação, exportação e movimentação do petróleo, seus derivados e gás natural, propor os requisitos a serem atendidos pelos proponentes interessados em exercer essas atividades, bem como desempenhar outras funções correlatas

As atividades executadas pela SCM em 2006 foram assim agrupadas: (i) autorizações concedidas; (ii) inspeções técnicas realizadas; e (iii) atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural, no que tange à infra-estrutura de escoamento destes produtos e (iv) revisão do arcabouço regulatório, sendo cada uma delas detalhada a seguir.

2.9.1. Autorizações Concedidas

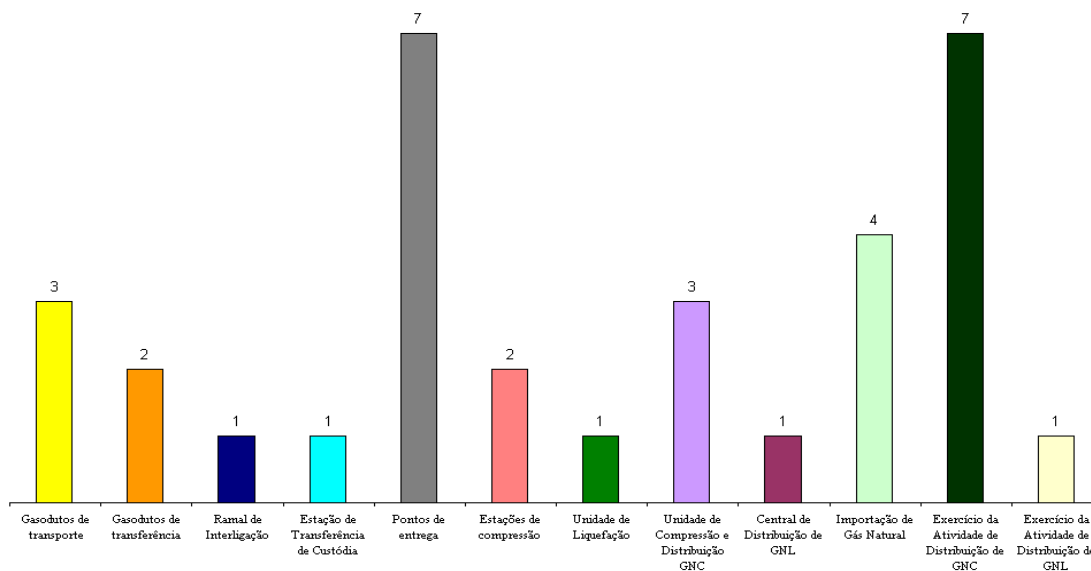
Uma das competências da SCM é propor a outorga de autorizações para: (i) importação e exportação de gás natural; (ii) construção, ampliação ou operação de instalações destinadas ao transporte e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural; (iii) as atividades de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Nesse contexto, segue um resumo das autorizações outorgadas no ano de 2006.

Gráfico 20: Autorizações Concedidas - Petróleo e Derivados



Fonte: SCM/ANP

Gráfico 21: Autorizações Concedidas - Gás Natural



Fonte: SCM/ANP

Nota: AC = Autorização de Construção / AO = Autorização de Operação

Cabe destacar que, tal como explicitado nos relatórios de anos anteriores, a ação de Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural, restrita à atribuição da SCM, está sempre vinculada à iniciativa do agente econômico interessado.

buição da SCM, está sempre vinculada à iniciativa do agente econômico interessado. Portanto, uma avaliação quanto ao cumprimento de metas torna-se prejudicada, pois sua realização acima ou abaixo da expectativa por parte da SCM não significa sucesso ou fracasso da ANP na realização da ação.

2.9.2. Inspeções Técnicas Realizadas

No que diz respeito às ações relativas às inspeções técnicas realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, estas podem ser classificadas como: (i) vistorias técnicas para concessão de autorização de operação; (ii) vistorias relacionadas com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) inspeções relacionadas com a fiscalização de incidentes e (iv) vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural. Portanto, a motivação principal é a garantia da segurança nessas instalações. Segue um resumo das inspeções realizadas no ano de 2006.

Tabela 28: Inspeções Realizadas em 2006

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
85	62	160	89	129	117	119	73	131	99	92	42

Fonte: SCM

No tocante aos dados apresentados na tabela anterior, deve-se salientar que a maior parte das ações refere-se às atividades executadas mediante convênio com o Departamento de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, instrumento esse assinado em 18 de dezembro de 2006, com validade de cinco anos. Este convênio é de suma importância, tendo em vista a Agência não possuir infra-estrutura e pessoal especializado na realização das seguintes atividades: a) fiscalizar as embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural (no que diz respeito às atividades de movimentação desses produtos); e b) levantar os dados e informações e apurar responsabilidades sobre incidentes operacionais que tenham causado danos ambientais.

Por fim, no tocante às metas relacionadas à ação de Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo, elas estão vinculadas: (i) à disponibilidade de recursos para realização de vistorias por parte do corpo técnico da SCM; (ii) ao cumprimento das atribuições do Departamento de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil no âmbito do convênio firmado com a Agência. Para o ano de 2006, apesar da assinatura do novo

convênio com a DPC ter sido realizada tão somente em dezembro de 2006 (com pagamento inferior ao estipulado), pode-se verificar que houve um pequeno declínio nas ações realizadas por aquele órgão, fato este que não comprometeu sobremaneira o cumprimento desta ação. As inspeções realizadas pelo corpo técnico da SCM ocorreram conforme o montante previsto no Plano Plurianual 2004/2007, tendo em vista a disponibilidade de recursos financeiros e de pessoal especializado.

2.9.3. Atividades que Visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural

Entendem-se como atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural aquelas ações realizadas no âmbito da SCM que permitem garantir tanto a inserção de novos agentes no mercado (em mercados incipientes como o do gás natural), quanto o desenvolvimento da indústria em patamares/padrões adequados (tanto do ponto de vista da sua estruturação, quanto do de enquadramento técnico).

Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades executadas pela SCM no ano de 2006, sendo que algumas delas representam a continuidade de atividades iniciadas em anos anteriores.

Lei do Gás

Desde o ano de 2002, a ANP vem enfatizando a necessidade da existência de uma legislação específica para a indústria de gás natural. Tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo entenderam essa necessidade e em ambos os poderes foram elaboradas propostas de Projeto de Lei do Gás Natural. A proposta do Legislativo foi apresentada pelo senador Rodolpho Tourinho (PLS nº 226/05) e a do Executivo (PL nº 6.673/06) está tramitando na Câmara dos Deputados, apensada ao projeto de lei nº 6.666/06, de autoria do deputado Luciano Zica. Com relação à proposta do Executivo, a ANP participou de reuniões no Ministério de Minas e Energia, na presença tanto de agentes privados operadores da indústria, como de representantes do governo, antes que ela fosse enviada pela Presidência da República à Câmara. O Diretor-Geral da ANP foi convidado pela Comissão Especial que trata do tema na Câmara dos Deputados para apresentar os referidos projetos de lei, ocasião em que destacou suas principais diferenças e o impacto de cada uma delas sobre as

diferentes atividades da cadeia de valor do gás natural. Após aprovado nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto de lei do Senado nº 226/2005 foi encaminhado à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado Federal. No dia 21 de dezembro de 2006, esta comissão aprovou Relatório do Senador Sérgio Guerra, mediante o qual foi expedido parecer favorável ao mencionado projeto de lei. Em virtude de sua anuência ter se realizado em caráter terminativo, o projeto de lei do Senado nº 226/2005 foi encaminhado diretamente para a Câmara dos Deputados, onde será apensado ao projeto de lei nº 6.673/2006, proposto pelo Poder Executivo.

As principais diferenças entre as versões original e atual do projeto de lei do Senado nº 226/2005 foram objeto de análise da Nota Técnica nº 036/2006-SCM, elaborada em 29 de dezembro de 2006.

Participação no Grupo de Trabalho sobre a Rede de Gasodutos do Sul

Em junho de 2005, os ministros de Economia e de Energia da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Peru decidiram constituir um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e analisar a viabilidade da integração gasífera por meio da constituição de uma rede de gasodutos a partir de Camisea (Peru).

Ao longo de 2006, foram realizadas cinco reuniões (Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lima, Santa Cruz de la Sierra) entre representantes de todos os países envolvidos com técnicos do Banco Mundial, responsáveis pelos estudos necessários à identificação de quais empreendimentos seriam imprescindíveis e viáveis para a integração gasífera latino-americana. Na última reunião, considerando a versão final do estudo elaborado pelo Banco Mundial, todos os representantes dos países envolvidos apontaram para a necessidade da continuidade dos trabalhos e para a discussão dos seguintes itens pendentes: preços, tributos, harmonização das normas regulatórias e critérios de resoluções de conflitos.

Grupo de Trabalho de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Gasoduto da Integração Sul-americana (GASVEN)

Em 9 de dezembro de 2005, foi assinado o Memorando de Entendimento em Matéria de Interconexão Gasífera entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela e o Mi-

nistério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina. Na ocasião foram criados : i) o Comitê Ministerial de Coordenação e Decisão (os três ministros que assinaram o Memorando), com o objetivo de assegurar a rápida efetivação dos objetivos do documento e ii) o Comitê Multilateral de Trabalho, para o alcance dos objetivos do Memorando, com a presença de pelo menos quatro membros de cada país, com reunião dentro dos primeiros 30 dias da assinatura do documento.

Em 12 de janeiro de 2006, teve lugar em Caracas a Primeira Reunião do Comitê Multilateral de Trabalho do Gasoduto da Integração da América do Sul. Ali foram definidos os participantes do Comitê Multilateral de Trabalho, dividido em dois grupos: Grupo Coordenador de Alto Nível (com cinco representantes da Venezuela, seis do Brasil e cinco da Argentina) e subgrupos de trabalho. Foram criados seis subgrupos de trabalho para proceder aos estudos técnicos em cada um dos países: i) Mercado e Reservas; ii) Desenho de Tarifas; iii) Planejamento de Engenharia; iv) Modelo de Negócio e Financiamento; v) Licenciamento, Aspectos Ambientais e Sociais; e vi) Aspectos Regulatórios, Fiscais, Legais e Institucionais. Cada país possui técnicos envolvidos em cada um dos subgrupos e a ANP também participa em cada um deles (com especialistas da SCM e da Superintendência de Planejamento e Pesquisa).

Ao longo de 2006, foram realizadas reuniões do Comitê Multilateral de Trabalho (Caracas, Buenos Aires e Rio de Janeiro) para a elaboração de documentos preliminares relacionados aos seis aspectos citados. Vale ressaltar, todavia, que essa atividade teve maior demanda por parte dos técnicos ao longo do primeiro semestre de 2006, ocorrendo um declínio das atividades na segunda metade do ano.

Grupo de Trabalho do Plano de Contingência do Suprimento de Gás Natural

No segundo semestre de 2006, o MME constituiu um Grupo de Trabalho para discutir e propor um Plano de Contingência, destinado a disciplinar os procedimentos aplicáveis a situações de restrição total ou parcial do suprimento de gás natural, decorrentes de caso fortuito, força maior ou quaisquer outros fatos supervenientes. O grupo foi composto por representantes de diversos segmentos da cadeia produtiva do gás natural e de órgãos governamentais. Ao longo deste período, foram realizadas oito reuniões técnicas, tendo a ANP colaborado na elaboração desse plano nos seguintes temas: (i) procedimentos de comunicação para a ANP e (ii) ato normativo que regulamentará o Plano de Contingência.

Esta atividade não foi finalizada no ano de 2006, estando previsto, para o ano de 2007, a realização de novas reuniões para aprimorar a redação do ato normativo mencionado. Para subsidiar a SCM nas discussões, foram elaboradas pela SCM duas notas técnicas, ambas para destacar as experiências internacionais relacionadas: (a) à segurança do suprimento de gás natural e (b) aos planos de contingência para o suprimento de gás natural.

Acompanhamento do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás)

A primeira ação formal relacionada com a comunicação à ANP sobre a implementação do Plangás foi a realização de reunião, no dia 28 de agosto de 2006, entre representantes da Petrobras (Diretoria de Gás e Energia) e a Diretoria Geral da ANP (com acompanhamento de técnicos da SCM).

Nessa reunião, a Petrobras destacou que o Plangás tem por objetivo mitigar os riscos associados ao fornecimento do gás boliviano, sendo concebido, portanto, diante de um quadro de instabilidade que o setor gasífero está atualmente vivenciando. Nesse sentido, o Plangás é composto por uma carteira de projetos em exploração, produção, processamento e transporte de gás natural na região Sudeste, principal mercado consumidor de gás no País, onde se pretende aumentar a oferta de gás natural dos atuais 15 milhões m³/dia, para 40 milhões m³/dia em 2008, e 55 milhões m³/dia em 2010.

Em complemento, a Petrobrás destacou que a implantação do Plangás no âmbito da empresa está dividida em três áreas distintas da Companhia: Área de Gás e Energia, Área de Exploração e Produção e Área de Abastecimento. Sendo assim, no final de 2006, o diretor responsável pela Diretoria I propôs a criação de um Grupo de Trabalho na ANP, a ser formado por todas as superintendências envolvidas na análise e aprovação dos empreendimentos integrantes deste plano, sendo indicado o Superintendente da SCM como coordenador do grupo. Assim, ao longo de 2007, as ações relacionadas a esta atividade serão intensificadas.

Concurso Público de Alocação de Capacidade – CPAC

Diante do contexto de crescimento da demanda por gás natural no Brasil, atrelado a alguns problemas enfrentados no suprimento desse energético, tornou-se premente o em-

preendimento de ações efetivas para a ampliação da capacidade de transporte de gás, visando ao abastecimento do mercado nacional.

Nesse contexto, e considerando os preceitos da Resolução ANP n.º 27/05, ao longo do ano de 2006, ações relacionadas aos processos de Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC) promovidos respectivamente pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) e pela Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) foram intensamente discutidas entre a Agência e essas companhias. Apenas o processo de CPAC promovido pela TBG foi iniciado em 2006, tendo recebido manifestação de interesse na contratação de capacidade de transporte por cinco empresas (BG Comércio e Importação Ltda., Pan American Energy do Brasil Ltda., Tucunaré Empreendimentos e Participações Ltda. - Repsol/YPF, Total E&P do Brasil Ltda. e Petrobras). Entretanto, devido à promulgação, pela Presidência da República da Bolívia, do Decreto Supremo n.º 28.701, datado de 1º de maio de 2006 – o qual determina a nacionalização dos hidrocarbonetos daquele país, recuperando o Estado a propriedade, a posse e o controle total e absoluto destes recursos –, criaram-se incertezas sobre os investimentos das empresas estrangeiras naquele país e preocupações acerca do fornecimento de gás natural para o mercado brasileiro, que impactaram no processo do CPAC no Brasil. Assim, considerando o posicionamento das empresas acima citadas, a ANP decidiu, com base na orientação expedida pelo governo brasileiro, cancelar o CPAC mencionado.

Por fim, paralelamente, no que concerne especificamente ao processo de CPAC levado a efeito pela TNS, inúmeras reuniões foram realizadas entre representantes desta companhia e a equipe técnica da SCM, para tratar dos procedimentos e dos termos do Regulamento do CPAC para a Oferta de Capacidade de Transporte na malha de gasodutos de escoamento da produção nacional, no âmbito do Plano de Antecipação de Gás (Plangás) promovido pela Petrobras. Essa atividade demandará forte participação da SCM ao longo do ano de 2007, para garantir aderência aos princípios regulatórios necessários ao sucesso deste processo.

Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital Aplicável à Atividade de Transporte de Gás Natural no Brasil

Atrelada à atividade anteriormente exposta, a elaboração de um estudo que apresentasse uma metodologia para o cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC) tornou-se

imprescindível. Cabe ressaltar, que no âmbito do processo de CPAC para a ampliação e oferta de capacidade pelas empresas transportadoras de gás natural, é mister abordar a questão do cálculo do custo médio ponderado de capital, relacionado aos investimentos necessários para a realização do projeto de expansão de gasodutos. De acordo com o artigo 9º, inciso III, da Resolução ANP nº 27/2005, “o regulamento do CPAC observará os princípios da transparência, da isonomia e da publicidade e disporá sobre metodologia de cálculo da tarifa de transporte, incluindo o custo médio ponderado de capital.” No que concerne a esta variável, destaca-se a importância da taxa de retorno a ela associada na determinação das tarifas de transporte, as quais devem ser fixadas em um patamar tal que incentive os investimentos em infra-estrutura e, paralelamente, iniba a obtenção de ganhos excessivos por parte do transportador, de maneira a salvaguardar-se o bem-estar do consumidor.

Nesse sentido, uma nota técnica foi elaborada contemplando e identificando uma metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital aplicável à atividade de transporte de gás natural no Brasil, no âmbito de cada CPAC a ser iniciado. Essa ação finalizou-se, portanto, no ano de 2006 e necessitará de pequenos ajustes ao longo de 2007.

Convênio com o Centro de Tecnologia de Dutos (CTDUT) para desenvolvimento de Programa de Segurança Operacional de Dutos

Ao longo dos anos de existência da ANP, sua atuação no que se refere às questões atinentes à segurança operacional sempre foi apresentada de forma dispersa, além de ter sido definida mediante a incorporação, nas portarias/resoluções, publicadas até a presente data, de diretrizes de cunho geral que deveriam ser seguidas pelos agentes autorizados a construir, ampliar e operar instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Nesse contexto, e levando em conta o atual estágio de desenvolvimento da ação regulatória da ANP, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de normas que: (i) assegurem a aplicação de sistemas de segurança operacional adequados ao bom funcionamento da atividade de transporte pelos agentes econômicos atuantes no mercado; e (ii) possam garantir a aplicação de melhores instrumentos para o exercício da fiscalização das instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Logo, a SCM iniciou processo para firmar um acordo de Cooperação Técnica com o Centro de Tecnologia de Dutos (CTDUT), visando à realização de estudos que irão subsidiar o desenvolvimento do arcabouço regulatório sobre o tema. A assinatura do acordo ocorreu no mês de dezembro, tendo vigência de cinco anos. Todavia, espera-se que, em 2007, um primeiro produto dessa cooperação seja apresentado.

Estocagem Subterrânea de Gás Natural

Tendo em vista a inclusão do tema da estocagem subterrânea ou geológica nos projetos de Lei do Gás em tramitação no Congresso Nacional e à atribuição, por esses projetos, de algumas funções à ANP, julgou-se necessário reunir informações técnicas e regulatórias relacionadas com essa prática, já empregada em diversos países, de forma a aumentar o conhecimento sobre o assunto no Brasil. Assim, foi realizada uma extensa pesquisa de forma a verificar o atual status do desenvolvimento das estocagens geológicas no mundo e averiguar os estudos já existentes no Brasil. Foram reunidas, também, as principais características regulatórias relacionadas com o livre acesso e a desvinculação de instalações de estocagem, comparadas à regulação do transporte, nos países líderes no domínio dessa tecnologia: EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália e Rússia.

Para 2007, pretende-se dar continuidade aos estudos, de forma a aprofundar o conhecimento dos impactos ambientais e das normas técnicas que regem o armazenamento geológico, bem como averiguar a contribuição da estocagem para a geração sazonal de energia termoelétrica.

Atualização e adequação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural - CMGN nos requisitos estipulados pela Portaria ANP n.º 01/2003

Com o objetivo de obter uma maior transparência das informações sobre a movimentação do gás natural na rede dutoviária nacional, a ANP iniciou a implementação do seu Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural (CMGN), no segundo semestre de 2001. Uma das principais metas do CMGN é a recuperação eletrônica, a partir das diferentes empresas transportadoras, dos dados relacionados com as principais variáveis operativas do sistema de transporte de gás natural. Faz-se mister ressaltar que os produtos obtidos no CMGN permitem a realização, por parte dos técnicos da SCM, de uma série de análises sobre o transporte de gás natural, aprimorando tanto a regulação técnica quanto a regulação econômica.

Todavia, esta atividade possui um perfil dinâmico de desenvolvimento, pois esse sistema deve sempre refletir a movimentação de gás natural na infra-estrutura de transporte em operação. Com isso, e para garantir que as principais variáveis de acompanhamento da situação operacional da atual malha de transporte continuem a ser observadas e analisadas pela ANP, a Portaria ANP n.º 001/2003 determinou formatos e prazos para o envio dessas informações.

Nesse contexto, para atingir tais objetivos, foram realizadas ao longo de 2006: (i) a elaboração da minuta do termo de referência (com respectivas justificativas de preço e de necessidade do serviço) para a contratação da empresa integradora do sistema em operação, visando proceder a atualização do sistema do CMGN; (ii) a aquisição de equipamentos, tendo em vista o alto grau de obsolescência e da falta de confiabilidade dos computadores ora utilizados. Faz-se mister, assim, ao longo de 2007, dar continuidade a esse processo, tanto do ponto de vista de contratação da empresa integradora, como também da aquisição de servidores para substituição de alguns equipamentos.

Acompanhamento de Termos de Compromissos

Em consonância com o estabelecido no art. 57 da Lei n.º 9.478/97, um conjunto de instalações necessárias para movimentação de petróleo e derivados (dutos e terminais) foram autorizadas (Autorizações ANP nº 04/98 e nº 07/98). Todavia, fez-se necessária a assinatura de Termos de Compromisso com a Petrobras e com a Transpetro (ao longo de 2001 a 2003), para que essas instalações fossem enquadradas nos termos da Portaria ANP n.º 170/98, norma essa que regulamenta o processo de autorização dessas unidades. Essa atividade, todavia, foi interrompida por alguns motivos: (i) a dificuldade, por parte dos agentes econômicos, na obtenção das licenças ambientais; (ii) a falta de pessoal técnico especializado na ANP, entre 2004 e 2005, com a saída de integrantes da equipe da SCM. Esta ação foi retomada ao longo do ano de 2006, tendo previsão de continuidade em 2007.

Termo de Compromisso Firmado entre a ANP e a Petrobras

Em 2006, foram analisadas todas as documentações relacionadas ao Termo de Compromisso firmado entre a PETROBRAS e a ANP em 04/02/2003. Foram verificadas todas as pendências existentes para o atendimento aos incisos I, II e III do artigo 9º da Portaria ANP 170, de 26/11/1998, que tratam, respectivamente, do envio, à agência, da Licença

de Operação expedida pelo órgão ambiental competente, do Atestado de Comissionamento emitido por empresa societariamente independente e do Sumário do Plano de Manutenção e do Sistema de Garantia da Qualidade para a fase de operação. O atendimento a esses incisos foi averiguado para os 165 dutos de transferência que interligam refinarias a distribuidoras de derivados de petróleo e álcool, autorizados a operar pela Autorização ANP nº31, de 7/02/2003. Dessas instalações, 12 (quatro pertencentes à REPAR e oito pertencentes à REPLAN), foram revogadas pelo despacho do Diretor-Geral nº 068/2004.

A partir dessa análise, foram solicitadas informações e documentações tanto para atendimento à Portaria ANP 170/1998, como para atualização de informações técnicas dos dutos de transferência relacionados nos anexos do Termo de Compromisso. Como resultado do atendimento ao art. 9º da referida Portaria, para diversas instalações, foram outorgadas sete novas autorizações de operação, contemplando 65 dutos ou 42% do total de instalações. Durante o ano de 2007, o acompanhamento prosseguirá, de forma a serem outorgadas novas autorizações de operação, até que todas as instalações sejam contempladas.

Acompanhamento do Termo de Compromisso firmado entre a ANP, a Petrobras e a Transpetro

Assim como ocorreu com o Termo de Compromisso da ANP e Petrobras, em 2006 também foram analisadas todas as documentações relacionadas com o Termo de compromisso firmado entre Petrobras, Transpetro e a ANP, em 04/02/2003. Foram verificadas todas as pendências existentes para o atendimento aos incisos I, II e III do artigo 9º da Portaria ANP 170, de 26/11/1998. O atendimento a esses incisos foi averiguado para os 111 dutos de transporte e 43 terminais operados pela Transpetro em todo o Brasil. Essas instalações estão autorizadas a operar pela Autorização ANP nº170, de 28/09/2001 (todos os dutos e 39 terminais) e pela Autorização ANP nº 84 de 19/04/2002 (quatro terminais).

Para os dutos de transporte, optou-se pela elaboração e envio à Transpetro de listagem de dúvidas e pendências a eles relativas ainda pendentes de resposta. Para os terminais, optou-se pela realização de vistorias técnicas, que contribuiriam tanto para verificar o atendimento às exigências do Termo de Compromisso como para verificar, *in loco*, as suas condições e características técnicas. Foram vistoriados, primeiramente, os terminais do

estado do RJ (Terminal da Ilha D'Água e Terminal da Ilha Redonda, no Rio de Janeiro, Terminal de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, Terminal de Japeri, em Japeri, Terminal de Volta Redonda, em Volta Redonda e Terminal de Cabiúnas, em Macaé) e um terminal do estado de SP (Terminal de Alemoa, em Santos), totalizando 07 (sete) terminais. Para cada vistoria, foram gerados relatórios com conclusões e ofícios com solicitações. Como resultado, foram outorgadas duas novas autorizações para a tancagem do Terminal da Ilha D'Água (Autorização ANP n° 334, de 14/12/2006) e do Terminal da Ilha Redonda (Autorização ANP n° 342, de 19/12/2006).

Para o ano de 2007, o acompanhamento desse processo prosseguirá, tanto com a análise da documentação relacionada com os dutos de transporte, como com a continuação das vistorias, as quais, provavelmente, concentrar-se-ão no estado de SP.

Acompanhamento de Processos Jurídicos Originados de Ações Promovidas pela SCM/ANP

Dentre as ações executadas pela SCM, está a atividade de elaboração e envio para publicação de autorizações para (a) importação e exportação de gás natural, (b) construção, ampliação e operação de instalações destinadas ao transporte de petróleo, seus derivados e gás natural e (c) as atividades de distribuição de GNC e GNL. Considerando a possibilidade de não-concordância por parte dos agentes do mercado com atos praticados pela Agência, existem algumas ações sendo contestadas judicialmente e que mereceram atenção especial por parte da equipe da SCM ao longo de 2006.

Processo de Reclassificação do Gasoduto Atalaia-FAFEN como Duto de Transporte

Em 18 de maio de 2005, a Petrobras ajuizou uma Ação Cautelar Inominada com Pedido de Liminar em Caráter de Urgência, por meio da qual solicitou, ao Juízo competente, (i) deferir a medida liminar para sustar os efeitos do ato da ANP que determinou a reclassificação do Gasoduto Atalaia-FAFEN como duto de transporte, definindo-se, ainda, que a ANP se absteresse de aplicar sanção à Petrobras em decorrência desse mesmo fato, até o julgamento da ação principal; (ii) citar a ANP para, no prazo legal, contestar, querendo, a referida Ação Cautelar; e (iii) ao final, julgar a ação procedente, confirmando-se a liminar deferida e condenando-se a ANP aos consectários legais.

Em 24 de junho de 2005, o juízo competente deferiu a aludida liminar até sua determinação ulterior, ou do juízo da 2ª instância. Ressalta-se, por fim, que o processo judicial ora contemplado encontra-se em tramitação.

Projeto Gemini

Em referência à Autorização nº 409 em favor da TBG, atinente à construção do Ponto de Entrega de Gás Natural Gemini, localizado no município de Paulínia/SP – emitida pela SCM em 3 de novembro de 2005, e publicada, no DOU, em 7 de novembro de 2005 –, a Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS) encaminhou correspondência em novembro de 2005, por meio da qual interpôs recurso administrativo, apresentando, para tanto, uma série de alegações e requerendo (i) a reconsideração da decisão da SCM/ANP de autorizar a construção do aludido Ponto de Entrega; ou (ii) caso assim não se entendesse, na forma do artigo 56, §1º, da Lei nº 9.784/99, o encaminhamento deste recurso à Diretoria Colegiada da ANP para seu exame e deliberação. Desta forma, em cumprimento à Lei nº 9.784/99, a SCM procedeu à ação constante do mencionado item (II).

Paralelamente, em 12 de dezembro de 2005, a Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo (CSPE) expediu a Portaria CSPE 397. Tendo em vista este ato normativo, PETROBRAS, White Martins, GNL Gemini e TBG ajuizaram ação ordinária com pedido de antecipação parcial de tutela em face da ANP e da CSPE, pedido este deferido.

Contra a decisão judicial mencionada previamente, a CSPE e a COMGÁS interpuuseram, separadamente, agravos de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, arguindo a incompetência absoluta do Juízo Federal e requerendo a reforma da decisão.

Embora o pedido de efeito suspensivo tenha sido negado, a juíza titular da 11ª Vara reconheceu a existência de conflito federativo no caso em apreço, declarando a incompetência absoluta da Justiça Federal para tal processo e determinando a remessa dos autos ao STF, que proferiu decisões de caráter preliminar ao longo de 2006 quanto à matéria, havendo a expectativa de que o julgamento final deste caso seja realizado ao longo de 2007.

Por oportuno, salienta-se, ainda, que, em 26 de abril de 2006, o Ato de Concentração nº 08012.001015/2004-08 – relativo à implementação do Projeto Gemini – foi aprovado, por

unanimidade, pelo Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o qual determinou, às requerentes, no entanto, as restrições constantes da Ata da 371ª Sessão Ordinária daquela autarquia.

Monitoramento da Movimentação de Gás Natural no Sistema de Transporte nas Regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste

Em 1º de dezembro de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a realização do teste de despacho simultâneo de 13 usinas termelétricas a gás natural (UTE) localizadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, no período de 11 a 22 de dezembro de 2006, com o objetivo de verificar a real disponibilidade de gás para atendimento dessas usinas. A ANEEL solicitou apoio da ANP para que fosse realizado o compartilhamento, entre agências reguladoras, de informações relacionadas com a movimentação de gás natural nos sistemas de transporte que atendem as referidas termelétricas durante esse período de testes.

Essa solicitação foi precedida de reunião na ANEEL, com técnicos desta SCM e da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL, no dia 5 de dezembro de 2006, quando foram acertadas as bases para a colaboração da ANP. Amparada pelo disposto na Portaria ANP No.1, de 6 de janeiro de 2003, a SCM obtém de seus agentes regulados informações diárias consolidadas relacionadas com a movimentação de gás natural. A SCM monitorou essas informações através do seu Centro de Monitoramento, para os gasodutos nos quais as referidas UTE estão interligadas, a saber: Gasoduto Bolívia-Brasil (operado pelo transportador TBG) e malha Sudeste (operada pelo transportador Transpetro). Os dados monitorados pela SCM incluíram, entre outros, volume de gás nos principais *citygates*, volume de empacotamento dos gasodutos, consumo próprio de gás na compressão, consumo das refinarias etc.

Durante o período de testes, a SCM enviou relatórios diários, com os dados pertinentes, para a ANEEL e o ONS. Ao final do período de teste a Superintendência elaborou a Nota Técnica Nº 01, de 15 de janeiro de 2007, com o intuito de servir como complemento ao conjunto de dados brutos enviados para esses órgãos e, adicionalmente, possibilitar uma melhor avaliação dos resultados apresentados pelo ONS no documento intitulado "Relatório Final do Teste de operação simultânea das termelétricas a gás natural - Período de 11/12/2006 a 22/12/2006".

2.9.4. Processo de Revisão de Normas

Em virtude da necessidade de adequar a regulamentação à dinâmica do mercado de petróleo, seus derivados e gás natural, a SCM trabalhou intensamente no processo de consolidação dos comentários recebidos nos processos de Consulta Pública das normas relacionadas à: (i) construção e operação de instalações de transporte e transferência de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis (Portaria ANP n.º 170/98) e (ii) distribuição de Gás Natural Comprimido - GNC (Portaria ANP n.º 243/00), tendo sido elaborada apenas nova minuta de Resolução para regulamentação da atividade de Distribuição de GNC. Todavia, para todos os casos, a realização de Audiências Públicas estão programadas para o primeiro semestre de 2007.

Ressalta-se, contudo, que a Portaria ANP n.º 243/00 sofreu pequena alteração em seu artigo 7º, como forma de flexibilizar um requisito de entrada de novos agentes, que foi entendido pela SCM como fundamental para o desenvolvimento da atividade de Distribuição de GNC. Esta alteração ocorreu no mês de abril de 2006.

2.9.5. Atividades Realizadas com outras Superintendências e/ou Instituições

Ao longo do ano de 2006, houve diversas solicitações de outras áreas da ANP e de outras instituições do governo para colaboração da SCM na execução de alguns projetos ou atividades. Segue, abaixo, breve resumo de algumas dessas contribuições:

- ✓ A SCM/ANP manteve a SPP atualizada no que se refere a informações sobre as instalações autorizadas para movimentação de gás natural, além de colaborar: (i) na elaboração do Boletim Mensal do Gás Natural; (ii) na elaboração do Anuário Estatístico da Indústria do Petróleo e Gás Natural; (iii) no projeto de desenvolvimento do banco de dados de incidentes; (iv) na minuta de termo de referência para elaboração do Plano Decenal de Energia;
- ✓ A SCM/ANP participou de grupo de trabalho interinstitucional, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para desenvolvimento de estudo de Projeção de Demanda (2006-2015) de gás natural;
- ✓ A SCM/ANP integra o ambiente colaborativo do MME para acompanhamento do desenvolvimento da construção de gasodutos e conversão de térmicas a gás natural para bi-combustível, esses considerados essenciais pelo Governo Federal;

- ✓ A SCM/ANP, em nome da Diretoria Colegiada da ANP, participou de reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), especialmente para participar dos temas relacionados à interface entre o setor gasífero e o setor elétrico;
- ✓ A SCM respondeu a aproximadamente 117 consultas efetuadas por meio do Centro de Relações com o consumidor/Fale Conosco.

Downstream

O *downstream* compreende o grupo de atividades que está vinculado de forma direta ao abastecimento dos consumidores de derivados de petróleo e biocombustíveis, sejam eles empresas ou consumidores finais. Por essa razão, o número de agentes envolvidos é mais diverso e amplo e se apresenta como a face mais visível do setor petróleo. A ANP regulamenta, autoriza, monitora e fiscaliza os agentes econômicos do setor, além de manter canais de comunicação com agentes e consumidores para prestar esclarecimentos e receber denúncia e sugestões. Atuam sobre este setor a Superintendência do Abastecimento, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), a Superintendência de Qualidade dos Produtos, o Centro de Relações com o Consumidor (CRC) e a Coordenadoria de Defesa da Concorrência. As ações dessas unidades em 2005 passam a ser descritas a seguir.

2.10. DO ABASTECIMENTO

O exercício de 2006 foi marcado pela consolidação de atuação da ANP, em função da Lei nº 11.097, de 2005, que lhe conferiu atribuições relacionadas com os biocombustíveis, notadamente, a inserção do biodiesel na matriz energética e a prerrogativa para regular a comercialização de álcool combustível.

Com isso, a Agência solidificou a sua posição como agente regulador da indústria do petróleo e dos combustíveis renováveis, inseridas nos princípios e objetivos da Política Energética Nacional, com o propósito de participar do desenvolvimento econômico da nação.

Em razão da relevância e de acordo com a Resolução CNPE nº 3, de 23/9/05, que atribui à ANP providências para realização de leilão público de biodiesel, foram realizados, em

2006, três leilões públicos de biodiesel. No ano de 2005, foi realizado o 1º leilão público, durante o qual foram arrematados 70.000 m³ de biodiesel. No 2º leilão, realizado em 30/03/2006, no auditório do Escritório Central da ANP no Rio de Janeiro, por intermédio do sistema eletrônico do Banco do Brasil (licitações-e), foram arrematados 170.000 m³ de biodiesel, a serem entregues pelos fornecedores em tancagem própria ou de terceiros, no período de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2007. No 3º e 4º leilões, realizados em 11 e 12 de julho de 2006, simultaneamente, foram arrematados 600.000 m³ de biodiesel, a serem entregues no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

Ainda na esfera dos biocombustíveis, com o objetivo de proporcionar um ambiente regulatório que possibilite condições justas e estáveis de competição às empresas, com práticas saudáveis de concorrência, a Agência aprimorou o mecanismo de controle e de acompanhamento do volume de álcool etílico combustível comercializado no País.

Nesse sentido, foi editada Resolução nº 5, de 2006, que regula os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de álcool etílico combustível para fins automotivos com o propósito de identificar e acompanhar as movimentações das pessoas jurídicas, integrantes do sistema de abastecimento nacional de combustíveis, fornecedoras de álcool etílico combustível aos distribuidores e consumidores finais.

Esse monitoramento é fundamental não só por se constituir uma ação de orientação e acompanhamento do mercado, mas também por gerar subsídios que permitam fiscalizar e reprimir condutas violadoras da legislação vigente, voltada à proteção dos interesses do mercado e dos consumidores como um todo.

De outro lado, a preocupação da Superintendência de Abastecimento (SAB) em consolidar e atualizar a regulação do Abastecimento Nacional de Combustíveis tem sido constante para assegurar a efetivação de atribuições legais da ANP *vis-à-vis* políticas de governo e transformações ocorridas no mercado. O resultado desse trabalho foi refletido na edição, ao longo de 2006, das Resoluções números 4, 17, 18, 24 e 20, que abordam, dentre outros assuntos: o exercício da atividade de posto revendedor escola por distribuidor de combustíveis automotivos; o exercício da atividade de distribuição de combustíveis de aviação; o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação; o exercício da atividade de distribuição de solventes e a adoção da Norma 17505 da ABNT sobre armazenagem de líquidos inflamáveis e combustíveis.

Foram ainda elaboradas minutas de resoluções que não tiveram o processo de edição, de acordo com os procedimentos regimentais, concluídos em 2006, conforme discriminadas a seguir:

I - minuta de Resolução que regula os requisitos necessários à outorga da autorização para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista;

II – minuta de resolução que regulamenta a comercialização de combustíveis automotivos entre distribuidoras (congêneres) ;

III – minuta de resolução que regula a operação e a desativação do Ponto de Abastecimento - audiência pública realizada em 12/12/05 (continuidade de tratativas com outros órgãos de governo e agentes de mercado no ano de 2006);

A SAB, em suma, além de propor regulamentações relativas às atividades relacionadas com o abastecimento de derivados de petróleo e biocombustíveis, cabendo-lhe fazer cumprir os atos editados, é responsável por autorizar, mediante delegação de competência, o exercício das atividades de distribuição, Transportador Revendedor Retalhista (TRR), revenda varejista de combustíveis automotivos e de GLP, importação e exportação de petróleo e seus derivados, com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos na Lei nº 9.478, de 1997, quais sejam:

- a) maximização da quantidade de produto ofertado no território nacional;
- b) manutenção da qualidade dos produtos especificados;
- c) estímulo à competição eficiente;
- d) promoção do suprimento em áreas remotas;
- e) segurança e preservação do meio ambiente;
- f) uso racional dos insumos energéticos;
- g) monitoramento do mercado; e
- h) suprimento de informações ao mercado e à sociedade.

Os principais números que traduzem o comportamento do setor de distribuição de combustíveis, em 2005, podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 29: Venda de Combustíveis

Total de Vendas de Combustíveis (m³), por ano				
Produto	2004	2005	2006	Variação % (06/05)
Gasolina	23.130.996	23.520.313	23.894.164	1,59
Diesel	39.147.989	39.101.880	38.843.315	(0,66)
Alcool Hidratado	4.298.667	4.627.560	5.820.930	25,79
Querosene Iluminante	115.799	58.537	41.611	(28,92)
Querosene de Aviação	4.209.401	4.426.027	4.464.270	0,86
Gasolina de Aviação	61.427	53.937	51.805	(3,95)
Gás Liquefeito de Petróleo	11.681.143	11.476.065	11.703.879	1,99
Óleo Combustível	5.412.332	5.143.636	5.079.849	(1,24)
TOTAL	88.057.754	88.407.955	89.899.823	1,69

Fonte: SAB

Na esteira das informações oficiais que dão conta do baixo dinamismo da economia brasileira, o mercado de combustíveis registra pequena variação positiva no volume agregado de vendas (1,69%).

Responde por esse quadro um recuo significativo no consumo de óleo diesel, reflexo provável da quebra da safra agrícola.

O aumento significativo do consumo de álcool hidratado em 2006 (25,79%), relativamente a 2005, se deu, em grande parte, à formalização das vendas, antes ilegais. Informações extra-oficiais dão conta que 35% do álcool hidratado vendido nos postos não vinha sendo contabilizada em razão de uma comercialização ilegal. A ANP colaborou no processo de formalização do álcool editando a Resolução ANP nº 36, de 06/12/05 (que trata, entre outros assuntos, da adição de corante ao álcool anidro) que, como pôde ser observado na tabela anterior, já apresentou resultados em 2006.

No global, os maiores percentuais de queda nas vendas foram registrados para querosene iluminante e gasolina de aviação, com 28,92% e 3,95%, respectivamente.

O recuo no consumo industrial de óleo combustível, de 1,24%, confirma tendência de sua substituição por fontes de energia mais limpas, como o gás natural (GN).

Em linhas gerais, o mercado nacional de combustíveis foi plenamente suprido em 2006.

Outra preocupação da SAB diz respeito à divulgação dos dados de mercado, o que culminou com a edição de publicação específica denominada “Abastecimento em Números”. A publicação demonstra estatísticas que retratam o comportamento dos mercados de derivados de petróleo e álcool combustível, além de conceder espaço para matérias de natureza técnica de interesse do setor.

Quanto às autorizações concedidas aos agentes que integram os diversos setores que compõem o mercado nacional de abastecimento de combustíveis, e tendo em vista a necessidade constante de tornar esse mercado mais saudável e eficiente, a SAB praticou em 2005, conforme se verifica na tabela a seguir, os seguintes atos:

Tabela 30: Atos Administrativos 2004/2006

Ato Administrativo	2004	2005	2006	Variação (%) 06/05
Licença de Importação – LI	30.971	30.173	35.936	19,10
Registro de Exportação - RE	10.841	9.580	10.152	5,97
Autorização para Distribuição de Combustível	24	22	12	(45,45)
Revogação para Distribuição de Combustível	11	27	29	7,40
Autorização para Distribuição de GLP	1	1	1	0,0
Autorização para Distribuição de Asfalto	-	-	1	
Autorização para Distribuição de Solvente	4	6	4	(33,33)
Autorização para T R R	59	24	15	(37,5)
Revogação para T R R	13	21	20	(4,76)
Autorização para Revenda de Combustível	3.192	2.927	2479	(15,30)
Revogação para Revenda de Combustível	1.011	1.180	3.487	195,5
Autorização para Revenda de GLP	2.377	2.843	5029	76,89
Revogação para Revenda de GLP	-	4	19	375
Importação e Exportação de Combustíveis e Solventes	48	23	16	(30,43)
Importação e Exportação de Lubrificantes	30	30	13	(56,6)
Rerrefino de Lubrificantes	-	1	0	
Produção de Lubrificantes	24	16	12	(25)
Coleta de Lubrificantes	4	5	3	(40)
Total	48.610	46.883	53.722	

Fonte:SAB

Destacam-se, nesse quadro, o aumento considerável de licenças de importação (19,10%) e de autorizações para o exercício da atividade de revenda de GLP (76,89%).

O segmento de revenda de GLP tem sua regulamentação tratada na Portaria ANP nº 297/03, de 18/11/03, que estabelece os requisitos necessários à autorização para ingresso e permanência de agentes econômicos.

No art. 17 desse ato está previsto que a ANP designará entidade cadastradora para realizar o cadastramento dos revendedores em operação em todo o País. Estes permaneceram provisoriamente com seu cadastro vinculado ao distribuidor com o qual mantinha relação comercial, até o recadastramento a ser promovido pela ANP.

Entendeu-se, à época da edição da Portaria, ser impossível proceder, no âmbito da ANP, ao cadastramento dos mais de 71.000 estabelecimentos de revenda de GLP estimados em operação no País, fato que ensejou a concepção da prestação de serviços por entidade cadastradora.

Ao redefinir o escopo do trabalho e estabelecer diretrizes e procedimentos mais abrangentes para a prestação dos serviços, foi obtido, por consulta ao mercado, preço médio de 8,4 milhões de reais, montante incompatível com as restrições orçamentárias da Agência, ocorridas em 2005.

Com isso, a SAB, após apresentar o assunto à deliberação da Diretoria colegiada, em agosto de 2005, obteve a autorização para assumir, a partir de 17/10/05, com os recursos humanos e materiais disponíveis e em razão da urgência e alcance social da medida, mesmo com eventual sacrifício em outras atividades da Superintendência, o processo de cadastramento e autorização dos revendedores que já se encontravam em operação antes da publicação da Portaria ANP nº 297/03, ou seja, aqueles revendedores antigos, que permaneceram operando e aguardando a designação da entidade cadastradora para o integral atendimento à norma vigente.

Importante ressaltar que, em face da exiguidade dos recursos humanos e materiais disponíveis, optou-se por implementar esse processo no ritmo possível, de forma gradual, por unidade da Federação iniciando pelos estados do Rio Grande do Sul (processo concluído em 17/08/06), São Paulo (exceto capital), Maranhão, Piauí, Pará e Distrito Federal.

Quanto à interlocução com agentes e sociedade em geral, estruturada pelo CRC, a SAB participou com cerca de 50% das demandas encaminhadas para resposta dos diversos setores da ANP.

Tabela 31: Manifestações Recebidas no CRC e Destinadas à SAB

Manifestação	2004	2005	2006
Recebida	5.509	4.616	5484
Atendida	5.436	4.598	5461
% Pendências	1,32%	0,38%	0,42%

Fonte: CRC

Percebe-se, pelo quadro acima, que o percentual de pendências de respostas a manifestações não cresceu vigorosamente, subindo de 0,38% para 0,42%, mesmo com um acréscimo no número de manifestações de 2005 para 2006 da ordem de 18,8%.

Espera-se, contudo, para o exercício de 2007 o aumento da demanda de manifestações recebidas no CRC e destinadas à SAB, tendo em vista a implantação de novo sistema de controle da movimentação de produtos (SIMP) e a continuidade do processo de recadastramento de revenda de GLP.

Em resumo, o presente relatório evidencia, de forma inequívoca, ter a SAB cumprido a contento as atribuições que lhe são cometidas legalmente.

Os êxitos alcançados decorreram, em síntese, da produção criteriosa de atos de autorização para o exercício de atividades do *downstream* reguladas pela Agência, sem que, para tanto, tenham se observado reclamações de vulto dos interessados quanto a entraves burocráticos; do volume expressivo de minutas de normas infralegais produzido, as quais, como é sabido, são precedidas de inúmeras tratativas com agentes de mercado e órgãos de governo envolvidos; da atuação decisiva para a introdução do biodiesel na matriz energética; da normalidade de suprimento de combustíveis verificada em todo o território nacional.

Contribuiu, de forma decisiva para o êxito no trabalho desempenhado a posse e lotação, na SAB, de 27 funcionários concursados.

2.11. QUALIDADE DE PRODUTOS

A Lei nº 9.478, de 1997, que criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelece, no seu artigo 8º, inciso I, a ênfase que esta Agência Reguladora deve dar à garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e à proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta desses produtos.

Com o sucesso do Programa de Monitoramento da Qualidade dos combustíveis (PMQC), a Superintendência de Qualidade de Produtos (SQP), partiu para um novo desafio em 2006, que foi a criação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes - PMQL com o objetivo de avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes comercializados no País.

Neste ano, foram estabelecidas duas especificações de combustíveis, por meio de Resoluções, definindo obrigações dos agentes econômicos sobre o controle da qualidade dos produtos.

A adição de corante ao Álcool Etílico Anidro Combustível (AEAC), pelo produtor, foi passo importante para coibir a adulteração conhecida como álcool molhado, pois o PMQC apurou aumento do percentual de conformidade nas amostras de álcool analisadas no ano de 2006.

Foram concedidas seis autorizações para uso e teste de novos combustíveis neste ano em referência, conforme regulamentado pela Portaria ANP nº 240, de 25/08/2003.

Além do monitoramento da qualidade de combustíveis no DF, GO e TO e registro de aditivos e óleos lubrificantes, o Centro de Pesquisas e Análises tecnológicas da ANP (CPT), implementou novos ensaios em biodiesel e óleo combustível, sedimentou o PMQL e participou de várias ações em conjunto com a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), além de desenvolver trabalhos de pesquisa e participar da revisão de normas da ABNT e Resoluções da ANP.

No ano de 2006, o programa de Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis teve como destaque a inclusão do combustível B2, mistura de óleo diesel e biodiesel.

Apesar do contingenciamento orçamentário durante parte do ano, a SQP realizou as atividades planejadas, compatíveis com o orçamento disponível.

2.11.1. Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC)

Este programa, criado em 1999, tem como objetivos principais a avaliação sistemática da qualidade dos combustíveis (gasolina, óleo diesel e álcool hidratado) comercializados no País e a identificação de eventuais focos de não-conformidade, visando orientar e aperfeiçoar a atuação da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, disseminar a cultura da qualidade, bem como formar mão-de-obra especializada.

Em razão das dimensões nacionais, da impossibilidade logística de avaliar a qualidade dos combustíveis num único laboratório e da existência de um número expressivo de laboratórios em universidades e centros de pesquisa, a ANP estabeleceu contratos de prestação de serviços técnicos com 23 instituições, que atuam em 26 estados e no Distrito Federal.

Inicialmente, o PMQC avaliava a qualidade dos combustíveis em 11 estados, além do DF: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo. Em 2001, foram incluídos os mais seis estados: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Piauí e Sergipe. No ano seguinte, 2002, o estado do Tocantins. Em 2004, foram concluídos os processos licitatórios para contratação de instituições visando à prestação de serviços nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima. Com isso o PMQC, em 2005, passou a ter abrangência em todo território nacional.

No período de 2000 a 2006, a elevação dos índices de conformidade às especificações confirmam a melhoria da qualidade dos combustíveis comercializados no país.

Tabela 32: Amostras Analisadas e Índice de Conformidade

Período	Número de amostras analisadas	Índice de Conformidade às Especificações (%)
set-dez/00	24.455	89,3
jan-dez/01	114.731	91,3
jan-dez/02	129.840	92,4
jan-dez/03	134.000	93,3
jan-dez/04	132.984	95,0
jan-dez/05	146.243	96,0
jan-dez/06	189.686	96,5

Fonte: SQP

Esta constante melhoria pode ser atribuída ao PMQC, que proporciona ações mais eficientes da área de fiscalização, tanto da ANP quanto dos conveniados, e como dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Considerando a necessidade de institucionalizar procedimento que permita à ANP acompanhar a qualidade e conformidade às especificações dos combustíveis disponibilizados em território nacional, em outubro de 2006 foi publicada a Resolução ANP nº 29 que regulamenta o PMQC.

Com o sucesso do PMQC, a Superintendência de Qualidade de Produtos partiu para um novo desafio, o de monitorar a qualidade dos lubrificantes automotivos. Tratava-se de uma demanda do mercado que já vinha, há algum tempo, manifestando preocupação quanto ao assunto e solicitando maior atenção por parte desta Agência.

Assim, em 2006 foi iniciado o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes (PMQL) com o objetivo de avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes comercializados no País. Nesse ano, o monitoramento de lubrificantes foi realizado no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A meta para 2007 é ampliar o PMQL para os demais estados da Federação.

Os primeiros resultados levantados detectaram um significativo índice de não-conformidade nos óleos lubrificantes, cerca de 47%, em relação à qualidade dos produtos, considerando-se as propriedades físico-químicas declaradas pelos produtores por

ocasião do registro na ANP. Ações no sentido de reduzir esse índice estão sendo tomadas pela ANP.

2.11.2. Qualidade de Produtos

O estabelecimento das especificações dos combustíveis é responsabilidade da ANP, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 8º da Lei nº 9.478, de 1997, que atribui à Agência a garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo território nacional e a defesa dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. Essa responsabilidade também decorre do inciso XVIII da Lei nº 11.097 de 2005.

Encontram-se destacadas a seguir as especificações que sofreram alterações no ano de 2006, bem como ações regulamentadas com o objetivo de inibir a adulteração dos combustíveis.

Resolução ANP nº 15 de 17.7.2006

Estabelece as especificações de óleo diesel e mistura óleo diesel/biodiesel – B2 de uso rodoviário, para comercialização em todo o território nacional, e define obrigações dos agentes econômicos sobre o controle da qualidade do produto.

Resolução ANP nº 3 de 25.1.2006

Estabelece a especificação para comercialização do querosene de aviação, destinado exclusivamente ao consumo em turbinas de aeronaves, em todo o território nacional e define obrigações dos agentes econômicos sobre o controle de qualidade do produto.

Álcool Etílico Combustível

No ano de 2005, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) informou à ANP a ocorrência de grande quantidade de defeitos nos novos veículos *flexfuel*. Estes defeitos foram atribuídos à má qualidade do Álcool Etílico Hidratado Combustível (AEHC), comercializado nos postos revendedores de combustíveis.

Esse problema foi constatado pela ANP por meio dos índices de não-conformidade do AEHC apurados no Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC),

provavelmente decorrentes da adição ilegal de água ao Álcool Etílico Anidro Combustível (AEAC), produto que se convencionou chamar de “álcool molhado”.

A questão tributária foi relevante na análise do problema do “álcool molhado” que, apesar de não ser área de atuação direta da ANP, foi considerada como um componente na condução do problema de adulteração do AEAC.

Pela legislação atual, o AEAC comercializado pelos produtores somente pode ser utilizado pelas distribuidoras para mistura à gasolina na proporção de 23%. O AEHC, contendo cerca de 7% de água em sua composição, é comercializado puro e usado diretamente como combustível. Como o AEAC somente pode ser misturado à gasolina, os estados transferiram toda a incidência do ICMS ST para a gasolina como forma de evitar a sonegação e garantir a arrecadação. Entretanto, o AEHC continuou com a tributação normal de ICMS, incidindo tanto nos produtores como nas distribuidoras de combustíveis.

Considerando a diferença tributária existente entre o AEAC e o AEHC, observou-se a existência do “álcool molhado”, que resulta do fato de a distribuidora adquirir do produtor o AEAC (sem ICMS ST), adicionar 7% de água e comercializá-lo como AEHC, obtendo, de forma ilegal, vantagem tributária referente à parcela de ICMS incidente.

Essa irregularidade gera prejuízos ao estado pela sonegação de tributos (ICMS, PIS e COFINS), estimada em mais de um bilhão de reais por ano. Trata-se da utilização de um produto fora de especificação que ocasiona dano potencial aos veículos e ao meio ambiente, além de acarretar distorções no mercado, por problemas de concorrência desleal. Tais ocorrências tendiam a ser cada vez mais graves em razão do aumento progressivo das vendas dos veículos *flexfuel*, que totalizavam na época cerca de 50% das vendas nacionais efetuadas.

A ANP considerou a adição de corante ao AEAC comercializado no País uma medida eficaz, de rápida implementação, baixo custo e fácil operação para coibir a fraude do “álcool molhado”.

Para operacionalizar a adição de corante ao AEAC comercializado internamente pelos produtores (usinas e destilarias), dispensada a adição de corante ao AEAC destinado à exportação em razão de limitações contratuais com clientes, fez-se necessário revisar a legislação vigente na época que estabelecia as especificações dos álcoois combustíveis e

definia as obrigações dos agentes no controle da qualidade do produto. Isso foi feito por meio da Resolução ANP n° 36, de 6/12/05, que tornou obrigatória a adição de corante laranja ao AEAC comercializado a partir de 6/01/2006.

A adição de corante laranja ao AEAC mostrou ser uma metodologia eficaz na coibição da prática do “álcool molhado”. O PMQC apurou índice de 3,6% de não-conformidade nas amostras de AEHC analisadas no ano de 2006, que se comparado ao índice de 6,5% apurado no ano de 2005, demonstra considerável aumento da qualidade do AEHC comercializado no País.

Com a intenção de evoluir e atualizar as normas brasileiras que tratam dos métodos de ensaio que avaliam a qualidade do álcool etílico combustível previsto na sua especificação, foi criada junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) uma Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET), por solicitação da ANP. Essa Comissão, com a participação desta Agência, finalizou a revisão dos métodos de análise de pH, condutividade elétrica e acidez que foram publicadas no ano de 2006.

Tendo em vista o cadastramento dos produtores de álcool combustível na ANP, no ano de 2006, a SQP iniciou ações para estruturação do banco de dados de qualidade do álcool etílico combustível. Essas informações possibilitarão maior conhecimento do perfil de qualidade do produto produzido no parque industrial nacional. Ademais, subsidiarão proposições de novas especificações para atendimento às crescentes demandas nas áreas de tecnologia automotiva e ambiental.

2.11.3. Autorizações de Novos Combustíveis

A Lei n° 9.478, de 1997, que instituiu a ANP, dá ênfase, como um dos princípios e objetivos da Política Energética Nacional, à utilização das fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Portaria ANP n° 240, de 25/8/2003 (que estabelece a regulamentação para a utilização de combustíveis não-especificados), sujeita a utilização de combustíveis líquidos ou gasosos não-especificados no País à autorização prévia da ANP. Essa Portaria abrange todos os novos combustíveis cujo consumo mensal seja superior a 2.000 kg, destinados a testes ou simples uso.

Foram concedidas seis autorizações em 2006 para uso e teste de novos combustíveis, que se encontram descritas na tabela a seguir.

Tabela 33: Autorizações de novos combustíveis concedidas em 2006

Requerente	Combustível	Tipo/ Frota/ Processo	Usuário	Local	Autorização
NUTEC	B5	8 ônibus e 2 micro-ônibus	ETTUSA	CE	Nº 308/2006, DOU de 10/11/2006
CVRD	B20	2 locomotivas	CVRD	ES/MG	Nº 42/2006 DOU de 23/02/2006
Ladatel	B30	9 veículos	PSA Peugeot Citroen	SP	Nº 291/2006 DOU de 19/10/2006
Viação Cidade Dutra	B5	6 ônibus	Viação Cidade Dutra	SP	Nº 287/2006 DOU de 11/10/2006
B100 Participações Ltda.	92% Diesel, 30% Biodiesel e 8% AEAC	1.814 ônibus	Viação Itaim Paulista	SP	Nº 288/2006 DOU de 16/10/2006
UNIFACS	B5	6 veículos	UNIFACS	BA	Nº 12/2007 DOU de 26/01/2007

2.11.4. Biodiesel

O Brasil pela sua imensa extensão territorial, associada às excelentes condições edafoclimáticas (solo e clima) para a produção de biomassa para fins alimentares, químicos e energéticos, apresenta condições estratégicas para produção de biodiesel. Esse fato pode significar uma mudança no campo, gerando emprego, renda e desenvolvimento para todo o País.

O biodiesel é um combustível renovável e pode ser produzido a partir de diversas oleaginosas como mamona, soja, dendê, palma, girassol e outras. A adição de 2% de biodiesel ao diesel não exigirá alterações nos motores movidos a diesel.

A ANP integrou a comissão interministerial encarregada de desenvolver o plano de trabalho Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Em 2006, a SQP participou

do grupo coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia que tratou do desenvolvimento tecnológico do biodiesel para definição dos testes em motor com teores superiores a 2% de biodiesel, quando misturado ao diesel. As autorizações concedidas para testes em frotas veiculares previstas no âmbito deste grupo foram avaliadas ao longo do ano, sendo concedida a Autorização nº 287/2006, publicada no DOU de 11/10/06, descrita na tabela anterior. Já os demais solicitantes foram informados dos documentos pendentes que devem ser enviados para a continuidade do processo de análise de concessão de autorização.

Com vistas a criar as normas brasileiras que tratam dos métodos de ensaio que avaliam a qualidade do biodiesel previstos na especificação deste produto, Resolução ANP nº 42/04, foi criada junto à ABNT uma Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET), por solicitação da ANP, da qual a SQP participou. Em 2006, foram publicados quatro métodos de análise para determinação de:

- glicerina livre em biodiesel por cromatografia em fase gasosa;
- monoglicerídeos, diglicerídeos e ésteres totais em biodiesel de mamona por cromatografia em fase gasosa;
- concentração de metanol e/ou etanol em biodiesel por cromatografia em fase gasosa;
- glicerina total e do teor de triglicerídeos em biodiesel de mamona.

Foi definido o escopo de normalização para o ano de 2007, sob a coordenação da SQP/ANP.

Em 2006 foram iniciadas visitas técnicas a produtores de biodiesel e laboratórios com capacidade analítica do biodiesel, no sentido de levantar um diagnóstico do *status quo*, o que subsidiará na elaboração das exigências mínimas dos laboratórios a serem credenciados para análise de biodiesel.

Com a entrada do biodiesel no mercado oriundo de diversas matérias-primas, foi possível verificar, por meio das informações dos certificados de qualidade, que os produtores de

biodiesel conseguiram manter uma conformidade do produto frente à especificação independente da matéria-prima, cabendo ações de fiscalização junto aqueles que buscaram colocar no mercado produto não-conforme.

2.11.5. Marcação de Biodiesel

A Lei 11.116 de 2005, no art. 11, atribuiu à ANP a responsabilidade de estabelecer os termos e condições de marcação do biodiesel para sua identificação. A Resolução ANP nº 37, de 22/12/2005, estabeleceu a obrigatoriedade do produtor adicionar marcador ao biodiesel com o objetivo de identificar quantitativamente o seu teor na mistura óleo diesel-biodiesel e determinar a origem do biodiesel adicionado ao diesel.

A SQP verifica se a marcação ocorre de acordo com os procedimentos definidos pelo fornecedor do marcador (Tracerco), por meio de visitas técnicas realizadas em conjunto com a SRP. Além disso, verifica se o volume de marcador comprado pelo produtor condiz com o volume de biodiesel produzido conforme a Tabela 34, tendo em vista que 1 litro de marcador marca 10 m³ de biodiesel.

Em 2006, a ANP/ SQP importou e forneceu ao CPT e a seis Instituições contratadas pelo PMQC, sob a forma de comodato, oito cromatógrafos com detectores específicos e colunas de alta resolução, necessários à detecção da presença de marcadores para viabilizar o controle de qualidade do biodiesel.

Tabela 34: Relação entre a venda de volume de marcador, o volume que pode ser marcado e o volume de biodiesel produzido.

Produtor	Marcador (litros)	Volume de B100(m ³)	Produção de B100 (m ³)
Agropalma	328	3.280	2.421
Barralcool	30	300	0
Biocapital	100	1.000	0
Brasil Ecodiesel	6.221	62.210	26.004
Fertibom	30	300	253
Granol	3.420	34.200	25.343
Nutec	10	100	2
Soyminas	80	800	311
Total	10.219	102.190	54.333

De acordo com a Tabela 34, os produtores adquiriram marcador suficiente para marcar todo o biodiesel produzido.

2.11.6. Marcação de Solventes

O Programa de Marcação de Solventes (PMS), iniciado em dezembro de 2001, tem por objetivo reduzir os problemas de adulteração de gasolina, que é feita com a mistura de solventes de menor custo e cuja adição à gasolina não é permitida e constitui-se fraude fiscal. O PMS consiste na adição de um produto químico – marcador - a todos os solventes não destinados à produção de combustíveis por ocasião da sua saída dos produtores, o que permite identificar por meio de uma análise especial, de forma inequívoca, a adição irregular de solventes à gasolina, mesmo quando essa adição não compromete a qualidade, ou seja, quando a gasolina adulterada continua atendendo aos padrões da especificação.

As análises de marcador são realizadas para todas as amostras de gasolina da Superintendência de Fiscalização da ANP e órgãos conveniados como Ministérios Públicos Estaduais e Secretarias Estaduais de Fazenda e para 20% das amostras de gasolina do monitoramento. Para as amostras do monitoramento, utilizava-se como critério direcionador das análises a presença de qualquer característica físico-química atípica, principalmente, no ensaio de destilação. Entretanto, na 12ª Reunião Geral do Programa Interlaboratorial de Qualidade dos Combustíveis Brasileiros realizada em 29 de novembro de 2006, modificou-se este critério. Atualmente, analisam-se 15% de amostras conformes e 5% de amostras com alguma alteração no ensaio de destilação.

Os gráficos a seguir mostram os percentuais de amostras do RJ e SP em que foram realizadas análises de marcador para o Programa de Monitoramento de Qualidade de Combustíveis (PMQC) e para a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento e órgãos conveniados do RJ e SP. Nos demais estados, o percentual de marcador foi zero.

Gráfico 22: Percentual de amostras de gasolina coletadas pela Fiscalização da ANP, Órgãos Conveniados e pelo PMQC (Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis) em São Paulo em 2006.

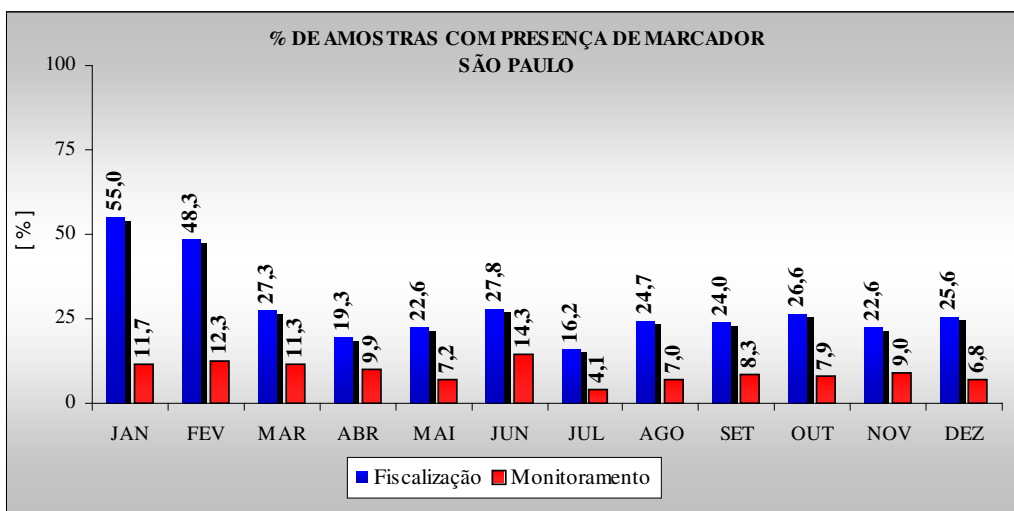
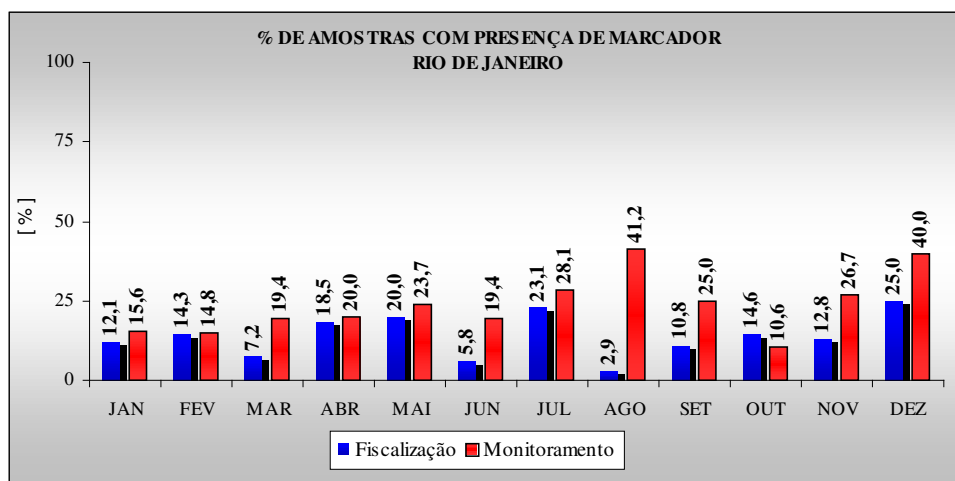


Gráfico 23: Percentual de amostras de gasolina coletadas pela Fiscalização da ANP, Órgãos Conveniados e pelo PMQC (Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis) no Rio de Janeiro em 2006.



2.11.7. Atividades do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT)

No decorrer do ano de 2006, além do monitoramento da qualidade de combustíveis no DF, GO e TO e registro de aditivos e óleos lubrificantes, o CPT implementou novos ensaios em biodiesel e óleo combustível, sedimentou o PMQL e participou de várias ações em conjunto com a SFI, além de desenvolver trabalhos de pesquisa e participar da revisão de normas ABNT e Resoluções ANP.

No ano de 2006, foram analisadas 9.031 amostras de combustível coletadas em postos revendedores do Distrito Federal, Goiás e Tocantins pelo PMQC. Foram analisadas 3.613 amostras de gasolina entre a comum e a aditivada, 3.187 amostras de álcool combustível e 2.231 amostras de diesel entre o diesel interior e o diesel interior aditivado.

O índice de não-conformidade médio nos três estados no ano de 2006 ficou em torno de 7%. Em Goiás, o índice de amostras não-conformes chegou a 8,64%, no DF, 6,48%, no Tocantins, 5,98%.

Os ensaios de marcadores em solventes somaram 3.256 amostras de gasolina e 687 amostras de B2/B100, totalizando 3.943 amostras analisadas ao longo do ano de 2006. Na sua área de atuação, o CPT analisou 1.226 amostras coletadas pela fiscalização da ANP, assim como foram registrados 26 aditivos para combustíveis.

Novos ensaios em biodiesel foram implementados:

- resíduo de carbono;
- estabilidade oxidativa;
- enxofre total;
- índice de acidez;
- glicerina livre e total;
- teor de éster;
- teor de metanol e etanol.

O CPT, buscando constante aprimoramento do seu quadro de servidores (que, em 2006, incorporou sete novos especialistas em regulação aos 19 da primeira chamada do concurso), organizou palestras e seminários técnicos com especialistas em destilação de pe-

tróleo, técnicas instrumentais de análise inorgânica, técnicas cromatográficas, entre outros assuntos. Com o mesmo objetivo, realizou visitas técnicas em laboratórios do CENPES (Petrobras) e outros centros de pesquisa.

O PMQL foi iniciado em janeiro de 2006, sendo respaldado nos resultados do Programa Piloto de Monitoramento de Lubrificantes executado entre os anos 2003 e 2005. O laboratório participa também, desde o seu início, do Programa Interlaboratorial de Lubrificantes (PIL) do IBP.

Durante o ano de 2006, foram analisadas 1.022 amostras de óleos lubrificantes automotivos coletadas nos estados de Goiás, Tocantins, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e no Distrito Federal, sendo essas coletadas pelo CPT e por instituições contratadas. Obtendo-se um índice de não-conformidade de 22,6% quanto ao registro; 35,5% com relação ao rótulo e 47,0% quanto à qualidade dos produtos, considerando-se as propriedades físico-químicas declaradas pelos produtores por ocasião do registro na ANP. É importante ressaltar que somente as amostras registradas são analisadas com relação à qualidade.

Alguns parâmetros analisados foram: viscosidade cinemática, viscosidade dinâmica pelo simulador de partida a frio (CCS), teor de enxofre, teor de metais (Ca, Mg e Zn) e espectrometria por infravermelho.

Foram, ainda, registrados 986 óleos lubrificantes, 322 graxas e cinco aditivos para lubrificantes, além de realizadas 61 ações de fiscalização.

O Programa Interlaboratorial de Combustíveis (PIC), organizado pelo CPT, já está na sua 11ª edição, sendo reconhecido como ferramenta relevante para o aprimoramento do PMQC. Em 2006, novas metodologias de tratamento de dados foram implantadas, tais como, solicitação de repetitividade de resultados, com o objetivo de melhor aproveitar as informações enviadas. Ainda com vistas a aprimorar PMQC, foi dada sequência aos programas de calibração de equipamentos portáteis dos laboratórios contratados e de visitas técnicas a essas instituições. As visitas são direcionadas aos laboratórios que apresentaram problemas nos PIC.

No âmbito da Política da Qualidade, o CPT iniciou o processo de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, visando garantir a qualidade dos processos e ensaios e a confiabilidade dos resultados e, conseqüentemente, a acreditação de alguns ensaios juntos ao

INMETRO conforme norma ISO/IEC 17025. Em 2006, foram desenvolvidos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) de diversos ensaios e o treinamento dos analistas usando esses Procedimentos.

Em novembro de 2006, foi iniciado um novo projeto em conjunto com a SFI. Trata-se de um projeto-piloto de laboratório móvel, cujo foco principal é a análise de marcador de solventes em campo. Para esse fim, foi instalado, em um veículo, um cromatógrafo a gás com detector de captura de elétrons. As etapas de operação, análise dos dados e manutenção preventiva do equipamento, bem como os laudos decorrentes das análises, estão a cargo de uma equipe técnica do CPT.

Vários trabalhos de pesquisa foram realizados atendendo a demandas internas e da SQP; dentre eles, destacam-se:

- adaptação da ISO 1388/8 para determinação de metanol em álcool etílico hidratado combustível – Apresentado em setembro no Rio Oil & Gás 2006 Expo and Conference;
- metodologia para quantificação de biodiesel em óleo diesel por espectrometria por infravermelho - Apresentado na 11ª reunião do PMQC em novembro de 2006;
- avaliação de equipamento Stabinger para realização de ensaio de viscosidade cinemática em lubrificantes, óleo diesel e biodiesel como alternativa ao método ASTM D 445;
- identificação da presença de óleos vegetais em óleo diesel por várias técnicas físico-químicas, destacando-se espectrometria no infravermelho;
- novas metodologias para análise de biodiesel por cromatografia;
- estudo de estabilidade e possibilidade de remoção dos marcadores a partir de misturas de solventes;
- determinação dos limites de detecção e de incerteza nas análises de marcadores em solventes e biodiesel por cromatografia em fase gasosa;
- identificação de corantes do álcool etílico anidro combustível por cromatografia em camada delgada;
- determinação de enxofre total em álcool etílico hidratado combustível por fluorescência no ultravioleta;
- estudo do “álcool molhado”, resultante da adulteração de álcool etílico anidro combustível com adição de água, para avaliar seus efeitos na cor e aspecto da mistura.

O CPT colaborou na revisão das seguintes legislações:

1. elaboração de minutas da revisão das especificações de asfaltos diluídos de petróleo de cura rápida e cura média – ADP e especificação para asfalto modificado por polímero tipo SBS;
2. elaboração de minuta de revisão da Portaria ANP 131/99, que estabelece a obrigatoriedade do registro prévio do produto na ANP para a comercialização de óleos lubrificantes, graxas lubrificantes e aditivos em frasco para óleos lubrificantes de aplicação automotiva, fabricado no país ou importados, a granel ou embalados, de origem mineral, vegetal ou sintética;
3. o CPT opinou tecnicamente na revisão da Portaria ANP n° 248/2000, que trata do controle da qualidade do combustível automotivo líquido adquirido pelo Revendedor Varejista para comercialização.

2.11.8. Programa de Monitoramento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis

A ANP deu continuidade ao monitoramento de preços praticados por produtores e importadores nacionais de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gás liqüefeito de petróleo (GLP), óleo combustível A1, A2, B1 e cimento asfáltico 50/60 e asfalto diluído de petróleo de cura rápida 250 e de cura média 30.

Também prosseguiu o monitoramento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, com a realização do programa de Levantamento de Preços e de Margens de Combustíveis (LPMC).

O LPMC abrange gasolina comum, álcool etílico hidratado combustível (AEHC), óleo diesel não-aditivado, gás natural veicular (GNV); GLP e B2 (mistura de óleo diesel e biodiesel), produtos que são pesquisados em 555 localidades, cerca de 10% dos municípios brasileiros, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP Nº 202, de 15/8/00. Os resultados das pesquisas, com exceção dos preços do óleo diesel B2, são disponibilizados semanalmente à sociedade, possibilitando ao consumidor conhecimento dos preços praticados no mercado e melhor opção de compra. Essas pesquisas desti-

nam-se também a orientar a ANP na identificação de indícios de infrações à ordem econômica, como alinhamento de preços e formação de cartel, que são comunicadas à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgãos do Ministério da Justiça, integrantes do Sistema de Defesa da Ordem Econômica responsáveis pela investigação e a aplicação das penalidades previstas em lei para esses tipos de infrações. O B2 ainda está em fase de implementação no LPMC.

A tabela 35 mostra a evolução das coletas de preços realizadas nos pontos de revenda de combustíveis automotivos e de GLP, no período de 2000 a 2006.

Tabela 35: Evolução da Coleta de Preços

Ano	Pontos de Revenda Pesquisados*	
	combustíveis automotivos	GLP
2000	73.951	
2001	230.593	115.916
2002	501.928	363.269
2003	471.892	303.967
2004	583.075	351.697
2005	602.257	349.013
2006	607.332	484.899

* Há pontos de revenda pesquisados de forma cumulativa.

Fonte: SQP

O acompanhamento diário das cotações internacionais do petróleo e de seus principais derivados nos mercados internacionais continuou sendo realizado ao longo do ano, baseado em informações do sistema *Standard & Poors - Platt's*, da bolsa de mercadorias de Londres e de Nova York, além das cotações da cesta da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Análises diárias sobre o comportamento dos mercados, realizadas com base nas fontes acima referidas e nas principais publicações internacionais, são divulgadas internamente para os dirigentes da Agência. Além disso, são realizados estudos comparativos de preços de combustíveis entre o mercado internacional e o nacional.

2.12. DA FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Uma das principais atribuições da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis é a de fiscalizar as atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

No cumprimento de sua competência legal, a Diretoria da ANP criou, em 2005, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), com o encargo de fiscalizar, em todo o território nacional, cerca de 120.000 (cento e vinte mil) agentes econômicos. Essa fiscalização é realizada direta – por servidores do ativo permanente “Agentes de Fiscalização” ou indiretamente – por meio de Convênios de Cooperação Técnica e Operacional com órgãos públicos como Secretarias de Fazenda, Corpos de Bombeiros, Polícia Federal, Ministério Público etc. Além disto, SFI aplica sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

Em 2005, as ações de fiscalização foram realizadas de forma sistemática, em especial naqueles estados onde foram detectados maiores índices de desvios da qualidade do combustível, e no atendimento às denúncias de entidades públicas, tais como aquelas integrantes do Poder Judiciário e Ministérios Públicos.

Já em 2006, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, além de manter a diretriz de 2005, buscou ainda aumentar a abrangência de sua atuação, passando de 956 municípios fiscalizados em 2005 para 1.375 em 2006, o que significou aumento de 44% na abrangência de suas ações e a cobertura de 25% do território nacional. As atividades focaram-se na fiscalização do mercado do álcool combustível, conforme diretriz emanada da Diretoria Geral, à qual a SFI está subordinada.

O direcionamento de uma ação de fiscalização está diretamente ligado aos resultados obtidos nos programas desenvolvidos pela ANP, quais sejam, Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, Monitoramento de Preços e Marcação de Solventes, além do atendimento às solicitações do Poder Judiciário, Ministérios Públicos, órgãos públicos, Centro de Relações com o consumidor da ANP (CRC) e demandas consistentes do mercado.

o ano de 2006 se encerrou com a realização de 149,87% da meta estipulada anual, ou seja, 23.257 ações de fiscalização, conforme dados constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

É importante ressaltar que a posse de novos servidores Especialistas em Regulação, Analistas Administrativos e Técnicos Administrativos, melhorou quantitativa e qualitativamente os resultados operacionais das ações de fiscalização, pois permitiu a ampliação do número efetivo de fiscais em campo (de 49 para 84 servidores) e melhoria do apoio administrativo interno às operações.

As ações concentraram-se na Região Sudeste, que respondeu por 48% do total realizado, com destaque para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que apresentaram os maiores índices de não-conformidade na comercialização de produtos. Com exceção do Espírito Santo, verificou-se aumento, em média, de 155% nas ações realizadas em todos os estados considerados prioritários, atendendo quase integralmente uma das metas estabelecidas para 2006.

Foram realizadas 22 ações em produtores de álcool contra apenas uma no ano de 2005. As ações se concentraram em postos revendedores de combustíveis, que representaram 83% do número total. Contudo, intensificaram-se as ações em agentes pertencentes a segmentos que não foram fiscalizados com frequência no ano passado, tais como solventes, GLP e lubrificantes, além daqueles considerados novos, com regulamentação vigente, tais como, biodiesel e usinas. As ações de fiscalização de maior porte foram realizadas em 16 usinas, 11 produtores de biodiesel e em 10 Bases de Distribuição de Combustível, sempre sob a ótica do produto comercializado.

O ano de 2006 foi marcado por uma valorização do Programa de Convênios. Foram feitos contatos com todas as Secretarias Estaduais de Fazenda e Corpos de Bombeiro Militar que não possuíam convênios, com objetivo de ampliar o número de agentes de fiscalização, obter maior capilaridade e ainda, criar uma estrutura operacional articulada de órgãos públicos, com vistas ao saneamento do mercado.

Foram assinados dois novos convênios com a Secretaria de Fazenda do Amazonas e de Sergipe. Foram concluídos os processos de assinatura dos convênios com os Corpos de Bombeiros de Goiás e do Ceará, realizados 16 cursos de capacitação de agentes conveniados e tendo sido registradas de 15 ações conjuntas com órgãos conveniados entre maio e dezembro.

A renovação de Convênios de Cooperação Técnica e Operacional, a assinatura de novos convênios e o atendimento através do CRC também foram muito importantes para que se pudesse chegar ao resultado final.

Resultados Efetivos:

Tabela 36: Evolução anual das ações de fiscalização por tipo de demanda.

Nº DE FISCALIZAÇÕES	2006	2005	2004	2003
TOTAL ANP	21.081	12.850	16.569	21.386
TOTAL MINISTÉRIO PÚBLICO	950	851	1.917	2.381
TOTAL SECRETARIA DE FAZENDA	473	134	243	350
TOTAL CBM	753	365	6.217	2.213
TOTAL DO ANO	23.257	14.200	24.946	26.330

Fonte: SFI

Tabela 37: Histórico das ações de fiscalização da ANP, nos últimos cinco anos:

ANO	AÇÃO	AUTUAÇÃO	INTERDIÇÃO	AUT. QUALIDADE
2002	22.374	7.196	1.122	1.795
2003	26.087	8.583	1.302	1.472
2004	24.946	7.824	1.667	1.157
2005	14.200	4.017	636	1.043
2006	23.257	5.995	981	1.428

Fonte: SFI

Tabela 38: Distribuição do número total de ação de fiscalização em 2006 por tipo de Agente de Mercado:

POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEL	19.419
DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS	934
TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA	127
PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE SOLVENTES	100
POSTO REVENDEDOR DE GÁS LIQUEFEITO	2.261
DISTRIBUIDOR DE GÁS LIQUEFEITO	333
OUTROS	83
TOTAL	23.257

Fonte: SFI

Neste ano de 2006, com a implantação de novos procedimentos de controle, a superintendência conseguiu quantificar a apreensão de combustíveis líquidos e GLP, fora das especificações da ANP, conforme a tabela 39.

Tabela 39: Apreensão de combustíveis.

GASOLINA "C" - litros	GASOLINA "C" ADITI- VADA" - litros	AEHC (lt.)	DIESEL (lt.)	TOTAL (lt.)
1.279.724	22.297	294.844	87.513	1.684.378

GLP	58.449 BOTIJÕES
-----	-----------------

Fonte: SFI

Observação: Todos os números que mostram os resultados da SFI foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Informação (SIGI-WEB) em 17/01/2007.

Processos Julgados e Multas

A ação de fiscalização visa verificar a regularidade das operações do agente econômico. Caso o agente não apresente qualquer irregularidade, o ato de fiscalização se encerra imediatamente após o Documento de Fiscalização ser lavrado. No caso de ser identificada alguma irregularidade, o ato se prolonga com a emissão de um Auto de Infração, que dará origem a um Processo Administrativo.

Para isso foi criada a Coordenação de Processos que trata de todas as questões jurídicas existentes na SFI, sejam elas decorrentes de contratos administrativos com empresas que auxiliem nas operações, ou conseqüências das ações de fiscalização.

Como conseqüência destas ações, há a instrução e julgamento dos processos administrativos realizados pelo Setor de Análises Técnicas (SAT) e pelos Escritórios Regionais da Superintendência de Fiscalização, onde são determinadas as diligências, intimação dos agentes para apresentação de alegações finais e emissão de decisões de primeira instância.

Além destas questões, a SFI analisa a legislação, elabora pareceres, decisões normativas e notas técnicas (47 em 2006). A Superintendência participou de processos de audiências e consultas públicas relativos a sete Minutas de Resolução.

Não obstante a diminuição do número de processos julgados pelo SAT, verifica-se que houve um aumento na arrecadação de multas em 2006, pois, conseguiu-se regularizar o fluxo de processos nos Escritórios Regionais e alcançou-se maior controle das demandas de análise de contra prova, diligências e autuações por solidariedade. A seguir, comparativo dos últimos cinco anos:

Tabela 40: Comparativo de processos julgados e multas

	2002	2003	2004	2005	2006
PROCESSOS JULGADOS	6.405	5.463	5.161	7.713	5.328
MULTAS RECEBIDAS	5.806.978,37	4.968.371,99	6.712.350,23	10.567.051,49	11.550.297,74

A Imagem da SFI

O titular da Superintendência participou durante o ano de 52 eventos, entre audiências, seminários, encontros e debates com representantes de órgãos públicos e de segmentos do mercado de abastecimento em todo o País, concretizando uma política de atuação positiva perante extensiva demanda de regularização do mercado de combustíveis. Além destes, os coordenadores e servidores representaram a SFI em mais 41 eventos ocorridos em 2006, tudo na tentativa de dar transparência, capilaridade e divulgação aos atos de gestão da SFI, para definição e fortalecimento da imagem do órgão regulador e fiscalizador que é a ANP.

Pontos Positivos do Ano:

- 1) Redução do índice de não-conformidade de todos os produtos derivados do petróleo, que vem decrescendo ao final de cada ano.
- 2) Elaboração da Cartilha de Postos Revendedores de Combustíveis, documento direcionado aos agentes de mercado, contendo informações, de caráter orientador, relativas à atividade de revenda varejista de combustíveis.
- 3) Elaboração do Manual de Procedimentos para Postos Revendedores, que tem o objetivo de uniformizar os procedimentos e medidas utilizadas na fiscalização de revendedores de combustíveis, visando evitar condutas diferenciadas por parte dos agentes de fiscalização.
- 4) Processo de descentralização das Unidades Regionais, que trouxe benefícios significativos, possibilitando uma maior celeridade e eficácia ao planejamento das ações de fiscalização.
- 5) A entrada da 2ª turma de servidores concursados na SFI, que trouxe ganhos quantitativos e qualitativos, uma vez que passaram a atuar como agentes de fiscalização e em atividades relativas à programação e execução das ações de fiscalização, bem como na interação com os órgãos conveniados.
- 6) A realização do Seminário sobre Atividades de Fiscalização do Abastecimento, da qual participaram 145 pessoas, entre servidores, prestadores de serviços terceirizados, estagi-

ários, diretoria, e convidados. Foram abordados temas internos da SFI visando capacitar e unificar a atuação do corpo de servidores.

7) A aprovação pela diretoria de cursos de capacitação para três servidores da SFI, para MBA em Direito do Petróleo e Gás Natural.

2.13. DO CENTRO DE RELAÇÕES COM O CONSUMIDOR

O atendimento ao cidadão é o principal foco das atividades do Centro de Relações com o Consumidor (CRC). Por meio de uma central de atendimento terceirizada, constituída por dois canais de comunicação – telefônico (0800 970 0267) e correio eletrônico (Fale com a ANP, disponível no sítio da Agência na internet) – são registradas demandas de agentes econômicos, consumidores, órgãos da administração pública, de proteção dos interesses e defesa dos direitos do consumidor, entre outros. Todas as manifestações são classificadas de acordo com o teor da demanda e a necessidade do manifestante: pedidos de informação, denúncias, reclamações, sugestões, elogios e agradecimentos.

Desde a incorporação do Centro de Relações com o Consumidor à SCI em janeiro de 2006, foram revistas, atualizadas e corrigidas todas as informações disponíveis no sítio da Agência nos itens “Fale com a ANP” e “Espaço do Cidadão”. Houve, ainda, a implementação da revisão diária de todas as respostas enviadas pelo CRC por meio de carta, e-mail ou fax, bem como das demandas encaminhadas para as áreas técnicas da ANP. Também passaram a ser realizadas, sistematicamente, audições dos atendimentos efetuados pela Central de Atendimento, com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos adotados. As atividades desenvolvidas pelo CRC foram revistas com o intuito de estreitar o relacionamento interno com as demais áreas da Agência e aperfeiçoar o atendimento ao público externo, agentes econômicos, consumidores, órgão públicos e outras instituições interessadas no setor regulado, bem como aos cidadãos em geral.

No ano de 2006, o Centro de Relações com o Consumidor registrou 101.707 manifestações, sendo que 90.074 foram ligações recebidas na Central de Atendimento 0800 e 11.633 e-mails por meio do Fale com a ANP. Em relação ao ano de 2005, registrou-se um aumento de 49% nas manifestações. Esse aumento deveu-se, entre outros fatores, à maior visibilidade do CRC dentro da Agência, o que estimulou algumas áreas a utilizar a estrutura da Central de Atendimento na busca da melhoria do atendimento prestado ao cidadão.

De acordo com orientação da Diretoria, foi iniciado o treinamento para que a Central de Atendimento passasse a dar apoio, a partir de outubro de 2006, às solicitações dos usuários do Sistema de Informações de Movimentações de Produtos (SIMP), que atualmente abrangem 1300 agentes econômicos.

O atendimento às solicitações de andamento de processos, levantamentos de débitos e parcelamento de dívidas, estabelecidos pela unidade de Brasília, foi transferido para a Central de Atendimento.

Do mesmo modo, o atendimento aos agentes econômicos envolvidos no cadastramento de revendas de GLP passou a ser feito pela Central de Atendimento, que informa os procedimentos e documentos necessários para que o exercício dessa atividade seja autorizado. Para que todos os agentes sejam atendidos o CRC interage sistematicamente com a Superintendência de Abastecimento (SAB), da qual recebe atualizações diárias da análise dos processos.

Tabela 41: Total de Manifestações Atendidas pelo CRC

Canal de Comunicação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Central de Atendimento 0800	28.575	47.876	46.972	51.612	52.564	57.101	90.074
Correio eletrônico - Fale com a ANP	2.103	4.749	4.950	7.207	8.334	10.990	11.633
TOTAL:	30.678	52.625	51.922	58.819	60.898	68.091	101.707

FONTE: CRC

Considerando os perfis do público que utilizou o serviço do CRC, quem mais interagiu com a ANP em 2006 foram os agentes econômicos, que representaram 57,2% dos contatos, seguidos pelos consumidores e órgãos públicos ou privados que os representam, responsáveis por 26,4% dos contatos.

O CRC recebe também denúncias relativas a assuntos não inseridos na esfera de atribuições da ANP. A fim de atendê-las, são enviadas por meio de ofício para as entidades responsáveis. Questões relacionadas a pesos e medidas são encaminhadas aos INMETROs estaduais ou instituições que o representem, e aquelas relacionadas à arrecadação de

impostos e emissão de notas fiscais são encaminhadas às Secretarias Estaduais da Fazenda. Durante o ano de 2006, foram encaminhados 501 ofícios e 72 e-mails.

Tabela 42: Comunicação com outras entidades

INMETRO ou instituições que o representem	422 Ofícios
Secretarias Estaduais da Fazenda	79 Ofícios
INMETRO do Estado de São Paulo	72 e-mails

2.14. DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Um dos eixos principais das reformas nas indústrias de petróleo, gás natural e álcool combustível iniciadas na metade da década de 90 foi sua orientação competitiva. A importância dada à defesa da concorrência aumentou substancialmente, acompanhando as transformações no modo tradicional de organização destes setores. A proteção da concorrência é não apenas objetivo da política energética nacional (art. 1º, IX, Lei 9.478/97), mas princípio constitucional que deve nortear toda ação estatal.

A competência específica da ANP na defesa da ordem econômica está definida no art. 10 da Lei n.º 9.478, de 1997, que determina que a Agência, no exercício de suas atribuições, comunique à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ambos do Ministério da Justiça, fatos que possam configurar infrações contra a ordem econômica, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884, de 1994, Lei de Defesa da Concorrência.

A Coordenadoria de Defesa da Concorrência foi criada em 2000, a partir do reconhecimento da necessidade de proteção do processo competitivo nos mercados regulados pela ANP para o sucesso do novo modelo implementado. A necessidade de interação com todas as áreas da Agência bem como a importância da consideração de aspectos concorrenciais em todos os segmentos da indústria determinou a necessidade de criação de um ente que, dentro da estrutura organizacional da Agência, não ficasse subordinado a uma superintendência ou a um segmento específico da indústria.

A defesa da concorrência tem por fundamento a defesa do interesse comum, não sendo um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual se busca um resultado mais eficiente para a sociedade como um todo. Nesse sentido, busca não a proteção dos concorrentes individuais ou de consumidores particulares, mas a proteção do processo competitivo nos mercados.

Na indústria do petróleo, gás natural e álcool combustível, a atuação antitruste não se resume apenas à Lei nº 8.884, de 1994 e ao arcabouço institucional voltado para sua aplicação, mas também a todas as ações do Estado relacionadas a ela. Todos os agentes do poder público que tomam decisões que possam afetar as condições de concorrência nos mercados regulados por esta Agência devem levar em conta o princípio concorrencial.

A ANP, em particular, tem dentre suas finalidades a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. A Agência, entretanto, não regula preços nem tampouco a quantidade ofertada. Deve atingir os objetivos legais, quanto a estes aspectos, através da proteção do processo competitivo nos mercados. Na hipótese de identificação de indícios de prática lesiva à concorrência, cumpre à ANP comunicar o fato a CADE e SDE, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.478, de 1997.

A garantia de concorrência é fator essencial para o sucesso dos modelos implementados, tanto nos segmentos de *upstream* quanto nos segmentos integrantes do *downstream*. Nesse sentido, são de grande importância as ações desta Coordenadoria tanto em seu aspecto preventivo (que busca evitar o surgimento de estruturas de mercado que afetem o processo concorrencial) quanto em seu aspecto repressivo (por meio das ações de monitoramento e atuação junto aos demais agentes do Estado), bem como a implementação de uma cultura de concorrência em todas as áreas da Agência.

As atividades desenvolvidas no âmbito da CDC podem ser agrupadas nos seguintes eixos de atuação: (i) relacionamento com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; (ii) interação com os poderes judiciário, legislativo e executivo e órgãos do ministério público e de defesa do consumidor; (iii) interação com outras áreas da ANP; (iv) interação com agentes regulados e seus representantes e com o público em geral e (v) monitoramento do mercado a partir da análise do comportamento dos preços médios mensais das regiões do país.

A área de defesa da concorrência na ANP, por meio da atuação da CDC, em sua interação com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), abrange duas vertentes: a prevenção de práticas anticompetitivas, por meio do controle das estruturas de mercado; e a repressão de condutas anticoncorrenciais. A atuação da Agência no que tange à primeira vertente consiste em emitir, quando solicitado pela SDE, pareceres técnicos acerca das operações de fusão e aquisição de empresas da indústria de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis submetidas à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Coordenadoria também elabora, sob a forma de notas técnicas, estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações da SDE. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. Eventualmente o CADE faz diligências com o fito de obter informações adicionais concernentes aos processos já instruídos pela SDE. Nesse caso, a Coordenadoria manifesta-se também por intermédio de notas técnicas, uma vez que se refere a algum ponto específico sobre o qual o conselheiro do CADE não se encontrava suficientemente convencido sobre os elementos de prova constantes nos autos.

Em junho de 2003, a ANP firmou um acordo de intercâmbio de informações e cooperação técnica e operacional com a SDE. Esse acordo substituiu o celebrado com o CADE e a SDE em 2000, que vigorou até março de 2002. O referido instrumento estabelece mecanismos que visam a uma maior celeridade nos procedimentos de prevenção e de repressão de infrações da ordem econômica no setor de petróleo, seus derivados e gás natural. O último acordo expirou em junho de 2005 e a minuta de um novo acordo a ser firmado entre as partes encontra-se em análise pelo Ministério da Justiça.

Por sua vez, a perspectiva de redefinição das competências dos órgãos que compõem o SBDC, a serem provocadas pelos Projetos de Lei n.º 3.337/04 e n.º 5.877/05, imporá à ANP a necessidade de rever os antigos acordos e estabelecer novos acordos de cooperação técnica também com CADE e SEAE.

Como a finalidade primordial das matérias de defesa da livre concorrência e de regulação econômica consiste na repressão e na prevenção do abuso do poder econômico nos mercados de bens e serviços, a atividade regulatória das agências setoriais e as funções de defesa da concorrência guardam uma relação de complementaridade. Alguns instrumentos utilizados para a regulação econômica em um determinado mercado são também empregados para a regulação da defesa da concorrência: controle de entrada e saída das empresas (controle estrutural que equivale à prevenção antitruste) e controle de preços e da qualidade de bens e serviços (controle da conduta e do desempenho que corresponde à forma de atuação repressiva às práticas anticompetitivas).

A Coordenadoria também elabora estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, dos PROCONS e de outras entidades públicas ou civis em todo o País. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. No caso dos Ministérios Públicos, os estudos desenvolvidos servem para instruir processos e inquéritos, cujos objetos estão relacionados a denúncias de condutas anticompetitivas por parte de empresas que atuam nos mercados de combustíveis. As conclusões dos estudos identificam a existência ou não de indícios de infrações contra a ordem econômica e norteiam as decisões a serem tomadas pelos órgãos públicos, levando em conta as suas atribuições no que se refere à apuração de práticas anticompetitivas. Nos casos em que há elementos para caracterizar indícios de infração contra a ordem econômica, os estudos são também enviados à SDE e ao CADE, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884/94, conforme prevê o art. 10 da Lei do Petróleo.

A CDC interage, ainda, com as demais áreas da ANP, seja por meio da elaboração de notas técnicas voltadas à resposta de questionamentos sobre matérias de sua competência, seja por meio de reuniões em que se faz útil a expertise desta Coordenadoria.

Aspecto importante do trabalho compreende o relacionamento com entes regulados, seus representantes e o público em geral, já que à Coordenadoria são repassadas as denúncias recebidas pela Agência através de seu Centro de Relações com o Consumidor.

Além disso, desde 2002, são elaborados pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência, e disponibilizados pela Agência, os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gasolina comum, álcool hidratado e GLP, no seu sítio na Internet. A partir de setembro de 2003, incluíram-se os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para GNV e óleo diesel. Em 2006, deixaram de ser elaborados os Relatórios referentes ao GNV. Os relatórios analisam o comportamento dos mercados de distribuição e de revenda dos combustíveis à luz das informações do levantamento de preços da ANP, com o objetivo de identificar os municípios com baixos índices de dispersão entre preços de revenda, indicativo da possibilidade de ocorrência de infração à ordem econômica. As conclusões dos relatórios no que diz respeito aos indícios de alinhamento de preços servem de base para elaborar uma análise mais detalhada do comportamento dos preços em um determinado mercado. Anualmente, são também disponibilizados relatórios que analisam a trajetória dos preços desses combustíveis. Em 2006, foram publicados 48 (quarenta e oito) relatórios mensais e 04 (quatro) relatórios anuais de acompanhamento de preços de combustíveis.

A tabela a seguir sintetiza e compara em números os processos e atendimentos realizados pela Agência nos últimos quatro anos, no campo da defesa da concorrência.

Tabela 43: Processos e Atendimentos Realizados no Campo da Defesa da Concorrência 2002- 2006

Descrição	2002	2003	2004	2005	2006
Pareceres SDE ⁷	10	3	13	3	4
Notas Técnicas ⁸	81	90	80	71	59
Ofícios	195	157	146	112	120
Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado ⁹	27	44	60	60	48

Fonte: CDC

Em 2006, a Coordenadoria participou dos seguintes Grupos de Trabalho:

⁷ Referem-se a Atos de Concentração

⁸ Referem-se a estudos de práticas anticompetitivas.

- A Contribuição Tributária do Setor de Óleo e Gás: Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) e Associação Nacional de Pós Graduação em Economia (ANPEC);
- Grupo de Trabalho de Solventes: Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), Superintendência do Abastecimento (SAB), Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP) e Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP).

As participações nesses grupos de trabalho atendem à atribuição da Coordenadoria no que se refere à cooperação com as diversas Superintendências e unidades da ANP para desenvolver atividades relacionadas com a defesa da concorrência. A CDC pode orientar propostas para novas regulamentações com o intuito de compatibilizar os critérios da regulação setorial com o objetivo de promoção da competição nos diversos mercados da indústria de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

⁹ Os Relatórios referem-se a análises do comportamento dos preços de gasolina comum, álcool hidratado, e GLP. A partir de setembro de 2003, passaram a ser elaboradas análises referentes ao óleo diesel. Entre setembro de 2003 e dezembro de 2005, foram elaboradas análises referentes ao GNV.

3 GESTÃO INTERNA

A gestão interna da Agência é uma competência da Secretaria Executiva (SEC), unidade da estrutura organizacional da casa que incorporou responsabilidades antes atribuídas à extinta Superintendência de Gestão Interna, agregando funções que ressaltaram sua vocação de unidade de assessoramento direto da Diretoria Colegiada.

Sistema de Gestão de Documentos

O ano de 2006 concentrou muito dos esforços da ANP relacionados à implantação, em bases definitivas, de um sistema capaz de centralizar e garantir a gestão eletrônica de documentos, com um nível de qualidade e eficiência condizente com a complexidade dos trabalhos desenvolvidos pela autarquia. Para tal, a Secretaria Executiva e a Chefia do Gabinete do Diretor Geral, superando dificuldades operacionais ocorridas no exercício anterior, desenvolveram um trabalho conjunto, centralizado na segunda metade de 2006, com o objetivo de assegurar a eficiência e a qualidade dos procedimentos de geração e recebimento de documentos, a tramitação, arquivamento adequado nas fases corrente, intermediária e permanente, bem como dos processos de avaliação, destinação final e auditoria de sistemas; garantir agilidade na localização e recuperação de documentos gerados, recebidos e mantidos pela ANP; assegurar a eliminação dos documentos sem valor primário e secundário, conforme os procedimentos e diretrizes da legislação brasileira sobre o assunto e regulações internacionais; assegurar a aplicação adequada das técnicas e métodos da arquivologia, bem como das tecnologias da informação e gestão de documentos; e, por fim, garantir a preservação e a guarda permanente de documentos de valor histórico, informativo e probatório, bem como seu acesso aos usuários e cidadãos, conforme regulamentações da legislação arquivística em vigor.

Dada a insuficiente experiência interna sobre o tema, a ANP firmou contrato com a Ikhon – Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda, empresa especializada em soluções para gerenciamento eletrônico de documentos, com vistas à obtenção de licença de uso de *software* capaz de auxiliá-la na montagem definitiva e execução do projeto. Essa ferramenta, denominada Próton, será responsável pela condução do processo de gestão de informações documentais, processuais e arquivísticas e de gestão de contratos e convênios de toda a ANP.

Com o objetivo de implantar o projeto na Agência de forma harmoniosa e com base em um cronograma seguro de ações, o Gabinete do Diretor Geral e a Secretaria Executiva criaram um grupo de trabalho conjunto, coordenado pelo GAB/DG e integrado por equipes das duas unidades, em especial o Centro de Documentação e Informação e o Núcleo de Informática.

O cronograma de implantação do projeto foi elaborado a partir de um trabalho prévio de atualização e aperfeiçoamento dos códigos de classificação de documentos da ANP e respectivas tabelas de temporalidade, necessários à correta classificação de todos os papéis oficiais em tramitação na casa. O passo seguinte incluiu a elaboração do Manual de Gestão Documental e a atualização da Instrução Normativa da Gestão de Documentos, textos destinados à orientação dos usuários do sistema.

Uma vez montada a base conceitual da proposta de trabalho, passou-se à etapa seguinte — a do projeto-piloto de gestão eletrônica de documentos, precedido por um treinamento das equipes selecionadas. Ele teve o objetivo de familiarizar as equipes da casa com o projeto e testar a funcionalidade do *software* Próton na administração dos documentos que transitam pelo Gabinete do Diretor Geral e nas superintendências de Gestão Financeira e Administrativa, de Definição de Blocos, de Qualidade de Produtos e de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural. Participaram ainda do treinamento, a convite da ANP, a Coordenadoria da Comissão Nacional de Arquivos (CONARQ), do Arquivo Nacional, a Gerência Executiva do Centro de Documentação da Agência Nacional de Águas (onde sistema semelhante já funciona de modo muito satisfatório), além das equipes do Centro de Documentação e Informação da ANP, do GAB/DG, da SEC e da Ikhon Tecnologia.

É idéia da ANP, a partir dos esforços desenvolvidos em 2006, implantar definitivamente o sistema Próton em todos os seus segmentos, ou sejam, gestão documental e de contratos e convênios, já a partir dos primeiros meses de 2007.

Acompanhamento dos Gastos da Agência

A Resolução da Diretoria de número 13, de 11/01/2006, determinou que a Secretaria Executiva, em coordenação com a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa, desenvolvesse mecanismos de acompanhamentos de todos os gastos da Agência, com especial ênfase para o acompanhamento dos contratos administrativos celebrados

pela ANP. A SEC, seguindo essa orientação, estruturou um modelo de acompanhamento que permitiu o cruzamento das demandas financeiras da Agência com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), sistema oficial de controle financeiro do governo brasileiro, que fixa a metodologia a ser seguida por toda administração pública, inclusive suas autarquias. A metodologia proposta pela SEC possibilitou à Agência associar diretamente as solicitações de passagens, diárias, aquisições, treinamento, mecanismos internos da ANP às informações disponibilizadas pelo SIAFI, criando assim uma excelente ferramenta de controle de seus gastos. Até setembro de 2006, a Secretaria trabalhou o levantamento de todos os gastos realizados pela autarquia, disponibilizando em meio eletrônico informações sobre notas de empenho, ordens bancárias, notas fiscais, beneficiários, valores pagos, valores empenhados, programas de governo, ações da Agência, unidades responsáveis, a partir de informações retiradas do SIAFI. Com relação às Solicitações de Aquisição de Bens e Serviços (SABS), por exemplo, o modelo proposto traz informações sobre empenho, pagamento, beneficiário, data de pagamento, valor do pagamento, número da fatura, unidade responsável, programa de governo, ação da Agência, entre outras. A partir de outubro de 2006, a SEC transferiu esse modelo, com todos os seus registros, para a SFA, unidade organizacional responsável regimentalmente pelas atividades financeiras e contábeis da Agência, para que esta continuasse com a atividade.

A Secretaria Executiva detém informações sobre todos os gastos da ANP com contratos e convênios, principal elemento de despesa da autarquia e que representam mais de 80% de seus gastos. Trata-se de esforço realizado em 2006 com o objetivo de, no exercício seguinte, transformar a base de dados de contratos e convênios em um sistema corporativo que permita uma gestão eficiente das informações, objetivando, entre outros, um harmonioso controle de prazos, a previsibilidade da execução financeira, existência ou não de saldo etc. O sistema fornecerá, em tempo real, a situação financeira da Agência. Além de promover mecanismos operacionais de alto valor, pretende-se que ele também ofereça subsídios para um eficiente planejamento estratégico.

Reorganização interna da Agência

A Secretaria Executiva tem entre suas competências regimentais a de assessorar a Diretoria e orientar as demais unidades da Agência em processos de diagnóstico, análise, desenvolvimento e implantação de inovações e mudanças organizacionais, tendo como refe-

rência as diretrizes estratégicas adotadas pelo colegiado. Em 2006, foram várias as circunstâncias que motivaram iniciativa da SEC nesse sentido.

Nos últimos anos, a ANP ampliou atividades em áreas de sua competência originária e incorporou novas atribuições, das quais vem se desincumbindo com praticamente a mesma estrutura de que dispunha desde sua origem. Nessa linha, estão os biocombustíveis, a ampliação das atividades relacionadas ao gás natural e à qualidade de produtos, a gestão dos campos-escola, a ampliação do processo de licitação de blocos em acumulações marginais, a introdução do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos e do Sistema Gerencial de Exploração e Produção, a ampliação e sofisticação constantes do Banco de Dados de Exploração e Produção, as questões de segurança operacional e ambientais, o fortalecimento dos Escritórios da ANP, em especial a sede em Brasília, que vêm incorporando gradativamente atividades, hoje intensas, relacionadas à fiscalização do abastecimento e julgamento em primeira instância dos processos administrativos decorrentes dessa ação fiscalizatória.

Assim, a estrutura organizacional da ANP foi por diversas vezes em 2006 alterada, seguindo orientações da Diretoria e tendo como objetivo adequar o funcionamento da Agência às situações emergenciais presenciadas no ano de 2006, principalmente a vacância de algumas de suas Diretorias

As alterações da estrutura organizacional implicaram adaptações conseqüentes no quadro de cargos comissionados, tendo em vista que o acréscimo de competências não se traduziu na concessão de meios medianamente necessários ao seu cumprimento. Essa atividade foi partilhada entre a Secretaria Executiva e a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos, à qual cabe a administração do quadro de cargos da ANP.

Plano Plurianual

A Secretaria Executiva, com o apoio das demais áreas envolvidas, coordenou o acompanhamento e a avaliação das ações previstas nos dois programas do Plano Plurianual a cargo da ANP: o de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis e o de Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Paralelamente a esse trabalho de rotina e com o objetivo de capacitar e envolver novos servidores da casa nas tarefas de planejamento envolvendo o PPA, a Secretaria Executiva realizou em 2006, com o apoio dos ministérios de Minas e Energia e do Planejamento,

Orçamento e Gestão, reuniões de trabalho sobre o tema do Plano Plurianual. A atividade visou, principalmente, debater os aspectos mais relevantes que serão necessários quando da apresentação das propostas de configuração das ações e programas para o próximo PPA, que deverá compreender os anos de 2008 a 2011.

Comitê de Avaliação de Desempenho Institucional

A Lei no 10.871, de 2004, introduziu as gratificações GDAR e GDATR aos servidores permanentes das agências reguladoras. Com a regulamentação dessas gratificações, pelo Decreto no 5.827, de 2006, mostrou-se necessária a adoção de critérios de avaliação institucional para fins de concessão de tais gratificações, no âmbito da Agência.

A Portaria ANP no 214, de 2006, definiu os procedimentos para a apuração dessa avaliação institucional. Ela determinava a criação de um comitê de avaliação de desempenho institucional, que seria responsável pela proposição dos indicadores de desempenho a serem aprovados pelo colegiado da ANP. Concomitantemente, foi publicada a Portaria ANP n o 213, de 2006, que fixava, em caráter excepcional, as metas para o ciclo de avaliação no período de 5 a 31 de outubro de 2006.

A Portaria ANP no 229, de 2006, criou o Comitê de Avaliação de Desempenho Institucional (CADI), que tem na SEC e na área de Recursos Humanos seus dois principais integrantes. O Comitê avaliou os indicadores propostos, definiu sua metodologia de apuração e de acompanhamento. A Diretoria aprovou o conjunto de indicadores e índices propostos pela CADI, conforme dispõe a Portaria n o 244, de 2006. As metas foram escolhidas mediante critérios que envolveram seu caráter motivacional, a necessidade de serem realistas e transparentes e de simples mensuração. Foi também levada em conta a necessidade da criação de metodologias internas, em cada unidade responsável, para que possa haver correto acompanhamento e avaliação do grau de atingimento dessas metas, no decorrer do período de avaliação.

Apoio à Diretoria

À Secretaria Executiva compete regimentalmente atuar como Secretaria da Diretoria. Ela regulamenta e gere os procedimentos referentes às reuniões do colegiado, das quais o Secretário Executivo participa. Sua atuação permite a necessária integração entre o corpo técnico da casa e sua Diretoria, na medida em que é por seu intermédio que fluem para o

colegiado as propostas técnicas da Agência e deste para o corpo técnico as resoluções tomadas pelo conjunto de Diretores. Isso implica, por parte da Secretaria Executiva, uma apreciação crítica de temas propostos, com possíveis correções de procedimento, bem como tarefas tradicionais, delegadas ao grupo de apoio, de elaboração de pautas, acompanhamento de reuniões, tomada de providências ditadas pelo colegiado, lavratura de atas e de Resoluções de Diretoria, além das providências subseqüentes relacionadas à publicidade legal dos atos.

Com base nos levantamentos da unidade, em 2006 foram realizadas 41 reuniões de Diretoria. A SEC organizou as pautas de discussão, acompanhou essas reuniões, elaborou as atas respectivas e fez publicar na imprensa oficial os atos decorrentes das decisões. Os registros da equipe que apoia a Diretoria mostram que, no exercício abrangido por este relatório, o colegiado produziu 34 resoluções, 268 portarias, 366 autorizações, 1.392 despachos, 317 comunicados, além de autorizar a realização de 17 audiências públicas.

Os números ligeiramente inferiores àqueles registrados em 2005 deveram-se ao período em que, por circunstâncias alheias à sua vontade, a Diretoria permaneceu sem quorum suficiente para deliberação, conforme estabelecido no § 1º ao artigo 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, responsável pela implantação da ANP.

3.1. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CDI

Criado em 1998, com a missão precípua de “gerir a política de documentação da ANP, garantir a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória”, o Centro de Documentação e Informação (CDI), subordinado à Secretaria Executiva, conta com uma estrutura apta a atender aos pesquisadores por meio de recursos multidisciplinares e a manter um intenso intercâmbio com instituições de natureza distinta e uma estreita comunicação com profissionais de todas as áreas e especialistas do setor finalístico institucional. É portanto uma unidade caracterizada pelo relacionamento direto com o pesquisador e que investe diariamente na busca por novos recursos informacionais e tecnológicos que tornem o processo de pesquisa cada vez mais ágil e relevante.

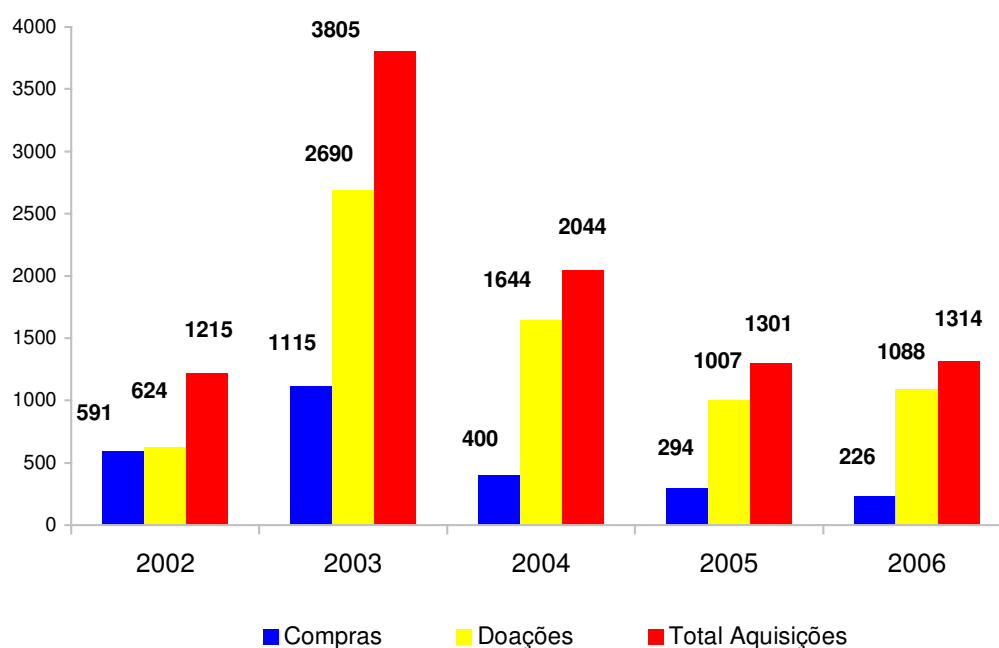
Além do apoio de especialistas em consultoria bibliográfica, o leitor dispõe de uma Sala de Consulta, reservada, com acesso a obras de referência, de um computador conectado à Internet, conforto e recursos imprescindíveis ao estudo aprofundado. O acervo pode ser consultado *in loco* ou pode ser cedido, por empréstimo a todos os servidores da Agência.

A consulta é estendida a leitores externos, desde que identificados e qualificados pela área acadêmica afim, familiarizados com o setor de regulação e legislação pertinente.

Gestão Interna do CDI

A composição de listas bibliográficas para aquisição do acervo técnico e do segmento de ciências humanas foi responsável pelo maior volume de trabalho, em 2006. Durante seis meses o CDI ouviu as equipes técnicas das superintendências, consultou fontes bibliográficas, editores e livreiros. Organizou as listas, pediu cotação aos livreiros selecionados e preparou a relação final para a aquisição de 416 títulos técnicos e 5272 títulos do setor de humanas. O processo de compra será efetivado em 2007, com a implantação da fase atual do processo de revitalização da biblioteca da ANP.

Gráfico 24 - Aquisição de Material Bibliográfico



Fonte: CDI

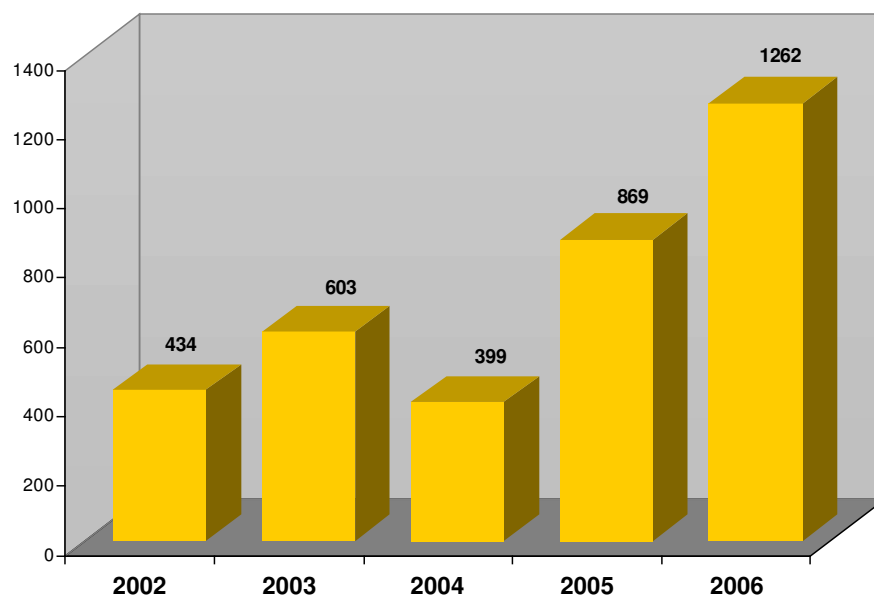
Por outro lado, a implantação, na Agência, do sistema de gestão eletrônica de documentos, exigiu empenho dos profissionais da área de documentação através de estudos sobre o tema, atualização da legislação do CONARQ disponível no CDI, assim como o aprimoramento e atualização do sistema de classificação documental e da tabela de temporalidade. A importância da implantação do sistema de gestão eletrônica de documentos na

Agência justificou a transferência de uma das bibliotecárias contratadas, por concurso, alocada no CDI, para a Diretoria da ANP, onde atuará como sua representante no desenvolvimento das atividades de gestão.

A adoção do sistema de administração de bibliotecas ALEPH, adotado pela ANP, por diversas instituições brasileiras, propiciou a realização de reunião nacional de seus usuários, contando com a participação do CDI. Na ocasião, a empresa ExLibris apresentou a 18ª versão do sistema, cujas características diferem da 15ª edição, em uso. Por esta razão, o CDI e o Núcleo de Informática (NIN) prepararam-se para a implantação da nova versão e adaptação dos servidores responsáveis pelas respectivas atividades, no ano de 2007. Em decorrência, encontram-se em andamento estudos de adaptação do desenho de todas as páginas do ALEPH a um novo formato, renomeado de Osiris, em razão da origem egípcia – país produtor de petróleo – símbolo do rio Nilo – onde nasce o papiro e por irrigar uma abundante produção agrícola, nos períodos de cheia. Cumpre observar que os deuses mitológicos dão nome a importantes sistemas de bibliotecas (Minerva, Isis). A ANP, até então, era a única biblioteca, dentre as usuárias, a manter a marca do fabricante como designação.

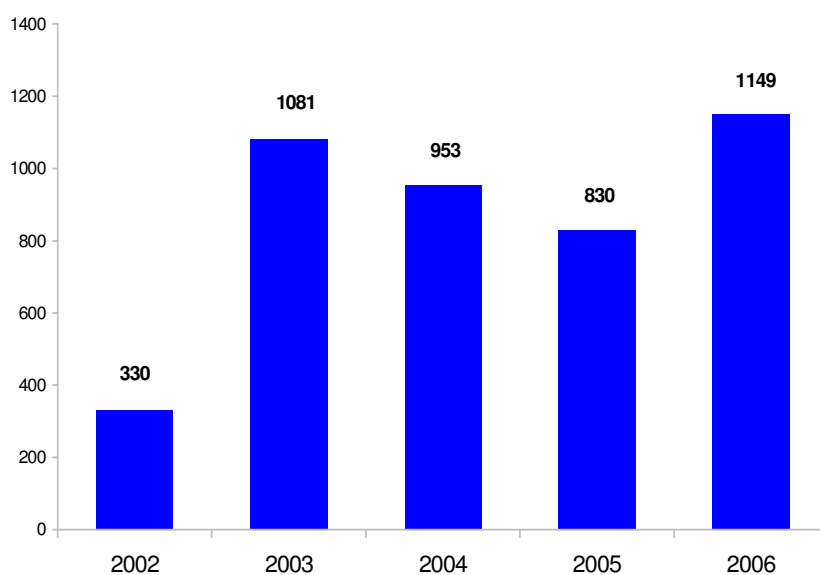
No que diz respeito ao volume de atendimento, em todos os níveis de trabalho, o ingresso de novos servidores concorreu para uma transformação muito favorável na rotina de trabalho, a partir do momento em que a frequência de leitores e pesquisadores se multiplicou significativamente. Ao recebê-los, à medida que assumiam seus postos, os novos visitantes da biblioteca eram recebidos com um atendimento personalizado, em função de sua especialidade e interesse e a eles apresentados todos os recursos disponíveis para o incremento da geração de novos produtos. Não se pode deixar de registrar a importância dos treinamentos oferecidos na fase de seleção desses servidores, uma vez que, detentores de uma vasta cultura da Casa, recorriam ao CDI com muito mais intimidade, interesse, cobrança e conhecimento do que os servidores até então em exercício.

Gráfico 25 - Empréstimos de Publicações



Fonte: CDI

Gráfico 26 - Consultas e Pesquisas Atendidas



Fonte: CDI

Essencial registrar o desenvolvimento do Programa de Qualidade de Vida, em plena atividade, no 14º andar do prédio da representação da ANP, no Rio de Janeiro, onde se encontram fisicamente localizados o CDI e a Superintendência de Fiscalização. O CDI dedica especial atenção à promoção da leitura e colabora com todas as atividades promovidas no andar, dirigidas ao bem-estar, à saúde e ao aprimoramento cultural e laboral. Em 2006 foram realizados três vesperais, a saber:

em 17 de fevereiro – Leitura de textos eruditos

em 6 de julho – Leitura de textos relacionados com semântica

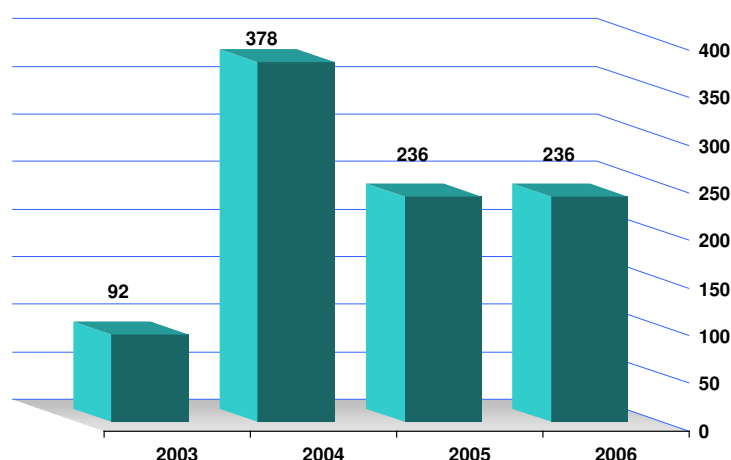
em 18 de dezembro – Leitura de textos relacionados com o Natal.

Desde a implantação da Intranet, há uma preocupação em tornar o CDI mais visível, uma vez que, na apresentação atual, dificulta a consulta pelos servidores que dele necessitam. Assim, após entendimentos com o NIN e a autorização da SEC, a página da Intranet foi revista com o propósito de tornar mais visíveis itens de uso mais freqüente, inclusive o CDI.

Merece destaque também a realização, em 2006, do inventário de periódicos, cujo resultado possibilitará ao servidor da ANP consultar, na página do CDI, todos os números de cada título de periódico disponível na coleção geral.

O resultado da produção técnica do CDI encontra-se registrado nos gráficos em anexo.

Gráfico 27 – Trabalhos de Bolsistas



3.2. AÇÕES NA ÁREA DE INFORMÁTICA

O ano de 2006 serviu de marco para a estruturação do NIN como organismo interno da ANP. Ele passou a ser um órgão vinculado diretamente à Diretoria-Geral, o que proporcionou autonomia para traçar diretrizes mais amplas.

Foram adotadas mudanças em seu organograma interno, com a troca de pessoal terceirizado por pessoal do quadro da Agência na gestão das áreas, o que possibilita um maior alinhamento dos interesses da ANP com os serviços de informática.

Atendendo às recomendações da auditoria interna e alinhando-se às normas do Tribunal de Contas da União, o NIN segmentou a licitação de contratação de mão-de-obra, abrindo três editais: um para contratação de serviços de mão-de-obra especializada em infraestrutura de tecnologia, outro para manutenção de sistemas existentes e um terceiro para desenvolvimento de novos sistemas. Uma quarta área a ser licitada será a de segurança da informação.

Essa segmentação não pôde ser implementada durante o ano de 2006, uma vez que o processo licitatório não havia sido concluído. Foi necessário adotar a contratação emergencial durante todo o ano, o que dificultou bastante o avanço dos trabalhos de informática, tendo-se priorizado a manutenção do ambiente computacional existente. Isso, porém, não impediu que o NIN realizasse um levantamento geral e elaborasse seu planejamento, dando início à atualização do ambiente de Tecnologia da Informação (TI).

Foram levantadas necessidades de atualizações e aquisições de *software*, ampliação do ambiente tecnológico, contratação de serviços de suporte e manutenção tanto de *software* como de equipamentos, melhorias no gerenciamento dos ativos de informática e adequação de equipamentos, entre outros.

Esses levantamentos permitiram o planejamento da área, com a conseqüente abertura de solicitações de aquisições de bens e serviços. Um trabalho intenso em pesquisar soluções no mercado e especificar as necessidades de tecnologia a serem adotadas pela ANP.

Rede de Dados

Houve aumento da capacidade da rede de dados entre o Escritório Central do Rio de Janeiro, a Sede de Brasília e as unidades administrativas de Salvador e São Paulo, permitindo o tráfego de informações de maneira segura, além de oferecer uma maior velocidade de comunicação.

Foram duplicados os *links* de internet, além de terem suas capacidades aumentadas para 16 Mbps, possibilitando a manutenção de rotas alternativas e dando mais segurança à comunicação da ANP com a rede internet.

Foi também implementado, no portal da Internet, um controle para detectar possíveis ataques externos à rede interna de dados, além de tomar uma série de ações baseadas em regras pré-estabelecidas, aumentando a segurança da rede de dados.

Foi ampliado o monitoramento da rede, permitindo ações pró-ativas de melhorias. O serviço de monitoramento de tentativas de invasões externas foi aperfeiçoado, permitindo o bloqueio de tentativas de invasão.

Microcomputadores

Com o aumento do quadro de funcionários da Agência, adquiriram-se 400 microcomputadores, permitindo atender a essa demanda adicional e ainda devolver 150 computadores até então alugados.

Além de instalar os novos equipamentos, fez-se um trabalho de transferência de microcomputadores entre pessoas, o que envolveu a realização e recuperação de *backups* e a instalação de *software*, fluxos e permissões para os novos concursados. A preparação e troca dos micros envolveram toda a equipe do *Service Desk*, o que permitiu disponibilizar todo esse equipamento num período de 20 dias.

Adquiriram-se também impressoras, cujo uso foi setorizado, permitindo aos usuários imprimir em impressoras instaladas no seu próprio local de trabalho.

Sistema de Informação de Movimentação de Produtos (SIMP)

As informações coletadas pelo sistema SIMP não eram disponibilizadas aos usuários internos, sendo que o sistema apenas armazenava os dados de movimentação enviados

pelos agentes regulados informantes. Foi elaborado um sistema extrator que permite a visualização desses dados, possibilitando, assim, a análise e a crítica da Agência sobre eles.

O atendimento telefônico disponibilizado aos agentes regulados foi transferido do *Service Desk* do NIN para o serviço de *Call Center* da Agência, possibilitando ao *Service Desk* focar-se no atendimento interno.

O aplicativo iSimp, interface entre o Agente Regulado Informante e a ANP, que possibilita o envio do DPMP -Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos, foi refeito, em atendimento à Resolução numero 17/2004.

Outros Sistemas

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado o Sistema de Incidentes e Licenciamento Ambiental (SIN LIAM), bem como o seu módulo de geo-referenciamento.

O Núcleo de Segurança Operacional (NOS) solicitou a utilização do sistema SIMMAP desenvolvido pela Marinha, que foi implantado na ANP, provendo informações atualizadas das movimentações de navios.

Reativação da Base de Dados Integrada de Downstream (BDID), desativada desde 2003, o que permitiu às diversas superintendências do *downstream* retomar o cadastramento de seus agentes.

Em função do elevado número de solicitações de suporte e correções, o NIN avaliou e implementou a unificação dos bancos de dados do SIMP V0 e BDID, objetivando reduzir o número de chamados para o atendimento de falhas e o número de manutenções corretivas e evolutivas.

No âmbito do *upstream* destaca-se o desenvolvimento das principais funcionalidades da 8ª Rodada de Licitações, em linguagem de alto nível, possibilitando mais facilidades para manutenções futuras.

Integração do sistema SIGI-Web com o *Call Center* para processar as manifestações registradas por esta área.

Arquivos Corporativos

A ANP possui uma área de armazenamento de arquivos corporativos, que os funcionários da agência utilizam para gravar e ler arquivos de trabalho. Foi implementada uma política de cotas para essas pastas, permitindo melhor administração desta área de uso comum.

Cópia de Segurança

Devido ao crescimento do volume de dados, foi feito um trabalho de análise das necessidades de *backup*, uma vez que ele apresentava tempo de execução inadequado. Nessa redefinição, foram levantadas e analisadas por todas as áreas do NIN as reais necessidades de *backup*.

Segurança da Informação

O Projeto Corporativo de Segurança da Informação da ANP, gerenciado pelo NIN e executado por empresa terceirizada, compreendeu a realização de diversas atividades objetivando a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações da Agência utilizadas por seus colaboradores e agentes externos. Dentre estas atividades, destacam-se:

Análise de Riscos

Realização de análises e gestão de riscos de segurança da informação nos ativos tecnológicos, ambientes e pessoas do Núcleo de Informática e nas demais unidades da ANP, em atendimento à Política Corporativa de Segurança da Informação, referenciada na Instrução Normativa ANP 006/2003. Essa atividade envolveu a implementação de diversos controles de segurança, objetivando aumentar os índices de segurança e conformidade das unidades, reduzindo assim o risco a que estão sujeitas as informações da Agência.

Testes de Invasão

Realização de diversas simulações de acesso indevido não autorizado às informações e ativos tecnológicos da ANP, mediante testes de invasão, objetivando a identificação de vulnerabilidades de segurança da informação na ANP.

Gestão de Segurança da Informação

Estruturação do Escritório de Segurança da Informação da ANP por meio de treinamento e capacitação de colaboradores do NIN, bem como a definição e elaboração de procedimentos de gestão da segurança da informação, em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2006.

Ferramenta de Alerta de Segurança

Implementação de ferramenta específica para tratamento dos alertas de segurança (especialmente vulnerabilidades e códigos maliciosos) publicados pelos fabricantes de *softwares* que compõem os ativos tecnológicos da ANP.

Classificação da Informação

Definição e elaboração de norma (Anexo IV da Instrução Normativa ANP 006/2003) para implementação da classificação das informações sensíveis da ANP, em conformidade ao decreto do Governo Federal No. 4.553/2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos. Essa atividade compreendeu ainda a classificação das informações do sistema i-SIMP.

Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

Elaboração do PCN do SIMP em conformidade com as melhores práticas da norma BS 25.999. Essa atividade compreendeu a elaboração de diversos documentos (planos) e especificação de infra-estrutura tecnológica segura com objetivo de garantir a continuidade dos processos e atividades relacionados ao SIMP no caso de ser este sistema afetado por falta de energia elétrica, incêndio, alagamento, sabotagem, e outros.

Outras atividades relacionadas à segurança da informação realizadas neste projeto corporativo, tais como:

- ✓ análise de aplicações desenvolvidas para uso da ANP,
- ✓ auditoria em bancos de dados,
- ✓ análise de risco, monitoramento e suporte às Rodadas de Licitação,
- ✓ manutenção de certificados digitais de equipamentos e pessoas físicas,

- ✓ suporte à área de infra-estrutura em questões de segurança da informação nos ativos tecnológicos.

Oitava Rodada de Licitações

Nesta última rodada, o NIN teve papel fundamental no seu planejamento tecnológico, na licitação para aluguel dos equipamentos e na instalação desses equipamentos no local do evento. Foram feitos ajustes no sistema para processar as ofertas e foi disponibilizado um equipamento exclusivo no *Data Center* para atender às solicitações de consultas via internet, visando não só contingenciar (duplicar, para fins de segurança) o servidor de internet da ANP, como também balancear os acessos entre os dois equipamentos, cujo volume aumenta muito durante a rodada.

Eventos das Áreas Finalísticas

O NIN prestou apoio técnico a muitos eventos externos das áreas de negócios ao longo de 2006: evento da Superintendência de Abastecimento em Angra dos Reis, Evento do Sindicato dos Distribuidores de Combustíveis em Foz do Iguaçu, além de outros eventos de sindicatos, audiências públicas e seminários técnicos, jurídicos, fiscais e ambientais.

Esse apoio técnico é realizado com a especificação, configuração e instalação de equipamento necessário, monitoramento do evento, implementação de políticas de segurança de dados e fornecimento de pessoal técnico especializado.

Treinamento

O NIN ministrou treinamento no Fluxo SAB para a equipe da Superintendência de Abastecimento.

Com a convocação de mais uma turma de servidores concursados para o curso de formação, foi solicitado pela Superintendência de Recursos Humanos ao NIN a revisão e atualização do material utilizado no último curso, bem como sua participação, apresentando o Núcleo para os concursados.

O NIN encaminhou dois colaboradores da Gestão de Tecnologia para treinamento e certificação do Módulo *Foundations*, com vistas a continuar a implantação da metodologia ITIL

para Gerenciamento de Serviços de TI. Essa metodologia foi usada para análise 381 solicitações de mudanças e de 25 problemas reportados em 2006.

Na área de Segurança da Informação, foram realizados os seguintes cursos: Módulo *Certified Security Officer* - módulos 1 e 2, Auditor Líder em Segurança da Informação conforme ISO/IEC 27.001:2006, Análise Forense Computacional, Segurança no Desenvolvimento de Aplicações Seguras, Preparação para Certificação CISSP (*Certified Information Systems Security Professionals*), Curso Técnico e Gerencial da Ferramenta de Análise e Gestão de Riscos – *Check-up Tool*, Curso Básico de Segurança da Informação.

Atendimento a Usuários

É uma atividade a cargo da equipe de atendimento e suporte aos usuários da ANP, responsável por ações corretivas, implantações, instalações e atualizações de produtos a serem executadas nas máquinas dos usuários.

Os usuários dispõem de várias alternativas para solicitar atendimento pelo ramal 8888, pela Intranet, via *Service Desk On-line*, e mediante o preenchimento de uma Solicitação de Recursos de Informática (SRI). No ano de 2006, foram abertos 19.491 chamados, com média de 1.600 por mês e 2.550 SRIs, com média de 213 por mês.

3.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria do Orçamento (COR) se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de orçamento e apóia a Diretoria colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual (PAA). O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a Coordenadoria de Orçamento, em sintonia com as demais áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação dos recursos disponíveis e a ampliação dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável (UGR). Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos dirigentes de UGR sobre os gastos realizados em sua áreas de atuação e permite à Coordenadoria de Orçamento um dimensionamento preciso das despesas no decorrer dos exercícios através das séries históricas estabelecidas desde a implantação da execução por UGR, em 2003.

Execução Orçamentária em 2006

Para uma Lei Orçamentária Anual (LOA) de R\$ 234,6 milhões, o orçamento de 2006 foi inicialmente superior ao de 2005. Esse acréscimo representou uma variação de 27,4% em relação ao ano anterior. No decorrer do ano foram acrescidos à lei inicial mais R\$ 41,2 milhões para cobertura do saldo remanescente da Conta Petróleo, sendo R\$ 23,9 milhões referentes à reabertura do crédito especial aprovado em 2005 (decreto de 7 de junho de 2006) e R\$ 17,3 milhões aprovados pela Lei nº 11.392 de 15 de dezembro de 2006. Esses acréscimos significaram um crescimento de 49,7% em relação ao orçamento de 2005. Este crescimento não pode ser considerado significativo, uma vez que os créditos da Conta Petróleo em nada contribuíram para as atividades da Agência.

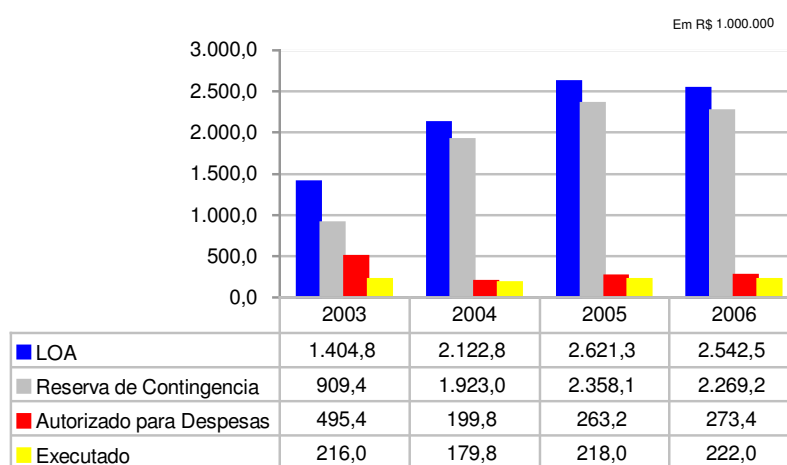
É importante destacar que apesar de boa parte dos recursos vinculados aos Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo continuarem a ser alocados na reserva de contingência, para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário, o governo, atendendo às constantes reivindicações por mais recursos nesta área, incluiu a ação no Projeto-Piloto de Investimento (PPI). Este projeto visa subtrair do cálculo do superávit primário despesas que contribuam para a ampliação da infra-estrutura. Como os recursos não entram no cálculo do superávit primário, não ficam sujeitos ao contingenciamento nos decretos de programação orçamentária e financeira.

Em 2005, os recursos alocados no PPI para esta ação foram de R\$ 45,8 milhões e em 2006 foram de R\$ 45 milhões, o que representou uma redução de 1,7%. Estes valores não são significativos se considerarmos que o custeio da contratação dos Serviços de

Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo são previstos no inciso I do artigo 50 da Lei nº 9.478/97 e que, em 2006, 98% destes recursos legalmente previstos foram alocados na reserva de contingência.

O gráfico a seguir mostra a variação da reserva de contingência nos quatro últimos exercícios e a execução orçamentária.

Gráfico 28 - Composição do Orçamento e Execução da ANP 2003 a 2006



Fonte: SIAFI

O quadro abaixo demonstra os limites de movimentação e empenho de 2006. Apesar de ser apresentado um cenário que parece favorável à Agência, uma parcela considerável dos recursos somente foi liberada a partir do 3º quadrimestre, configurando uma situação que reduziu significativamente a capacidade da ANP de expandir as suas atividades.

Tabela 43 - Limites de Movimentação e Empenho em 2006¹⁰

Em R\$

¹⁰ Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal

Anexos	a) Autorizado (LOA)	b) Limite Inicial	c) Limite Final	d) Executado
Anexo I (fonte 100, 129, 142, 174,300,342)	180.176.286	124.485.624	142.368.184	141.516.603
Anexo II (fonte 250)	49.962.429	35.919.403	40.495.740	38.901.016
Total	230.138.715	160.005.027	182.863.924	180.417.619

Fontes: SIAFI, Ofício-Circular 02/SPOA/SE/MME e Ofício 38/2007/SPOA/SE/MME.

Créditos Suplementares

Durante o ano de 2006 foram encaminhados os seguintes créditos suplementares, conforme tabela a seguir:

Tabela 44 – Créditos Suplementares Solicitados e Concedidos em 2006

Ações	Em R\$	
	Valor Solicitado	Valor Concedido
Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível	33.300.000	-
Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Gás Natural	125.589.050	-
Cobertura do saldo Remanescente da Conta Petróleo	17.310.602	17.310.602
Gestão do Acervo de Informações sobre as Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural	32.936.000	-

Fontes: SIAFI & SIDOR

O processo de Planejamento Orçamentário Para 2007.

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2007, realizada no primeiro semestre de 2006, perseguiu os seguintes objetivos:

- ✓ aproximar o sistema interno da ANP das exigências dos sistemas e das normas dos órgãos centrais de orçamento e gestão do Governo federal;
- ✓ aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, principalmente no que diz respeito aos acordos administrativos e;
- ✓ estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e resultados.

Pela captação de necessidades, chegou-se a um valor de R\$ 466,9 milhões necessários para 2007. Foi enviado ao Congresso Nacional uma PLOA de R\$ 257,2 milhões (sem contar a Reserva de Contingência). No Congresso, após um esforço da Agência junto aos parlamentares e comissões, foram aprovadas as emendas conforme tabela a seguir.

Tabela 45 - Emendas Apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2007

<i>Em R\$ milhões</i>		
<i>Autor</i>	<i>Subtítulo</i>	<i>Valor</i>
<i>Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização</i>	<i>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados e seus Dependentes</i>	<i>1,2</i>
<i>Relator da Comissão de Minas e Energia</i>	<i>Serviços de Geologia e Geofísica aplicadas à Prospeção de Petróleo e Gás Natural</i>	<i>41,9</i>

Fonte: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

Para fazer frente a essas despesas, foi apresentada emenda de receita orçamentária com a reavaliação das projeções da receita com os Bônus de Assinatura, os quais foram acrescidos em R\$ 2,2 bilhões.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual 2007 foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2006 e sancionado pelo Presidente da República em fevereiro de 2007, com previsão de despesas de R\$ 300,2 milhões (sem a reserva de contingência). Esse valor, em função das emendas aprovadas no Congresso Nacional, representou um acréscimo de 17% em relação a PLOA.

3.4. GESTÃO DE PESSOAS

A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos (SRH), nos termos do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis instituído pela Portaria nº 160, de 2 de agosto de 2004, tem por competência:

- ✓ Propor e implantar a política de Recursos Humanos da Agência;
- ✓ Planejar, executar e gerenciar as atividades pertinentes a Recursos Humanos, inclusive as de recrutamento, seleção, administração, capacitação, desenvolvimento e de assistência à saúde dos servidores, em consonância com o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC;
- ✓ Planejar, elaborar e executar o programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional dos servidores em suas áreas técnica, gerencial e intelectual.
- ✓ Assim sendo, na busca de uma gestão eficaz dos recursos humanos da Agência voltada primordialmente para o atendimento das competências de sua responsabilidade, a SRH, além das atividades de planejamento, execução e gerenciamento da administração de pessoal, executou ainda, em 2006, as seguintes ações:
 - ✓ Concurso Público - realização do 2º Curso de Formação;
 - ✓ Implantação de processo de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para os servidores das carreiras criadas pela Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004;
 - ✓ Implantação da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório para os servidores das carreiras criadas pela Lei nº 10.871, de 2004;
 - ✓ Criação e implantação dos Comitês de Avaliação de Desempenho Individual – CAD e Institucional – CADI e da Comissão para Acompanhamento do Estágio Probatório – CAEP para os servidores das carreiras criadas pela Lei nº 10.871, de 2004;

- ✓ Elaboração e divulgação da Instrução Normativa – IN 007, que regulamenta a Capacitação para os servidores da Agência;
- ✓ Criação e implantação do Comitê Gestor de Capacitação – CGC;
- ✓ Efetivação do curso de Pós-Graduação em Direito do Estado com Ênfase em Petróleo, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ;
- ✓ Promoção de cursos internos em parceria com as Superintendências da ANP.
- ✓ Concurso Público - Realização do 2º Curso de Formação

Em cumprimento ao Edital nº 001/2004-ANP, de 23 de dezembro de 2004, o Concurso Público foi realizado em duas etapas, assim identificadas:

- ✓ Primeira etapa: composta de provas objetivas e de prova discursiva de redação, e ainda, de avaliação de títulos;
- ✓ Segunda etapa: composta pelo curso de formação para os candidatos aprovados na primeira etapa.

A primeira etapa do concurso foi promovida pela Fundação Cesgranrio, que realizou os trabalhos de organização, elaboração do edital de divulgação, consolidação das inscrições por local de realização das provas, elaboração, aplicação e correção das provas, bem como a divulgação do resultado final da primeira etapa.

Para realizar o curso de formação - segunda etapa do Concurso - foi contratada a Escola de Administração Fazendária (ESAF), que planejou, regulamentou, realizou e finalizou esta etapa do concurso, consolidando os resultados das duas etapas para a divulgação do resultado final.

O resultado final do concurso público contemplou os candidatos classificados até o número de vagas disponibilizadas no edital e igual quantitativo referente aos candidatos excedentes ao número de vagas, conforme determinado pela Portaria nº 450, de 6 de novembro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os candidatos classificados foram nomeados nos cargos para os quais concorreram no mês de novembro de 2005. No período de novembro de 2005 a janeiro de 2006, os servidores tomaram posse e entraram em exercício, iniciando-se o processo de composição do quadro de pessoal da Agência.

O art. 14 da Portaria MP 450, de 6 de novembro de 2002, previa que durante o período de validade do concurso público, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderia autorizar a nomeação ou contratação de candidatos classificados e não-convocados, até o limite de 50% (cinquenta por cento) a mais do quantitativo original de vagas.

A ANP obteve, daquele Ministério, autorização para nomear candidatos classificados e não nomeados na 1ª etapa do concurso público, num total de 93 vagas, distribuídas nos cargos de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural; Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, Analista Administrativo, Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural e Técnico Administrativo, correspondendo a 30% (trinta por cento) do quantitativo de vagas autorizadas no concurso público, nos quantitativos constantes do quadro a seguir:

Tabela 46 - Quantitativo de Vagas: 1º concurso e Aproveitamento

Nomenclatura do Cargo	Nível	Quantitativo	
		1ª Autorização em 28/06/2004(*)	2ª Autorização Aproveitamento
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural		174	51
Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	Superior	20	6
Analista Administrativo		67	20
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	Intermediário	20	7
Técnico Administrativo		32	9
Total		313	93

(*) - APROVADO PELA PORTARIA Nº 147, DE 24 DE JUNHO DE 2004, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 28 DE JUNHO DE 2004 - SEÇÃO II, PÁGINA 92.

Os candidatos foram convocados para matrícula no segundo curso de formação que, a exemplo do primeiro, foi realizado nas dependências do Ministério da Fazenda, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 9 de maio de 2006 a 13 de junho de 2006.

O segundo curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório, foi aplicado a todos os cargos e abordou três dimensões: humana, organizacional e técnico-profissional, cumprindo cronograma com conteúdo programático dividido em parte geral e parte específica. Para os cargos de nível superior foi destinado um curso de 240 horas e para os de nível intermediário, 106 horas.

Além das noventa e três vagas, foram acrescentadas quatorze vagas para reposição das exonerações ocorridas até a última convocação para matrícula no segundo curso de formação, conforme previsto na Portaria nº 450, de 6 de novembro de 2002, disponibilizando um total de cento e sete vagas, das quais, somente 86 candidatos concluíram o curso de formação, conforme quadro abaixo:

Tabela 47 - Vagas Disponibilizadas Resultado Homologado

UF	VAGAS DISPONIBILIZADAS						RESULTADO FINAL ESAF / HOMOLOGADOS / NOMEADOS					
	EGGP	ERPD	AADM	TRPD	TADM	TOTAL	EGGP	ERPD	AADM	TRPD	TADM	TOTAL
RJ	8	43	20	5	9	85	7	32	18	3	9	69
SP		3	2			5		3				3
BA		2	1		1	4		2	1		1	4
DF		9	1	2	1	13		9	1			10
TOTAL	8	57	24	7	11	107	7	46	20	3	10	86

O resultado final desse segundo curso de formação foi divulgado no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2006 e os candidatos classificados e aprovados foram nomeados no mês de agosto de 2006, nos cargos para os quais concorreram.

Nos meses de agosto e setembro de 2006, os novos servidores tomaram posse e entraram em exercício. Com a conclusão do 2º Curso de Formação, a ANP cumpre todas as etapas estabelecidas no Edital nº 1, cujo concurso teve o prazo de validade expirado em 19 de novembro de 2006.

Implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho

A Lei nº 10.871, de 10 de maio de 2004, com a redação da Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006, instituiu as Gratificações de Desempenho de Atividades de Regulação (GDAR) e de Atividades-Técnico Administrativas em Regulação (GDATR), regulamentada pelo Decreto nº 5.827, de 29 de junho de 2006.

A Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação – GDAR é uma vantagem pecuniária devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural e de Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural.

A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação é uma vantagem pecuniária devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Analista Administrativo e de Técnico Administrativo.

As Gratificações de Desempenho são compostas com resultados de avaliações de desempenho institucional e individual visando a aferir, respectivamente, o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na sua contribuição individual para o alcance das metas institucionais e o desempenho das unidades organizacionais da ANP no alcance das metas institucionais prefixadas. As metas contemplam projetos e atividades prioritárias, condições especiais de trabalho, bem como outras iniciativas relevantes, considerando as características e atribuições específicas, adstritas à atuação coletiva dos servidores.

As avaliações institucionais e individuais têm periodicidade semestral sendo definidos os seguintes períodos avaliatórios: maio a outubro e novembro a abril. Excepcionalmente, a primeira avaliação, realizada manualmente, considerou um período inferior a seis meses, sendo realizada no período de 05 a 30 de outubro de 2006.

O início do período de avaliação se deu com a fixação e publicação no Diário Oficial da União das metas institucionais a serem cumpridas. Todas as etapas inerentes ao processo de Avaliação de Desempenho foram realizadas, culminando com a realização do pagamento das gratificações aos servidores.

Na primeira avaliação realizada, os resultados atingiram um patamar superior a 90% (noventa por centos), cujos resultados estão divulgados abaixo:

Tabela 48 - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Período de 05 a 30 de outubro de 2006

Avaliação do Desempenho Institucional	98,67
Média Aritmética das Avaliações Individuais	95,99

Criação do Comitê de Avaliação de Desempenho Institucional (CADI) e de Desempenho Individual (CAD)

Na implantação do processo de Avaliação de Desempenho, foi necessária a criação de dois comitês, para atendimento às determinações da Lei nº 10.871, de 2004, a saber:

- Comitê de Avaliação de Desempenho Institucional (CADI), instituído pela Portaria ANP nº 229, de 11 de outubro de 2006, que tem por finalidade estabelecer critérios, procedimentos e mecanismos necessários para propor e aferir o alcance das metas institucionais, os quais são posteriormente submetidos à aprovação da Diretoria Colegiada.
- Comitê de Avaliação de Desempenho Individual (CAD), instituído pela Portaria ANP nº 235, de 25 de outubro de 2006, que objetiva julgar, em última instância, o recurso interposto pelo servidor quanto à sua avaliação individual, acompanhar o processo de avaliação de desempenho e propor alterações consideradas necessárias para sua melhor aplicação, especialmente quanto aos critérios e procedimentos estabelecidos para a avaliação de desempenho individual, visando seu aprimoramento.

Implantação do Estágio Probatório

O Estágio Probatório consiste na avaliação de desempenho do servidor, pelo período de trinta e seis meses, contados da data em que entrar em exercício, com o objetivo de avaliar sua aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado, em decorrência da aprovação em concurso público, a fim de conferir-lhe a confirmação e a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado ou a sua exoneração.

A Instrução Normativa ANP nº 006/2005 estabeleceu os critérios, procedimentos e normas de operacionalização do Estágio Probatório dos servidores, e em novembro de 2005 foi iniciado o período de avaliação relativo ao Estágio Probatório. A primeira avaliação ocorreu em julho de 2006.

A SRH, em várias palestras realizadas com os níveis gerenciais da ANP, apresentou como se daria o processo de avaliação, ressaltando na ocasião a importância do comprometimento das chefias imediatas no acompanhamento do novo servidor.

Criação da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório (CAEP), instituída pela Portaria ANP nº 236, de 25 de outubro de 2006, que tem como objetivo apreciar e proferir decisão relacionada à interposição de recursos dos servidores que se encontram em avaliação do estágio probatório.

Treinamento e Desenvolvimento (T&D) / Capacitação de Servidores

A Política de Treinamento e Desenvolvimento é direcionada a toda a ANP, na busca do desenvolvimento das competências técnicas de seus servidores, incluindo treinamentos destinados às atividades meio e finalísticas, cursos de pós-graduação, idiomas, palestras e seminários.

As demandas de capacitação apresentadas pelas áreas são consolidadas e administradas pela SRH, que detém o controle dos recursos orçamentários destinados ao Programa de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Segundo a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que criou as carreiras e cargos para a ANP, ficou estabelecida a subordinação do quadro de pessoal ao regime jurídico instituído

na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e determinada a obrigatoriedade da implantação de um Plano de Capacitação aplicado aos servidores da ANP.

A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos, considerando as novas determinações legais, identificou a necessidade de atualização das normas que regem a participação de servidores em ações de capacitação, de forma a adequá-las às novas diretrizes estabelecidas na legislação mencionada e às determinações fixadas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Portaria nº 208, de 25 de julho de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Instrução Normativa ANP nº 007/2006, de 26 de dezembro de 2006, tem como objetivo instituir a Política de Capacitação dos servidores da ANP para promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, valorizar o servidor por meio de sua capacitação permanente, adequar o conhecimento dos servidores aos novos perfis profissionais requeridos pela Agência e, ainda, racionalizar os investimentos de capacitação.

O Comitê Gestor de Capacitação (CGC), instituído pela Portaria ANP nº 183, de 29 de agosto de 2006, teve como objetivo assessorar a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos nas definições das ações de desenvolvimento dos servidores, visando a formulação de políticas institucionais e de diretrizes voltadas para a capacitação, o treinamento e desenvolvimento do capital humano da ANP.

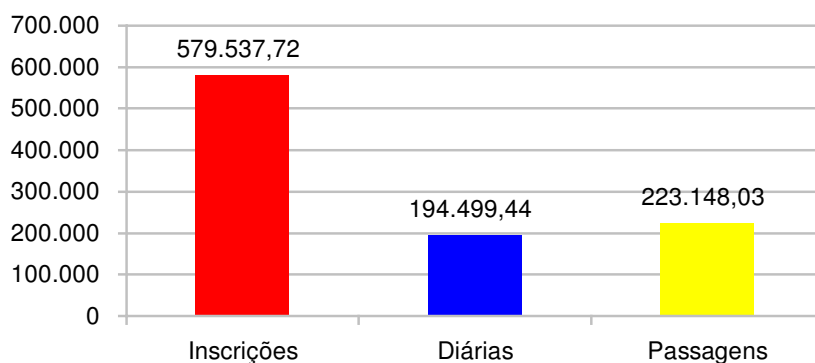
Implementação dos Treinamentos

As ações de treinamento são propostas por meio do formulário de Solicitação para Participação em Ações de Treinamentos (SPATs), que são submetidas à análise da SRH para posterior encaminhamento à aprovação da diretoria.

O orçamento destinado à capacitação dos servidores no exercício de 2006 foi de R\$1.775.890,00, contemplando vários eventos do Plano Anual de Capacitação, considerando as inscrições, diárias e passagens.

Do montante acima citado, foi despendido o valor de R\$ 997.185,19, incluindo inscrições, diárias e passagens, para a participação dos servidores em cursos, seminários, palestras, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 29 – Despesas com Capacitação



Fonte: SRH

Foram analisadas pela área de T&D/SRH 433 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento, sendo 230 efetivamente concluídas.

Como resultado efetivo das ações de capacitação, a ANP treinou 285 pessoas, o que representa 46% do total de servidores. Essas ações representaram um investimento de 13.995 horas/aula de treinamento, perfazendo uma média de 49 horas por servidor.

Realização de Eventos de Capacitação para os Servidores

Para atender às demandas de treinamentos voltadas à continuidade da capacitação de todos os servidores, em especial os recém-ingressados pelo concurso público, várias ações de capacitação foram promovidas interna e externamente, conforme demonstrado a seguir:

- Pós-Graduação *in company* em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ - a ANP iniciou o primeiro Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado com ênfase em Direito do Petróleo, realizado nas dependências da ANP e em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O curso, que possui carga horária de 360 horas, teve início no mês de dezembro de 2006, com uma turma de 24 alunos, que possuem formação em Direito, pré-requisito para participação. A Faculdade de Direito da UERJ, por sua excelência, era a única Academia de Ciências Jurídicas no Estado do Rio de Janeiro que possuía Convênio com o Programa de Recursos Humanos da ANP (PRH) para a formação de profissionais da área do Direito, o que confirma sua expertise na matéria especificamente ligada ao Direito do Petróleo e à Regulação.

- Promoção de Treinamentos Internos - No exercício de 2006, foram realizados diversos cursos internos para a capacitação dos servidores, através de parcerias entre as áreas da ANP e a SRH, resultando no treinamento de 106 servidores. Em alguns temas, servidores do quadro de pessoal da ANP atuaram como instrutores.

Esse trabalho foi desenvolvido em consonância com o principal objetivo da Agência, que visa manter seu quadro de pessoal atualizado e melhor preparado para atuar como órgão regulador do setor de petróleo. Apresentam-se, no quadro abaixo, os principais temas abordados e o quantitativo de servidores certificados, com a respectiva carga horária:

Tabela 49 - Servidores Capacitados por Tema

TEMAS	SERVIDORES TREINADOS
Origem e Evolução de Bacias Sedimentares (18h)	15
Geoquímica do Petróleo (18h)	20
Reservatórios de Petróleo com ênfase em Rochas Carbonáticas (18h)	19
Potencial Petrolífero das Bacias Paleozóicas Brasileiras (20h)	17
Noções sobre o Método Sísmico de Reflexão (20h)	16
Princípios e Aplicações de Exploração e Produção de Petróleo (32h)	19
TOTAL	106

Quadro de pessoal

Em 31 de dezembro de 2006, a Agência contava com uma força de trabalho de 620 servidores, 282 prestadores de serviço e 58 estagiários.

Do total de 620 servidores, 399 (incluindo dois servidores cedidos a outros órgãos) pertencem ao quadro de ativo permanente, 46 são contratados temporariamente, 22 procuradores federais, 102 nomeados sem vínculo, 50 requisitados de outros órgãos e um servidor em exercício provisório.

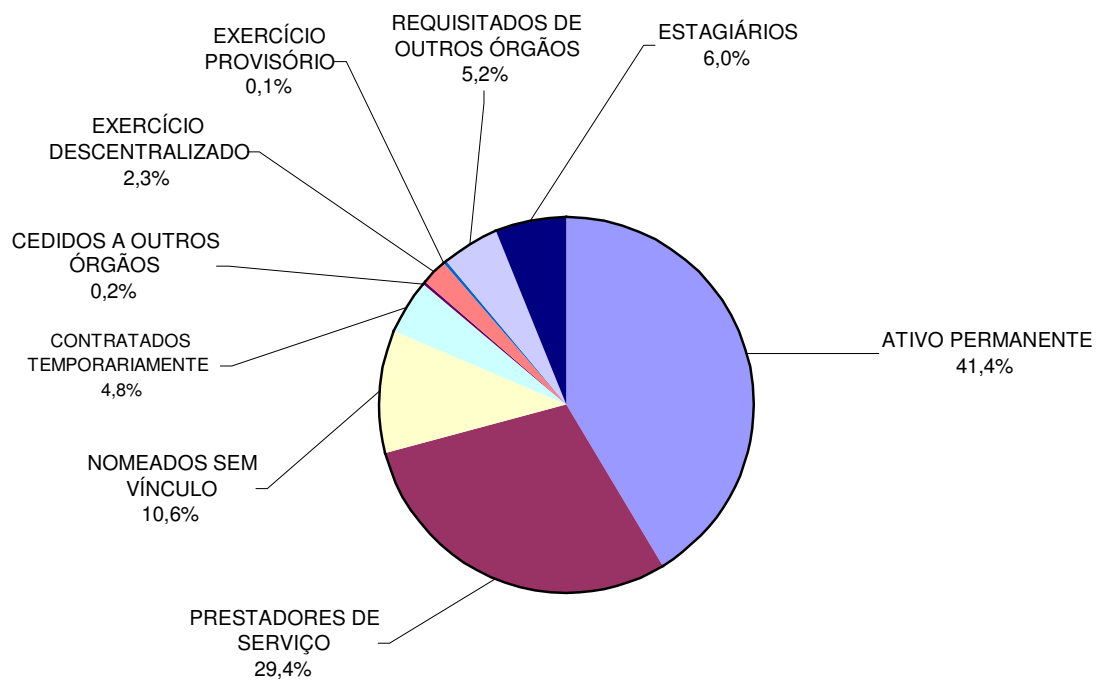
O quadro de ativo permanente teve um acréscimo de 90 servidores, que tomaram posse e entraram em exercício em 2006. Representou um aumento de 29%, somando 399 servidores, visto que em 31 de dezembro de 2005 havia 309 no quadro efetivo.

Houve ainda a redistribuição para o quadro específico da ANP de 24 servidores que anteriormente estavam cedidos à Agência, conforme a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

São apresentados a seguir os gráficos gerenciais que demonstram:

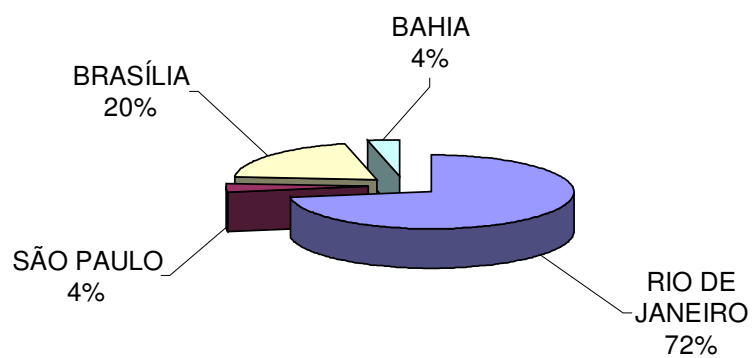
- Composição da Força de Trabalho da Agência (Gráfico 30);
- Lotação dos Servidores por Estado (Gráfico 31);
- Faixa Etária dos Servidores (Gráfico 32);
- Nível Máximo de Formação dos Servidores (Gráfico 33);
- Nível de Escolaridade dos Servidores (Gráfico 34)
- Perfil de Formação dos Servidores (Gráfico 35);
- Servidores nomeados e desligados em 2006 (Gráficos 36 e 37).

Gráfico 30 – Composição da Força de Trabalho (em 31/12/2006)



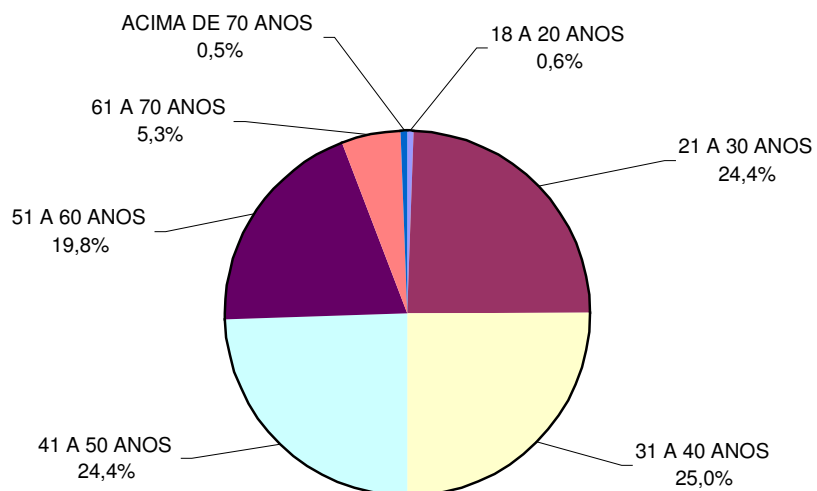
Fonte: CADGER 31/12/2006

Gráfico 31 – Lotação dos Servidores por Estado (em 31/12/2006)



Fonte: CADGER 31/12/2006

Gráfico 32 – Faixa Etária dos Servidores (em 31/12/2006)



Fonte: CADGER 31/12/2006

*Gráfico 33 – Perfil do Nível Máximo de Formação dos Servidores
(em 31/12/2006)*

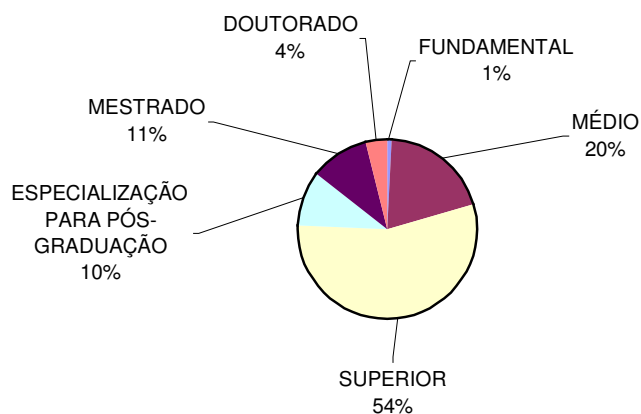
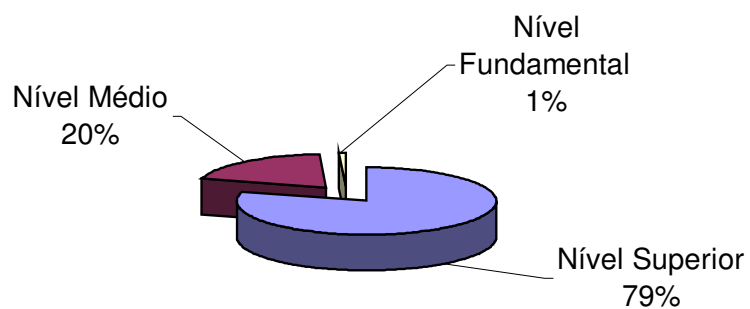


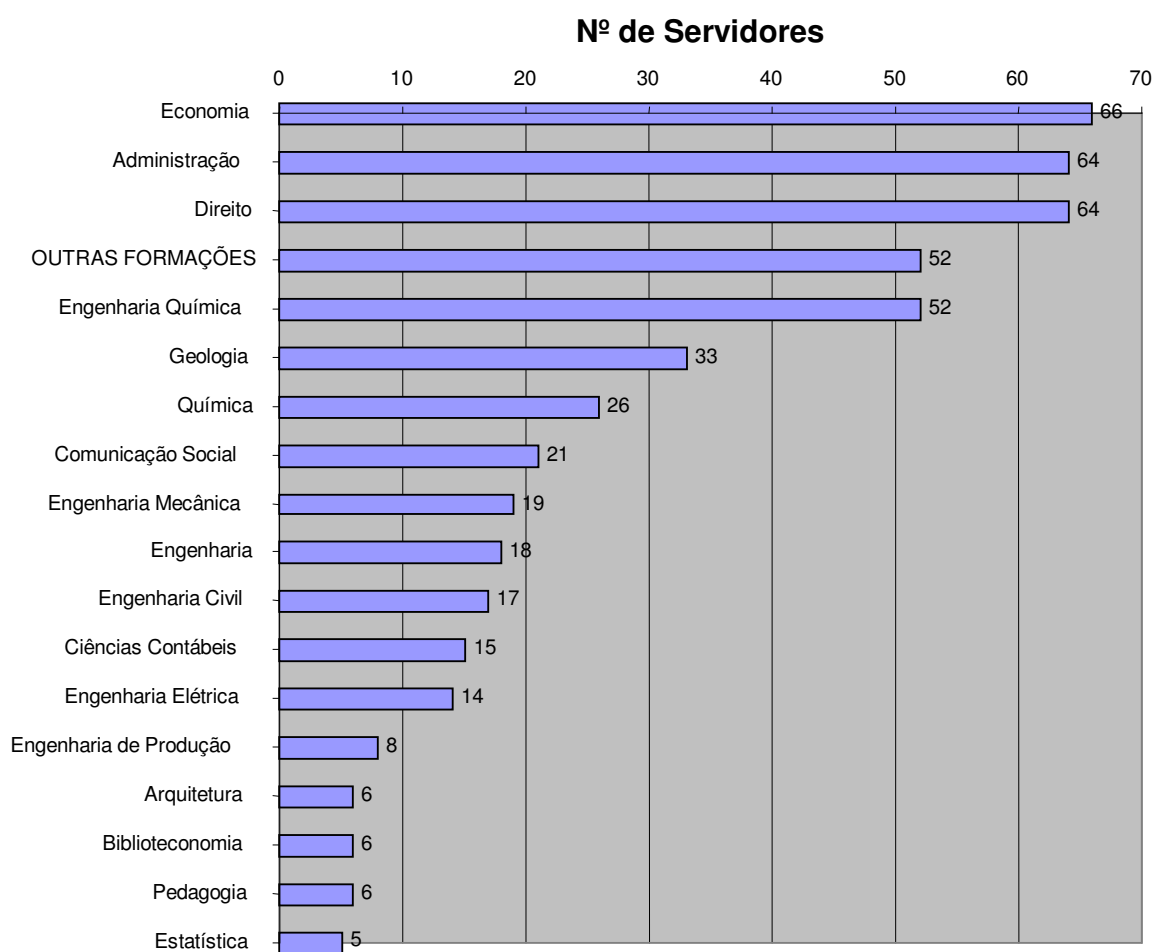
Gráfico 34 – Nível de Escolaridade dos Servidores (em 31/12/2006)



Fonte: CADGER 31/12/2006

Em 31 de dezembro de 2006, a Agência, dentro de seu quadro de 620 servidores, contava com 492 servidores graduados (79% do total). O gráfico abaixo mostra o respectivo perfil de formação.

Gráfico 35 – Formação dos Servidores com Nível Superior (em 31/12/2006)



Fonte: CADGER 31/12/2006

Quantitativo de Servidores que Ingressaram em 2006

No ano de 2006, ingressaram 135 servidores na ANP, conforme quadro e gráfico abaixo:

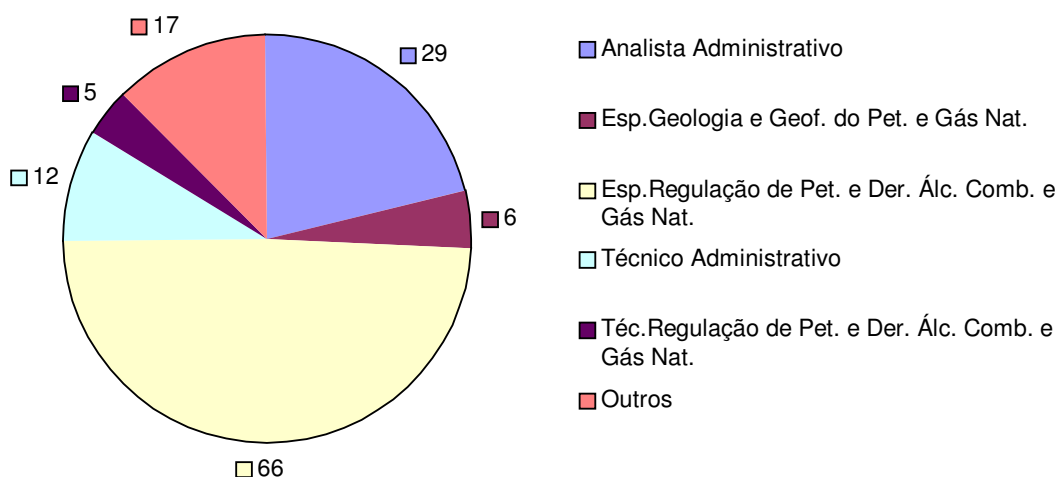
Tabela 50 - Quantitativo de Servidores que Ingressaram em 2006

CARGOS EFETIVOS	Analista Administrativo	29
	Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	6
	Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	66
	Técnico Administrativo	12
	Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	5
OU-TROS	Nomeados sem vínculo e Procuradores (exercício descentralizados de carreira)	17
TOTAL		135

Fonte: CADGER 31/12/2006

Gráfico 36 – Ingresso de Servidores em 2006

(Cargos efetivos e comissionados)



Servidores Desligados em 2006

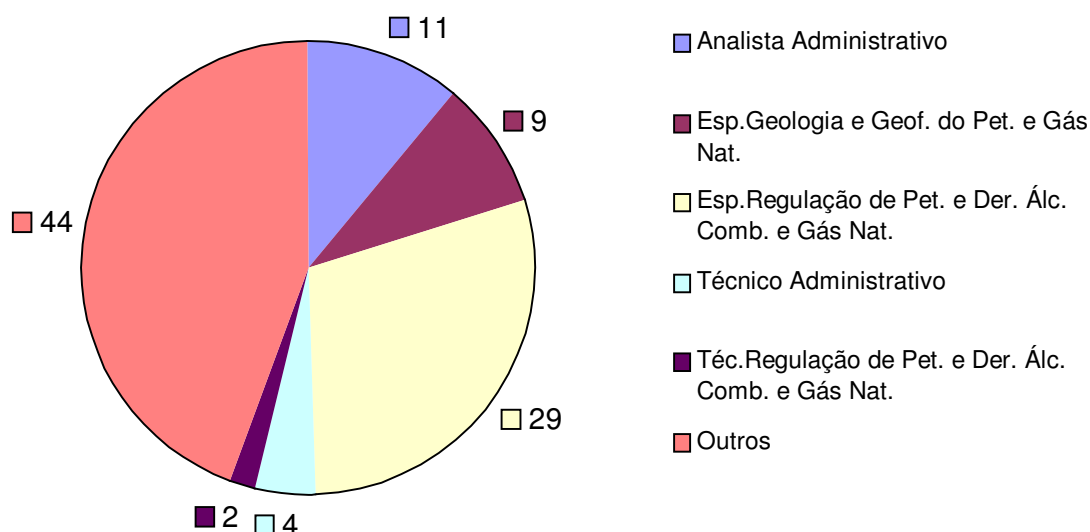
No ano de 2006, houve 123 desligamentos no quadro de servidores da ANP, porém 24 criaram nova vinculação com a Agência. Houve, portanto, 99 desligamentos definitivos, conforme quadro e gráfico abaixo:

Tabela 51 - Desligamento de Servidores

CARGOS EFETIVOS	Analista Administrativo	11
	Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	9
	Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	29
	Técnico Administrativo	4
	Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	2
	Exoneração de cargo comissionado sem vínculo, exoneração de cargo comissionado sem vínculo e retorno à origem, rescisão de contrato temporário, aposentadoria, demissão e término de mandato.	44
OU-TOTAL		99

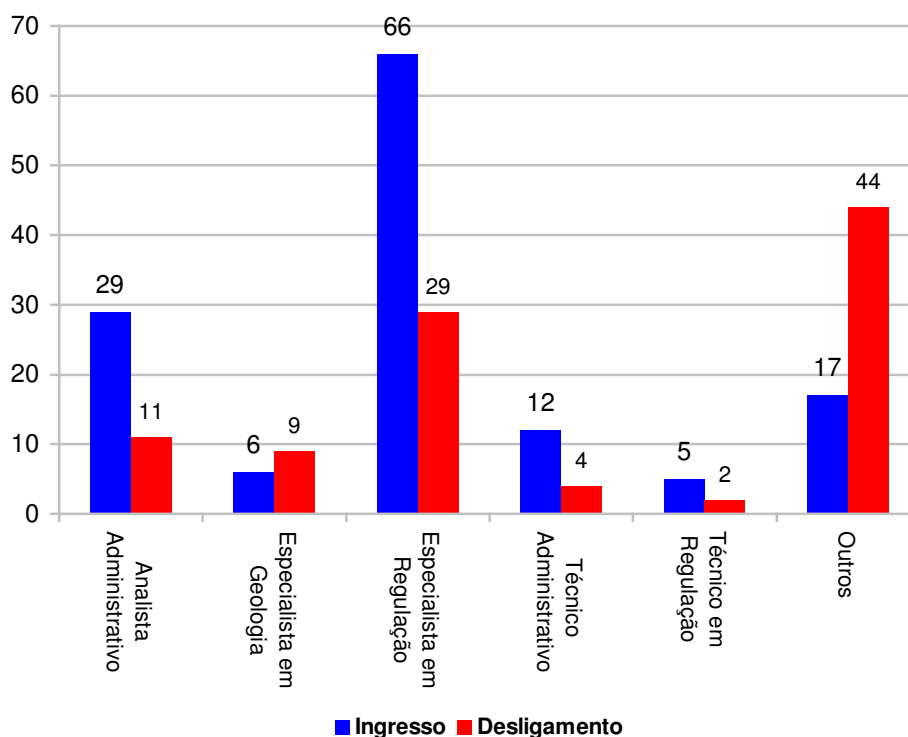
Fonte: CADGER 31/12/2006

Gráfico 37 – Servidores Desligados em 2006



Movimentação de Servidores

Gráfico 38 - Movimentação de Servidores em 2006



FONTE: CADGER 31/12/2006

- ✓ 135 servidores ingressaram em cargos efetivos e outros (cargos comissionados e exercícios descentralizados de carreira);
- ✓ 99 desligamentos de cargos efetivos e outros (exonerações de cargo comissionado sem vínculo, exonerações de cargo comissionado sem vínculo e retorno à origem, rescisões de contrato temporário, aposentadorias, demissão e término de mandato);
- ✓ 24 redistribuições, para o quadro específico da ANP, conforme a Lei nº 11.357, de 2006.

Assistência Médica

Em 30 de junho de 2006 foi assinada a prorrogação, por um período de até doze meses, do contrato com a Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda., para a presta-

ção de serviços de assistência médica, ambulatorial e hospitalar, beneficiando todos os servidores da ANP e seus dependentes (839 titulares e 1.678 dependentes).

Em dezembro de 2006, havia 387 titulares inscritos no Plano de Saúde e 293 dependentes, perfazendo desta forma, um total de 680 beneficiários do referido plano assistencial. O expressivo aumento no quantitativo final de beneficiários em relação ao exercício anterior, de 153,45%, deve-se à adesão dos novos servidores que ingressaram na Agência após a realização do 1º Concurso Público. Do percentual apresentado, 106,95% diz respeito aos titulares e 46,50% aos dependentes.

Assistência Odontológica

No exercício de 2006, a ANP continuou com a mesma empresa prestadora, Odontoprev, sob a vigência de um contrato emergencial, com a cobertura dos serviços odontológicos abrangendo 333 titulares e 277 dependentes, perfazendo um total de 610 beneficiários. O expressivo aumento no quantitativo final de beneficiários em relação ao exercício anterior, de 179,37%, deve-se à adesão dos novos servidores que ingressaram na Agência após a realização do 1º Concurso Público. Do percentual apresentado, 109,43% diz respeito aos titulares e 69,94% aos dependentes.

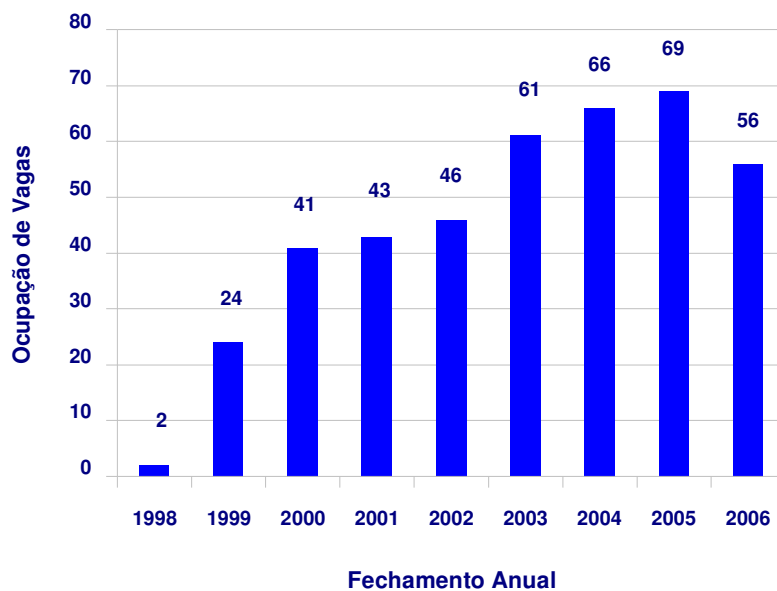
Convênio de Estágio

No dia 30 de outubro de 2006 a ANP assinou a prorrogação por um período de mais doze meses, com vigência a partir de 31/10/2006, do convênio para a realização de estágios de nível médio e superior em todas as suas unidades gestoras, com o agente de integração Centro Integração Empresa-Escola (CIEE/RJ).

O quadro de estagiários da ANP tem um total de 123 vagas, sendo 116 de nível superior e 7 de nível médio. A ANP fechou o exercício de 2006 com 56 vagas de estágio ocupadas, tendo um decréscimo de 18,84% em relação ao fechamento do ano anterior.

O gráfico a seguir mostra a posição do quadro de estagiários da ANP, em dezembro de 2006.

Gráfico 39 – Ocupação do Quadro de Estágio

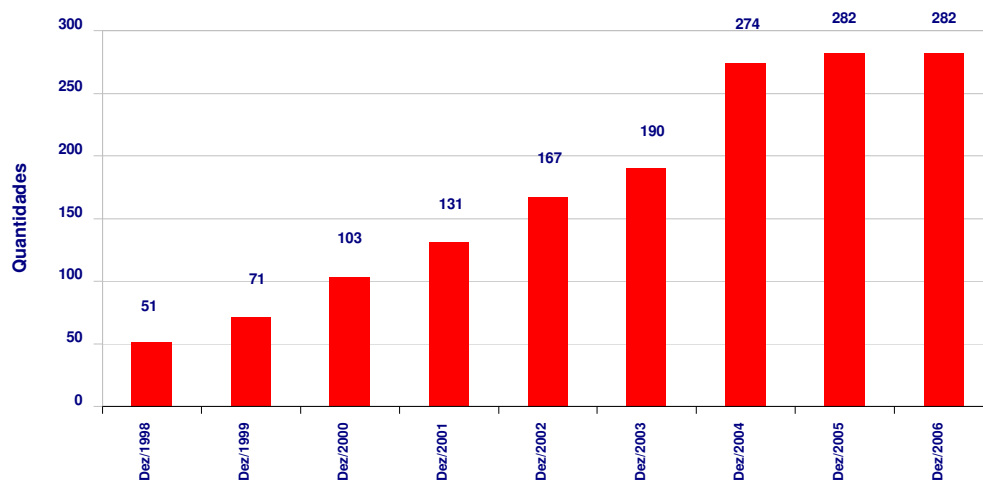


FONTE: SRH

Prestadores de Serviços

O gráfico a seguir mostra a evolução do quantitativo de prestadores de serviços de apoio administrativo.

Gráfico 40 – Evolução do Quadro de Prestadores de Serviços de Apoio Administrativo



FONTE: SRH

Desde a criação da ANP, a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos vem desenvolvendo seu trabalho de acordo com as diretrizes da Diretoria e com as demandas das áreas, na tentativa de compor um corpo funcional qualificado e pronto para dar cumprimento à missão institucional da Agência.

3.5. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

3.5.1. Gestão de Suprimentos

A ANP está, a cada ano, devido aos constantes contingenciamentos, gastando menos (em custeio e investimento) do que a sua real necessidade. O elemento de despesa de serviços de terceiros – pessoa jurídica, teve uma redução de R\$ 9,89 milhões, mas a sua execução permaneceu relativamente alta, com um percentual de execução de 84,45%. Mesmo com a redução orçamentária imposta pelos órgãos competentes superiores quando da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e aliada ao contingenciamento orçamentário, o desempenho desta despesa mostra como sua execução se ajusta aos fatores externos ao orçamento e, cada vez mais, fica explícita a maneira consciente e eficiente do planejamento e da execução desses gastos.

A ANP não mede esforços para que a execução de suas despesas seja cada vez mais eficiente, dada à natureza das atividades desenvolvidas e continua intensificando esforços no sentido da contratação de terceiros para dar suporte às suas ações de monitoramento e fiscalização das atividades da indústria do petróleo e do gás natural, de acordo com orientação da lei de criação da ANP.

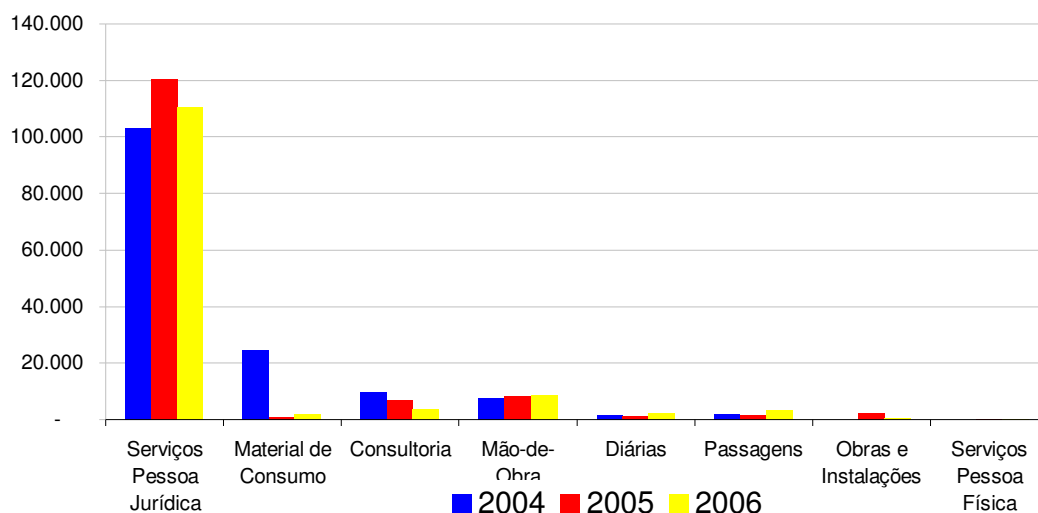
Tabela 52. Despesas por elemento

Despesas por elemento	2004		2005		2006	
Descrição	Valor em R\$	%	Valor em R\$	%	Valor em R\$	%
Serviços Pessoa Jurídica	103.084.616,87	81,33%	120.402.763,47	84,38%	110.508.818,73	84,45%
Material de Consumo	2.448.469,61	1,93%	1.193.339,59	0,84%	1.969.482,95	1,51%
Consultoria	9.930.571,13	7,83%	6.800.741,19	4,77%	3.666.690,00	2,80%
Mão-de-Obra	7.501.445,67	5,92%	8.431.587,47	5,91%	8.491.249,02	6,49%
Diárias	1.762.256,10	1,39%	1.363.846,43	0,96%	2.249.496,17	1,72%
Passagens	1.949.437,32	1,54%	1.703.423,52	1,19%	3.221.135,90	2,46%
Obras e Instalações	39.200,55	0,03%	2.303.529,41	1,61%	564.016,80	0,43%
Serviços Pessoa Física	34.496,61	0,03%	491.516,39	0,34%	188.997,04	0,14%
TOTAL	126.750.493,86	100,00%	142.690.747,47	100,00%	130.859.886,61	100,00%

Fonte: SIAFI

Para facilitar a visualização do quadro comparativo dos valores registrados até 2006, utilizou-se como referência o valor dos gastos por elemento de despesa relativos aos anos de 2004, 2005 e 2006.

Gráfico 41 - Comparativo de despesas de 2004, 2005 e 2006 por Elemento (R\$ mil).



Fonte: SIAFI

A tabela a seguir traça o perfil de execução de 2006, o que demonstra a necessidade de maior alocação de recursos para assegurar o cumprimento das ações finalísticas.

A adequação dos recursos mencionada refletirá em toda a dinâmica da Agência, em especial na liquidação dos contratos, convênios e fornecedores diversos, favorecendo a operacionalização dos processos da ANP. Cabe ressaltar que, no exercício de 2006, além do contingenciamento orçamentário (que impacta a execução de alguns projetos e atividades específicas podendo implicar a realocação de recursos) e em virtude do alto grau de complexidade desses projetos e atividades, registrou-se maior tempo na liberação de recursos financeiros, tendo em vista o maior rigor no controle da aplicação desses recursos por parte dos órgãos superiores de controle MME e STN.

Tabela 53 - Despesas da ANP por Ações – Exercício 2006 (Custeio, Investimento e PPI)

PROGRAMAÇÃO / AÇÃO	LOA - Lei n.º 11.306 / 2006 (R\$)	Limite Autorizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Executado/ Autor. (%)
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	48.369.629,00	45.369.629,00	45.088.717,13	99,38%
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	1.775.890,00	538.621,99	538.621,99	100,00%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.490.000,00	950.000,00	922.288,37	97,08%
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.113.000,00	250.000,00	206.060,22	82,42%
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVICOS E EMPREGADOS	130.720,00	40.000,00	36.170,40	90,43%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	1.131.480,00	800.000,00	740.875,10	92,61%
GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES S/BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS	7.000.000,00	6.900.000,00	6.808.250,49	98,67%
OUTORGA DE CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.000.000,00	150.000,00	102.476,64	68,32%
GESTÃO DAS CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	8.000.000,00	7.500.000,00	7.385.401,14	98,47%
REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA IND. PETRÓLEO E DA DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	2.000.000,00	1.000.000,00	921.386,10	92,14%
SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	45.000.000,00	45.000.000,00	45.000.000,00	100,00%
AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	1.361.571,00	2.000,00	440,00	22,00%
FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	20.000.000,00	17.000.000,00	16.195.965,17	95,27%
FISCALIZAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	42.850.000,00	40.133.855,01	39.440.595,25	98,27%
OUVIDORIA DA AGÊNCIA DO PETRÓLEO	2.500.000,00	2.500.000,00	2.385.757,81	95,43%
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	729.818,00	729.818,00	644.613,94	88,33%
Total Geral	184.452.108,00	168.863.924,00	166.417.619,75	98,55%

3.5.2. Administrativo

Com o objetivo de sempre atender aos diversos desafios colocados para a administração pública, a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA) tem direcionado sua atuação na busca de eficácia operacional e na otimização de recursos.

Para fazer face à demanda gerada pela circulação, no prédio da ANP, de em média 1.000 pessoas por dia, dentre servidores, funcionários de empresas terceirizadas e visitantes, a SFA se faz presente mediante o fornecimento da infra-estrutura necessária para todos os serviços corporativos competentes.

A área administrativa é responsável pela gestão dos contratos administrativos, transportes, agência de viagens, supervisão dos bens patrimoniais, protocolo, almoxarifado, central reprográfica, controle de acesso de servidores e visitantes ao prédio.

A Administração atende, ainda, as mais variadas solicitações formuladas pelos servidores, dentre as quais destacam-se demandas gerais ao teleatendimento, compra direta e compra por suprimentos de fundos.

3.5.3. Economicidade e Habilidade

Ao longo de 2006, concluiu-se o processo de recepção dos 74 novos servidores no Escritório Central da ANP, o que exigiu o remanejamento de diversos pontos de lógica, de elétrica e de telefonia. Todo o serviço foi realizado sem custo adicional, uma vez que foi executado pela própria equipe de manutenção terceirizada que presta serviços à Agência.

Para acolhimento dos novos servidores, foi também necessária a adaptação de *layout* das instalações do Escritório Central com a adequação do espaço disponível de modo a manter o bem-estar dos servidores e favorecer o desempenho de suas funções.

O Teleatendimento é um serviço prestado pela área Administrativa da SFA que visa atender as demandas dos servidores, tais como: instalação de novos pontos de rede, lógica e telefonia, solicitação de mobiliário, ajuste de condicionamento de ar, acompanhamento de limpeza de cadeiras e carpetes. Embora o incremento de servidores tenha alcançado aproximadamente 63%, registrou-se um aumento de número de

chamados de apenas 10,52%, o que sugere uma maior eficácia na execução dos atendimentos, evitando-se retrabalhos.

3.5.4. Comissão Permanente de Licitação (CPL)

A fim de suprir as necessidades da autarquia, a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa promove licitações e contratações de acordo com o que preceituam a Lei n.º 8.666/93, o Regulamento para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços da ANP, a Lei 10.520/02, e os decretos 3.555/00, e 5.450/05.

Conforme o demonstrativo que se segue, durante o exercício de 2006, em face de licitações nas modalidades de Pregão Amplo, nas formas Presencial e Eletrônica, Concorrência, Tomada de Preços, Consulta e Convite, foram firmados 51 contratos, cujo valor total foi de R\$42,1 milhões, enquanto que o montante estimado pelas áreas requisitantes era de R\$48,7 milhões.

Tabela 54 – Valores Licitados Por Modalidade

Modalidade de Licitação	Quantidade	%	Valor	%
Concorrência	1	1,96%	R\$17.000.000	40,36%
Consulta	3	5,88%	R\$6.951.217	16,5%
Convite	2	3,92%	R\$ 120.621	0,29%
Tomada de Preços	1	1,96%	R\$1.385.000	3,29%
Pregão	44	86,28%	R\$16.659.394	39,56%
Total Global	51	100%	R\$42.116.233	100%

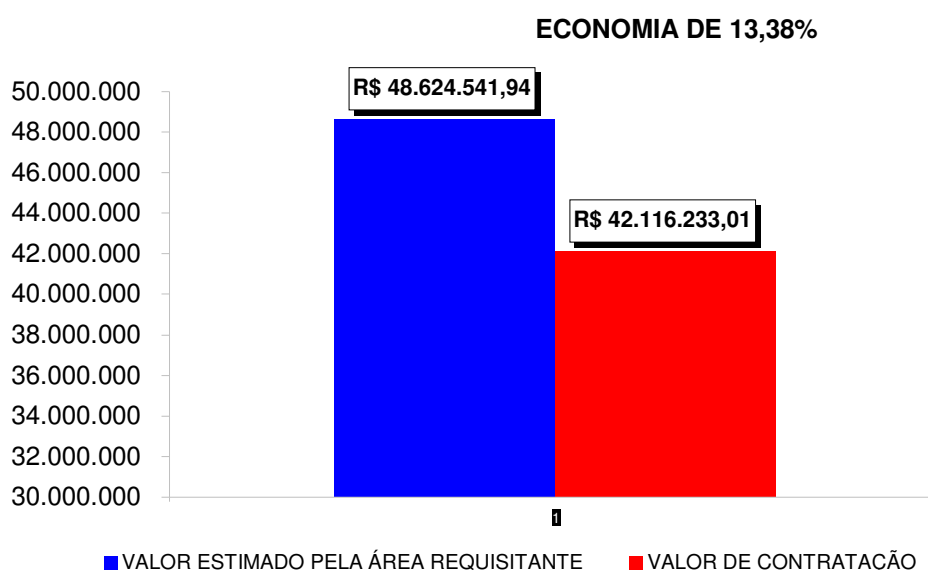
Fonte: SFA/CPL

Ao observar a tabela anterior, verifica-se que houve 44 contratações efetuadas por intermédio da modalidade pregão, no montante de R\$ 16,7 milhões, comprovando uma regularidade em relação ao ano de 2005, quando 49 empresas foram contratadas por meio dessa modalidade de licitação, com o dispêndio equivalente a R\$ 29,3 milhões. Além dessas contratações, a Agência, utilizando-se das prescrições dos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, efetuou contratações por intermédio de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$8,6 milhões, e de Inexigibilidade de Licitação, que somaram R\$2,5 milhões.

3.5.5. Economicidade e Proficiência nas Aquisições

Devido à eficiência com que os certames são realizados, foi obtido, da mesma forma que nos anos anteriores, um resultado positivo, na medida em que houve uma economia de R\$ 6,5 milhões, o que representa uma redução de 13,38% do valor total estimado pelas áreas requisitantes nas Solicitações de Aquisição de Bens e Serviços (SABS) formuladas em 2006, de acordo com o que está demonstrado a seguir:

Gráfico 42 – Valor Estimado X Valor da Contratação



Fonte: SFA/CPL

Os números citados no gráfico anterior são pertinentes às contratações que foram efetivamente finalizadas no ano de 2006. Deles não constam os valores referentes aos processos licitatórios não-finalizados no exercício em questão.

3.6. CORREGEDORIA

A Corregedoria deu continuidade, em 2006, aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, conforme as atribuições definidas no Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 160, de 02/08/2004.

A fim de mostrar a importância da Corregedoria aos servidores da ANP, adotaram-se medidas educativas junto ao corpo funcional, reforçando a idéia de que esta área está voltada também para a orientação preventiva visando a não-ocorrência de irregularidades que, muitas vezes, arranham a imagem da instituição e de seus servidores.

Os dados a seguir correspondem aos procedimentos disciplinares instaurados no exercício de 2006.

Sindicâncias	11
Processos Disciplinares	02
TOTAL	13

A Corregedoria, por não ter um quadro de servidores suficientes para atender as suas atribuições, tem se valido da mão de obra de servidores estáveis lotados em outros setores da Agência, para a elaboração de sindicâncias e de processos disciplinares.

Com essa prática, tem enfrentado freqüentes dificuldades, pois a maioria dos setores não dispõe de um número de servidores que permita, sem o sacrifício de suas próprias atividades, ceder pessoal para atuar em procedimentos de apuração de infrações disciplinares.

Por outro lado, tem-se observado que muitos dos funcionários, momentaneamente cedidos para cumprir tarefas de interesse da Corregedoria, não possuem os conhecimentos jurídicos e a experiência necessária para conduzir sindicâncias e processos disciplinares, com desenvoltura e segurança.

Para tanto, é necessário que haja investimentos voltados para cursos de atualização e de treinamento, visando melhorar a qualidade dos trabalhos pertinentes à esta CRG.

3.7. AÇÕES DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

As atividades desenvolvidas pela Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) no ano de 2006 deram cumprimento às suas atribuições, conforme definidas no Regimento Interno da ANP, e podem ser agrupadas em atividades de rotina e novos projetos.

A chegada de novos servidores provenientes do concurso público permitiu que a SPP retomasse algumas atividades que haviam sido interrompidas, em decorrência da saída de vários integrantes do corpo técnico da SPP.

Uma dessas atividades é o Fórum de Claros, que veio a somar-se com o de GLP. Esses fóruns têm por objetivo verificar se a infra-estrutura disponível é capaz de escoar a produção e atender à demanda. Para tanto, efetua-se um balanço entre oferta e demanda, a partir do qual são identificados os fluxos de GLP, gasolina e óleo diesel, assim como as quantidades totais movimentadas em um dado período de tempo. A seguir, avalia-se a compatibilidade das infra-estruturas logísticas existentes, à luz das previsões de oferta e demanda, em ciclos de cinco anos. Esse trabalho é desenvolvido conjuntamente com os agentes de distribuição e, como resultado, identifica possíveis estrangulamentos futuros na infra-estrutura existente, para que estes possam ser sanados antes que venham a se tornar um problema real para o abastecimento nacional.

Recentemente, o projeto de Indicadores de Desempenho, cuja execução também havia sido interrompida devido à falta de pessoal, foi retomado sob uma nova ótica, tendo em vista a sua aplicabilidade como instrumento de gestão, e também como ferramenta de avaliação da ANP frente aos órgãos de controle interno (Coordenadoria Geral da União - CGU) e externo (Tribunal de Contas da União - TCU). Após a aprovação da Proposta de Ação referente ao projeto, o seu cronograma está sendo rigorosamente executado, com um encerramento previsto para março de 2007.

Entre as atividades de rotina prioritárias, as seguintes merecem destaque: publicações do Anuário Estatístico e do Boletim do Gás Natural, e dos Relatórios Regionais de Análise de Infra-estrutura de GLP, recebimento, processamento e crítica dos dados do Demonstrativo de Controle de Produto (DCP) de derivados não-energéticos, e a preparação de dados mensais para publicação no website. A SPP também forneceu regularmente dados para outros órgãos e instituições como, por exemplo, o Ministério das Minas e Energia (MME),

para a elaboração do Balanço Energético Nacional, além de subsidiar a Organização Latino-americana de Energia (OLADE) e o grupo de Trabalho SGT-9 Energia do Mercosul.

O Grupo de Trabalho de Integração Gasífera, criado pelo Ministério das Minas e Energia (MME) com o objetivo de analisar a viabilidade técnico-econômica do projeto do Gasoduto Venezuela – Cone Sur, contou com representantes e participação da SPP em todos os seis subgrupos, a saber:

- ✓ Mercado, Recursos e Comercialização;
- ✓ Estudos de Tarifas;
- ✓ Planejamento de Engenharia, Aspectos Tecnológicos e Pesquisa e Desenvolvimento;
- ✓ Modelo de Negócio e Financiamento;
- ✓ Licenciamentos, Aspectos Ambientais e Sociais; e
- ✓ Aspectos Regulatórios, Legais, Fiscais e Institucionais.

Com a assinatura recente do acordo para a construção do gasoduto, espera-se que os trabalhos nesses subgrupos sejam retomados.

A SPP participou durante o ano de 2006 da implantação do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), previsto para o primeiro semestre de 2007. A SPP tem participado ativamente dos grupos de trabalho, tendo em vista a prioridade deste projeto para ANP.

Cabe ressaltar ainda a elaboração do Relatório Anual com a previsão de investimentos mínimos no upstream para a Diretoria colegiada. O cálculo da participação do setor petróleo no PIB brasileiro, atualizado anualmente, ainda não foi realizado, pois o IBGE, devido a mudanças de metodologia, ainda não divulgou a Pesquisa Industrial Anual (PIA) e a Pesquisa Anual de Comércio (PAC). Tão logo esses dados sejam disponibilizados, a SPP procederá à estimativa da participação do PIB do petróleo.

Projetos Desenvolvidos e Concluídos - 2006

Ainda no ano de 2006, a SPP concluiu dois projetos de interesse da Agência. O projeto executado pela FIPE consistiu no Desenvolvimento de uma Metodologia de Previsão de Demanda de Energéticos até 2015. Esse projeto serviu de subsídio para a análise das séries históricas de dados sobre o consumo de gasolina C, diesel, GLP e álcool hidratado, no âmbito do Grupo de Trabalho coordenado pela Empresa de Planejamento Energético (EPE). A criação desse GT foi motivada pelas discrepâncias existentes entre os diversos bancos de dados de consumo de derivados utilizados por diferentes instituições. Ainda em decorrência deste projeto, a SPP iniciou negociações com o MME para participar da elaboração da projeção da matriz energética para o ano de 2030, e aguarda a assinatura do convênio entre este órgão e a ANP para dar seguimento a essa atividade.

O outro projeto concluído pela Superintendência teve por finalidade a estimação da Contribuição Tributária do Setor Petróleo para o total arrecadado pelo Estado, e para a geração de empregos para o ano de 2002, com base na metodologia da matriz insumo-produto. Além desse resultado, foi desenvolvido um software que permitirá a estimação de tributos e participações governamentais, para o setor, até que uma nova matriz insumo-produto seja divulgada pelo IBGE. A vantagem da utilização da metodologia da matriz insumo-produto consiste na possibilidade de estimação dos efeitos indiretos e multiplicador do setor considerado, nos demais setores da economia, além do efeito direto, que poderia ser obtido por outra metodologia.

Por outro lado, ainda não foi possível atualizar a Nota Técnica que apresenta uma metodologia estatística para a previsão dos preços de longo prazo para o petróleo Brent, com base nas projeções do Energy International Administration (EIA). O atraso se deve ao fato de que as novas projeções do EIA ainda não foram disponibilizadas no site desta instituição.

O trabalho conjunto entre a SPP, a SRP, a Petrobrás e o MME, para consolidação dos dados sobre a Capacidade Instalada das Refinarias (atual e histórica), a fim de eliminar discrepâncias nos dados de cada um destes órgãos, teve seguimento no ano de 2006, devido à necessidade de atualização das informações envolvidas.

3.7.1. Coordenadoria do Meio Ambiente (CMA)

As atividades da Coordenadoria do Meio Ambiente (CMA) envolvem a elaboração de notas técnicas e pareceres sobre o tema, assim como a participação em diversos grupos de trabalho a convite de outros órgãos de meio ambiente da administração pública federal.

Em 2006, a CMA procedeu à elaboração de Proposta de Agenda Ambiental para a ANP. A Coordenadoria preparou a Agenda Ambiental da Agência com a colaboração de técnicos e outras superintendências, onde pretende priorizar algumas ações e instituir novas metas de trabalho dentro de diretrizes traçadas, observando os cuidados com a preservação do meio ambiente e com vistas a um desenvolvimento sustentável. A agenda encontra-se em fase final de elaboração.

A implementação do Sistema de Incidentes e Licenciamento Ambiental (SIN/LIAM) encontra-se na fase de testes. O Sistema foi elaborado para conter informações de incidentes e de licenciamento ambiental das atividades do *downstream*.

A CMA também definiu critérios ambientais para a qualificação técnica das empresas operadoras, que foram incluídos no Edital de Licitação a partir da Oitava Rodada. A CMA reviu também o Artigo do Contrato de Concessão que trata das questões ambientais, indicando as suas contribuições.

A Coordenadoria participou, em 2006, de diversos grupos de trabalho. No âmbito dos GTs do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a CMA buscou a inclusão de temas de interesse para o setor de petróleo e gás natural na Agenda Nacional do Meio Ambiente. Adicionalmente, participou no GT que elaborou a proposta de Resolução CONAMA para critérios de recebimento e de distribuição de diesel metropolitano. A proposta foi aprovada na Reunião Plenária daquele Conselho, na qual a defesa do MME se fez em conjunto com a representação da ANP. A CMA também colaborou na elaboração da proposta de limites para emissões de poluentes atmosféricos em fontes fixas, gerando proposta de Resolução CONAMA que se encontra em discussão na respectiva Câmara Técnica.

Encontra-se também em discussão uma resolução, em nível federal, para o estabelecimento de valores de referência de qualidade, prevenção e intervenção em solos contaminados, e respectivas diretrizes para o seu gerenciamento. A atuação da CMA tem ocorrido de forma a subsidiar a elaboração de uma resolução objetiva, que possa nortear as

questões relacionadas ao levantamento de passivos ambientais para o setor de petróleo e gás.

No âmbito dos Grupos de Trabalho do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a CMA atuou no sentido de que a resolução federal que tratará da incorporação de aspectos relacionados à zona costeira, quando da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas, considere que a etapa de diagnóstico dos Planos de Recursos Hídricos inclua o levantamento das demandas hídricas (quantitativa e qualitativa) dos setores produtivos, notadamente, o setor de petróleo e gás.

Adicionalmente, a CMA vem acompanhando a discussão no GT que tem por função subsidiar a definição do que se considera como área de interface entre bacias hidrográficas e zona costeira e que, por conseguinte, será considerada para integração nos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.

Finalmente, a CMA participou também de diversos grupos interministeriais. No GI-GERCO (Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro), a CMA, apesar de não ter representação direta, acompanhou as reuniões ao longo do ano de 2006 e solicitou, formalmente, a sua inclusão como membro. A Coordenadoria contribuiu para a elaboração do regimento interno do GI-GERCO, encaminhando as suas sugestões através do representante do MME. Adicionalmente, a ANP, representada pela CMA, vem participando das discussões do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) desde fevereiro de 2006, quando foi convidada pelo MME para comparecer a uma reunião conjunta entre a Comissão Coordenadora do ZEE, da qual o MME possui representação oficial, e o Consórcio ZEE Brasil. Essa atividade envolveu a participação de técnicos da CMA em diversos seminários, assim como a elaboração de notas técnicas.

A CMA participou de Seminários Técnicos de discussão sobre a criação das Unidades de Conservação (UC) no polígono da ALAP (Área Sob Limitação Administrativa Provisória), repassando informações geo-referenciadas sobre áreas onde já existem atividades da indústria do petróleo e gás natural. A ANP conseguiu o compromisso da SBF/MMA (mediante ofício) de inserir, no decreto de criação da FLONA (Floresta Nacional) de Tapauá, um artigo que permita o desenvolvimento das atividades exploratórias no seu interior, já que esta UC se sobrepõe a um bloco concedido na 7ª Rodada. Da mesma forma, o Parque Nacional de Umari proposto, se sobrepõe à área por onde passará o Gasoduto Uruçu-Porto Velho, para o que também foi assegurado que será concedida igual solução.

A CMA também teve participação ativa no Seminário Nacional de Ordenamento Territorial, promovido pelo Ministério da Integração Nacional, no qual foi apresentado e discutido o documento base para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

A Coordenadoria participou de todas as discussões sobre o tema Compensação Ambiental e elaborou documento se posicionando de forma contrária às metodologias propostas, em função de inconsistências técnicas e jurídicas existentes. A CMA argumentou também que o estabelecimento do teto da compensação ambiental só poderá ser realizado por meio de lei federal.

3.8. DA DIVULGAÇÃO

Com o propósito de reforçar a visibilidade pública das ações da ANP, houve considerável avanço, em 2006, na integração dos seus canais de comunicação social e harmonização de ações nesse campo a partir da transferência da gestão do conteúdo na página da Agência na Internet e do Centro de Relações com o Consumidor (CRC) para a esfera de atribuições da Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional (SCI). Além desses recursos, a SCI supervisiona as atividades da Assessoria de Imprensa, de publicidade e a organização de eventos, e de relacionamento institucional, inclusive para apoio a eventos e a publicações sobre o setor.

A Assessoria de Imprensa, vinculada à SCI, emitiu, em 2006, 46 comunicados à imprensa, acompanhou 109 entrevistas concedidas por diretores e superintendentes da Agência, realizou 1.541 atendimentos à imprensa com informações escritas ou telefônicas. A atuação da Assessoria de Imprensa permitiu amplo espaço em meios de comunicação para divulgação das ações da Agência junto a segmentos mais abrangentes da sociedade e potencializou a publicidade obtida pelos eventos e publicações.

Na área de publicidade e eventos, a SCI coordenou a produção de seis publicações, a saber: Relatório Bienal da ANP 2003/2004, em versão para internet; folder institucional da ANP em português, inglês e mandarim; *folder* Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento; Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis; livrete Lei 9.478 em mandarim e o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural – 2003, em versão para internet. Também editou todo o material de divulgação da 2ª Rodada de Licitações de Áreas

Inativas com Acumulações Marginais e da 8ª Rodada de Licitações da ANP, utilizado nas audiências e sessões públicas dos certames.

Além disso, foram veiculados seis anúncios institucionais em revistas especializadas, sendo três referentes à divulgação da Oitava Rodada de Licitações. Também foi veiculado no livrete da *Offshore Technology Conference* (OTC) anúncio de divulgação da Oitava Rodada.

Com relação à marca institucional, a gestão da SCI possibilitou o apoio a nove eventos relacionados com as atividades do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, realizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do País. Foi publicado, na página institucional na internet, novo manual de aplicação da marca ANP, em uso conjunto com a marca do PRH e os novos padrões de programação visual para as publicações, materiais de comunicação e apresentações institucionais. Foi também elaborado novo padrão de arquitetura e comunicação para estandes em eventos internacionais, feiras e congressos, dos quais a Agência participa.

A SCI apoiou e coordenou a participação da ANP em 14 audiências públicas, em cinco fóruns regionais (Bahia, São Paulo, Maranhão, Espírito Santo e Rio Grande do Norte) relativos à 2ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais e 26 congressos e exposições, dos quais dois internacionais, destinados principalmente à promoção da 8ª Rodada de Licitação: a *Offshore Technology Conference* (OTC), em Houston (EUA), e a *Rio Oil & Gas*, no Rio de Janeiro.

No que diz respeito à página da ANP na internet, foi realizada a revisão do conteúdo com o objetivo de embasar o planejamento conceitual para sua reestruturação, atualização diária de informações e reformulação do sítio da Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos (CTC), cuja conclusão está prevista para março de 2007.

Em 2006, a SCI coordenou o atendimento a 69 comunicações institucionais, solicitadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, sendo oito relativas ao Poder Legislativo Federal, 13 para os Legislativos Estaduais, 40 para Prefeituras Municipais, três para Câmaras Municipais, duas para o Poder Judiciário e três para instituições diversas.

ANEXO 1 - VALORES DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL CREDITADOS EM 2006¹¹

TABELA A – ROYALTIES CREDITADOS AOS ESTADOS

Em R\$		
ESTADO	UF	ACUMULADO
ALAGOAS	AL	43.137.307,51
AMAZONAS	AM	131.268.225,17
BAHIA	BA	166.610.322,86
CEARA	CE	14.126.120,80
ESPIRITO SANTO	ES	96.611.916,56
PARANA	PR	6.477.362,56
RIO DE JANEIRO	RJ	1.646.731.932,96
RIO GRANDE DO NORTE	RN	180.149.641,54
SAO PAULO	SP	4.713.366,48
SERGIPE	SE	90.616.562,53
TOTAL		2.380.442.758,97

TABELA B – ROYALTIES CREDITADOS AOS MUNICÍPIOS

Em R\$		
MUNICÍPIOS	UF	ACUMULADO
ANADIA-AL	AL	9.547,34
ATALAIA-AL	AL	12.332,03
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	8.353,93
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	7.956,12
BOCA DA MATA-AL	AL	10.740,81
BRANQUINHA-AL	AL	8.353,93
CAJUEIRO-AL	AL	9.945,18
CAMPESTRE-AL	AL	7.956,12
CAMPO ALEGRE-AL	AL	12.332,03
CAPELA-AL	AL	9.945,18
CHA PRETA-AL	AL	7.956,12

¹¹ Fonte: Superintendência de Participações Governamentais

COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	9.547,34
COQUEIRO SECO-AL	AL	12.983,00
CORURIBE-AL	AL	13.674.860,89
FELIZ DESERTO-AL	AL	684.547,97
FLEXEIRAS-AL	AL	8.353,93
IBATEGUARA-AL	AL	9.149,55
IGREJA NOVA-AL	AL	10.342,98
JACUIPE-AL	AL	7.956,12
JAPARATINGA-AL	AL	7.956,12
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	28.423,26
JOAQUIM GOMES-AL	AL	10.342,98
JUNDIA-AL	AL	7.956,12
JUNQUEIRO-AL	AL	10.342,98
MACEIO-AL	AL	1.293.924,79
MARAGOGI-AL	AL	10.342,98
MARECHAL DEODORO-AL	AL	3.024.310,21
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	10.740,81
MESSIAS-AL	AL	8.353,93
MURICI-AL	AL	10.740,81
NOVO LINO-AL	AL	8.353,93
PARIPUEIRA-AL	AL	127.926,15
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	8.751,75
PENEDO-AL	AL	13.127,65
PIACABUCU-AL	AL	9.547,34
PILAR-AL	AL	4.556.521,04
PINDOBA-AL	AL	7.956,12
PORTO CALVO-AL	AL	10.342,98
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	8.353,93
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	9.945,18
RIO LARGO-AL	AL	243.921,96
ROTEIRO-AL	AL	16.903,94
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	7.956,12
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	8.353,93
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	10.342,98
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	11.138,58
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	6.546.642,31
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	7.956,12

SATUBA-AL	AL	631.426,20
TEOTONIO VILELA-AL	AL	11.934,22
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	13.127,65
VICOSA-AL	AL	10.740,81
TOTAL - AL		31.227.866,45
ANAMA-AM	AM	27.926,19
ANORI-AM	AM	27.926,19
AUTAZES-AM	AM	80.450,63
BERURI-AM	AM	27.926,19
CAREIRO-AM	AM	27.926,19
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	80.450,63
COARI-AM	AM	43.365.069,27
CODAJAS-AM	AM	27.926,19
IRANDUBA-AM	AM	80.450,63
ITACOATIARA-AM	AM	80.450,63
ITAPIRANGA-AM	AM	80.450,63
MANACAPURU-AM	AM	27.926,19
MANAQUIRI-AM	AM	27.926,19
MANAUS-AM	AM	14.630.580,52
PARINTINS-AM	AM	80.450,63
SILVES-AM	AM	80.450,63
URUCARA-AM	AM	80.450,63
URUCURITUBA-AM	AM	80.450,63
TOTAL - AM		58.915.188,79
LARANJAL DO JARI-AP	AP	80.450,63
MACAPA-AP	AP	80.450,63
MAZAGAO-AP	AP	80.450,63
TOTAL - AP		241.351,89
ACAJUTIBA-BA	BA	895,64
ADUSTINA-BA	BA	895,64
AGUA FRIA-BA	BA	895,64
AIQUARA-BA	BA	778,8
ALAGOINHAS-BA	BA	4.220.921,45
AMARGOSA-BA	BA	1.090,36
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	1.051,42
ANAGE-BA	BA	1.090,36
ANGUERA-BA	BA	778,8
ANTAS-BA	BA	895,64
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	817,76
APORA-BA	BA	934,57

APUAREMA-BA	BA	778,8
ARACAS-BA	BA	4.089.026,46
ARACI-BA	BA	1.207,18
ARAMARI-BA	BA	778,8
ARATUIPE-BA	BA	778,8
BAIXA GRANDE-BA	BA	1.012,46
BANZAE-BA	BA	817,76
BARRA DO CHOCA-BA	BA	1.207,18
BARROCAS-BA	BA	856,69
BELO CAMPO-BA	BA	934,57
BIRITINGA-BA	BA	895,64
BOA NOVA-BA	BA	1.012,46
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	973,53
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	817,76
BREJOES-BA	BA	895,64
CAATIBA-BA	BA	895,64
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	895,64
CACHOEIRA-BA	BA	1.090,36
CAEM-BA	BA	856,69
CAETANOS-BA	BA	856,69
CAMACARI-BA	BA	3.655,23
CANDEAL-BA	BA	817,76
CANDEIAS-BA	BA	5.986.203,49
CANDIDO SALES-BA	BA	1.090,36
CANSANCAO-BA	BA	1.090,36
CANUDOS-BA	BA	856,69
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	817,76
CAPIM GROSSO-BA	BA	1.012,46
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	2.103.089,12
CASTRO ALVES-BA	BA	1.051,42
CATU-BA	BA	4.482.334,84
CICERO DANTAS-BA	BA	1.090,36
CIPO-BA	BA	895,64
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	934,57
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	973,53
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	1.285,08
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	1.051,42
CONDE-BA	BA	1.080,95
CORACAO DE MARIA-BA	BA	1.012,46
CORONEL JOAO SA-BA	BA	973,53

CRAVOLANDIA-BA	BA	778,8
CRISOPOLIS-BA	BA	973,53
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	1.246,12
DARIO MEIRA-BA	BA	895,64
DIAS D'AVILA-BA	BA	1.207,18
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	778,8
ELISIO MEDRADO-BA	BA	778,8
ENCRUZILHADA-BA	BA	1.129,29
ENTRE RIOS-BA	BA	4.667.550,73
ESPLANADA-BA	BA	9.801.044,68
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	1.246,12
FATIMA-BA	BA	973,53
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	1.557,67
GAVIAO-BA	BA	778,8
GLORIA-BA	BA	895,64
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	934,57
HELIOPOLIS-BA	BA	856,69
IACU-BA	BA	1.090,36
IBIQUERA-BA	BA	778,8
ICHU-BA	BA	778,8
INHAMBUPE-BA	BA	1.090,36
IPECAETA-BA	BA	973,53
IPIRA-BA	BA	1.285,08
IRAJUBA-BA	BA	778,8
IRARA-BA	BA	1.051,42
ITABERABA-BA	BA	1.285,08
ITAGI-BA	BA	895,64
ITAMBE-BA	BA	1.090,36
ITANAGRA-BA	BA	1.296.590,72
ITAPARICA-BA	BA	2.079.100,44
ITAPETINGA-BA	BA	1.285,08
ITAPICURU-BA	BA	1.051,42
ITAQUARA-BA	BA	778,8
ITARANTIM-BA	BA	934,57
ITATIM-BA	BA	856,69
ITIRUCU-BA	BA	856,69
ITIUBA-BA	BA	1.129,29
JACOBINA-BA	BA	1.362,95
JAGUAQUARA-BA	BA	1.207,18
JAGUARIPE-BA	BA	856,69

JANDAIRA-BA	BA	817,76
JEQUIE-BA	BA	1.557,67
JEREMOABO-BA	BA	1.129,29
JIQUIRICA-BA	BA	856,69
JITAUNA-BA	BA	1.012,46
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	778,8
LAJE-BA	BA	973,53
LAJEDINHO-BA	BA	778,8
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	778,8
LAMARAO-BA	BA	778,8
LAURO DE FREITAS-BA	BA	1.479,80
MACAJUBA-BA	BA	817,76
MACARANI-BA	BA	895,64
MADRE DE DEUS-BA	BA	22.737.004,02
MAIQUINIQUE-BA	BA	778,8
MAIRI-BA	BA	1.012,46
MANOEL VITORINO-BA	BA	934,57
MARACAS-BA	BA	1.090,36
MARAGOGIPE-BA	BA	1.207,18
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	817,76
MATA DE SÃO JOAO-BA	BA	3.119.642,40
MIGUEL CALMON-BA	BA	1.090,36
MILAGRES-BA	BA	856,69
MIRANTE-BA	BA	856,69
MONTE SANTO-BA	BA	1.246,12
MUNDO NOVO-BA	BA	1.012,46
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	778,8
MURITIBA-BA	BA	1.090,36
MUTUIPE-BA	BA	1.012,46
NAZARE-BA	BA	1.051,42
NORDESTINA-BA	BA	817,76
NOVA CANAA-BA	BA	895,64
NOVA FATIMA-BA	BA	778,8
NOVA ITARANA-BA	BA	778,8
NOVA SOURE-BA	BA	1.051,42
NOVO TRIUNFO-BA	BA	856,69
OLINDINA-BA	BA	1.012,46
OURICANGAS-BA	BA	778,8
OUROLANDIA-BA	BA	895,64
PARIPIRANGA-BA	BA	1.051,42

PAULO AFONSO-BA	BA	1.440,85
PE DE SERRA-BA	BA	856,69
PEDRAO-BA	BA	778,8
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	934,57
PINTADAS-BA	BA	817,76
PIRITIBA-BA	BA	973,53
PLANALTINO-BA	BA	778,8
PLANALTO-BA	BA	1.012,46
POCOES-BA	BA	1.207,18
POJUCA-BA	BA	15.994.965,29
QUEIMADAS-BA	BA	1.051,42
QUIJINGUE-BA	BA	1.051,42
QUIXABEIRA-BA	BA	778,8
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	1.012,46
RETIROLANDIA-BA	BA	817,76
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	1.090,36
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	856,69
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	1.207,18
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	895,64
RIO REAL-BA	BA	1.129,29
RUY BARBOSA-BA	BA	1.090,36
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	2.063.867,04
SALVADOR-BA	BA	2.084.343,13
SANTA BARBARA-BA	BA	934,57
SANTA BRIGIDA-BA	BA	934,57
SANTA INES-BA	BA	817,76
SANTA TERESINHA-BA	BA	778,8
SANTALUZ-BA	BA	1.090,36
SANTANOPOLIS-BA	BA	778,8
SANTO AMARO-BA	BA	2.076.799,32
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	1.362,95
SANTO ESTEVAO-BA	BA	1.207,18
SAO DOMINGOS-BA	BA	778,8
SAO FELIPE-BA	BA	1.012,46
SAO FELIX-BA	BA	856,69
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	16.142.278,15
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	1.051,42
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	778,8
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	817,76
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	5.612.775,60

SAPEACU-BA	BA	934,57
SATIRO DIAS-BA	BA	897.205,64
SAUBARA-BA	BA	2.063.867,04
SERRA PRETA-BA	BA	934,57
SERRINHA-BA	BA	1.324,01
SERROLANDIA-BA	BA	856,69
SIMOES FILHO-BA	BA	1.055.608,43
SITIO DO QUINTO-BA	BA	934,57
TANQUINHO-BA	BA	778,8
TAPIRAMUTA-BA	BA	934,57
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	778,8
TEOFILANDIA-BA	BA	1.012,46
TERRA NOVA-BA	BA	1.584,30
TUCANO-BA	BA	1.246,12
UAUA-BA	BA	1.051,42
UBAIRA-BA	BA	1.012,46
VALENTE-BA	BA	973,53
VARZEA DA ROCA-BA	BA	856,69
VARZEA DO POCO-BA	BA	778,8
VARZEA NOVA-BA	BA	895,64
VARZEDO-BA	BA	778,8
VERA CRUZ-BA	BA	1.090,36
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	1.557,67
TOTAL - BA		112.747.750,75
ACARAU-CE	CE	36.307,25
ALCANTARAS-CE	CE	22.692,01
AMONTADA-CE	CE	1.730.048,46
APUIARES-CE	CE	24.961,21
AQUIRAZ-CE	CE	78.403,88
ARACATI-CE	CE	8.255.803,24
ARARENDA-CE	CE	23.826,62
BARROQUINHA-CE	CE	24.961,21
BELA CRUZ-CE	CE	31.768,84
CAMOCIM-CE	CE	36.307,25
CANINDE-CE	CE	38.576,46
CARIDADE-CE	CE	26.095,85
CARIRE-CE	CE	28.365,04
CARNAUBAL-CE	CE	26.095,85
CATUNDA-CE	CE	22.692,01
CAUCAIA-CE	CE	78.403,88

CHAVAL-CE	CE	24.961,21
COREAU-CE	CE	28.365,04
CRATEUS-CE	CE	38.576,46
CROATA-CE	CE	27.230,43
CRUZ-CE	CE	28.365,04
FORQUILHA-CE	CE	27.230,43
FORTALEZA-CE	CE	2.633.209,95
FRECHEIRINHA-CE	CE	23.826,62
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	22.692,01
GRACA-CE	CE	26.095,85
GRANJA-CE	CE	36.307,25
GROAIRAS-CE	CE	22.692,01
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	32.903,43
HIDROLANDIA-CE	CE	27.230,43
HORIZONTE-CE	CE	8.962.317,92
IBIAPINA-CE	CE	29.499,63
ICAPUI-CE	CE	1.260.578,23
INDEPENDENCIA-CE	CE	30.634,24
IPAPORANGA-CE	CE	23.826,62
IPU-CE	CE	34.038,06
IPUEIRAS-CE	CE	34.038,06
IRAUCUBA-CE	CE	28.365,04
ITAPAGE-CE	CE	35.172,64
ITAPIPOCA-CE	CE	1.772.243,42
ITAREMA-CE	CE	1.394.462,38
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	24.961,21
MARCO-CE	CE	29.499,63
MARTINOPOLE-CE	CE	22.692,01
MASSAPE-CE	CE	31.768,84
MERUOCA-CE	CE	23.826,62
MIRAIMA-CE	CE	23.826,62
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	27.230,43
MORAUJO-CE	CE	22.692,01
MORRINHOS-CE	CE	27.230,43
MUCAMBO-CE	CE	24.961,21
NOVA RUSSAS-CE	CE	31.768,84
NOVO ORIENTE-CE	CE	30.634,24
PACUJA-CE	CE	22.692,01
PARACURU-CE	CE	1.911.603,84
PARAIPABA-CE	CE	79.520,55

PARAMOTI-CE	CE	23.826,62
PENTECOSTE-CE	CE	32.903,43
PIRES FERREIRA-CE	CE	22.692,01
PORANGA-CE	CE	23.826,62
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	28.365,04
RERIUTABA-CE	CE	29.499,63
SANTA QUITERIA-CE	CE	35.172,64
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	30.634,24
SAO BENEDITO-CE	CE	34.038,06
SAO GONCALO DO AMARATE-	CE	32.903,43
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	23.826,62
SENADOR AS-CE	CE	22.692,01
SOBRAL-CE	CE	45.384,09
TAMBORIL-CE	CE	30.634,24
TEJUCUOCA-CE	CE	24.961,21
TIANGUA-CE	CE	37.441,85
TRAIRI-CE	CE	2.021.593,52
TURURU-CE	CE	23.826,62
UBAJARA-CE	CE	30.634,24
UMIRIM-CE	CE	27.230,43
URUBURETAMA-CE	CE	27.230,43
URUOCA-CE	CE	23.826,62
VARJOTA-CE	CE	27.230,43
VICOSA DO CEARA-CE	CE	35.172,64
TOTAL - CE		32.120.626,62
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	207.442,95
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	157.370,50
AGUIA BRANCA-ES	ES	143.064,08
ALEGRE-ES	ES	200.289,76
ALFREDO CHAVES-ES	ES	157.370,50
ALTO RIO NOVO-ES	ES	143.064,08
ANCHIETA-ES	ES	1.593.659,81
APIACA-ES	ES	143.064,08
ARACRUZ-ES	ES	13.542.295,58
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	143.064,08
BAIXO GUANDU-ES	ES	193.136,54
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	214.596,17
BOA ESPERANCA-ES	ES	157.370,50
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	143.064,08
BREJETUBA-ES	ES	150.217,31

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	286.128,23
CARIACICA-ES	ES	286.128,23
CASTELO-ES	ES	207.442,95
COLATINA-ES	ES	264.668,62
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	1.423.490,69
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	150.217,31
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	143.064,08
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	200.289,76
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	143.064,08
ECOPORANGA-ES	ES	185.983,33
FUNDAO-ES	ES	3.339.342,92
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	143.064,08
GUACUI-ES	ES	193.136,54
GUARAPARI-ES	ES	257.515,40
IBATIBA-ES	ES	178.830,14
IBIRACU-ES	ES	150.217,31
IBITIRAMA-ES	ES	143.064,08
ICONHA-ES	ES	150.217,31
IRUPI-ES	ES	150.217,31
ITAGUACU-ES	ES	164.523,73
ITAPEMIRIM-ES	ES	2.321.792,45
ITARANA-ES	ES	150.217,31
IUNA-ES	ES	193.136,54
JAGUARE-ES	ES	7.422.007,04
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	150.217,31
JOAO NEIVA-ES	ES	164.523,73
LARANJA DA TERRA-ES	ES	150.217,31
LINHARES-ES	ES	20.796.032,56
MANTENOPOLIS-ES	ES	157.370,50
MARATAIZES-ES	ES	276.931,40
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	157.370,50
MARILANDIA-ES	ES	143.064,08
MIMOSO DO SUL-ES	ES	193.136,54
MONTANHA-ES	ES	171.676,92
MUCURICI-ES	ES	143.064,08
MUNIZ FREIRE-ES	ES	178.830,14
MUQUI-ES	ES	157.370,50
NOVA VENECIA-ES	ES	221.749,36
PANCAS-ES	ES	185.983,33
PEDRO CANARIO-ES	ES	185.983,33

PINHEIROS-ES	ES	185.983,33
PIUMA-ES	ES	164.523,73
PONTO BELO-ES	ES	143.064,08
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	8.063.950,58
RIO BANANAL-ES	ES	171.676,92
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	150.217,31
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	157.370,50
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	200.289,76
SANTA TERESA-ES	ES	185.983,33
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	143.064,08
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	193.136,54
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	150.217,31
SAO MATEUS-ES	ES	18.134.304,08
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	150.217,31
SERRA-ES	ES	7.343.638,36
SOORETAMA-ES	ES	178.830,14
VARGEM ALTA-ES	ES	171.676,92
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	171.676,92
VIANA-ES	ES	228.902,58
VILA PAVAO-ES	ES	143.064,08
VILA VALERIO-ES	ES	157.370,50
VILA VELHA-ES	ES	2.549.855,71
VITORIA-ES	ES	2.549.855,71
TOTAL - ES		100.659.220,83
JUIZ DE FORA-MG	MG	6.790.314,71
TOTAL - MG		6.790.314,71
AFUA-PA	PA	80.450,63
ALENQUER-PA	PA	80.450,63
ALMEIRIM-PA	PA	80.450,63
ANAJAS-PA	PA	80.450,63
BREVES-PA	PA	80.450,63
CHAVES-PA	PA	80.450,63
CURUA-PA	PA	80.450,63
FARO-PA	PA	80.450,63
GURUPA-PA	PA	80.450,63
JURUTI-PA	PA	80.450,63
MELGACO-PA	PA	80.450,63
MONTE ALEGRE-PA	PA	80.450,63
OBIDOS-PA	PA	80.450,63
PORTO DE MOZ-PA	PA	80.450,63

PRAINHA-PA	PA	80.450,63
SANTAREM-PA	PA	80.450,63
TERRA SANTA-PA	PA	80.450,63
TOTAL - PA		1.367.660,71
SANTA RITA-PB	PB	13.784.972,25
TOTAL - PB		13.784.972,25
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	6.873.081,54
CAMARAGIBE-PE	PE	2.424.559,66
JABOATAO DOS GUARARAPES-PE	PE	91.421,78
PAULISTA-PE	PE	5.489.877,75
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	PE	5.086.857,16
TOTAL - PE		19.965.797,89
ADRIANOPOLIS-PR	PR	35.080,60
AGUDOS DO SUL-PR	PR	35.080,60
ALMIRANTE TAMANDARE-PR	PR	63.145,15
ANTONINA-PR	PR	43.850,78
ARAUCARIA-PR	PR	63.145,15
BALSA NOVA-PR	PR	36.834,64
BOCAIUVA DO SUL-PR	PR	35.080,60
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	PR	50.866,92
CAMPO DO TENENTE-PR	PR	35.080,60
CAMPO LARGO-PR	PR	63.145,15
CAMPO MAGRO-PR	PR	45.604,83
CERRO AZUL-PR	PR	42.096,74
COLOMBO-PR	PR	70.161,27
CONTENDA-PR	PR	38.588,68
CURITIBA-PR	PR	70.161,27
DOUTOR ULYSSES-PR	PR	35.080,60
FAZENDA RIO GRANDE-PR	PR	57.883,05
GUARAQUECABA-PR	PR	35.080,60
GUARATUBA-PR	PR	674.795,89
ITAPERUCU-PR	PR	43.850,78
LAPA-PR	PR	54.374,98
MANDIRITUBA-PR	PR	42.096,74
MATINHOS-PR	PR	3.396.731,41
MORRETES-PR	PR	40.342,70
PARANAGUA-PR	PR	67.647,18
PIEN-PR	PR	35.080,60
PINHAIS-PR	PR	64.899,17
PIRAQUARA-PR	PR	61.391,10

PONTAL DO PARANA-PR	PR	780.606,08
PORTO AMAZONAS-PR	PR	35.080,60
QUATRO BARRAS-PR	PR	42.096,74
QUITANDINHA-PR	PR	40.342,70
RIO BRANCO DO SUL-PR	PR	49.112,88
RIO NEGRO-PR	PR	49.112,88
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	PR	70.161,27
TIJUCAS DO SUL-PR	PR	38.588,68
TUNAS DO PARANA-PR	PR	35.080,60
TOTAL - PR		6.477.360,21
ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	27.058.034,23
APERIBE-RJ	RJ	3.330.571,44
ARARUAMA-RJ	RJ	5.995.028,70
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	47.578.159,38
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	4.716.942,33
BARRA MANSA-RJ	RJ	6.790.314,71
BELFORD ROXO-RJ	RJ	6.661.142,94
BOM JARDIM-RJ	RJ	4.329.742,90
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	4.829.328,65
CABO FRIO-RJ	RJ	136.406.952,97
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	16.070.718,14
CAMBUCI-RJ	RJ	3.830.157,17
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	403.784.930,05
CANTAGALO-RJ	RJ	4.163.214,31
CARAPEBUS-RJ	RJ	31.236.121,57
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	3.663.628,67
CARMO-RJ	RJ	3.830.157,17
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	54.144.637,71
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	4.163.214,31
CORDEIRO-RJ	RJ	4.163.214,31
DUAS BARRAS-RJ	RJ	3.497.100,06
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	23.310.115,20
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	5.959.712,01
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	17.570.572,99
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	3.830.157,17
ITABORAI-RJ	RJ	7.013.089,30
ITAGUAI-RJ	RJ	5.995.028,70
ITALVA-RJ	RJ	3.663.628,67
ITAOCARA-RJ	RJ	4.329.742,90
ITAPERUNA-RJ	RJ	5.995.028,70

JAPERI-RJ	RJ	12.785.343,41
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	3.330.571,44
MACAE-RJ	RJ	320.241.924,75
MACUCO-RJ	RJ	3.330.571,44
MAGE-RJ	RJ	21.014.298,31
MANGARATIBA-RJ	RJ	15.433.003,52
MARICA-RJ	RJ	5.828.500,12
MENDES-RJ	RJ	6.501.503,92
MESQUITA-RJ	RJ	6.661.142,94
MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	7.015.159,89
MIRACEMA-RJ	RJ	4.496.271,52
NATIVIDADE-RJ	RJ	3.830.157,17
NILOPOLIS-RJ	RJ	6.661.142,94
NITEROI-RJ	RJ	49.842.162,12
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	6.661.142,94
NOVA IGUACU-RJ	RJ	6.617.856,72
PARACAMBI-RJ	RJ	5.162.385,87
PARATI-RJ	RJ	10.936.732,00
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	7.015.159,89
PETROPOLIS-RJ	RJ	6.661.142,94
PIRAI-RJ	RJ	6.790.314,71
PORCIUNCULA-RJ	RJ	3.830.157,17
QUEIMADOS-RJ	RJ	6.328.085,83
QUISSAMA-RJ	RJ	67.632.937,69
RIO BONITO-RJ	RJ	5.328.914,38
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	140.827.615,00
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	65.888.738,40
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	3.497.100,06
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	4.995.857,27
SAO FIDELIS-RJ	RJ	4.995.857,27
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	5.162.385,87
SAO GONCALO-RJ	RJ	7.013.089,30
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	46.378.044,37
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	6.661.142,94
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	3.330.571,44
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	4.163.214,31
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	5.495.443,02
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	3.330.571,44
SAQUAREMA-RJ	RJ	5.328.914,38
SEROPEDICA-RJ	RJ	5.661.971,61

SILVA JARDIM-RJ	RJ	14.922.809,72
SUMIDOURO-RJ	RJ	3.830.157,17
TANGUA-RJ	RJ	4.496.271,52
TERESOPOLIS-RJ	RJ	6.494.614,45
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	3.497.100,06
VARRE-SAI-RJ	RJ	3.330.571,44
VASSOURAS-RJ	RJ	7.554.787,60
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	6.790.314,71
TOTAL - RJ		1.821.494.114,34
ACARI-RN	RN	62.105,78
ACU-RN	RN	3.381.246,78
AFONSO BEZERRA-RN	RN	62.105,78
AGUA NOVA-RN	RN	59.148,39
ALEXANDRIA-RN	RN	65.063,20
ALMINO AFONSO-RN	RN	59.148,39
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	3.861.633,48
ANTONIO MARTINS-RN	RN	59.148,39
APODI-RN	RN	3.068.003,39
AREIA BRANCA-RN	RN	10.789.404,56
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	59.148,39
BARAUNA-RN	RN	73.935,50
CAICO-RN	RN	97.594,86
CARAUBAS-RN	RN	2.005.872,16
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	59.148,39
CARNAUBAIS-RN	RN	1.973.903,55
CERRO CORA-RN	RN	62.105,78
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	59.148,39
CRUZETA-RN	RN	59.148,39
CURRAIS NOVOS-RN	RN	91.680,05
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	59.148,39
ENCANTO-RN	RN	59.148,39
EQUADOR-RN	RN	59.148,39
FELIPE GUERRA-RN	RN	3.561.519,52
FLORANIA-RN	RN	59.148,39
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	59.148,39
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	59.148,39
GALINHOS-RN	RN	1.014.364,22
GOIANINHA-RN	RN	9.563.901,90
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	3.551.886,63
GROSSOS-RN	RN	1.744.162,63

GUAMARE-RN	RN	22.318.391,10
IELMO MARINHO-RN	RN	7.388.623,46
IPANGUACU-RN	RN	62.105,78
IPUEIRA-RN	RN	59.148,39
ITAJA-RN	RN	59.148,39
ITAU-RN	RN	59.148,39
JANDAIRA-RN	RN	59.148,39
JANDUIS-RN	RN	59.148,39
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	62.105,78
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	65.063,20
JOAO DIAS-RN	RN	59.148,39
JOSE DA PENHA-RN	RN	59.148,39
JUCURUTU-RN	RN	70.978,05
LAGOA NOVA-RN	RN	65.063,20
LUCRECIA-RN	RN	59.148,39
LUIS GOMES-RN	RN	59.148,39
MACAIBA-RN	RN	7.388.149,71
MACAU-RN	RN	22.377.562,99
MAJOR SALES-RN	RN	59.148,39
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	59.148,39
MARTINS-RN	RN	59.148,39
MESSIAS TARGINO-RN	RN	59.148,39
MOSSORO-RN	RN	24.834.159,54
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	59.148,39
OURO BRANCO-RN	RN	59.148,39
PARANA-RN	RN	59.148,39
PARAU-RN	RN	59.148,39
PARELHAS-RN	RN	73.935,50
PATU-RN	RN	62.105,78
PAU DOS FERROS-RN	RN	79.850,32
PEDRO AVELINO-RN	RN	59.967,34
PENDENCIAS-RN	RN	3.009.687,41
PILOES-RN	RN	59.148,39
PORTALEGRE-RN	RN	59.148,39
PORTO DO MANGUE-RN	RN	4.657.637,93
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	59.148,39
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	59.148,39
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	59.148,39
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	59.148,39
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	59.148,39

SANTANA DO SERIDO-RN	RN	59.148,39
SAO FERNANDO-RN	RN	59.148,39
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	59.148,39
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	59.148,39
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	59.148,39
SAO MIGUEL-RN	RN	76.892,93
SAO RAFAEL-RN	RN	59.148,39
SAO VICENTE-RN	RN	59.148,39
SERRA DO MEL-RN	RN	1.680.534,14
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	59.148,39
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	59.148,39
SEVERIANO MELO-RN	RN	62.105,78
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	59.148,39
TENENTE ANANIAS-RN	RN	59.148,39
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	59.148,39
TIBAU-RN	RN	998.468,16
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	59.148,39
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	59.148,39
UMARIZAL-RN	RN	62.105,78
UPANEMA-RN	RN	2.000.929,22
VENHA-VER-RN	RN	59.148,39
VICOSA-RN	RN	59.148,39
TOTAL - RN		145.621.777,54
ARAMBARE-RS	RS	0,18
CAMAQUA-RS	RS	0,18
CANOAS-RS	RS	6.789.840,96
CAPIVARI DO SUL-RS	RS	0,18
CIDREIRA-RS	RS	1.078.357,43
GUAIBA-RS	RS	0,18
IMBE-RS	RS	5.843.847,05
MOSTARDAS-RS	RS	0,18
OSORIO-RS	RS	7.342.050,05
PALMARES DO SUL-RS	RS	0,18
PELOTAS-RS	RS	0,18
PORTO ALEGRE-RS	RS	0,18
RIO GRANDE-RS	RS	125,98
SAO JOSE DO NORTE-RS	RS	0,18
SAO LOURENCO DO SUL-RS	RS	0,00
TAPES-RS	RS	0,18
TAVARES-RS	RS	0,18

TRAMANDAI-RS	RS	11.733.183,15
TURUCU-RS	RS	0,00
VIAMAO-RS	RS	0,18
TOTAL - RS		32.787.406,78
ARAQUARI-SC	SC	1.991.399,29
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	1.991.433,78
GARUVA-SC	SC	1.991.399,29
ITAPOA-SC	SC	1.991.433,78
JOINVILLE-SC	SC	1.991.399,29
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	19.032.877,30
TOTAL - SC		28.989.942,73
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	35.254,34
AQUIDABA-SE	SE	44.067,94
ARACAJU-SE	SE	19.580.281,83
ARAUA-SE	SE	35.254,34
AREIA BRANCA-SE	SE	69.293,51
BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	2.874.878,20
BOQUIM-SE	SE	47.593,38
BREJO GRANDE-SE	SE	1.103.564,01
CAMPO DO BRITO-SE	SE	40.542,50
CANHOPA-SE	SE	35.254,34
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	42.305,21
CAPELA-SE	SE	86.428,30
CARIRA-SE	SE	42.305,21
CARMOPOLIS-SE	SE	19.903.771,30
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	35.254,34
CRISTINAPOLIS-SE	SE	40.542,50
CUMBE-SE	SE	35.254,34
DIVINA PASTORA-SE	SE	4.486.696,01
ESTANCIA-SE	SE	58.169,70
FEIRA NOVA-SE	SE	35.254,34
FREI PAULO-SE	SE	37.017,06
GARARU-SE	SE	37.017,06
GENERAL MAYNARD-SE	SE	75.724,85
GRACHO CARDOSO-SE	SE	35.254,34
ILHA DAS FLORES-SE	SE	35.254,34
INDIAROBA-SE	SE	38.779,77
ITABAIANA-SE	SE	61.695,14
ITABAIANINHA-SE	SE	51.118,82
ITABI-SE	SE	35.254,34

ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	2.506.965,40
JAPARATUBA-SE	SE	9.489.119,81
JAPOATA-SE	SE	38.779,77
LAGARTO-SE	SE	63.457,85
LARANJEIRAS-SE	SE	45.830,66
MACAMBIRA-SE	SE	35.254,34
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	35.254,34
MALHADOR-SE	SE	37.017,06
MARUIM-SE	SE	1.419.318,39
MOITA BONITA-SE	SE	37.017,06
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	37.017,06
MURIBECA-SE	SE	35.254,34
NEOPOLIS-SE	SE	44.067,94
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	35.254,34
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	47.593,38
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	45.830,66
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	35.254,34
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	68.746,01
PACATUBA-SE	SE	857.608,84
PEDRA MOLE-SE	SE	35.254,34
PEDRINHAS-SE	SE	35.254,34
PINHAO-SE	SE	35.254,34
PIRAMBU-SE	SE	14.223.145,91
POCO REDONDO-SE	SE	47.593,38
POCO VERDE-SE	SE	44.067,94
PORTO DA FOLHA-SE	SE	47.593,38
PROPRIA-SE	SE	47.593,38
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	44.067,94
RIACHUELO-SE	SE	667.859,81
RIBEIROPOLIS-SE	SE	40.542,50
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	2.360.197,18
SALGADO-SE	SE	44.067,94
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	38.779,77
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	35.254,34
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	35.254,34
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	1.102.384,88
SAO CRISTOVAO-SE	SE	1.024.466,17
SAO DOMINGOS-SE	SE	35.254,34
SAO FRANCISCO-SE	SE	35.254,34
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	35.254,34

SIMAO DIAS-SE	SE	52.881,53
SIRIRI-SE	SE	2.677.654,28
TELHA-SE	SE	35.254,34
TOBIAS BARRETO-SE	SE	54.644,27
TOMAR DO GERU-SE	SE	38.779,77
UMBAUBA-SE	SE	44.067,94
TOTAL - SE		86.871.399,98
ARUJA-SP	SP	16.095,81
BARRA DO TURVO-SP	SP	9.755,01
BARUERI-SP	SP	19.510,08
BERTIOGA-SP	SP	19.016.650,81
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	13.169,29
CAIEIRAS-SP	SP	16.583,57
CAJAMAR-SP	SP	15.608,06
CAJATI-SP	SP	13.657,02
CANANEIA-SP	SP	1.263.098,07
CARAGUATATUBA-SP	SP	17.591.344,99
CARAPICUIBA-SP	SP	19.510,08
COTIA-SP	SP	19.510,08
CUBATAO-SP	SP	1.042.221,58
DIADEMA-SP	SP	19.510,08
ELDORADO-SP	SP	11.218,27
EMBU-SP	SP	19.510,08
EMBU-GUACU-SP	SP	16.095,81
FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	19.022,32
FRANCISCO MORATO-SP	SP	19.022,32
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	18.046,82
GUARAREMA-SP	SP	12.681,52
GUARUJA-SP	SP	273.062,13
GUARULHOS-SP	SP	19.510,08
IGUAPE-SP	SP	13.169,29
ILHA COMPRIDA-SP	SP	9.755,01
ILHABELA-SP	SP	17.591.344,99
ITANHAEM-SP	SP	16.583,57
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	19.022,32
ITAPEVI-SP	SP	19.510,08
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	19.510,08
ITARIRI-SP	SP	10.730,53
JACUPIRANGA-SP	SP	11.706,02
JANDIRA-SP	SP	17.559,06

JUQUIA-SP	SP	12.681,52
JUQUITIBA-SP	SP	13.169,29
MAIRIPORA-SP	SP	16.095,81
MAUA-SP	SP	19.510,08
MIRACATU-SP	SP	12.681,52
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	19.510,08
MONGAGUA-SP	SP	14.144,79
OSASCO-SP	SP	19.510,08
PARIQUERA-ACU-SP	SP	11.706,02
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	9.755,01
PERUIBE-SP	SP	15.608,06
PINDAMONHNGABA-SP	SP	1.024.103,71
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	10.730,53
POA-SP	SP	17.559,06
PRAIA GRANDE-SP	SP	408.088,60
REGISTRO-SP	SP	15.608,06
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	18.046,82
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	14.632,54
SALESOPOLIS-SP	SP	11.218,27
SANTA ISABEL-SP	SP	15.120,32
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	17.071,33
SANTO ANDRE-SP	SP	19.510,08
SANTOS-SP	SP	4.272.250,29
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	19.510,08
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	19.022,32
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	10.730,53
SAO PAULO-SP	SP	19.510,08
SAO SEBASTIAO-SP	SP	48.513.341,63
SAO VICENTE-SP	SP	408.088,60
SETE BARRAS-SP	SP	10.730,53
SUZANO-SP	SP	19.510,08
TABOAO DA SERRA-SP	SP	19.510,08
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	14.144,79
TOTAL - SP		112.275.695,42

TABELA C- PARTICIPAÇÃO ESPECIAL¹²

	Em R\$
União	Distribuido
MINAS E ENERGIA	3.535.996.323,75
MEIO AMBIENTE	883.999.080,62
Total	4.419.995.404,37
Estados	
RIO DE JANEIRO	3.453.866.624,8
ESPÍRITO SANTO	15.884.861,15
AMAZONAS	29.248.312,02
RIO GRANDE DO NORTE	21.719.607,72
BAHIA	3.542.212,67
ALAGOAS	1.181.581,45
SERGIPE	10.553.123,84
Total	3.535.996.323,65
Municípios	
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	8.791.285,55
CABO FRIO-RJ	82.141.272,57
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	444.084.731,96
CARAPEBUS-RJ	1.840.817,70
CASIMIRO DE ABREU-RJ	29.820.733,80
MACAE-RJ	92.874.905,66
QUISSAMA-RJ	17.409.469,98
RIO DAS OSTRAS-RJ	178.300.871,78
JAGUARE-ES	66.322,44
COARI-AM	7.312.077,99
PRESIDENTE KENNEDY-ES	3.904.892,82
SAO JOAO DA BARRA-RJ	8.202.566,91
AREIA BRANCA-RN	831.043,31
MOSSORO-RN	4.598.858,57
POJUCA-BA	885.553,16
CARMOPOLIS-SE	1.114.146,08
GENERAL MAYNARD-SE	6.669,52

¹² Em Regime de Caixa

JAPARATUBA-SE	1.351.962,85
MARUIM-SE	32.008,43
ROSARIO DO CATETE-SE	111.910,33
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	21.583,76
MARECHAL DEODORO-AL	56.254,38
PILAR-AL	204.457,91
RIO LARGO-AL	10.025,05
SATUBA-AL	24.657,93
Total	883.999.080,44
 Total Recolhido	 8.839.990.808,46